

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Domicílios monoparentais brasileiros e portugueses referenciados por
mulheres: Um panorama dos aspectos da vulnerabilidade socioeconômica sob
a ótica dos gastos com alimentação, saúde e educação**

Wellington Adilson Domingos Júnior
Doctor Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

WELLINGTON ADILSON DOMINGOS JÚNIOR

Domicílios monoparentais brasileiros e portugueses referenciados por mulheres: Um panorama dos aspectos da vulnerabilidade socioeconômica sob a ótica dos gastos com alimentação, saúde e educação

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Evandro Camargos Teixeira

Coorientadora: Marcia Barroso Fontes

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

D671d
2025 Domingos Júnior, Wellington Adilson, 1995-
Domicílios monoparentais brasileiros e portugueses
referenciados por mulheres: um panorama dos aspectos da
vulnerabilidade socioeconômica sobre a ótica dos gastos com
alimentação, saúde e educação / Wellington Adilson Domingos
Júnior. – Viçosa, MG, 2025.

1 tese eletrônica (212 f.): il.

Orientador: Evandro Camargos Teixeira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Serviço Social, 2025.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.628>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mulheres chefes de família - Condições sociais.
 2. Famílias monoparentais - Brasil - Aspectos sociais.
 3. Famílias monoparentais - Portugal - Aspectos sociais.
 4. COVID-19, Pandemia de, 2020-2023 - Aspectos sociais.
- I. Teixeira, Evandro Camargos, 1978-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social. III. Título.

CDD 22. ed. 362.8392

WELLINGTON ADILSON DOMINGOS JÚNIOR

Domicílios monoparentais brasileiros e portugueses referenciados por mulheres: Um panorama dos aspectos da vulnerabilidade socioeconômica sob a ótica dos gastos com alimentação, saúde e educação

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 12 de agosto de 2025.

Assentimento:

Wellington Adilson Domingos Júnior
Autor

Evandro Camargos Teixeira
Orientador

Essa tese foi assinada digitalmente pelo autor em 30/09/2025 às 06:12:17 e pelo orientador em 30/09/2025 às 12:17:15. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **1KKY.RX5U.EXYN** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de viver, pelo presente o qual agradeço todos os dias que é de estar aqui em vida, com saúde. Agradeço à minha mãe, Angélica, por uma infinidade de motivos, dentre eles por ter me gerado, por ter cuidado de mim, por ter me ensinado, incentivado sempre a ler, a estudar, por acreditar que eu conseguiria aprender e seguir nos estudos, agradeço a ela pelo primeiro livro que me foi dado, por além de mãe ser minha amiga, pelas variadas ajudas, pelo apoio, confiança e fé inabalável. Agradeço a meu pai, Wellington, pelo cuidado, incentivo, grandes conversas, pela amizade que construímos, pela orientação sobre ter sempre força e alegria em continuar seguindo. Agradeço a ambos pela forma de conduta e valores que me ensinaram. Agradeço à minha irmã, Maria Laura (Maria), querida e amada, irmã mais nova que as vezes tem o papel de irmã mais velha no sentido de preocupação, carinho e cuidado, irmã e amiga. Agradeço a vocês pelos momentos de aconchego e de felicidade vividos em família. Agradeço às minhas avós Vovó Nair (in memoriam) e Vovó Laura, por todo amor que me foi dado, por também terem me criado, pelas orações contínuas, por sempre terem me dito que um dos motivos da felicidade de vocês era a de saberem que eu estava estudando. Agradeço aos meus avós, Vovô Zé (in memoriam), por ter me ensinado desde cedo sobre o sentido de cuidar, pelas orações e momentos inesquecíveis e Vô Manoel pelas conversas, incentivo, apoio e reforço sobre a importância de sempre está alinhado com a boa conduta. Agradeço a todos os meus tios e tias, pelas orações, momentos de descontração, apoio e reuniões em família, cada um de vocês possuem importância e relevância. Agradeço meus primos e primas, que para além de primos também são amigos, que compõem momentos de alegria da infância e de outros momentos memoráveis. Agradeço à família de BH, Tia Amália (Timaia) que sempre cuidou de mim, a qual sempre tive admiração e alegria de estar perto. Agradeço a Luciene (Lu) prima querida e irmã e a Francisco (Fran) primo e irmão, ambos pessoas também importantes nessa trajetória, que também me apoiaram incentivaram e confiaram.

Agradeço ao meu companheiro e parceiro de vida, parceiro de todos os dias, namorado e “marido”, Lucas, obrigado pelo constante apoio mútuo e amor, pela força mesclada de leveza e sutileza, pelas conversas e preciosos momentos, de fato estarmos juntos um ao lado do outro torna esse trajeto ainda mais especial e sublime. Agradeço à família do coração, do Rio Grande do Sul, Dona Mara, Sr. Júnior, Lissandra e Bernardo, realmente ter vocês presentes na vida em forma de afeto e carinho,

preocupação, cuidado e amor, é se sentir abraçado todos os dias. Agradeço à Érica (Bebete/Nenemzinha), amiga e irmã que antes do doutorado e até antes do mestrado me incentivou a seguir a trajetória acadêmica, em conjunto agradeço ao Gustavo (Gu), Maria, Luís, Michele e Fernanda, família do coração, que muito me ajudou em Viçosa, principalmente pelo acolhimento.

Agradeço ao Professor Evandro, por uma variedade de motivos, principalmente pela confiança, apoio, incentivo, pelos ensinamentos, pela forma de orientar, pela organização, disponibilidade e atenção no sentido de cuidado, certamente sou muito grato pela sua orientação, por tudo que aprendi, e existe muito disso na minha forma de enxergar a vida acadêmica. Agradeço à Professora Márcia, também pelo apoio, incentivo, confiança, por desde a finalização do mestrado, acreditar que seria possível fazer o doutorado na sequência, agradeço a constante consideração e afeto. Agradeço à Professora Rita, pelo constante apoio, também pela confiança, incentivo, afeto e consideração, por acreditar que era possível inclusive se candidatar ao doutorado sanduíche. Agradeço à Professora Dalila, por um amplo conjunto de motivos, principalmente por acreditar em mim, pela oportunidade de acolhimento no CICS.NOVA, por aceitar a me orientar em Portugal, pela extrema confiança, por todo apoio, zelo, cuidado, acolhimento, consideração e afeto, pelas conversas, pela oportunidade de execução de variadas atividades, por me ensinar também o funcionamento da investigação em Portugal.

Agradeço ao CICS.NOVA, inclusive a equipe de Gestão em Ciência, por todos os ensinamentos, métodos, procedimentos, apoio institucional e abertura, por me fazer sentir integrado, agradeço também pelas oportunidades e pelo espaço concedido. Em conjunto agradeço a NOVA.FCSH pela abertura institucional e aceite enquanto na realização do doutorado sanduíche. Agradeço a todos os Professores e Professoras que estiveram presente em minha vida, nessa trajetória acadêmica, cada aprendizado, tem parte de cada um de vocês, certamente tenho grande admiração por todos e todas. Agradeço a toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Política Social, pela constante disponibilidade, procedimentos, informações e instruções, são essenciais na operacionalização do âmbito acadêmico. Agradeço à Pró-Reitoria do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa e à Reitoria, por todo apoio institucional, pelo constante incentivo em relação ao processo de internacionalização da pesquisa. Agradeço pela oportunidade de desenvolver uma pesquisa que aborda questões socioeconômicas relacionadas ao gênero, especificamente, mulheres, mães e monoparentalidade feminina, diante da percepção sobre as desigualdades sociais e econômicas que ainda são existentes na

sociedade. Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dessa forma, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

Em geral agradeço a todas as pessoas, colegas e amigos presentes ao longo da caminhada no Brasil e em Portugal, às pessoas que contribuíram com as resoluções e tratativas do cotidiano. Pessoas que em inúmeros instantes estavam de braços abertos para um abraço, uma conversa, um sorriso. Pessoas que certamente tornaram essa trajetória ainda que intensa mais leve. Esse doutorado é o resultado do apoio de muitos e muitas, cada um que à sua forma, que com seu próprio toque de luz, iluminaram o trajeto. Obrigado!

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”
(Cora Coralina)

RESUMO

JÚNIOR, Wellington Adilson Domingos, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2025. **Domicílios monoparentais brasileiros e portugueses referenciados por mulheres: Um panorama dos aspectos da vulnerabilidade socioeconômica sob a ótica dos gastos com alimentação, saúde e educação.** Orientador: Evandro Camargos Teixeira. Coorientadora: Marcia Barroso Fontes.

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar os aspectos socioeconômicos relacionados à vulnerabilidade dos domicílios monoparentais portugueses e brasileiros referenciados por mulheres, a partir da caracterização dos gastos com alimentação, saúde e educação. Para isso, foram utilizados microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal. Foram desenvolvidos cinco artigos, cada um deles abordando temas específicos: caracterização socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais brasileiras; impacto do Programa Bolsa Família nos gastos com alimentação dessas famílias; caracterização socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em Portugal; análise socioeconômica comparativa entre domicílios monoparentais portugueses e brasileiros referenciados por mulheres; e caracterização dos domicílios monoparentais portugueses referenciados por mulheres a partir da pandemia da COVID-19. Os resultados evidenciam múltiplas camadas de vulnerabilidade social e econômica que incidem sobre esses domicílios monoparentais referenciados por mulheres, reforçando a necessidade de políticas públicas focadas e intersetoriais.

Palavras-chave: Monoparentalidade Feminina; Vulnerabilidade; Gastos essenciais; Brasil; Portugal

ABSTRACT

JÚNIOR, Wellington Adilson Domingos, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2025. **Female-Headed Single-Parent Households in Brazil and Portugal: An Overview of Socioeconomic Vulnerability through the Lens of Expenditures on Food, Health, and Education.** Adviser: Evandro Camargos Teixeira. Co-adviser: Marcia Barroso Fontes.

This research aims to analyze the socioeconomic aspects related to the vulnerability of Portuguese and Brazilian single-parent households headed by women, based on the characterization of their food, health, and education expenditures. Microdata from the Household Budget Survey (POF) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Portuguese National Institute of Statistics (INE) were used. Five articles were developed, each addressing specific topics: socioeconomic characterization of single-parent households headed by women in urban and rural areas of Brazil; the impact of the Bolsa Família Program on food expenditures of these families; socioeconomic characterization of single-parent households headed by women in Portugal; a comparative socioeconomic analysis between Portuguese and Brazilian single-parent households headed by women; and a characterization of Portuguese single-parent households headed by women since the COVID-19 pandemic. The results highlight multiple layers of social and economic vulnerability affecting these single-parent households led by women, reinforcing the need for focused and intersectoral public policies.

Keywords: Female single parenthood; Vulnerability; Essential expenses; Brazil; Portugal

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
REFERÊNCIAS.....	18
2. COMPROMETIMENTO ORÇAMENTÁRIO EM RELAÇÃO AOS GASTOS DE PRIMEIRA NECESSIDADE NOS DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS BRASILEIROS REFERENCIADOS POR MULHERES, LOCALIZADOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS.....	21
2.2. Evidências teóricas e empíricas.....	25
2.3. Procedimentos metodológicos.....	27
2.4 Resultados e Discussão.....	30
2.4.1 Análise dos Resultados.....	30
2.4.2 Discussão.....	37
2.5. Conclusões.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
3. AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O NÍVEL DE GASTOS COM ALIMENTAÇÃO DOS ARRANJOS MONOPARENTAIS REFERENCIADOS POR MULHERES.....	53
3.1. Introdução.....	54
3.2. Evidências teóricas e empíricas.....	56
3.3. Procedimentos metodológicos.....	60
3.3.1. Fonte e tratamento dos dados.....	60
3.3.2. Estratégia de Avaliação de Impacto.....	63
3.4 Resultados e Discussão.....	70
3.5 Considerações Finais.....	79
REFERÊNCIAS.....	81
4. CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS PORTUGUESES REFERENCIADOS POR MULHERES: ANÁLISE DOS ASPECTOS DE VULNERABILIDADE FRENTE AOS GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO.....	91
4.1. Introdução.....	92

4.2. Evidências teóricas e empíricas.....	96
4.3. Procedimentos metodológicos.....	103
4.4 Resultados e Discussão.....	107
4.5 Conclusão.....	128
REFERÊNCIAS.....	131
5. DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS PORTUGUESES E BRASILEIROS REFERENCIADOS POR MULHERES: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA COMPARATIVA COM ÊNFASE NOS GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO.....	146
5.1. Introdução.....	146
5.2. Evidências Teóricas e Empíricas.....	148
5.3. Procedimentos metodológicos.....	150
5.4. Resultados e discussão.....	152
5.5. Considerações finais.....	164
REFERÊNCIAS.....	167
6. PANDEMIA DA COVID-19 E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS DOMICÍLIOS PORTUGUESES MONOPARENTAIS REFERENCIADOS POR MULHERES COM ÊNFASE NOS GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO.....	172
6.1. Introdução.....	172
6.2. Evidências Teóricas e Empíricas.....	175
6.3. Metodologia.....	179
6.4. Resultados e discussão.....	181
6.5. Considerações finais.....	196
REFERÊNCIAS.....	199
7. CONCLUSÃO GERAL.....	208

1. INTRODUÇÃO

A família pode ser compreendida como um agrupamento de indivíduos que mantêm convivência entre si, vinculados por laços de parentesco, afetividade ou normas de coabitação, coabitando um espaço comum, denominado domicílio (Cavalcante e Lima, 2020). Já conforme Wiedenhof (2021), compreende-se família como uma forma de organização que surgiu mediante a evolução da civilização humana, de modo que ao longo do tempo esteve sujeita a diversas transformações, culturais, sociais e econômicas. Dessa forma, a partir das inferências dos autores, considera-se família uma organização que influencia e que concomitantemente é influenciada de acordo com um conjunto de transformações sociais que ocorrem ao longo do tempo.

Lopes (2019) ressalta a família possui o simbolismo de uma estrutura convencional, nuclear e biparental de acordo com os preceitos culturais ocidentais dos últimos séculos, que por sua vez tem sido modificado através das transformações culturais e sociais ocorridas na sociedade. Para Ferreira (2021) e Sousa (2022) considera-se o modelo familiar biparental tradicional como aquele composto pela presença do casal, ou seja, pela presença do pai (geralmente a pessoa de referência no domicílio) e da mãe, com seus respectivos filhos, sendo esta uma família nuclear.

Em contrapartida, a família monoparental feminina, especificamente o domicílio monoparental referenciado por mulheres, pode ser compreendido como uma família referenciada exclusivamente por uma mulher, a qual assume as funções de prover e cuidar, sendo estes domicílios configurados e reconfigurados através de processos de rupturas, viuvez, divórcio, separação ou escolha reprodutiva (Leone et al. 2012; Carvalho e Oliveira, 2018; Minamiguchi, 2019).

Sobre as origens desses domicílios, Morgan (2019) ao pesquisar o processo antropológico intrínseco na formulação das tipologias familiares e Engels (2019) em investigação sobre a origem da família, constataram que, inicialmente, em diversas tribos ancestrais, as famílias possuíam uma configuração caracterizada pela linhagem matrilinear, de modo que até aquele momento os grupos eram formados, reconhecidos e identificados através da mãe, no caso a genitora, a pessoa de referência daquele grupo.

Assim, ainda que o domicílio monoparental referenciado por mulheres tenha sido constantemente ressignificado e discutido a partir dos anos 70 sobre o escopo das

transformações econômicas, sociais e culturais do último século em relação aos papéis de gênero, observa-se que tal tipologia possui ramificações ainda mais ancestrais, que por sua vez ainda podem ser identificadas em algumas tribos e agrupamentos no Sudeste Asiático, África, nas Américas, dentre outras localidades do planeta (Blanchy, 2019; Ederli, 2020; Ribeiro, 2021; Santos Soares, 2021, Lowes, 2022).

A temática da monoparentalidade feminina envolve um compilado de características e contextos. Em primeiro lugar, observa-se que à medida em que a mulher assume a função de ser a única pessoa de referência no domicílio, identifica-se implicações nas formas do exercício do trabalho remunerado, paralelo às atribuições de execução dos trabalhos domésticos e criação dos filhos, dinâmica essa que pode ser denominada como tripla jornada¹ e até múltiplas jornadas. No intuito de conciliar essas múltiplas atividades, infere-se que o trabalho remunerado tende a se caracterizar por carga-horária reduzida, flexível, sazonal, e conseqüentemente, com menor nível de remuneração (Costa e Marra 2013; Beckmeyer et al. 2020).

Em paralelo a essa condição de remuneração reduzida dos trabalhos exercidos pelas mães-solo, se associam os baixos níveis de escolaridade, capacitação e especialização, dada a ausência de oportunidades e diante das múltiplas funções exercidas. Assim sendo, parcela significativa das mães provenientes dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres exercem ofícios que necessitam de menos capacitação, circunstancialmente menor remunerados, de modo que parcela significativa dessas famílias estejam dispostas entre as menores faixas de renda, fator que sinaliza a tendência de tais domicílios estarem inseridos em contextos de vulnerabilidade socioeconômica (Moilanen et al. 2019; Benatti et al.2021; Beauregard et al. 2020).

Salienta-se que os aspectos de vulnerabilidade socioeconômica associados à monoparentalidade feminina não são exclusivos dos domicílios monoparentais brasileiros referenciados por mulheres ou se manifestam somente nos países em desenvolvimento. Esses aspectos também estão presentes na América do Norte e na Europa, incluindo países como Estados Unidos, França, Polônia, Espanha e Portugal. Em Portugal, país com fortes laços históricos, sociais e culturais com o Brasil, também se identificam domicílios monoparentais referenciados por mulheres que enfrentam condições socioeconômicas fragilizadas (Bernard,2019; Klaus, 2019; Samelius,2020; Matos e Paiva,2022).

Em suma, essa pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos socioeconômicos relacionados à vulnerabilidade dos domicílios monoparentais

femininos brasileiros e portugueses referenciados por mulheres, considerando nível de gastos com alimentação saúde e educação. Com esse intuito, foram elaborados cinco artigos, que a partir de diferentes abordagens, buscam identificar os mecanismos que expõem essas famílias a possíveis contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Por sua vez, cada artigo corresponde a um objetivo específico da presente pesquisa.

Dessa forma, partir do referido objetivo principal, buscou-se estabelecer cinco objetivos específicos, a serem alcançados mediante a construção de cinco artigos. O primeiro objetivo compreende-se em realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios monoparentais femininos brasileiros referenciados por mulheres, localizados em áreas urbanas e rurais, considerando nível de gastos com alimentação saúde e educação. O segundo objetivo específico busca avaliar o impacto do Programa Bolsa Família, sobre o nível de gastos com alimentação dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, localizados em áreas. Por conseguinte, o terceiro objetivo específico compreende-se em realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios monoparentais portugueses referenciados por mulheres, considerando o nível de gastos com alimentação, saúde e educação. De forma subsequente, o quarto objetivo específico busca realizar uma análise socioeconômica comparativa entre os domicílios monoparentais portugueses e brasileiros referenciados por mulheres, considerando o nível de comprometimento orçamentário com o nível de gastos com alimentação, saúde e educação. Por fim, o quinto objetivo específico compreende-se em realizar uma análise socioeconômica comparativa dos domicílios monoparentais portugueses referenciados por mulheres entre os períodos de 2015/2016 e 2021/2022, anterior e posterior a COVID-19, considerando o nível de gastos com alimentação saúde e educação.

No intuito de ressaltar os preceitos de vulnerabilidade social e econômica que tendem a incidir sobre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, a partir de dados das estatísticas de gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2021), observa-se que o nível médio de horas de dedicação a cuidados e afazeres domésticos das mulheres chega a ser aproximadamente 21 horas semanais enquanto os homens dedicam em média 11 horas; de modo consecutivo as mulheres ainda recebem em média $\frac{1}{4}$ a menos do que os homens e esse contexto se amplifica a partir do momento em que a mulher é a única pessoa de referência no domicílio. De forma concomitante, Alves et al. (2021) ao analisarem os domicílios monoparentais

referenciados por mulheres, observaram que dentre esses domicílios, aproximadamente 16 % estavam abaixo da linha de pobreza².

Salienta-se que além das condições em termos de renda e emprego, observa-se que à medida em que se especifica e se detalha as características dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, os sentidos de vulnerabilidade socioeconômica se manifestam sobre outras dimensões, como por exemplo ao analisar os domicílios monoparentais femininos localizados em áreas rurais.

Segundo Agy (2020), evidencia-se maior precarização socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados em áreas rurais, diante dos menores níveis relativos de escolaridade e de renda, dentre outros fatores. Além de tais fatores, os estigmas associados à monoparentalidade feminina se tornam mais latentes e se transfiguram com o próprio fluxo do trabalho rural, diante da necessidade de mão de obra e do manejo de recursos para a manutenção da subsistência. Logo, os níveis reduzidos de renda, e conseqüente, de recursos disponíveis para consumo diminutos, destacando-se os bens de primeira necessidade, particularmente gastos com alimentação, saúde e educação. Estes tendem a ser ainda mais precários nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados na zona rural, fazendo com que se aglutine a presença de contextos de vulnerabilidade social e econômica (Ramos e Tus, 2020; Bowman e Wicramasinghe, 2020; Dalsenter, 2021).

A partir dessa concepção, foi produzido o primeiro artigo, relacionado ao tema central, que tem como objetivo realizar uma caracterização socioeconômica comparativa entre os domicílios monoparentais brasileiros referenciados por mulheres, localizados em áreas urbanas e rurais, considerando os gastos com alimentação saúde e educação e a análise do comprometimento orçamentário dos supracitados gastos dos referidos domicílios, no intuito de sinalizar aspectos de vulnerabilidade social e econômica entre as distintas áreas urbanas e rurais.

A partir de uma outra nuance em termos de análise domicílios monoparentais referenciados por mulheres, identifica-se presença massiva desses domicílios entre aqueles que são mais assistidos por programas de transferência de renda, inclusive no Brasil, mediante particularmente o Programa Bolsa Família. Essa característica ressalta a necessidade dessas famílias de aumentarem sua renda para garantir o consumo de bens essenciais, reforçando sua vulnerabilidade socioeconômica. Essa vulnerabilidade pode ser analisada pelo nível de gastos com alimentação, saúde e educação, bem como pelo

impacto desses gastos no orçamento familiar. (Baptistella, 2020; Southier e Triches, 2020).

Ademais, Santos (2022) e Silva (2022), inferem que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres são os que mais estão presentes em termos proporcionais entre aqueles que recebem recursos provenientes de programas sociais de transferência de renda. Em paralelo, Neves et al. (2022) e Santos (2022), ao analisarem variadas políticas sociais, observaram que dentre os grupos que mais participam de tais programas, as famílias monoparentais referenciadas por mulheres tendem a se apresentar de forma mais expressiva.

Desse modo, uma vez que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres tendem a estarem inseridos em contextos de precariedade, priorizando, assim, os escassos rendimentos aos itens básicos de primeira necessidade, pressupõe-se que essas famílias, ao participarem de forma mais expressiva do Programa Bolsa Família, tendem a priorizar a elevação dos gastos com alimentação a partir de substanciais incrementos no nível de renda (Baptistella, 2020; Southier e Triches, 2020).

Diante dessa perspectiva, foi desenvolvido o segundo artigo, que tem como objetivo realizar uma avaliação de impacto do Programa Bolsa Família sobre o nível de gastos com alimentação dos domicílios monoparentais brasileiros referenciados por mulheres no intuito de observar se de fato a transferência de renda é suficiente para gerar incrementos no nível de gastos com alimentação de tais famílias, partindo do pressuposto de que estas famílias tendem a ter um comprometimento orçamentário expressivo com tais gastos, o que tende a ilustrar aspectos de vulnerabilidade social e econômica desses domicílios.

Destarte, de forma semelhante, Diogo et al. (2021) inferem que em Portugal observa-se certa atenuação da precariedade entre as mães solo. Além disso, Wieser et al. (2021), acompanhando os indicativos do relatório da ONU Mulheres (2022) e de demais países da União Europeia, identificaram lapsos de distanciamentos socioeconômicos entre famílias com tipologias diferentes, de modo que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres se distanciam daqueles que possuem outras configurações, principalmente ao se analisar o nível médio de renda e consumo das famílias.

Por conseguinte, Segundo Ferreira (2021), os domicílios monoparentais femininos europeus, com destaque para Portugal, ainda tendem a priorizar os gastos com alimentação em relação aos demais gastos básicos, o que conforme destacado sinaliza vulnerabilidade socioeconômica. A partir dessa concepção, foi confeccionado o

terceiro artigo relacionado ao tema central, que tem como objetivo realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios monoparentais femininos em Portugal, considerando os gastos com alimentação, saúde e educação, no intuito de identificar os potenciais traços de vulnerabilidade socioeconômica.

Após a elaboração dos três primeiros artigos que compõem essa pesquisa, tornou-se possível obter uma caracterização socioeconômica dos domicílios monoparentais portugueses e brasileiros referenciados por mulheres, sobre a perspectiva dos gastos com alimentação, saúde e educação. Segundo Antigo et al. (2023), os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, embora com maior tendência a estarem situações de vulnerabilidade socioeconômica, configuram-se a partir de uma diversidade de contextos e trajetórias. Esses contextos variam conforme níveis de renda, níveis de gastos, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, bem como em função das especificidades regionais e do cenário social em que os indivíduos estão inseridos. Nesse sentido, foi desenvolvido o quarto artigo, que tem como objetivo realizar uma análise socioeconômica comparativa entre os domicílios monoparentais brasileiros e portugueses referenciados por mulheres, considerando os aspectos relacionados à vulnerabilidade a partir dos gastos com alimentação, saúde e educação, além das particularidades demográficas, econômicas e sociais de cada país.

Ademais, conforme aponta Gandra (2023), os domicílios monoparentais referenciados por mulheres apresentam uma maior propensão a sofrerem impactos mais intensos diante de instabilidades socioeconômicas. Em 11 de março de 2020, o mundo enfrentou a eclosão da pandemia de COVID-19, a qual gerou profundas implicações socioeconômicas em escala global (Silva, 2024). Assim, para Freitas e Finamori (2025), os domicílios monoparentais referenciados por mulheres tendem a ter sido ainda mais afetados, em razão de uma condição pré-existente de vulnerabilidade que pode ter se intensificado durante o período pandêmico. Em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística (INE) disponibilizou microdados referentes às condições de vida da população. Nesse contexto e a partir desses dados, foi elaborado quinto artigo, em que se propôs a realizar uma análise descritiva e comparativa dos domicílios monoparentais femininos portugueses, nos períodos de 2015/2016 (anterior à pandemia) e de 2021/2022 (após a declaração do estado de pandemia global).

Salienta-se que cada artigo está focalizado em uma vertente específica, abordando temas como os gastos com alimentação, saúde e educação, a localização dos domicílios em áreas urbanas e rurais, o impacto das políticas públicas de transferência

de renda, além de uma análise sobre os domicílios monoparentais portugueses referenciados por mulheres, uma análise comparativa entre Brasil e Portugal e uma análise sobre os domicílios monoparentais portugueses referenciados por mulheres, entre distintos períodos de tempo, Para sua consecução, a pesquisa está estruturada em sete capítulos. O primeiro corresponde à introdução geral, precedido de cinco capítulos, cada um composto por um artigo que conforme ressaltado, aborda um objetivo específico da pesquisa. Por fim, o sétimo capítulo apresenta a conclusão geral do estudo.

REFERÊNCIAS

ANTIGO, Mariangela, *et al.* Vulnerabilidade do responsável pelo domicílio no mercado de trabalho: uma análise por sexo e por cor para o Brasil entre 2016 e 2023. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, v.9, p. 29-54, 2023.

AGY, A. R. Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. **Academia Educação**, 2020.

ALVES, T. F.; COELHO, A. B; TRAVASSOS, G. F. Fatores que afetam os índices antropométricos infantis: um enfoque nas famílias monoparentais femininas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 26, p. 6141-6152, 2021.

BAPTISTELLA, J. C. F. Avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do Programa Bolsa Família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 3, p. 26-53, 2020.

BEAUREGARD, P. L. *et al.* Primary school reopenings and parental work. Research Group on Human Capital-Working **Paper Series**, 2020.

BERNARD, J. Where have all the rural poor gone? Explaining the rural–urban poverty gap in European countries. **Sociologia Ruralis**, v. 59, n. 3, p. 369-392, 2019.

BLANCHY, S. A matrilineal and matrilocal Muslim society in flux: negotiating gender and family relations in the Comoros. **Africa**, v. 89, n. 1, p. 21-39, 2019.

BOWMAN, D.; WICKRAMASINGHE, S. Trampolines not traps: enabling economic security for single mothers and their children. **Intersearch**, 2020.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021. **Rio de Janeiro**, 2021.

CAVALCANTE, A. E.; LIMA, I. A. A família na atualidade: novo conceito de família e novas formações. **Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC)**, v. 7, 2020.

COSTA, L. K. R. *et al.* Reflexão sobre a condição da mulher: maternidade e monoparentalidade feminina em Canapi-Sertão de Alagoas. **Repositório Rioufal**, 2020.

DIOGO, F. *et al.* A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos. A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos. **Repositório UCP**, 2021.

EDERLI, A. K. G. B. A evolução do conceito de família e suas concepções contemporâneas. **ETIC-Encontro de Iniciação Científica** v. 16, n. 16, 2020.

ENGELS, F. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. Boitempo Editorial, 2019.

FERREIRA, L. G. Poor women and urban assistance in Early Modern Portugal: the case of hospital of Santiago of Braga. **Repositório Minho**, 2021.

FREITAS, Mayara Achilei de; FINAMORI, Sabrina. Labors of love and care: the emotional grammars of motherhood and maternal activism on networks. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n.1, p. 1-13, 2025.

GANDRA, Juliana Mara de Fátima Viana. **Mudanças nos padrões de formação das famílias domiciliares brasileiras: um estudo das complexidades recentes, dos diferenciais socioeconômicos e de papéis de gênero**. 2023. Tese (Doutorado em Demografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

KLAUS, A. Every Child a Lion: The Origins of Maternal and Infant Health Policy in the US and France. **Cornell University Press**, 2019.

LOPES, A.D. F. Famílias e transformações contemporâneas: uma análise a partir dos dados do IBGE. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. 2019.

LOWES, S. Kinship Structure and the Family: Evidence from the Matrilineal Belt. **National Bureau of Economic Research**, 2022.

MATOS, P. T.; PAIVA, D. Remarriage and Stepfamilies in the ‘Western Islands’ of Europe: the rural Azores of Portugal in the 18th and 19th centuries. **The History of the Family**, v. 27, n. 3, p. 493-520, 2022.

MORGAN, L. H. Ancient society: Or, researches in the lines of human progress from savagery, through barbarism to civilization. **Good Press**, 2019.

NASCIMENTO S. E. Famílias contemporâneas, monoparentalidade e a experiência da maternidade solo. **Revista Científica UMC**, v. 5, n. 3, 2020.

NEVES, I. L. G. das *et al.* Mulheres Beneficiárias de Programas de Transferência de Renda e suas Percepções sobre Segurança Alimentar. **Unila**, 2022.

ONU Mulheres – Sociedade Civil -Relatório ONU Mulheres- **Organização das Nações Unidas** (ONU), 2022.

RAMOS, E. S.; TUS, J. Beating the Odds: An Exploratory Study on Single Mothers' Lived Experiences in Child-Rearing Practices. **Asian Journal of Current Research**, v. 5, n. 1, p. 58-70, 2020.

RIBEIRO, V. C. P. Família monoparental como entidade familiar. **Repositório Unitau**, 2021.

SANTOS S. A. M. P. Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 30, n. 2, p. e190396-e190396, 2021.

SANTOS, V. C. B. **Mulheres beneficiárias do programa bolsa família: consciência política e a questão de gênero e da pobreza**. 2022. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SILVA, Herick Ramos. Continuidade frente à adversidade: o trabalho das ONGs voltadas a crianças e adolescentes durante a pandemia. **Revista Global FG**, v. 22, n.1 p. 23-47, 2024.

SILVA, S. Z. C. R. Instituição familiar e papéis de gênero: uma análise crítica da ausência paterna no desenvolvimento psicossocial de mulheres. **Repositório UNDB**, 2022.

SOUTHIER, N.; TRICHES, R. M. Programa Bolsa Família: impacto na alimentação e papel da aquisição não monetária no meio urbano e rural. **Interações** (Campo Grande), v. 21, p. 871-884, 2020.

WIEDENHOFT, E. R. Socioafetividade: a evolução do conceito de família no ordenamento jurídico brasileiro e seus efeitos na filiação. **Anima Educação**, 2021.

WIESER, D. The Frizzy Hair of the Retornados: “Race” and Gender in Literature on Mixed-Race Identities in Portugal. In: The Retornados from the Portuguese Colonies in Africa. **Routledge**, 2021. p. 150-170.

2. COMPROMETIMENTO ORÇAMENTÁRIO EM RELAÇÃO AOS GASTOS DE PRIMEIRA NECESSIDADE NOS DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS BRASILEIROS REFERENCIADOS POR MULHERES, LOCALIZADOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS.

Resumo: Este estudo tem como objetivo realizar uma caracterização socioeconômica comparativa com ênfase nos gastos com alimentação, saúde e educação nos domicílios monoparentais brasileiros referenciados por mulheres, localizados em áreas urbanas e rurais, além de analisar o comprometimento da renda média desses domicílios com tais dispêndios. A pesquisa é de natureza quantitativa e descritiva, utilizando dados secundários da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/2018 (POF 2017/2018) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados indicam que domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais apresentam maiores privações socioeconômicas em comparação aos urbanos. Adicionalmente, os gastos com alimentação e saúde comprometem parcela considerável da renda média desses domicílios, com maior impacto nas áreas rurais, especialmente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

Palavras-chave: Domicílios monoparentais referenciados por mulheres; Gastos de primeira necessidade; Análise rural e urbana; Vulnerabilidade socioeconômica; Brasil.

Abstract: The aim of this study is to carry out a comparative socioeconomic characterization with an emphasis on spending on food, health and education in female single-parent households in urban and rural areas, as well as analyzing the average income of these households with such spending. The research is quantitative and descriptive in nature, using secondary data from the 2017/2018 Household Budget Survey (POF 2017/2018) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results indicate that female-headed households in rural areas have greater socioeconomic deprivation compared to urban households. In addition, spending on food and health compromises a considerable portion of the average income of these

households, with a greater impact in rural areas, especially in the Northeast, Southeast and South regions.

Keywords: Single-parent households referenced by women; Expenditure on necessities; Rural and urban analysis; Socioeconomic vulnerability; Brazil.

2.1. Introdução

A família monoparental feminina é uma tipologia familiar e domiciliar que tem como principal característica a centralidade da mulher enquanto provedora, sendo ela a principal agente no processo de tomada de decisões no domicílio (Finamori e Batista, 2022).

Ainda que a discussão sobre esse específico arranjo familiar tenha se difundido nas últimas décadas, bem como sua maior expressividade em relação ao número de domicílios monoparentais referenciados por mulheres em tal condição, Morgan (1970), Engels (2012) e Almeida e Oliveira (2021) salientam que desde os primórdios da civilização estavam presentes sociedades compostas por linhagens matrilineares, ou seja, famílias em que a mulher era a principal pessoa de referência.

Na atualidade, segundo Diniz (2002) e Minamiguchi (2017), compreende-se que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres são aqueles compostos pela presença da mãe e de seus respectivos filhos, desvinculando-se, assim, da configuração das famílias nucleares compostas por um casal e seus filhos.

Dentre as principais características dessa tipologia familiar e domiciliar, enfatiza-se que tais domicílios monoparentais referenciados por mulheres tendem a estar inseridos em contextos de vulnerabilidade social, diante de questões que se iniciam na própria disparidade de gênero¹, representada pela desigualdade salarial entre homens e mulheres; ausência de creches para crianças; diferenças nos níveis de capacitação e escolaridade entre homens e mulheres; sobrecarga das mulheres nas funções relacionadas ao cuidado, além de questões referentes a dinâmica da dupla² jornada de trabalho (Lavinias e Nicoll, 2006; Costa e Marra 2013; Beckmeyer *et al.* 2020).

¹ Considera-se desigualdade de gênero um termo multidimensional relacionado aos variados processos de desigualdade econômica, social, racial, além de outros preceitos culturais e patriarcais que tendem a incidir sobre as mulheres, proporcionando discrepâncias a serem observadas sobre a ótica do gênero (Cobo, 2021).

De acordo com Leonardo e Moraes (2017), ainda que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres não sejam homogêneos entre si, sendo estes distribuídos em diversas faixas de renda, observa-se que a dinâmica monoparental feminina tende a se deparar com maiores desafios e limitações, inclusive na quantidade de renda disponível para consumo e subsequente realização dos gastos.

Desse modo, Melo (2019) destaca que uma significativa parcela dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres consideram os rendimentos insuficientes para aquisição dos bens de primeira necessidade, indo ao encontro do que foi verificado por Li (2020) ao analisar as mães solo chinesas.

Ademais, Agy (2020) e Calvi (2023) inferem que este cenário de precariedade tende a se intensificar nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais. Para os autores, o processo de vulnerabilidade socioeconômica tende a se amplificar em função da própria dinâmica do manejo das atividades agrárias, dada a necessidade de mão de obra, menor nível relativo de escolaridade e alfabetização, ausência de oportunidades de emprego, menor nível de remuneração, ausência ou distanciamento dos serviços de saúde, estigmatização da concepção da monoparentalidade em detrimento do modelo tradicional nuclear. Tais constatações foram observadas em algumas pesquisas já realizados, vide Klarner e Knabe (2019), Bajacarczyk *et al.* (2021) e Lavee *et al.* (2022) na Alemanha, Polônia e Israel, respectivamente.

Outrossim, a referida vulnerabilidade socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres pode ser representada pela precarização nos gastos com alimentação, saúde e educação. Assim sendo, internacionalmente, Sharaunga *et al.* (2016), Sirisai *et al.* (2017) e Pandey (2019) analisaram a importância das figuras matrilineares no processo de tomada de decisões sobre os gastos das famílias, tendo como ênfase o consumo alimentar nas comunidades rurais do Quênia, Tailândia e Nepal, respectivamente. A partir de tais pesquisas, os autores constataram que as escolhas de consumo ocorrem diante de limitações orçamentárias e de recursos,

² O termo dupla jornada de trabalho refere-se à execução das funções do âmbito do mercado de trabalho atreladas a responsabilização cultural, patriarcal e social das funções de cuidado associados ao gênero/sexo feminino. Ainda que o termo se refira a dupla jornada, compreende-se que a sobreposição de funções e responsabilidades associadas ao feminino são múltiplas, situação que tende a gerar sobrecargas e desgastes nos mais diversos aspectos (Silva, 2019; Duarte e Spinelli, 2020).

sendo estas mais acentuadas nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados em áreas rurais.

Para o caso brasileiro, Maciel *et al.* (2012), Aquino e Nascimento (2020) e Vaz e Hoffman (2021) verificaram que existe elevada discrepância econômica entre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais, particularmente no que se refere aos níveis de renda e gastos. Nesse sentido, Barbosa *et al.* (2019), Maas *et al.* (2020), Almeida e Dalsenter (2021), assim como Antunes e Troian (2022) destacam que a debilidade econômica das famílias em relação a obtenção de itens básicos se amplifica quando analisa-se a sobreposição do escopo rural e monoparental feminino.

Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo realizar uma caracterização socioeconômica comparativa, com ênfase nos gastos com alimentação, saúde e educação, entre domicílios monoparentais referenciados por mulheres brasileiros em áreas urbanas e rurais no período de 2017/2018. Além disso, pretende-se destacar a representatividade dos gastos com tais gastos em relação ao nível médio de renda, de modo que seja possível observar qual segmento de gasto possui maior peso proporcional, considerando-se domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais, localizados nas cinco macrorregiões do país.

Salienta-se que outrora foram realizados estudos que analisaram domicílios monoparentais referenciados por mulheres no Brasil (Leonardo e Morais, 2017; Batista e Costa, 2019; Minamiguchi, 2022), além de outros que investigaram gastos e consumo das famílias brasileiras (Campos, 2020; Hoffmann e Jesus, 2021), assim como determinados aspectos de vulnerabilidade socioeconômica em domicílios monoparentais referenciados por mulheres (Borges, 2016; Santos Rêgo, 2022; Soares e Pereira, 2022) e análises sobre os gastos e consumo entre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais (Ximenes, 2019; Valadares, 2022; Costa *et al.* 2023).

À vista disso, o trabalho se diferencia dos trabalhos já realizados ao apresentar maior detalhamento a respeito da vulnerabilidade socioeconômica verificada em domicílios monoparentais referenciados por mulheres no país ao considerar e comparar as áreas urbanas e rurais, contribuindo, assim, com o estado da arte relacionado ao tema no Brasil, de modo que não foram encontrados trabalhos que realizaram uma análise

socioeconômica comparativa entre domicílios localizados em áreas urbanas e rurais, considerando especificamente os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, bem como o nível de gastos com alimentação, saúde e educação em relação ao nível de rendimentos.

Além disso, a partir dos resultados encontrados, será possível subsidiar políticas públicas que possam elevar o nível de bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos residentes em domicílios monoparentais referenciados por mulheres.

Para sua consecução, além dessa seção introdutória, este estudo está dividido em mais quatro seções. A próxima seção refere-se à apresentação da fundamentação teórica relacionada ao tema, seguida dos procedimentos metodológicos, resultados e discussão; e conclusões.

2.2. Evidências teóricas e empíricas

Finamori (2022), a partir dos preceitos de Woortman e Woortman (2004), aponta que a monoparentalidade feminina é proeminente nos estratos de rendimentos menos abastados. Em complemento, Almeida *et al.* (2017) e Bezerra e Pedraza (2017) salientam que a insuficiência em termos de renda tende a gerar significativos impactos na disponibilidade de bens e recursos para a obtenção de produtos básicos, destacando-se o consumo alimentar.

Nesse aspecto, uma das formas de mensuração dos aspectos da vulnerabilidade socioeconômica é a partir da ótica dos gastos, sendo esta complementada pelas questões relacionados ao comprometimento orçamentário dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em função dos referidos dispêndios (Carvalho, 1998; Borges, 2016; Leonardo e Morais, 2017, Santos e Severiano, 2021).

A respeito do comprometimento orçamentário, é importante mencionar um princípio conhecido como a Lei de Engel, presente no estudo de Callegaro (1982), em que se define economicamente que quanto menor o nível de renda da família em um determinado domicílio, maior em proporção serão seus gastos com alimentação, saúde, e educação, dentre outros segmentos de consumo. Dessa forma, para o autor, quanto menor a renda média da família, mais elevado é o seu comprometimento com gastos relacionados à subsistência.

Nessa perspectiva, é possível constatar os domicílios monoparentais referenciados por mulheres tendem a estar inseridos em contextos de vulnerabilidade socioeconômica (Woortman e Woortman 2004; Finamori 2022), os quais se manifestam particularmente na precariedade dos rendimentos monetários (Maia *et al.* 2015), particularmente por meio de limitações nas formas de consumo, vide gastos com bens de primeira necessidade, como por exemplo dispêndios com alimentação, saúde e educação, que comprometem parcela significativa da renda média (Salles-Costa *et al.* 2008).

Segundo Fernandes (2022), essa dinâmica reforça os preceitos de disparidade de gênero e tendência à vulnerabilidade socioeconômica por parte dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Além disso, tal diferenciação também é verificada segundo a localização dos domicílios (Roelen *et al.* 2015). À vista disso, Alves e Cavenaghi (2020) revelam que a precarização dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres pode se intensificar à medida em que se aprofunda a investigação sobre tais arranjos, inclusive ao se observar aqueles localizados em áreas rurais.

Conforme Intumbo (2021), nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais, as condições de vulnerabilidade inerentes a essa tipologia familiar se intensificam, de modo que os níveis de renda, assim como o nível de gastos com alimentação, saúde e educação se tornam ainda mais reduzidos, sendo acompanhados por outros indicadores, tal como o baixo nível de escolaridade.

Empiricamente, Ardnt (2018) e Sano *et al.* (2019) encontraram resultados que comprovam que a dinâmica do comprometimento orçamentário com itens básicos se intensifica quando são analisados domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais, indo ao encontro do que foi verificado por Maisyarah e Sofiyard (2018), Ballesterio (2019), Russel (2019), Lu (2020), Crouch *et al.* (2020) e Talib *et al.* (2020).

Mediante as possíveis limitações orçamentárias, Vaz e Hoffmann (2021) reforçam a ideia de que a quantidade de recursos disponível tende a ficar mais restrita quando gastos com alimentação, saúde e educação comprometem parcela considerável da renda média dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Esses autores certificam que além da tendência de níveis reduzidos de renda, precedidos de reduções

sistemáticas no nível de gastos com alimentação saúde e educação, pode ocorrer maior comprometimento orçamentário em relação aos gastos de primeira necessidade, destacando-se os gastos com alimentação, que são diretamente relacionados a sobrevivência (Monheit e Grafova 2018).

Adicionalmente, Morais *et al.* (2020) verificaram significativa precariedade no consumo alimentar mediante o comprometimento orçamentário em gastos com alimentação. Para os autores, é possível observar famílias detentoras dos menores níveis de renda que comprometem mais de 50% de seu orçamento com gastos alimentares e que ainda apresentam insuficiência no tocante a obtenção de alimentos.

Além dos dispêndios com alimentação, a literatura também trata especificamente dos gastos com saúde, que necessários para a manutenção vital dos indivíduos. Salienta-se que ainda que o Brasil possua um sistema de saúde unificado e que proporciona acesso a uma parcela considerável da população, ainda assim as famílias devem arcar com algumas necessidades relacionadas a saúde (Viacava e Bellido, 2016; Piola, 2018; Varella, 2020).

Por sua vez, no que tange os gastos com educação, Moreno (2021) destacam que o volume de despesas relacionadas a essa cifra tende a se alterar à medida em que se observa o sexo da pessoa de referência no domicílio e sua localização censitária, se urbano ou rural. Para os autores, as despesas médias com educação são consideravelmente menores quando a mulher é a pessoa de referência no domicílio e tendem a ser ainda mais reduzidas no meio rural, onde o acesso à educação é menor.

2.3. Procedimentos metodológicos

Diante do objetivo de realizar uma caracterização socioeconômica comparativa com ênfase nos gastos com alimentação saúde e educação dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais, realizou-se uma pesquisa de caráter quantitativo e descritivo. Dessa forma, foram utilizados microdados provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017/2018 (POF 2017/2018).³

Para a consecução do trabalho, foram utilizados microdados provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017/2018 (POF 2017/2018). A POF tem como

³ Base de microdados mais atual disponibilizada pelo IBGE, no momento de realização da pesquisa.

objetivo e principal implicação avaliar as estruturas de consumo, gastos, receitas e parte da variação patrimonial das famílias, o que possibilita a apresentação de um perfil das condições de vida da população brasileira, a partir da análise dos orçamentos domésticos. Ressalta-se que a pesquisa tem como unidade investigativa o domicílio, sendo analisado por amostragem (IBGE, 2019).

Segundo IBGE (2019), foram realizadas entrevistas em 57920 domicílios na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017/2018. No entanto, ressalta-se que ainda que a amostragem seja a nível nacional, de acordo com as diretrizes da pesquisa e para fins de operacionalização - no que diz respeito a base de dados utilizada -, foram realizadas filtrações de modo que fossem considerados somente os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, o que restringe a amostra à quantidade de aproximadamente 4605 domicílios.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares possui ao todo um conjunto de sete questionários, de modo que cada um possui um conjunto de informações específicas. Desse modo, para cada tipo de variável a ser utilizada, de acordo com a informação a qual se pretende obter, é utilizado um questionário específico, que posteriormente formará uma base de dados alinhada de acordo com os objetivos do trabalho.

No intuito de obter informações socioeconômicas referentes aos moradores do domicílio, situação censitária, no caso se o domicílio se encontrava em áreas urbanas ou rurais e o tipo de arranjo domiciliar, se monoparental feminino, uma vez que esses são os domicílios analisados, utilizou-se a POF-1, que é referente às características do domicílio e dos moradores, havendo diversas informações que vão desde condições de escolaridade e saúde até níveis de renda de cada domicílio. A partir desse questionário⁴, foi possível identificar, por meio da variável *Cond_uc*, a categorização de cada morador no domicílio, se é pessoa de referência⁵, cônjuge, filhos, dentre outras características, o que possibilitou a identificação do tipo de arranjo familiar o qual se pretendia analisar.

A respeito das características socioeconômicas, foram consideradas as seguintes variáveis: renda, situação do domicílio (se urbano ou rural) sabe ler e escrever, total de filhos, raça/cor e unidade da federação (uf), que posteriormente foi agrupada para a

⁴ O manejo dos questionários provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF-2017/2018) foi realizado por meio do software *Stata*, que possibilita o manuseio de grandes bases de dados, além de possibilitar a criação de variáveis e realizar análises econométricas.

⁵ A identificação das mulheres enquanto pessoas de referência no domicílio foi realizada a partir de estratégias metodológicas anteriormente realizadas e implementadas por Fontes (2014) e Fontes *et al.* (2016).

formação da variável categórica região, no intuito de observar possíveis traços de disparidade regional.

No intuito de investigar as variáveis utilizadas, pode-se inferir que a variável nível de renda possibilita a comparação do nível de renda entre domicílios urbanos e rurais, além das médias de gastos por faixas de renda. A variável situação do domicílio é relevante para a pesquisa categorizar os domicílios em áreas urbanas e rurais. Por sua vez, as demais variáveis proporcionam uma maior gama de informações ao se comparar a situação dos domicílios, considerando-se áreas urbanas e rurais, sendo possível identificar possíveis traços de disparidade não apenas no tocante aos gastos, mas também em relação a outros aspectos socioeconômicos.

Tratando-se especificamente das variáveis nível de gastos com alimentação, saúde e educação, foi utilizada a POF-3, também conhecida como caderneta de despesas coletivas, que engloba os gastos diários da unidade de consumo; e por último, a POF-4, que detém o bloco de consumo individual. Em cada um destes questionários foi utilizada a variável código 9001, referente a todos os produtos catalogados e listados na categoria consumo, que são todos os produtos adquiridos e consumidos por aqueles que vivem em determinada unidade domiciliar (IBGE 2019). Tal variável continha o arquivo cadastro de produtos, onde consta a listagem de tais produtos e seus respectivos códigos.

Após manuseamento dos três questionários, isto é, desses três agrupamentos da POF separadamente, foi possível unificar a base de dados. Logo, obteve-se a base de dados dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres com as variáveis socioeconômicas anteriormente mencionadas, juntamente com os gastos com alimentação, saúde e educação. De modo subsequente, foi possível obter informações sobre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, assim como das médias de gastos para o Brasil e suas macrorregiões.

De forma específica, uma vez obtido o nível médio⁶ de gastos com alimentação, saúde e educação, foi possível observar a representatividade desses dispêndios em termos proporcionais, ao se considerar o valor total desses três segmentos de gastos considerados bens de primeira necessidade para as famílias, uma vez que estas informações podem ser utilizadas como preceitos que ilustram aspectos da vulnerabilidade socioeconômica que algumas famílias podem estar inseridas.

⁶ O nível médio refere-se ao cálculo da média dos gastos mensais com alimentação, saúde e educação do respectivo domicílio, considerando a totalidade monetária do que foi consumido na unidade doméstica.

Em um primeiro momento, para obtenção do comprometimento orçamentário em relação ao nível médio de renda, por meio da identificação do nível médio de renda⁷ dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, foi realizado um cálculo em relação ao equivalente proporcional utilizado para cada segmento de gastos, considerando os domicílios em áreas rurais e urbanas.

Assim, foram obtidas as dimensões do comprometimento orçamentário dos gastos com alimentação, saúde e educação para os domicílios monoparentais femininos rurais e urbanos, considerando-se as cinco macrorregiões do Brasil e distintas faixas de renda. Salienta-se que para obtenção dos resultados, a variável *peso_final*⁸ também foi utilizada, com o propósito de garantir maior precisão no que tange a representatividade da amostra em relação a população.

2.4 Resultados e Discussão

2.4.1 Análise dos Resultados

A seguir, são apresentados os resultados da pesquisa referentes a caracterização socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais, além da análise do comprometimento da renda média dos mesmos relativo gastos com alimentação, educação e saúde.

Na Tabela 1, é possível observar que em termos quantitativos os domicílios monoparentais referenciados por mulheres são proeminentes em áreas urbanas em relação às áreas rurais, indo ao encontro do que foi verificado por Cavenaghi e Alves (2018). Esses autores ressaltam o crescimento dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres não apenas em áreas urbanas, mas também em áreas rurais, ainda que estes estejam presentes de forma majoritária nas primeiras, uma vez que nas últimas décadas houve elevada expansão do grau de urbanização no Brasil. Tratando-se das regiões do Brasil, infere-se que a região Nordeste possui o maior percentual de domicílios em áreas rurais, seguida da região Norte.

Tabela 1- Distribuição de domicílios monoparentais referenciados por mulheres por situação do domicílio e região - Brasil 2017/2018

⁷ Para identificação do nível médio de renda e subsequente cálculo do comprometimento orçamentário, foram consideradas as diferentes médias de rendimentos dos domicílios rurais e domicílios urbanos, bem como as distintas médias de gastos entre as localidades.

⁸ Variável que identifica o fator de expansão da amostra, de acordo com as estimativas populacionais para 15 de janeiro de 2018, considerando cada domicílio de uma Unidade Primária de Amostragem (UPA) da POF 2017/2018.

Região	Situação do		Percentual de domicílios
	domicílio	Nº de domicílios	
Brasil	Urbana	4207	91,35%
	Rural	398	8,65%
Norte	Urbana	467	86,90%
	Rural	74	13,10%
Nordeste	Urbana	1546	81,92%
	Rural	341	18,80%
Sudeste	Urbana	1124	96,83%
	Rural	36	3,17%
Centro-Oeste	Urbana	467	96,85%
	Rural	15	3,15%
Sul	Urbana	470	93,79%
	Rural	31	6,21%

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Em termos absolutos, observa-se que as regiões Nordeste e Sudeste concentram grande parte dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. De modo específico, a região Nordeste detém o maior número de domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e de forma concomitante o contingente mais elevado em áreas rurais, os quais somados representam aproximadamente 41% dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres brasileiras.

No que tange os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas, nota-se que as regiões Centro-Oeste e Sudeste possuem um percentual similar, ou seja, dentre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres existentes no Centro-Oeste e Sudeste, aproximadamente 96,8% estão localizados em áreas urbanas. Em contrapartida, as regiões Nordeste e norte apresentam o maior número de domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais, sendo este valor superior a soma da quantidade dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais das demais regiões, estando esse valor também acima da média nacional.

Uma vez observada a proporção de domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais, bem como sua distribuição territorial, é importante observar o nível médio de renda desses domicílios. Desse modo, por meio da Tabela 2 são apresentadas as médias de renda dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres por situação do domicílio e região. É possível inferir que existe considerável

diferença nas rendas médias entre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados em áreas urbanas e rurais, principalmente nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, em que a diferença nos rendimentos médios chega a mais de R\$2000,00. No Sudeste, os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas possuem renda média de R\$4.808,26, enquanto aqueles localizados em áreas rurais apresentam média de R\$3.087,85, ou seja, verifica-se nítida discrepância.

Tabela 2- Renda Média dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres por situação do domicílio e região – Brasil 2017/2018

Região	Situação do domicílio	Renda média⁹	
Brasil	Urbana	R\$	4.155,63
	Rural	R\$	2.149,74
Norte	Urbana	R\$	2.834,64
	Rural	R\$	2.193,34
Nordeste	Urbana	R\$	3.014,24
	Rural	R\$	1.830,60
Sudeste	Urbana	R\$	4.808,26
	Rural	R\$	3.087,85
Centro-Oeste	Urbana	R\$	5.052,35
	Rural	R\$	3.796,26
Sul	Urbana	R\$	5.258,30
	Rural	R\$	3.211,80

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Ademais, constata-se que em todas as regiões brasileiras os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais apresentam menores médias de renda, indo ao encontro do que foi verificado por Ximenes *et al.* (2019) e Saad *et al.* (2020). De modo específico, analisando-se as macrorregiões do Brasil, é possível identificar que o Norte apresentou a menor diferença em termos de renda média entre domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados em áreas urbanas e rurais.

⁹ A renda média envolve todos os rendimentos do domicílio, bem como todas as faixas de rendimentos de todos os domicílios do país, ainda que considerando o salário mínimo para o período.

Outrossim, as Regiões Norte e Nordeste destacam-se como aquelas que possuem as menores rendas médias em áreas urbanas e rurais, fator que sinaliza traços de disparidade regional. Em paralelo a essa constatação, Cunha e Marcelino (2023) inferem que tratando-se dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais e urbanas, aqueles provenientes do eixo Norte-Nordeste apresentam as menores médias de renda em relação às demais regiões do país.

No intuito de detectar demais afunilamentos da vulnerabilidade socioeconômica no contexto da monoparentalidade feminina a partir de um outro segmento de fatores socioeconômicos, a Tabela 3 exibe a raça/cor dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais. Assim sendo, verifica-se que indivíduos pretos e pardos, em conjunto, compõem o maior percentual dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, chegando a aproximadamente 73,59%.

Tabela 3- Raça/cor dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais – Brasil 2017/2018

Raça/Cor	Urbana	Rural
Branca	42,98%	25,05%
Preta	14,51%	14,51%
Amarela	0,72%	0,01%
Parda	41,20%	59,08%
Indígena	0,39%	0,19%

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Tal resultado vai ao encontro daquele encontrado por Babiuk (2016) e Silva Melo e Silva (2021), o que pode indicar um outro traço de vulnerabilidade socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Conforme Silva *et al.* (2022), no Brasil, indivíduos pretos e pardos integram os grupos com menor nível de renda e/ou com demais condições de fragilidade econômica.

Adicionalmente, por meio da referida tabela foi possível verificar que o percentual de mulheres pardas em domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados em áreas rurais é mais elevado, atestando-se que as dimensões de fragilidade socioeconômica se intensificam nas áreas rurais mediante o processo histórico-social que se inicia desde o período da colonização (Santos, 2022; Ramos e Silva, 2023).

Além das estatísticas relativas à renda média e raça/cor dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, também é relevante considerar a taxa de alfabetização das mães, dado o pressuposto que o nível de escolaridade mais elevado possibilita a obtenção de empregos com maiores remunerações e conseqüente melhores condições de vida (Dudeque, 2021).

Dessa forma, por meio da Tabela 4 é possível visualizar a taxa de alfabetização das mães nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais. É possível constatar que em áreas urbanas uma expressiva parcela das mães sabe ler e escrever, correspondente a 92,43% dos domicílios, todavia quando se observa aqueles localizados em áreas rurais, esse percentual diminui de forma significativa, sendo de aproximadamente 69,14%.

Tabela 4- Taxa de Alfabetização das mães responsáveis pelo domicílio, por situação do domicílio – Brasil 2017/2018

Situação do domicílio	Sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever
Urbana	92,43%	7,57%
Rural	69,14%	30,86%

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Assim sendo, pode-se concluir que ainda existe elevada discrepância entre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados em áreas urbanas e rurais, o que também foi atestado por Pereira *et al.* (2019). Assim, na área rural evidencia-se a relação estrita entre níveis médios de renda e escolaridade, sendo que à medida em que se diminui a acumulação de capital humano, escolarização e capacitação, restringe-se a possibilidade de obtenção de empregos mais bem remunerados, e conseqüentemente disponibilidade de recursos, gerando um ciclo de retroalimentação da pobreza rural. (Couto e Silva, 2022; Santos *et al.* 2023).

A seguir, por meio da Tabela 5, são apresentadas informações sobre o número de filhos, sendo possível observar que a média de filhos em áreas rurais é levemente superior àquela verificado em áreas urbanas. Nesse sentido, é possível constatar que o tamanho das famílias referentes aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres tende a variar entre 2 e 3 moradores, contando com a pessoa de referência no domicílio. Esse resultado vai ao encontro de Cunha *et al.* (2021), que verificaram redução no tamanho das famílias nos últimos anos.

Após a apresentação dos resultados referentes às características dos domicílios referenciados por mulheres, são analisados os gastos com alimentação, saúde e educação, o que identificar outros possíveis traços de desigualdade entre aqueles localizados em áreas rurais e urbanas, além das privações de recursos para suprir as necessidades básicas.

Tabela 5 – Média do número de filhos nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, por situação do domicílio – Brasil 2017/2018

Área	Nº de filhos
Urbana	1,59
Rural	1,79

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Por meio da Tabela 6, a seguir, considerando-se o país e todas suas macrorregiões foi possível identificar que os gastos com alimentação se configuram como os dispêndios que mais comprometem a renda média dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Outrossim, em termos localizacionais, nota-se que tais gastos representam um peso ainda mais elevado para os aqueles localizados nas áreas rurais, sinalizando tendência de intensificação da vulnerabilidade socioeconômica nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais, o que está de acordo com o que foi encontrado por Silva (2019).

Tabela 6 – Comprometimento orçamentário em relação ao nível médio de renda, dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais e urbanas

Região	Situação do domicílio	Alimentação	Saúde	Educação	Total
Brasil	Urbana	9%	6%	1%	16%
	Rural	14%	10%	1%	25%
Norte	Urbana	13%	4%	0%	17%
	Rural	14%	4%	0%	18%
Nordeste	Urbana	10%	6%	1%	17%
	Rural	14%	10%	0%	25%
Sudeste	Urbana	9%	7%	1%	16%
	Rural	13%	11%	0%	25%
Centro-Oeste	Urbana	8%	6%	1%	14%

	Rural	10%	5%	0%	16%
Sul	Urbana	8%	6%	0%	14%
	Rural	16%	6%	1%	22%

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

De modo subsequente, tratando-se dos gastos com saúde, constatou-se que este foi o segundo segmento de dispêndios que tende a comprometer mais o nível médio de renda dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, o que está de acordo com o que foi verificado na pesquisa realizada por Carvalho e Alves (2016). Restrepo *et al.* (2020) destacam que esse expressivo comprometimento orçamentário tem como um dos principais propulsores o elevado índice de gastos privados com medicamentos.

Com relação aos dispêndios com saúde por macrorregiões brasileiras, diferente dos gastos com alimentação, os resultados não são uniformes. É possível verificar que enquanto nas regiões Norte e Sul não houve diferença na parcela despendida com saúde entre domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais e urbanas, nas regiões Nordeste e Sudeste o peso é mais elevado nas áreas rurais.

Nesse sentido, em diversas ocasiões, a necessidade de atendimento e realização de tratamentos de saúde nos domicílios ruralizados implica em uma dinâmica que envolve deslocamento para áreas urbanizadas para que seja possível o acesso aos centros de atendimento, além da obtenção de medicamentos e utensílios não disponibilizados na zona rural, o que tende a ocorrer sistematicamente nas referidas regiões que possuem um elevado contingente de domicílios em áreas rurais (Arruda *et al.* 2018; Franco *et al.* 2021). Por sua vez, na região Centro-Oeste há maior comprometimento da renda média com os gastos em saúde nas áreas urbanas, apesar da diferença ser diminuta.

A respeito dos gastos com educação, tanto para o país como um todo quanto para suas macrorregiões constatou-se percentual reduzido em termos de comprometimento da renda média desse segmento de dispêndios específico. Pode-se destacar que na região Norte, entre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais e urbanas esse percentual foi ínfimo, de aproximadamente 0%. Essa mesma dinâmica foi observada para os domicílios urbanos monoparentais referenciados por mulheres localizados na região Sul e aqueles circunscritos ao meio rural nas regiões Nordeste e Sudeste.

Dessa forma, considerando-se os três gastos domiciliares básicos, é possível concluir que os dispêndios em alimentação e saúde comprometem de forma importante a renda média e tendem a ser priorizados, já são cruciais para a sobrevivência. Assim, em possíveis contextos de vulnerabilidade, precariedade ou até mesmo escassez, os indivíduos, mediante um orçamento restrito, tendem a fazer escolhas, que tendem a ser direcionadas para alimentação e saúde. Por sua vez, os gastos com educação comprometem uma parcela ínfima da renda média dos referidos domicílios, que geralmente apresentam níveis de vulnerabilidade socioeconômica elevados (Lino, 2019; Silva 2019).

2.4.2 Discussão

Em síntese, a partir dos resultados apresentados foi possível realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais, tendo como ênfase os gastos considerados de primeira necessidade e de que forma eles comprometem a renda média dos referidos domicílios. Contudo, torna-se possível aprofundar a discussão diante tendo em vista os resultados apresentados.

Desse modo, conforme mencionado verificou-se que, em termos quantitativos, os domicílios monoparentais referenciados por mulheres predominam no meio urbano, dado o elevado grau de urbanização do país. Além disso, constatou-se que a região Nordeste detém parcela significativa dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres no Brasil, incluindo aqueles localizados em áreas rurais, sendo esses caracterizados por intensa fragilidade socioeconômica (Batista, 2019).

Também foi possível atestar que no país existe elevada diferença nos níveis de renda entre domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados nas áreas rurais e urbanos, sendo os rurais os mais vulneráveis. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que no meio urbano o nível educacional e conseqüente remuneração média são mais elevados, o que tende a gerar maior disponibilidade de recursos disponíveis nos domicílios. (Hoffmann e Jesus, 2021).

Como já ressaltado, a região Nordeste possui o maior percentual domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais, sendo também aquela que apresenta os menores níveis de renda média para os referidos domicílios localizados em áreas rurais. Assim sendo, compreende-se que o contexto da monoparentalidade

feminina, a partir dos aspectos de vulnerabilidade socioeconômica, se intensifica na zona rural dessa região (Garrucho,2021).

Analisando-se no geral as macrorregiões brasileiras, verifica-se discrepâncias mais elevadas em termos de renda média nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres entre áreas urbanas e rurais nas regiões Norte e Nordeste. Dado que o nível médio de renda está relacionado com a quantidade de recursos disponíveis para consumo, subentende-se que provavelmente esses domicílios são os que terão seus gastos mais comprometidos, tratando-se dos gastos com alimentação, saúde e educação (Canuto *et al.*,2019). Tal comprometimento evidencia a vulnerabilidade de tais domicílios, além de direcioná-los a possíveis situações de risco (Soares,2022; Schnettler,2019).

No que diz respeito aos referidos gastos com alimentação, saúde e educação e o comprometimento do nível médio de renda, algumas inferências podem ser realizadas. Em primeiro lugar, constatou-se tanto para o país como um todo como quanto para suas macrorregiões um maior peso dos gastos com alimentação sobre a renda média em relação aos demais dispêndios considerados no trabalho, ainda que fosse possível observar os gastos com saúde corresponde a uma parcela importante do orçamento dessas famílias. A partir dessa configuração dos dispêndios mediante o comprometimento da renda média foi possível verificar que os aspectos de vulnerabilidade socioeconômica são sinalizados e reforçados, demonstrando as dificuldades em termos de manutenção das condições mínimas de vida para diversos domicílios analisados (Rodrigues *et al.* 2018; Tirole, 2020).

No que tange especificamente os dispêndios com alimentação, pode-se inferir que o maior peso dessas despesas é verificado nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados em áreas rurais, ainda que haja percentual expressivo nas áreas urbanas. Essa constatação possibilita evidenciar uma tendência de maior vulnerabilidade socioeconômica nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais com possíveis traços de precariedade e privação (Voola *et al.* 2018; Klärner e Knabe, 2019; Cohim *et al.* 2021; Cherol *et al.* 2021; Lopes *et al.* 2022).

Por sua vez, quando se analisa essencialmente os gastos com saúde, constata-se considerável comprometimento da renda média, principalmente nas áreas rurais das regiões Nordeste e Sudeste, assim como do país como um todo. À vista disso, verifica-se que esse dispêndio compromete a renda média das camadas mais pobres da população, que teoricamente deveriam estar resguardadas pelos serviços públicos de

saúde. Logo, essa parcela da população necessita despende parte considerável de sua renda com saúde, o que também reforça os aspectos de vulnerabilidade em paralelo com possível situação de risco social, dada a restrição em termos de disponibilidade de recursos que poderiam ser destinados a outros segmentos de gastos, como por exemplo aqueles relacionados com educação (Marconato *et al.* 2020; Vieira *et al.*, 2020; oliveira *et al.* 2021).

Em paralelo, foi possível atestar que a parcela da renda média destinada aos gastos com educação foi irrisória, sendo, em geral, ainda mais reduzida nas áreas rurais em comparação com o meio urbano de todas as macrorregiões. Salienta-se que tal resultado vai ao encontro das discrepâncias em termos de níveis de alfabetização entre áreas urbanas e rurais, cujas taxas são majoritariamente mais elevadas nas primeiras. Logo, infere-se que esse quadro contribui para a do espectro verificado em termos de vulnerabilidade socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, principalmente no meio rural. Dessa forma, o baixo nível de investimento em educação com os consequentes reduzidos níveis de escolaridade tendem a reforçar a dinâmica do ciclo intergeracional da pobreza, mediante a ausência de oportunidades de obtenção de empregos que necessitam de maior capacitação e mais bem remunerados (Refati, 2020; Costa 2022).

Nesse sentido, existem evidências que destacam os efeitos do nível de escolaridade das pessoas de referência nos domicílios na participação dos gastos com educação em decorrência das despesas correntes das famílias, de modo que quanto maior o nível educacional, mais elevados tendem a ser os gastos desse específico segmento de consumo (Castro e Vaz, 2007; Barreto e Santos, 2021; Costa e Ribeiro, 2022). Assim sendo, observa-se que nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais, principalmente nas regiões já citadas, essa relação ocorre de maneira inversa, diante de um baixo nível de escolaridade das mães, precedida de reduzido nível de investimento.

Essa relação vai ao encontro com os sentidos de priorização da alocação de recursos em determinadas áreas, diante de cenários de recursos limitados e subsequente sinalização dos sentidos da vulnerabilidade social e econômica. Dessa forma, conclui-se que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres majoritariamente fixados em níveis de renda reduzidos, tendem a ter o seu orçamento comprometido com os gastos com alimentação e saúde, de modo que pouco se possui para a manutenção dos gastos com educação, ainda que estes sejam considerados bens necessários, constata-se

que esse cenário se amplifica quando são analisados os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais (Battistella-Lima e Botelho, 2019; Silva, 2021).

Salienta-se que de forma conjunta a essas disparidades, uma parcela significativa de domicílios monoparentais é referenciada por mulheres pretas ou pardas, sobrepondo mais uma camada de desigualdade, no caso a racial, além da ótica da desigualdade regional, quando observada as múltiplas diferenciações econômicas entre as regiões do Brasil (Verza e Strey, 2019; Bonfatti e Granato, 2021).

2.5. Conclusões

A partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/2018 (POF 2017/2018), este estudo teve como objetivo realizar uma caracterização socioeconômica comparativa com ênfase nos gastos com alimentação, saúde e educação dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas urbanas e rurais, além de analisar o comprometimento da renda média desses domicílios com tais dispêndios

Foi possível constatar que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados em áreas rurais possuem maior nível de vulnerabilidade socioeconômica, levando em consideração a menor renda média e reduzida taxa de alfabetização das mães responsáveis por eles.

Além disso, o comprometimento do nível médio de renda dos referidos domicílios referente aos gastos com alimentação e saúde em particular reforça os aspectos de vulnerabilidade socioeconômica das famílias, que, de modo geral, se intensifica nas áreas rurais. Nesse aspecto, chama a atenção o comprometimento orçamentário com os gastos alimentares, cujo peso é o mais elevado nas rendas médias dos domicílios, o que eleva o risco social e reduz as possibilidades de escolha das famílias diante de inúmeras necessidades e recursos diminutos.

Por fim, ressalta-se a precariedade socioeconômica, que é latente nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, com destaque para aqueles circunscritos ao meio rural, dado o comprometimento de suas rendas médias com gastos considerados de primeira necessidade, particularmente com alimentação e saúde. Tal resultado é indicativo da sobreposição de diversas iniquidades, que incluem, além da ausência de recursos para consumo, baixos índices de alfabetização, desigualdade racial e

disparidade econômica entre domicílios rurais e urbanos, assim como entre as regiões brasileiras.

Dessa forma, sugere-se a elaboração de políticas públicas, particularmente em educação, que proporcionem elevação do nível de capital humano do país e suas macrorregiões, tendo como ênfase domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados em áreas rurais das regiões Norte e Nordeste. A partir de tais investimentos seria possível elevação dos rendimentos e da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

AGY, A. R. Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. **Academia Accelerating the world's research** (2020). Acesso em 17 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/61985330/Observador-Rural-8320200204-4584-1g2hgn7.pdf>.

ALMEIDA, J. A.; SANTOS, A. S.; NASCIMENTO, M. A. D. O.; OLIVEIRA, J. V. C. SILVA, D. G. D.; MENDES-NETTO, R. S. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n.1, p. 479-488, 2017.

ALMEIDA, J. OLIVEIRA, K. “O passado não se esquece. adormece como semente no fundo da mente. cai no solo e germina espinhos no presente”: Ancestralidades e matrilinearidade africanas em O Alegre Canto da Perdiz, de Paulina Chiziane. In: ANAIS DO III CONGRESSO AFRICANIDADES E BRASILIDADES. Vitória – Espírito Santo, p. 114-136, 2021.

AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. Heterogeneidade e dinâmicas das fontes de ocupação e renda das famílias rurais nos estados do Nordeste brasileiro. **Grifos**, v.29 n. 2, p. 126-148, 2020.

ARRUDA, N. M., MAIA, A. G.; ALVES, L. C. (2018). Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n.1, p. 1-14.

BABIUK, G. Famílias monoparentais femininas, raça e o programa bolsa família no Distrito Federal. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL. Londrina – Paraná, v.2, n. 1, p. 56-69, 2017.

BALLESTERO, I. G. **Padrões de orçamento familiar no Brasil: um estudo sobre o orçamento das famílias endividadas e positivas**. Orientador: Hermes Moreti Ribeiro da Silva. Dissertação (Mestrado em Administração). São Paulo. Universidade de São Paulo, 2019.

BAJCARCZYK, R.; FLOREK, R.; KOZIEŁ, D. The development of care of single mothers in Poland: Single Mothers' Houses as an example of institutional care. **Estudos Médicos/Studia Mediczne**, v. 37 n.4, p. 331-337, 2021.

BARRETO, E. S. C.; SANTOS NASCIMENTO. Uma pequena reflexão sobre: analfabetismo, lutas e avanços. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 81-97, 2021.

BATISTA, A. L.; COSTA, L. V. Domicílios chefiados por mulheres e pobreza no Brasil: uma análise de 2011 a 2015. **Revista Feminismos**, v.7, n.3, p. 59-78, 2019.

BATTISTELLA-LIMA, S. V.; BOTELHO, D. A relação entre a culpa das mães e suas decisões de consumo. **ReMark-Revista Brasileira de Marketing**, v.18 n2, p. 171-197 (2019).

BECKMEYER, J. J.; SU-RUSSELL, C.; RUSSELL, L. T. Práticas de gestão familiar e desenvolvimento positivo da juventude em famílias adotivas e famílias de mães solteiras. **Relações Familiares**, v. 69, n.1, p. 92-108, 2020.

BEZERRA, T. A., OLINDA, R. A.; D. PEDRAZA, D. F. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.22, n,1, p. 637-651, 2017.

BONFATTI, S. C.; GRANATO, T. M. M. "É muito peso para uma pessoa só": narrativas interativas de adolescentes sobre o (des) acolhimento institucional. **Vínculo**, v.18, n.1, p. 32-41, 2021.

BORGES, M. A. **Expansão do crédito, comprometimento de renda e vulnerabilidade das famílias brasileiras na década de 2000**. Orientador: Profa. Dra. Veronica Inês Fernandez Orellano Tese (Doutorado em Economia e Finanças). São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística - IBGE. Perfil das despesas no Brasil: Indicadores de qualidade de vida: **Pesquisa de Orçamentos Familiares**. Rio de Janeiro. v.11, n.2, p. 33-57, 2021.

CAMPOS, J. M.; AKUTSU, R. D. A; SILVA, I. C. R.; OLIVEIRA, K. S; MONTEIRO, R. (2020). Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, n.1, p. 1529-1538.

CANUTO, R.; FANTON, M.; LIRA, P. I. C. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.24, n.1, p. 193-212, 2019.

CALLEGARO, C. A. A procura da generalização da 'Lei de Engel'. **Revista de Administração**, v.17, n. 1, p. 49-59, 1982.

CALVI, R.; PENGLASE, J.; TOMMASI, D.; Wolf, A. Quanto mais, mais pobre? Compartilhamento de recursos e economias de escala em famílias numerosas. **Jornal de Economia do Desenvolvimento**, v.160, n.4, p. 15-34, 2023.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. As relações entre o consumo das famílias brasileiras, ciclo de vida e gênero. **Anais**, Encontro Nacional de Estudos Populacionais, n. 1, p. 1-23, 2016.

CARVALHO, L. Famílias Chefiadas por Mulheres. **Revista Serviço Social e Sociedade**. v. 57, n. 1, p. 17-35, 1998.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. Mulheres chefes de família no Brasil: Avanços e desafios. Rio de Janeiro: ENS-CPES, v.12, n. 1, p. 98-12, 2018.

CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. Gastos das famílias com educação. In: Silveira, F. (Org.). Gastos e consumo das famílias brasileiras contemporâneas. Brasília: **Ipea**, v.2, n 1, p. 167- 179, 2007

CHEROL, C. C. S.; FERREIRA, A. Alves; SALLES-COSTA, R. Social inequalities and household food insecurity in quilombola communities in Brazil. **Revista de Nutrição**, v. 34, n. 1, p. 39-54. 34, 2021.

COELHO, E. A. Qualidade de vida no trabalho e seu reflexo na qualidade de vida pessoal: o caso do trabalho feminino no setor hoteleiro de Viçosa–MG. Orientador: Tereza Angélica Bartolomeu. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Viçosa, UFV, 2015.

COHIM, E. B.; LEÃO, A. S.; NETO, H. D. A. S; SANTOS, G. S. Water loss associated with food loss and waste in Brazil. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais (RBCIAMB)**, v.56, n,2, p. 305-317, 2021.

COUTO, A. C. L.; Silva, C. Pobreza, Escolaridade e formas de Inserção no Mercado de Trabalho: uma análise para o Brasil nos anos de 2012 e 2019. (2022). *Orbis Latina*, v.12 n.1, p. 62-82.

Costa, D. V. D. P.; LOPES, M. S.; MENDONÇA, R. D. D.; MALTA, D. C.; FREITAS, P. P. D.; Lopes, A. C. S. (2021). Diferenças no consumo alimentar nas áreas urbanas e rurais do Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.26, n.1, p. 3805-3813.

COSTA, F. A. O.; MARRA, M. M. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: Risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v.21, n.1, 141-153, 2013.

COSTA, M. A. M.; RIBEIRO, P. R. O. O analfabetismo de jovens e adultos: reflexões para além dos números. **Publicações Unirios**, v.10, n. 1, p. 44-65, 2022.

CROUCH, E.; RADCLIFF, E.; PROBST, JC.; BENNETT, K. J.; MCKINNEY, S. H. Diferenças rurais-urbanas nas experiências adversas na infância em uma amostra nacional de crianças. **O Jornal de Saúde Rural**, v.36 n. 1, p. 55-64, 2020.

CUNHA, V.; MARINHO, S.; ATALAIA, S. Intenções de fecundidade nos núcleos parentais jovens: uma análise comparativa dos núcleos monoparentais, de casais “simples” e recompostos. **Inquérito à Fecundidade**, v.12, n.1, p. 31-57, 2021.

CUNHA, M. S.; MARCELINO, G. C. Pobreza multidimensional no território brasileiro: uma análise para domicílios rurais e urbanos. *Textos de Economia*, v. 26, n.1, p. 1-27, 2023.

DINIZ, C. S. G.; BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S.; SCHLITZ, A. O.; QUEIROZ, M. R.; CARVALHO, P. C. D. A. (2016). Desigualdades sociodemográficas e na assistência à maternidade entre puérperas no Sudeste do Brasil segundo cor da pele: Dados do inquérito nacional. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n.1, p. 561-572

DUDEQUE, M. L. (2021). O Analfabetismo no Brasil e os Desafios para a Gestão da Educação de Jovens e Adultos. **Políticas e estratégias educacionais**. v. 12, n.1, p. 88-107.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. (2012). Tradução de Leandro Konder- 3ªEd. -São Paulo: Expressão Popular.

FINAMORI, S.; BATISTA, M. A. M. Categorias Empíricas e Analíticas: Mães-Solo e Monoparentalidade Feminina. **Mediações**, v. 27, n. 3, p. 1-19, 2022.

FONTES, M. B. (2014). **Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil: uma análise orçamentária**. Orientador: Simone Wajnman Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

Fontes, M. B.; Wajnman, S.; Guedes, G. R. (2016). Arranjos mono (bi) parentais e sua estrutura orçamentária. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, v.27 n.1, 1-25.

FRANCO, C. M.; LIMA, J. G.; GIOVANELLA, L. Atenção primária à saúde em áreas rurais: acesso, organização e força de trabalho em saúde em revisão integrativa de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, v.37 n.1, p. 1-28, 2021.

GARRUCHO, M. E. G.; CABRERA, L. C.; CALDARELLI, C. E. Pobreza feminina no Brasil: os domicílios pobres chefiados por mulheres. *Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras*, v. 11, n.1, 142-159, 2021.

GOULD, E.; BLAIR, H. Who's Paying Now? The Explicit and Implicit Costs of the Current Early Care and Education System. **Economic Policy Institute.**, v. 212, n.1, p. 51-72, 2020.

HOFFMANN, R.; JESUS, J. G. Como o consumo domiciliar de alimentos específicos varia com a renda, Brasil, 2017-2018. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.28 n.1, p.1-18, 2021.

INTUMBO, M. F. F. **Monoparentalidade Feminina na Guiné-Bissau Rural: Desafios das Mulheres na Gestão das Suas famílias**. Orientadora: Sónia Infante Grão FRIAS Piepoli Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos). Lisboa. Universidade de Lisboa Portugal, 2021.

KLÄRNER, A.; KNABE, A. As redes sociais e o enfrentamento da pobreza no meio rural. **Sociologia Ruralis**, v. 59, n.3, p. 447-473, 2019.

LAVEE, E.; MELER, T.; SHAMSHOUM, M. Dangerous vulnerability: Simultaneous prohibition and coercion in Palestinian-Israeli single mothers' relationships with men. **Journal of Social and Personal Relationships**, v.39, n n.4, p.953-973, 2022.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? **Revista Dados**, v.49, n.1, p. 67-97, 2023. Acesso em 08 de fevereiro, de 2023. Disponível em <https://www.scielo.br/j/dados/a/prNLRz5M8yhMKNKWCG6NtQFs/?lang=pt>.

LEONARDO, F. A. M.; MORAIS, A. G. L. Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v.3 n.1, p. 11-22, 2017.

LI, Q. (2020). Mothers left without a man: Poverty and single parenthood in China. **Social Inclusion**, v.8, n. 2, p. 114-122, 2020.

LINO, I. D. R.; BRAZ, A. Cesta de consumo e inflação das famílias de baixa renda: um panorama da última década. **Políticas e estratégias educacionais**, v. 7 n.1, p. 11-23, 2019.

LU, Y. C.; WALKER, R., RICHARD, P.; YOUNIS, M. Inequalities in poverty and income between single mothers and fathers. *International journal of environmental research and public health*, v.17, n.1, p. 135- 154, 2020.

MAIA, K.; JÚNIOR, A. D.; DE SOUZA, S. D. C. I.; ARAÚJO, F. B. O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: Uma análise do ano 2012. **Revista Econômica**, v.17, n.2, p.112.127, 2015.

MAISYARAH, R.; SOFYARDI, M. The Effect of Rice Subsidyon: The Expenditure of Public Family Consumption And Welfare of Poor Households. In: 1st Economics and Business International Conference 2017 (EBIC 2017). **Atlantis Press**, v. 4, n. 1, p. 78-83, 2018.

MACIEL, L. M. **O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP**. Orientador: Rosana Aparecida Baeninger, Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Campinas: Unicamp, 2012.

MARCONATO, M.; DAL MORO, O. F.; PARRÉ, J. L.; FRAVO, J. Uma análise espacial sobre a saúde nos municípios brasileiros em 2010. **Revista de Economia e Agronegócio**, v18, n.1, p. 1-26, 2020.

MELO, N. C. **Consumo dos arranjos domiciliares no Brasil: Uma análise comparativa entre o momento econômico de 2003 e 2009**. Orientador: Karla Maria Damiano. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

MINAMIGUCHI, M. M. Monoparentalidade feminina no Brasil: dinâmica das trajetórias familiares. Orientador: Simone Wajnman Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. 152-165, Acesso em 30 novembro 2022. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AWMPLZ>

MINAMIGUCHI, M. M.; WAJNMAN, S.; RIOS-NETO, E. Dinâmica da monoparentalidade feminina no Brasil: Abordagem demográfica dos processos de formação e dissolução familiar. **Anais UFMG** v.16, n.2, p. 1-6.

MONHEIT, A. C.; GRAFOVA, I. B. Education and family health care spending. **Southern Economic Journal**, v.85, n.1, p. 71-92, 2018.

MORAIS, D. C.; LOPES, S. O.; PRIORE, S. E. Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, n.1 2687-2700, 2020.

Moreno, M. H. B. **Determinantes do investimento em capital humano: estimativas para famílias com filhos estudantes e não estudantes da educação básica e no ensino superior.** Orientador: Rosângela Maria Pontili. Dissertação (Mestrado em Economia) Unioeste, Toledo, 2021.

Morgan, L. H., La sociedad primitiva. Tradução: E. Pavlov, Madrid: Ayuso, 1970.

PIUVEZAM, G.; FREITAS, M. R. D.; COSTA, J. V.; FREITAS, P. A. D.; CARDOSO, P. M. D. O.; MEDEIROS, A. C. M.; MESQUITA, G. X. B. Fatores associados ao custo das internações hospitalares por doenças infecciosas em idosos em hospital de referência na cidade do Natal, Rio Grande do Norte. **Cadernos Saúde Coletiva**, v.23, n. 1, p. 63-68.

PANDEY, R.; BARDSLEY, D.K. Uma aplicação da Escala de Acesso à Insegurança Alimentar Doméstica para avaliar a segurança alimentar em comunidades rurais do Nepal. **Estudos de Políticas da Ásia e do Pacífico**, v.6 n.2, p.130-150, 2019. Acesso em 20 de fevereiro. 2023. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/app5.270>.

PEREIRA, C. N.; Castro, C. N. Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil. **Repositório IPEA**, 2019.

PIOLA, S. F.; BENEVIDES, R. P. S.; VIEIRA, F. S. Consolidação do gasto com ações e serviços públicos de saúde: trajetória e percalços no período de 2003 a 2017. **Textos para discussão. IPEA**. v.14, n.1, p. 89-102.

RAMOS, S. C. D. S.; SILVA, P. R. N. Mulher preta e o enfrentamento aos marcadores interseccionais. **Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira**, v.9, n.1, p. 272-280, 2023.

REFATI, D. C.; LIMA, R. D. C. C.; DE ALMEIDA, A. G.; DA SILVA NETO, C. F.; ARAÚJO QUEIROZ, H. A. A desertificação no Seridó do Rio Grande do Norte e da Paraíba: questão fundiária, pobreza rural e analfabetismo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, n.1, p. 697-720, 2020.

RESTREPO, S. F.; VIEIRA, M. R. D. S.; BARROS, C. R. D. S.; BOUSQUAT, A. Gasto privado com medicamentos entre idosos e o comprometimento da renda familiar em município de médio porte no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.23, n.1, p. 44-56, 2020.

RODRIGUES, C.; HELFAND, S.; LIMA, J. Novas linhas de pobreza para o Brasil: Uma análise a partir das Pesquisas De Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009. **Economia Aplicada**, v.22, n.1, p. 5-36, 2018.

ROELEN, K.; CHETTRI, H. K.; DELAP, E. Pouco dinheiro para famílias grandes: transferências monetárias e cuidados infantis em famílias desfavorecidas no Gana. **Revisão Internacional da Segurança Social**, v.68 n.2, p. 63-83.

RUSSELL, P. Why we gotta be da poorest: Disrupting the Cycle of Poverty for Single Mothers in the Bahamas by the Assessment of their Needs and the Mapping of Community and Educational Institutions Resources. **Merrimack School Works**, v.15, n.33, p. 112-127, 2019.

SAAD, M. G.; BORTOLUZZO, A. B.; MENEZES FILHO, N. A.; KOMATSU, B. K. Os determinantes da queda da desigualdade de renda nas regiões brasileiras entre 2001 e 2015. **Revista brasileira de ciências sociais**, v.35 n.1, p. 1-21, 2020.

SALLES-COSTA, R.; PEREIRA, R. A.; VASCONCELLOS, M. T. L. D.; VEIGA, G. V. D.; MARINS, V. M. R. D.; JARDIM, B. C.; SICHIERI, R. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, v.21, n.1, p. 99-109, 2008.

SANO, Y.; ROUTH, B.; LANIGAN, J. Food parenting practices in rural poverty context. *Appetite*, v.135, n.1, p. 115-122.

SANTOS ALENCAR, N.; DE ARAUJO, J. A.; JUSTO, W. R.; SOBREIRA, D. B. Efeito da escolaridade dos pais mediado pelo tipo de escola no desempenho educacional dos alunos do meio urbano e rural brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*, v.54 n.2, p. 8-30, 2023.

SANTOS, K. H. Josué de Castro: desenvolvimentismo e fome no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, v.14 n.1, p. 18-33, 2021.

SANTOS, M. F. M. Uma análise da carga tributária sobre o consumo de itens essenciais pelas famílias de baixa renda. **Repositório UFPB**, v.11, n.2. p. 44-61, 2022.

SANTOS RÊGO, M. C. Família monoparental feminina socioeconomicamente vulnerável na pandemia. **Jus Scriptum's International Journal of Law**, v.7, n.1, p. 66-93, 2022.

SANTOS, V. C. L. (2022). D. Filha/o da mãe: o sofrimento ético-político de mães-solo na perspectiva interseccional. **Repositório UFMA**. V.16, n.1, p. 83-111.

SCHNETTLER, B.; GRUNERT, K. G.; LOBOS, G.; MIRANDA-ZAPATA, E.; DENEGRI, M.; LAPO, M; ROJAS, J. Bem-estar materno, envolvimento alimentar e qualidade da dieta: Perfis de díades mãe solteira-adolescente. **Revisão de Serviços para Crianças e Jovens**, v. 96, n,1, p. 336-345, 2019.

SHARAUNGA, S.; MUDHARA, M.; BOGALE, Ayalneh. Effects of ‘women empowerment’ on household food security in rural KwaZulu-Natal province. **Development policy review**, v.34, n.2, p. 223-252, 2016.

SILVA, L. L. T. Mulheres e o mundo do trabalho: a infundável dupla jornada feminina. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v.3 n.1, p. 120-131, 2016.

SILVA, M. H. A. Magnitude do comprometimento da renda familiar em relação ao montante dos gastos de consumo com aquisição da cesta básica no Município de Marabá-PA. **Repositório Unifesspa**.v.12, n.1, p. 65-78, 2019.

SILVA MELO, L.; SILVA, M. R. Olhos d’água: Escrivências de mulheres pretas, em Evaristo. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade-Igarapé**, v.14, n.2, p. 27-42, 2021.

SILVA, S. O; SANTOS S. M. C., GAMA, C. M. COUTINHO, G. R.; SANTOS, M. E. P.; SILVA, N. J. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 1, p. 44-61, 2022.

SILVEIRA, M. A. C. Investimento em capital humano das famílias brasileiras: evidência microeconômica para o ensino superior, **Texto para Discussão, IPEA**, n. 2548, p. 1-65, 2020.

SIRISAI, S.; CHOTIBORIBOON, S.; SAPSUWAN, C.; TANTIVATANASATHIEN, P.; SETAPUN, N.; DUANGNOSAN, P.; CHUANGYANYONG, S. Matriarcado, Budismo e segurança alimentar em Sanephong, Tailândia. **Nutrição Materna e Infantil**, v.13, n.1, p. 134-156, 20217.

SOARES, A. N.; SILVA, T. L. E.; FRANCO, A. A. D. A. M.; MAIA, T. F. (2022). Cuidado em saúde às populações rurais: perspectivas e práticas de agentes comunitários de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v.30, n.1, p. 44-63.

TALIB, M. A; MUTALIB, N. K. A; SHAHABUDIN, S. M. E.; MAHMUD, A. Renda familiar e satisfação com a vida de mães solteiras na Malásia. *Revista Internacional de Estudos sobre Crianças, Mulheres, idosos e Deficientes*, v.9 n.1, p. 75-83, 2020.

VALADARES, A. A. Perfil da população rural na pesquisa de orçamentos familiares de 2017 a 2018 e a evolução dos dados de insegurança alimentar: Uma análise preliminar. *Nota Técnica IPEA*, n.100, p. 123-134, 2022.

VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. Elasticidade-renda e concentração das despesas com alimentos no Brasil: uma análise dos dados das POF de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018. *Revista de Economia*, v.41, n.75, p. 81- 112, 2020.

VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras entre 2008 e 2017. *Economia e Sociedade*, v.30, n.1, p. 163-186, 2021.

VEIGA, C. G. Eurocentrismo e Desigualdade escolar na História da Educação brasileira. *Educação, Escola & Sociedade*, v.16, n.18, p. 1-14, 2022.

VERZA, F.; STREY, M. N. “Quando vem uma mãe chefe de família para a terapia”: a ótica de terapeutas de família sobre a monoparentalidade feminina. *Psicologia em Revista*, v.25, n.2, p.575-592, 2019.

VIACAVA, F.; BELLIDO, J. G. Condições de saúde, acesso a serviços e fontes de pagamento, segundo inquéritos domiciliares., *Ciência e Saúde Coletiva*, 2016. v.21, n.2, p. 351-70, 2016.

VIEIRA, F. S.; SERVO, L. M. S.; E BENEVIDES, R. P. D. S.; PIOLA, S. F.; ORAIR, R. O. Gastos em saúde e educação no Brasil: impactos da unificação dos pisos constitucionais. *Texto para Discussão. Repositório IPEA*. n. 2596, p. 117-132, 2020.

VOOLA, AP; VOOLA, R.; WYLLIE, J.; CARLSON, J.; SRIDHARAN, S. (2018). Famílias e alimentação: explorando o bem-estar alimentar na pobreza. *Jornal Europeu de Marketing*, v.52, n.12, p. 2423-2448, 2018.

XIMENES, V. M.; SILVA, A. M. S.; ESMERALDO FILHO, C. E.; CÂMARA, A. E.; CLARINDO, J. M. Sentimento de comunidade e pobreza rural no nordeste, norte e sul do Brasil. **Revista Subjetividades**, v.19, n.1, p. 79-93, 2019.

3. AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O NÍVEL DE GASTOS COM ALIMENTAÇÃO DOS ARRANJOS MONOPARENTAIS REFERENCIADOS POR MULHERES

Resumo: O presente estudo tem como objetivo avaliar o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) nos gastos alimentares dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres. Foram utilizados microdados provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) referente aos períodos de 2002/2003 e 2017/2018. Metodologicamente, realizou-se o pareamento entre os domicílios via *Propensity Score Matching* PSM e posterior estimação por Diferenças em Diferenças. Os resultados apontam que o acréscimo no nível de renda dos beneficiários do PBF não foi suficiente

para proporcionar aumento nos dispêndios alimentares. Esse resultado pode estar relacionado a dificuldades na focalização do programa, de suas próprias condicionalidades, além do benefício ser ainda reduzido diante da eminente discrepância socioeconômica entre beneficiários e não beneficiários, particularmente quando são considerados domicílios monoparentais referenciados por mulheres, cujas privações são mais elevadas.

Palavras-Chave: Domicílios monoparentais referenciados por mulheres; Programa Bolsa Família; Gastos alimentares; Brasil.

Abstract: This study aims to assess the impact of the Bolsa Família Program (BFP) on the food expenditures of single-parent household arrangements referenced by women. Microdata from the Family Budget Survey (POF) for the periods 2002/2003 and 2017/2018 were used. Methodologically, households were matched via Propensity Score Matching (PSM) and then estimated by Differences in Differences. The results show that the increase in the income level of BFP beneficiaries was not enough to increase food expenditure. This result may be related to difficulties in targeting the program, its own conditionalities, as well as the fact that the benefit is still reduced in the face of the eminent socioeconomic discrepancy between beneficiaries and non-beneficiaries, particularly when single-parent households referenced by women are considered, whose deprivations are higher.

Keywords: Female-headed single-parent households; Bolsa Família Program; Food expenditure; Brazil.

3.1. Introdução

Desde as primeiras décadas do século XX, os programas de transferência de renda têm se destacado a partir da concepção da necessidade de implementação de um Estado de bem-estar social, difundido inicialmente na Europa, como forma de diminuir a pobreza. Nesse sentido, uma das diretrizes analisadas se refere a compreensão da eficácia no processo de implementação de políticas públicas focalizadas nos indivíduos que se encontram em situação de pobreza extrema¹⁰, com rendimentos inexistentes ou

¹⁰ Define-se como extrema pobreza o contingente de indivíduos que possuem rendimentos abaixo de determinado nível de renda. Como exemplo, diversos trabalhos no Brasil consideram $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, uma vez que receber valores abaixo dessa faixa de renda específica está mais sujeita a vivenciar situações de privações e precariedade, diante da ausência de recursos para manutenção do consumo mínimo e realização das necessidades básicas (IBGE 2018, MARINHO *et al.* 2019; ARRAIS, 2019).

ínfimos, de modo a possibilitar que esses e suas respectivas famílias tenham recursos financeiros mínimos para consecução dos gastos essenciais (Borges Júnior, 2016; Balestrini *et al.* 2020).

Estudos realizados por Delgado e Porto (2019), assim como por Gurgel e Justen (2021) e Pietro e Gross (2022) destacam que a implementação de políticas de transferência de renda, para além das questões econômicas de aumento no nível de renda e conseqüentemente nível de gastos, tendem a gerar elevação nos níveis de educação, aumento no acesso ao bens e serviços associados às condições de saúde, diminuição nos níveis de violência, entre outros efeitos, dentre eles redução do nível de vulnerabilidade dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres.

Este específico arranjo familiar possui significativa tendência à condição de vulnerabilidade socioeconômica, conforme salientam Favaro (2016), Cavenaghi e Alves (2018), Mckenzie e Mckay (2018) e Moilanen (2019). Para os autores, a monoparentalidade feminina envolve aspectos como a dupla jornada de trabalho assumida pelas mães, conflitos entre atividades domésticas e empregatícias, além de sobrecargas desencadeadas pela sobreposição das funções de prover e cuidar dos filhos.

À vista disso, segundo Alves (2019), tais desafios têm alterado o comportamento em termos de consumo alimentar nesses domicílios. Desse modo, compreende-se que as mulheres enquanto mães em domicílios monoparentais referenciados por mulheres tomam as principais decisões referentes aos gastos e consumo, inclusive gastos com alimentação, que comprometem significativamente o orçamento familiar, diante das demais despesas básicas. Assim, diante da supracitada vulnerabilidade tais arranjos familiares são focalizados por políticas públicas de transferência de renda (Barbosa *et al.* 2022; Lima *et al.* 2022).

As referidas políticas de transferência de renda têm sido implementadas em diferentes localidades do mundo, como por exemplo na Argentina, África do Sul, México, Paquistão, Índia e Bangladesh. Em paralelo, na Itália, Espanha, Portugal e Hungria é possível identificar políticas sociais de transferência de renda consideradas como estratégias de manutenção da renda mínima. Ressalta-se que em cada país observa-se a existência de programas específicos, desenvolvidos de acordo com as necessidades das respectivas populações, sendo similares em termos do principal objetivo em comum, que se refere a erradicação da pobreza e diminuição das

desigualdades sociais (Bichir, 2015; Roque e Ferreira, 2015; Natili *et al.* 2019; Oliveira e Lacerda, 2019; Bohle e Greskovits, 2019).

No Brasil, as políticas de transferência de renda se intensificaram a partir da década de 1990, diante de crises econômicas e de grande incerteza, em que o desemprego, a inflação e a desigualdade social se intensificavam de forma cada vez mais abrangente. Destaca-se, no início dos anos 2000, a criação do Programa Bolsa Família (Silva, 2019).

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada, promulgado em 2003 e implementado em 2004, a partir da junção de variados programas sociais já preexistentes como o Bolsa Escola, o Vale Gás, o Bolsa Alimentação, dentre outros. Dentre os principais objetivos do programa, destaca-se o combate à desigualdade socioeconômica, tendo como foco as famílias que se encontram abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza (Leite *et al.* 2019; Vaz, 2020).

O Programa Bolsa Família se configura como um programa de transferência de renda condicionada, uma vez que para participação e manutenção do recebimento do benefício social, para além do aspecto renda, é obrigatório que a criança esteja devidamente matriculada em instituição escolar, possua frequência regular e que a mãe, quando gestante, realize o acompanhamento pré-natal (Damião *et al.* 2021).

Tais condicionantes tendem a responsabilizar as mulheres no que tange suas funções de cuidado com os filhos, inclusive em contexto de monoparentalidade feminina, gerando possíveis sobrecargas. Ainda assim, o benefício tende a gerar substanciais incrementos no nível de renda das famílias beneficiárias, proporcionando maior disponibilidade de recursos para consumo, elevando, assim, a qualidade de vida. Ressalta-se que a titularidade do Programa é preferencialmente destinada às mulheres, o que proporcionar a elas maior autonomia sobre o manejo dos próprios recursos (Ludka *et al.* 2022; Zimmermann *et al.* 2022).

Para Camargo *et al.* (2013), é possível verificar que entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, grande parcela é constituída por arranjos monoparentais femininos, fator que mais uma vez destaca sua vulnerabilidade socioeconômica. Destarte, ressalta-se a importância do Programa Bolsa Família para aumento da qualidade de vida e bem-estar dessas famílias, diminuindo diferentes traços de desigualdade social e situações de risco (Delgado e Tavares, 2020; Fruttero *et al.* 2020).

Com relação aos efeitos do Programa Bolsa Família relativos à monoparentalidade feminina, foram encontrados alguns trabalhos, tais como aqueles

realizados por Lavinias et al (2012), Babiuk (2017), Miranda *et al.* (2018), Araújo e Casaca (2021). Os referidos estudos analisaram o PBF como um importante programa social especialmente para as famílias com menor nível de renda e possibilita incrementos monetários na quantidade de recursos disponíveis, destacando-se os domicílios monoparentais referenciados por mulheres.

Diante dessa perspectiva, o objetivo do presente estudo é analisar o impacto do Programa Bolsa Família sobre o nível de gastos com alimentação, considerando os arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres. O estudo possibilita a análise do impacto de um importante programa social brasileiro de transferência de renda condicionada sobre um segmento de gastos de primeira necessidade, que tende a sinalizar aspectos de vulnerabilidade socioeconômica.

Distintos trabalhos foram realizados no tocante aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres que participam do Programa Bolsa Família com o objetivo de investigar o impacto do PBF sobre o consumo das famílias (Amaral e Monteiro, 2013; Esperândio *et al.* 2017). Esse trabalho se diferencia daqueles já realizados por utilizar dados mais atuais, no caso a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017/2018, atrelada a estimação do modelo de diferenças em diferenças direcionada a um único segmento de gastos específico, gastos com alimentação, além de considerar uma única tipologia familiar e domiciliar, domicílios monoparentais referenciados por mulheres.

Para sua consecução, além dessa seção introdutória, esta pesquisa está dividida em mais quatro seções. A próxima seção refere-se à apresentação das evidências empíricas, seguida dos procedimentos metodológicos, resultados e considerações finais.

3.2. Evidências teóricas e empíricas

De acordo com Vargas (2022) e Chueri (2022), os programas de transferência de renda são estratégias de políticas públicas que possuem como principal diretriz o direcionamento de um determinado valor monetário para os indivíduos que se encontram em contexto de precariedade, diante da ausência de rendimentos ou presença reduzida de recursos. Para os autores, conjectura-se que a transferência de renda proporcione incrementos financeiros, que possibilitem a efetivação de alguns gastos importantes, como aqueles considerados de primeira necessidade em alimentação, saúde e educação.

Destarte, Gabardo (2021) e Mustafá (2022) destacam que a implementação dos programas sociais com a referida estrutura teve início no âmbito das políticas que tinham como principal orientação o *Welfare State*, a partir da década de 1930 na Europa e Estados Unidos, intensificando-se no período pós-guerra e se amplificando para os países da América Latina, Ásia e África, a partir da intensificação da pobreza e desigualdade social nessas respectivas localidades.

De acordo com Gabardo (2021) e Mustafá (2022), a implementação de programas de transferência de renda vem acompanhada da percepção de que alguns grupos na sociedade possuem maior nível de vulnerabilidade socioeconômica, de modo que o recebimento de um determinado valor pode promover diminuição e até mesmo erradicação da pobreza. Isso porque tais programas tendem a ser acompanhados de condicionantes ou regras, que abrangem obrigatoriedade escolar, acompanhamento natal, entre outras práticas. A partir dessas condicionalidades que regulamentam a participação e posterior recebimento monetário, eles são denominados como programas de transferência de renda condicionada (Neri, 2017; Meira *et al.* 2022).

No que tange os programas de transferência de renda existentes no espectro nacional destaca-se Programa Bolsa Família, que foi criado em 2003 e tem como principal diretriz o combate à fome e desigualdade social entre as famílias com baixo nível de renda com destaque para aquelas abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza (Aguiar e Ney, 2020; Cavaler *et al.* 2020; Cattelan *et al.* 2020; Saraiva *et al.* 2020). Considera-se esse um programa de transferência de renda condicionada, uma vez que para ser contemplado pelo programa, além do aspecto de renda, é obrigatório que as crianças estejam regularmente matriculadas em escolas, com frequência regular, além da obrigatoriedade de as gestantes realizarem acompanhamento pré-natal (Abreu e Barbosa, 2020; Machado e Paiva *et al.* 2020).

Observa-se que o programa tem como foco as famílias de modo que grande parte dos condicionantes para a participação incidem sobre as mulheres, no caso as mães, inclusive ao se considerar os domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Essa responsabilização pode amplificar determinadas sobrecargas já existentes, todavia ressalta-se que a ajuda de custo para as famílias tende a proporcionar elevação nos níveis de renda e subsequente manutenção dos gastos básicos, dentre eles os dispêndios com alimentação (Lopes, 2020; Vasconcelos *et al.* 2020).

Embora o Programa Bolsa Família não tenha como principal objetivo a equidade em termos de gênero, compreende-se que o respectivo programa social permeia a

temática ao articular a priorização da titularidade feminina para o recebimento do recurso financeiro, de modo que o debate relativo à essa vertente esteja contribuindo ainda que de forma indireta para avanços no sentido da equidade (Bartholo; Passos; Fontoura, 2019).

Segundo Sacchet (2020), existe um quantitativo significativo de domicílios monoparentais referenciados por mulheres que recebem os benefícios do Programa Bolsa família, que pode ser ilustrado a partir do fato de 90% dos titulares serem mulheres Para Camargo *et al.* (2013), Souza (2020) e Valente *et al.* (2021), a expressividade de domicílios monoparentais referenciados por mulheres contemplados pelo Programa Bolsa Família acontece mediante os contextos de vulnerabilidade socioeconômica em que tais domicílios se encontram, já que estima-se que dentre as pessoas com baixo nível de renda beneficiárias do Programa, aproximadamente 40% eram configurados pela referência feminina.

Além disso, Nwaka *et al.* (2020) inferem que o comprometimento dos gastos alimentares dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres corresponde a um possível desdobramento das iniquidades estruturais que se iniciam na ausência de possibilidades de manutenção de um determinado nível de renda, que possibilite que as mães, enquanto únicas pessoas de referência nos domicílios, tenham o suficiente para realização dos dispêndios domiciliares.

Nessa mesma linha, Mccarthy (2020) destaca que domicílios monoparentais referenciados por mulheres provenientes dos estratos menos abastados tendem a comprometer parte significativa da renda em despesas com alimentação, sendo este segmento de consumo necessário para a manutenção mínima da vida. Nesse sentido, Shashkova *et al.* (2021) inferem que nas famílias em que a escassez financeira se faz presente, as escolhas de consumo tendem a priorizar alimentação em detrimento a outros gastos básicos, como saúde e educação, fator que sinaliza aspectos de vulnerabilidade socioeconômica.

Por conseguinte, Laurenzi *et al.* (2020) destacam que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres estão distribuídos de forma mais expressiva entre as menores faixas de renda, tendendo ao maior comprometimento orçamentário em gastos com alimentação, sinalizando e reforçando a tendência de que tais domicílios estejam inseridos em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Em consonância, Chacona (2020) evidencia que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, diante de limitações relativas ao nível de renda,

possivelmente têm os dispêndios com alimentação comprometido, de modo que foram observadas insuficiência e ausência de determinados bens alimentícios, situação que compromete as condições de saúde dos indivíduos e redireciona tais domicílios ao contexto de vulnerabilidade e situações de risco.

Nesse sentido, segundo Southier e Triches (2020), sucessivos incrementos nos níveis das famílias tendem a gerar subsequentes acréscimos no nível de gastos com bens essenciais, com ênfase nos gastos com alimentação, de modo que do recurso financeiro recebido, pelo menos 34% são destinados à alimentação, percentual que pode aumentar à medida em que o nível de precariedade se intensifica.

À vista disso, alguns trabalhos encontrados na literatura (Santos, 2022; Azevedo *et al.*, 2020; Cassani *et al.*, 2022; Vaz, 2020; Germine e Perez, 2021; Gomes *et al.*, 2021), consideram que diante de possíveis acréscimos nos rendimentos dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres a partir do recebimento dos benefícios do Programa, as mães, em um primeiro momento, tendem a priorizar a manutenção dos gastos com alimentos, sendo esta prioritária em relação a outros segmentos de consumo.

Nessa mesma direção, para Silva Júnior (2021), a concessão do benefício social, mediante transferência de renda, tende a amenizar a profunda precariedade em que os referidos domicílios estão inseridos, de modo que onde não havia realização de gastos mínimos com alimentação, passe a ser realizado consumo, ainda que de forma limitada. Além disso, de acordo com Levin *et al.* (2020), possivelmente são adquiridos alimentos que proporcionem elevado teor calórico e sensação de saciedade a partir da elevação no nível de renda.

Ademais, para Silva (2022), tratando-se dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, verifica-se outro tipo de efeito para além dos rendimentos e gastos, já que essa transferência de renda possibilita que a mulher adquira maior autonomia no manejo dos próprios recursos, o que impacta em sua alocação mediante as prioridades.

Além disso, compreende-se que incrementos de renda nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres provenientes de contextos sociais precarizados tendem a trazer um alento em relação a elevada sobrecarga gerada pela busca por rendimentos para manutenção dos domicílios e atendimentos às necessidades de consumo dos respectivos filhos, fator que tende a gerar incrementos positivos na qualidade de vida dessas famílias (Azevedo *et al.* 2020; Oliveira e Ferrarini, 2020; Alves Filho *et al.* 2021; Santos, 2022).

3.3. Procedimentos metodológicos

Esta seção está dividida em duas subseções. A primeira refere-se à apresentação da fonte dos dados e construção das variáveis, em que serão apresentadas informações sobre a base de dados utilizada, variáveis inseridas na análise, além das etapas iniciais necessárias para identificação dos grupos analisados. Por sua vez, a segunda subseção traça a estratégia de avaliação do impacto do Programa Bolsa Família sobre o nível de gastos domiciliares com alimentação.

3.3.1. Fonte e tratamento dos dados

Foi realizada uma pesquisa de caráter quantitativo e descritivo e para tal foram utilizados dados secundários da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003¹¹ e 2017-2018. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) tem como principal objetivo avaliar as estruturas de consumo, gastos, receitas e parte da variação patrimonial das famílias, o que possibilita apresentação do perfil em termos de condições de vida da população brasileira (IBGE, 2019).

Importante ressaltar que o trabalho tem como unidade investigativa o domicílio, analisado por amostragem. A opção por considerar os dados da POF no estudo deve-se ao fato de essa ser uma pesquisa representativa a nível nacional, que apresenta a possibilidade de fornecer uma resposta mais abrangente sobre o orçamento doméstico das famílias monoparentais femininas.

Ademais, foram analisados domicílios configurados por mulheres brasileiras referências singulares dos mesmos que se encontram em situação de monoparentalidade. De acordo com o IBGE (2019), para a POF de 2002-2003 foram realizadas entrevistas em 44248 domicílios e para a POF de 2017-2018 foram entrevistados 57920 domicílios. Tratando-se dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, para o ano de 2002-2003, obteve-se 4030 domicílios e 5296 para o período 2017-2018.

De forma subsequente, para obtenção da amostra utilizou-se domicílios particulares permanentes identificados por seleção aleatória simples sem reposição, para

¹¹ Utilizou-se a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003 e 2017-2018 referentes aos períodos anterior e posterior da política pública implementada, no caso o Programa Bolsa Família.

cada uma das uma das UPAs selecionadas, sendo que o termo upas refere-se a unidades primárias de amostragem. As informações referentes aos rendimentos familiares, despesas, níveis de consumo e classe social do específico arranjo domiciliar foram coletadas a partir de microdados contidos na POF.

Do montante de sete questionários disponibilizados na POF, utilizou-se dados das seguintes seções: a primeira, POF-1, que investiga as características dos domicílios e dos moradores, havendo inúmeras informações que vão desde as condições de escolaridade e saúde até os níveis de renda total; a terceira, POF-3, também conhecida como caderneta de despesas coletivas, que apura os gastos diários da unidade de consumo; POF-4, que contém o bloco de consumo individual, e por último, POF 5 - referente ao questionário de trabalho e rendimento individual, o qual apresenta informações sobre as receitas dos domicílios e outros rendimentos e transferências monetárias recebidas.

Salienta-se que as variáveis utilizadas tiveram como critério de inserção a literatura relacionada ao tema, particularmente a partir dos trabalhos realizados por Martins (2013), Sperandio *et al.* (2017) e Baptistella (2020). No quadro 1 são apresentadas as principais etapas metodológicas necessárias para a construção da base de dados.

Quadro 1- Construção da base de dados

Etapas	Descrição
Categorização dos domicílios	Foi utilizada a POF-1 “Moradores” e a partir do <i>software stata</i> identificou-se as características dos moradores e relações de parentesco. Esse foi o primeiro passo metodológico, que possibilitou a construção da base de dados. Importante ressaltar que para tal foi criada a variável <i>hhtype</i> .
Construção da variável <i>hhtype</i>¹²	Essa variável permitiu categorizar os domicílios em diferentes tipologias

¹² A forma de construção da variável que identifica os domicílios monoparentais femininos foi anteriormente desenvolvida e implementada em pesquisas e trabalhos acadêmicos realizados por Fontes (2014) e Fontes *et al.* (2016).

	(monoparental feminino, unipessoal, casal com filhos, dentre outros), de acordo com a característica de cada morador (se pessoa de referência, filho, irmão, cônjuge, companheiro e outros).
Construção das variáveis socioeconômicas (variáveis de controle)	A partir da POF-1, referente a informação dos indivíduos e demais características do domicílio, obteve-se dados referentes ao nível de renda total e <i>per capita</i> dos domicílios, além da taxa de alfabetização da pessoa de referência no domicílio, se ela possui emprego, sua idade, gênero, tamanho da família e situação censitária, e se o domicílio se encontra em área urbana ou rural.
Construção da variável relativa ao nível de gastos	Por meio da POF-3 e POF-4, referente ao bloco de despesas coletivas e individuais, obteve-se o nível de gastos com alimentação, sendo estes valores <i>per capita</i> .*
Construção da Variável binária Bolsa família	Utilizou-se a POF-5, referente a rendimentos. Assim, por meio da seção de outros rendimentos, foi possível identificar todos os tipos de rendimentos e transferências recebidas pelos domicílios. Assim, foram identificados os domicílios que recebiam recursos do PBF e os que não recebiam. Para tal, foi necessário considerar a variável 9001, que por sua vez detalha todos os tipos de rendimentos transferências recebidas pelo domicílio. Uma vez realizada essa filtragem, para aqueles que não faziam parte do Programa

	atribuiu-se valor igual a 0 e para os que faziam parte do Programa foi atribuído valor igual a 1.
--	---

Fonte: Elaboração própria.

Nota: *Os valores referentes aos gastos e rendimentos foram anualizados, uma vez que cada segmento de consumo seguiu um intervalo de tempo diferente, durante a elaboração dos questionários da POF. Tais procedimentos foram realizados para a POF-2002/2003 e POF-2017/2018.

3.3.2. Estratégia de Avaliação de Impacto

A avaliação de impacto de políticas públicas envolve um compilado de etapas que se iniciam a partir de sua idealização e implementação. Assim, antes da implementação de procedimentos econométricos e estatísticos é importante analisar as possíveis relações causais que determinada política pode influir sobre o público a ser contemplado, além dos resultados os quais espera-se obter.

Desse modo, verificar a natureza do programa (se transferência de renda, ajuda de custo, incentivo a participação de determinada política, dentre outros) é uma importante etapa, que pode contribuir inclusive na análise dos resultados. Assim sendo, uma vez que o programa Bolsa Família foi implementado mediante a transferência direta de renda para as famílias, constata-se que a avaliação de impacto possui interligações com o nível de gastos de diferentes segmentos de consumo, além da associação com outras variáveis socioeconômicas, que por sua vez podem se alterar, de acordo com a participação ou não participação do programa, sendo que essas relações também podem ser compreendidas sobre a tendência de impacto causal do programa em relação à variável resultado.

A partir da obtenção e identificação das possíveis relações causais do programa, foi necessário estimar o grupo contrafactual, sendo este um procedimento que possibilita analisar o comportamento dos indivíduos com a política vigente e diante da ausência dela. No entanto, diante da impossibilidade de analisar esses efeitos em um único grupo, torna-se necessária a obtenção de um outro grupo, sendo este o grupo não tratado ou grupo controle, que por sua vez permite analisar os efeitos da política a partir da comparação desses respectivos grupos. O grupos tratado e não tratado estão

apresentados na Tabela 2, referente às variáveis do modelo econométrico que envolve a estimação do *Propensity Score Matching* (Escore de Propensão).

Salienta-se que para avaliação de impacto de políticas públicas, diante de uma comparação entre os grupos tratado e não tratado, torna-se imprescindível que os indivíduos provenientes dos respectivos grupos tenham características semelhantes para que não ocorra nenhum viés ou alteração de análise por atributos que diferenciam um grupo do outro, de modo que o efeito tratamento não altere características individuais que poderiam enviesar a análise. Dessa forma, como primeira etapa econométrica, foi necessário estimar o *Propensity Score Matching* (PSM).

De acordo com Gertler (2018), a partir do *Propensity Score Matching* para cada grupo de tratamento e não tratamento, estima-se a probabilidade de que determinada unidade se inscreva no Programa com base nos valores observáveis de suas características, sendo estas variáveis explicativas, consideradas covariáveis. Assim, assume-se a pontuação de 0 a 1, que define a influência das características observáveis, diante da probabilidade de participar ou não do programa. De acordo com Becker e Ichino (2002), o escore de propensão pode ser definido da seguinte forma:

$$p(X) \equiv Pr(D = 1|X) = E(D|X) \quad (1)$$

Em que D é considerado o indicador de exposição ao tratamento, o qual varia entre 0 e 1 conforme já mencionado e X um conjunto de variáveis, ou seja, características observáveis referentes ao período anterior e posterior da implementação da política. Nesse trabalho, a estimação da probabilidade de ser beneficiário do PBF foi realizada por meio de um modelo *Probit*, conforme a equação apresentada abaixo:

$$P(D = 1|x) = \phi(\beta_0 + \sum_{i=1}^n \beta_i X_i) \quad (2)$$

A partir do modelo geral, apresenta-se a equação específica a ser estimada para realização do pareamento, mediante as variáveis utilizadas, considerando-se a política a ser analisada, no caso a probabilidade de participar do programa diante das covariáveis consideradas para a análise, em que BF refere-se ao programa Bolsa Família e x características observáveis entre os grupos. Os demais subscritos são os parâmetros que mensuram a probabilidade de participação ou não no programa.

$$P(BF = 1|x) = \phi(B0i + \beta i \sum_{t=1}^n Xrenda + Xidade + Xhhtype + Xcor + Xnm)$$

De acordo com Rocha *et al.* (2016), esta é a função de distribuição normal padrão acumulada em que X_i são as covariáveis que influenciam a probabilidade de participação no Programa. Caso β seja positivo, um possível aumento em X elevará a probabilidade de o domicílio receber o tratamento. Por outro lado, um aumento em X diminuirá a probabilidade de $D=1$, sendo que o somatório se refere ao conjunto de características observáveis, que pode variar de 1 a n a depender da quantidade de covariáveis X utilizadas. Ressalta-se que as covariáveis referem-se às características observáveis dos indivíduos e dos seus respectivos domicílios.

Ressalta-se que as variáveis utilizadas foram inseridas a partir da literatura vigente, conforme previamente elucidado, uma vez que tratando-se do nível de gastos com alimentação, diante de transferências monetárias, a renda torna-se relevante na análise, que por sua vez pode ser associada a outros fatores socioeconômicos, tais como cor (aspecto de desigualdade racial), idade (questões relacionadas ao ciclo de vida), tipo de domicílio, sendo que $hhtype$ é a variável que considera somente os domicílios monoparentais referenciados por mulheres; e tamanho da família, uma vez que a quantidade de moradores altera a distribuição dos recursos e gastos.

Essas variáveis são fundamentais para a identificação dos grupos de tratamento e controle, bem como para o seu subsequente pareamento. Isso porque, a partir de determinadas características observáveis, torna-se possível estimar a probabilidade de um indivíduo participar do programa em questão. Conforme argumentam Rocha *et al.* (2016) e Sperandio *et al.* (2017), recomenda-se a utilização de variáveis comuns a ambos os grupos, de forma a permitir um pareamento adequado que maximize a similaridade entre os indivíduos, inclusive no que se refere aos critérios de elegibilidade da política pública analisada. Assim, é imprescindível que os grupos de tratamento e controle apresentem o maior grau possível de semelhança em relação às variáveis selecionadas, garantindo maior precisão e validade à análise empírica. Abaixo, a partir do Quadro 2, são apresentadas as variáveis utilizadas na estimação do modelo e seus respectivos sinais esperados de acordo com a literatura.

Quadro 2- Variáveis incluídas na estimação do modelo PSM

Variáveis	Descrição	Sinais Esperados
-----------	-----------	------------------

<i>D</i>	Programa Bolsa família	Variável dependente
<i>Y</i>	Gastos com alimentação per capita	Positivo
<i>renda</i>	Nível médio de renda	Negativo
<i>cor1</i> ¹³	Pretos/Pardos/Indígenas	1
<i>cor0</i>	Brancos/Amarelos (categoria base para efeito de comparação)	0
<i>hhtype</i>	Identificador do domicílio monoparental	Positivo
<i>idade</i>	Idade da mãe	Positivo
<i>Nm</i>	Tamanho da família	Positivo

Fonte: Elaboração própria.

Uma vez realizado o pareamento entre os grupos controle e tratado para cada período, será realizado o Teste T de Student que possibilita identificar a diferença das médias entre os grupos para os períodos de 2002/2003 e 2017/2018. Nesse estudo, considera-se o Teste t como um procedimento que estima as diferenças na média entre os dois grupos analisados. Em outras palavras, é um teste que capta diferenças de média entre os dois grupos, possibilitando evidenciar a qualidade do pareamento realizado.

Após obtenção dos grupos de tratamento e controle para cada período de tempo e realização do pareamento por meio do *Propensity Score Matching*, torna-se possível iniciar os procedimentos para estimação do impacto da política entre os diferentes grupos analisados. Salienta-se que a realização do pareamento dos grupos de controle e tratamento mediante o *Propensity Score Matching* é imprescindível para a posterior estimação do modelo econométrico de Diferenças em Diferenças.

De acordo com Wooldridge (2015), para estimar a diferença sistemática entre os dois grupos, tratamento e controle, faz-se necessário a obtenção de informações referentes ao período anterior e posterior da implementação da política. Dessa forma, tem-se a obtenção de duas diferenças, sendo a primeira entre o grupo tratado e controle para o período anterior e posterior a implementação da política e a segunda diferença, que é referente aos respectivos resultados obtidos entre os dois períodos analisados.

¹³ As variáveis *cor 1* e *cor 0*, são variáveis binárias, necessárias ao modelo para a categorização das distintas raças/cores analisadas.

Segundo Schiozer *et al.* (2020), o método pode ser considerado uma combinação dos modelos transversais e de diferenças em séries, sendo uma estratégia útil quando ocorre a ausência de informações de Y previamente ao tratamento. Em suma, considera-se uma estratégia relevante em análises de políticas que já foram implementadas, quando não há um critério de seleção plenamente aleatória para a seleção dos contemplados ou quando o grupo elegível é obtido por meio de uma característica mais ampla, como o nível de renda, similar à dinâmica do programa analisado, no caso o Programa Bolsa Família (BF). Dessa forma, estima-se o modelo a partir da seguinte equação:

$$Y_{it} = \alpha + \beta_1 D_{it} + \beta_2 x_{1it} + \beta_3 x_{2it} + U_{it} \quad (4)$$

A partir do modelo geral, é possível obter a equação específica a ser estimada para o estudo:

$$G_{\text{alimentos } i(t1-t0)} = \alpha + \beta_1 BF_{i(t1-t0)} + \beta_2 x_{\text{renda } i(t1-t0)} + \beta_3 x_{\text{cor } i(t1-t0)} + \beta_4 x_{\text{hhstype } i(t1-t0)} + \beta_5 x_{\text{idade } i(t1-t0)} + \beta_6 x_{\text{nm } i(t1-t0)} + U_{i(t1-t0)} \quad (5)$$

Salienta-se que o método de diferenças em diferenças é estimado por meio de um modelo de regressão que analisa o impacto de determinada política pública sobre determinado grupo. Assim, considera-se a política pública D como BF, o nível médio de gastos como Y , o período anterior a implementação da política $t=0$, no caso período da POF-2022/2003, o período posterior a implementação da política $t=1$, referente a POF-2017/2018, e x demais variáveis de controle (renda, cor, *hhstype*, idade e número de moradores) diante das características observáveis em cada grupo, controle e tratado.

Os parâmetros *alfa* (α) e *beta* (β) são os coeficientes a serem estimados, em que α capta o efeito fixo no tempo, sendo este um termo constante, e β o efeito específico no tempo, capturando efeitos comuns e homogêneos a todos os indivíduos tratados ou não (Cabral,2016). De modo específico, pode-se considerar o coeficiente (β) como o efeito causal da política a partir da diferença entre grupo tratado e controle. Salienta-se que o β_1 fornece o efeito médio do programa (D) e os demais o efeito para cada variável de controle. Considera-se (i) um subscrito o qual refere-se aos indivíduos elegíveis ao tratamento, ou seja, aqueles que receberam a política (assumindo valor igual a 1) e indivíduos que não receberam o tratamento, que por sua vez fazem parte do grupo controle (assumindo valor igual a 0).

O Subscrito (t) refere-se ao tempo, no caso se o período analisado é anterior ou posterior ao tratamento, assumindo-se valores de 0 para período anterior, 2002-2003, e 1 para o período posterior, 2017-2018. De modo subsequente, uma vez que foram inseridas outras variáveis de controle, X , observa-se a partir da equação apresentada que para cada variável existe um coeficiente *beta* (β), que conforme mencionado, refere-se ao efeito causal da política. Além dessas variáveis, observa-se a presença da variável U_{it} , que envolve o termo de erro ou no caso possíveis desvios que possam ocorrer.

Salienta-se que sobre os sinais esperados para cada variável, de acordo com Cavalcanti (2013) e Carvalho (2021), espera-se a obtenção de sinais positivos. Assim, possíveis acréscimos no nível de renda podem gerar aumento do nível de gastos com alimentação, podendo este efeito ser intensificado diante de fatores que envolvem o nível de renda, cor, idade da pessoa de referência, dentre outras variáveis. A Quadro 3, abaixo, apresenta as variáveis utilizadas na estimação do modelo de diferenças em diferenças e seus respectivos sinais esperados.

Quadro 3- Variáveis incluídas no modelo econométrico de diferenças em diferenças

Variáveis	Descrição	Sinais Esperados
<i>D</i>	Programa Bolsa família	Variável dependente
<i>Y</i>	Gastos com alimentação per capita	Positivo
<i>renda</i>	Nível médio de renda	Positivo
<i>cor1</i>	Pretos/Pardos/Indígenas	1
<i>cor0</i>	Branco/Amarelos (categoria base para efeito de comparação)	0
<i>hhtype</i>	Identificador do domicílio monoparental	Positivo
<i>idade</i>	Idade da mãe	Positivo
<i>Nm</i>	Tamanho da família	Positivo

Fonte: Elaboração própria.

Como já salientado, o grupo tratado refere-se àqueles que foram contemplados pelo Programa Bolsa Família e o grupo de controle os domicílios não contemplados pelo benefício do Programa Bolsa Família, entretanto similar ao grupo tratado. Salienta-se que para o período 2002/2003, período que antecede a implementação do Programa Bolsa Família, para identificação do grupo de tratamento, foram considerados os domicílios monoparentais referenciados por mulheres que faziam parte de algum programa social, como Bolsa Escola, Vale Gás, Brasil Carinhoso e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que foram unificados integrando o Programa Bolsa Família.

Por sua vez, para o período de 2017/2018, o grupo tratado refere-se aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres que recebiam benefício do programa de transferência de renda. Destarte, espera-se que o grupo tratado tenha acréscimo no nível de gastos com alimentação em função do recebimento do benefício do Programa Bolsa Família comparativamente ao grupo de controle a partir da literatura, vide estudos realizados por Cotta e Machado (2013) Sperandio *et al.* (2017) e Weissheimer (2018).

Ademais, salienta-se que no intuito de obter uma qualidade no pareamento realizado ao se construir os grupos de tratamento e controle, optou-se por restringir a

amostra para domicílios com rendimentos abaixo de R\$500,00. Essa faixa de renda foi escolhida com a finalidade de viabilizar o pareamento entre os grupos por meio do *Propensity Score Matching*, uma vez que esse é realizado no intuito de identificar grupos com características semelhantes entre si, possibilitando uma concisa comparação e posterior análise do impacto da política entre aqueles que receberam e que não receberam a transferência de renda proveniente do Programa Bolsa Família.

Por fim, para que fosse possível estimar o modelo de diferenças em diferenças, foram observadas as médias de gastos com alimentação desses grupos, de modo que as diferenças nas médias possibilitassem avaliar o impacto do programa sobre o nível de dispêndios com alimentação. Nesse sentido, foi calculado o teste t para observação das médias de gastos com alimentação entre dois intervalos de tempo da pesquisa com o objetivo de avaliar a qualidade do pareamento realizado.

3.4 Resultados e Discussão

Por meio da Tabela 1, são apresentadas as estatísticas descritivas referentes aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres para o período 2017/2018, que é o mais recente da POF e considerado no trabalho como aquele pós implementação do Programa Bolsa Família, já que o período de 2002/2003 foi anterior à implantação da política.

Dentre aqueles que recebem transferências do Programa, foram destacados os domicílios que apresentam como renda total valores abaixo de R\$ 500,00 no intuito de destacar a precariedade socioeconômica, que pode estar mais atenuada em alguns domicílios, tornando mais latente o comprometimento orçamentário em relação aos gastos com alimentação. Em paralelo, são apresentados os valores médios de renda e de gastos com alimentação. Ademais, é possível identificar a representação proporcional do PBF em relação à renda total dos domicílios e a proporção dos gastos com alimentação em relação aos rendimentos do domicílio.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas relativas ao período 2017-2018

Grupos	Beneficiários	Beneficiários com Rendimentos < R\$ 500,00	Não Beneficiários
---------------	----------------------	--	--------------------------

Nº Observações	1255	220	4041
Representação percentual de domicílios	31%	4%	69%
Renda média	786,1	373,58	4404,57
Valor médio Bolsa Família	196,86	156,3	-
Proporção do BF em relação a renda total	25%	42%	
Média de gastos com alimentação	241,6 1	177,19	403,17
Proporção dos gastos com alimentação em relação ao rendimento do domicílio	31%	47%	9%

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

É possível verificar que dentre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres aproximadamente 1/3 deles são beneficiários do Programa Bolsa Família. Ademais, comparando-se o nível de renda entre beneficiários e não beneficiários, infere-se que entre os beneficiários, o nível médio de renda é de R\$ 786,10, podendo chegar a níveis reduzidos de R\$ 373,58 no caso dos domicílios que recebem rendimentos abaixo de R\$ 500,00. Importante ressaltar que os valores médios do nível de renda dos beneficiários estão abaixo do salário-mínimo¹⁴ referentes ao período, contrastando com a renda média dos não beneficiários, que é de R\$ 4404,57. Dessa forma, nota-se uma discrepância latente entre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres que recebem e que não recebem recursos do Programa Bolsa Família, o que vai ao encontro dos resultados encontrados por Costa e Magalhães (2020) e Pires (2021).

Outrossim, tratando-se da média dos valores recebidos entre os beneficiários, nota-se que aqueles que possuem rendimentos abaixo de R\$ 500,00 recebem em média menos do que a média geral dos beneficiários. Sobre essa constatação, importante elucidar que o critério dos valores destinados às famílias, para além da renda, está relacionado com outras questões sociodemográficas, como por exemplo o número de filhos nos domicílios de acordo com a faixa etária (Santos *et al.* 2017; Favaro, 2022).

Além disso, destaca-se que os valores médios recebidos pelas famílias de R\$196,86 e R\$156,53 respectivamente, estão de acordo com o limite dos valores destinados às famílias para o período de 2017/2018, o qual variava entre R\$ 70,00 e R\$ 200,00 (Trovão, 2020; Vilar e Moreira, 2022). Salienta-se ainda que o valor recebido

¹⁴ Valor do salário mínimo entre 2017/2018: R\$ 954,00 (Saboia *et al.* 2021).

pelas famílias corresponde em média a proporções que variam entre 25% e 42% da renda total das famílias, fator que destaca o Programa como um importante fomentador de recursos financeiros para as famílias (Martino *et al.* 2020; Natalino, 2020).

Por conseguinte, com relação à média de gastos alimentares dos domicílios analisados, verifica-se nítida discrepância, pois enquanto os não beneficiários do programa possuem média de gastos de R\$ 403,17, correspondente a 9% da renda média disponível, os domicílios que são beneficiados pelo Programa Bolsa Família gastam em média R\$ 241,61, valor correspondente a 31% do orçamento médio. Essa disparidade se intensifica quando são considerados aqueles que recebem rendimentos abaixo de R\$ 500,00 uma vez que estes possuem média de gastos de R\$177,19, correspondendo 47% da renda média dos respectivos domicílios. Esse resultado evidencia a dimensão do comprometimento orçamentário das camadas menos abastadas da população e sinalizam a fragilidade socioeconômica em que alguns domicílios monoparentais referenciados por mulheres, beneficiados pelo PBF, podem estar inseridos (Vaz, 2020; Silva, 2023).

Destarte, os resultados sinalizam outra relação importante, pois a média de gastos com alimentação dos beneficiários do Programa Bolsa Família é maior em termos monetários do que o próprio valor médio do benefício. Isso também sinaliza os aspectos de vulnerabilidade socioeconômica existente nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, inclusive entre os beneficiários, mesmo que diante de transferências monetárias via PBF (Weissheimer, 2018), embora seja um importante instrumento de transferência monetária, vis ao percentual que o respectivo recurso representa no orçamento das famílias (Costa-Fernandez e Munoz, 2019; Santos, 2020).

Em paralelo, destaca-se a importância do recebimento do recurso no processo de autonomia das mulheres, diante da expressiva condição de titularidade feminina entre os beneficiários, fator que para além do escopo do nível de renda envolve questões de autonomia e empoderamento da mulher enquanto no manejo dos próprios recursos (Bernal *et al.* 2019; Couto e Saiani, 2021).

De modo subsequente, são apresentados os resultados referentes ao principal objetivo proposto, que é relativo à avaliação de impacto do Programa Bolsa família sobre o nível de gastos com alimentação dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres. Nesse sentido, foram considerados os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, com média de renda inferior a R\$500,00 para o período anterior e posterior a implementação do Programa Bolsa Família, como elucidado na seção metodológica.

Na Tabela 2, considerando-se o período anterior a implementação da política, 2002/2003, foi possível encontrar 1421 domicílios monoparentais referenciados por mulheres, sendo que 401 deles eram beneficiários de algum programa social. Já no período posterior a implementação da política, foram obtidos 179 domicílios, em que 117 receberam recursos do Programa Bolsa Família. Ademais, no total, foram pareados 1600 domicílios, sendo 1082 pertencentes ao grupo de controle e 518 pertencem ao grupo tratado. Ressalta-se que o pareamento é necessário, pois os domicílios analisados não são os mesmos entre os períodos 2002/2003 e 2017/2018.

Tabela 2 - Pareamento dos grupos de controle e tratamento para os períodos anterior e posterior a implementação do Programa Bolsa Família

Grupos	Período anterior	Período posterior	Total de Grupos
Controle	1020	62	1082
Tratado	401	117	518
Total	1421	179	1600

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Ademais, ainda que a amostra seja restrita em quantitativo de domicílios, inclusive ao se observar aqueles que receberam o benefício social, ressalta-se que o método de pareamento do *Propensity Score Matching*, executado mediante a estimação de um modelo *Probit*, considera um conjunto de características observáveis para que os grupos sejam os mais próximos entre si, no intuito de realizar uma comparação fidedigna que propicia a avaliação de impacto da política pública, uma vez que os domicílios para os distintos períodos não são os mesmos, como já salientado (Jakubowski, 2015; Silveira 2015).

Assim sendo, observa-se que essa identificação dos domicílios que se assemelham entre si de forma precisa, tende a restringir o tamanho da amostra, o que não interfere na avaliação de impacto da política. Nesse sentido, a avaliação de impacto pelo método de diferenças em diferenças pode ser realizada, desde que seja possível identificar domicílios com características similares e comparáveis. Indo ao encontro do que foi constatado nesse estudo, reduções na amostragem após realização do pareamento entre distintos grupos podem ser observadas nos estudos realizados por Uhr (2021) e Meloni (2022).

De modo subsequente, são apresentados os resultados referentes ao Teste t para a diferença das médias entre os grupos controle e tratado para o período de 2002/2003, vide Tabela 3, abaixo. Para este estudo, considera-se o Teste t como um procedimento

que estima as diferenças na média entre os dois grupos analisados. Salienta-se que o teste t é uma importante ferramenta a qual possibilita realizar análises robustas e fundamentadas, baseadas na comparação de médias e na validação de hipóteses estatísticas, permitindo determinar se tais diferenças refletem variações reais entre distintas distribuições amostrais, contribuindo para realização de inferências concisas a respeito dos grupos analisados (Laureano, 2020; Pimentel-Gomes, 2023).

Tabela 3 - *Teste t* para as médias de gastos com alimentação 2002/2003:

Grupo	Observações	Média
		6,348286***
0	3033	(0,020033)
		5,920431***
1	538	(0,43029)
		6,283826***
Combinações	3571	(0,0183851)
		0,4278548***
Diferença		(0,050916)

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Nota¹ Teste de igualdade de média das variáveis no período base, sob a hipótese nula de médias iguais entre os grupos de tratado e controle. *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%; NS não significativo. Erros padrão em parênteses.

Assim, por meio da referida tabela, que analisa a diferença das médias de gastos alimentares entre os dois grupos, compreende-se que houve diferença de aproximadamente 0,428% entre os grupos não beneficiários e beneficiários. Dessa forma, atestou-se que os não beneficiários possuem média de gastos maior do que os beneficiários, já que ao subtrair a média de gastos dos não beneficiários pelos beneficiários foi encontrado um valor positivo. Logo, há uma tendência de menor média de gastos com alimentação nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres que receberam recursos do Programa Bolsa Família em relação aos não beneficiários.

Em suma, para o período 2002/2003, os não beneficiários do programa possuem nível de gastos com alimentação mais elevado do que aqueles que recebem recurso do programa. Logo, mesmo recebendo transferências monetárias provenientes do Programa

Bolsa Família, os domicílios contemplados ainda possuem baixo nível relativo de gastos com o consumo alimentar em comparação com os não contemplados. Importante ressaltar que a diferença das médias encontrada para o específico período foi estatisticamente significativa, o que denota confiabilidade ao teste.

Por sua vez, a Tabela 4, a seguir, apresenta os resultados do teste t para médias referente ao período de 2017/2018, sendo possível verificar a diferença entre os grupos tratados e controle no tocante aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Sobre a diferença do nível de gastos com alimentação entre os grupos controle e tratamento nota-se que para o ano posterior à implementação da política há um comportamento similar ao período 2002/2003.

Tabela 4 - Teste t para as médias de gastos com alimentação 2017/2018

Grupo	Observações	Média
		3,133103***
0	3480	(0,0196919)
		2,538098***
1	1082	(0,0332789)
		2,991981***
Combinações	4562	(0,0173761)
		0,5950052***
Diferença		(0,0398941)

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Nota¹ Teste de igualdade de média das variáveis no período base, sob a hipótese nula de médias iguais entre os grupos de tratado e controle. *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%; NS não significativo. Erros padrão em parênteses.

Dessa forma, infere-se que há uma diferença de 0,595% no nível de gastos com alimentação entre os não beneficiários e beneficiários do Programa Bolsa Família. Constata-se, assim, que os domicílios que recebem auxílio proveniente do programa tendem a possuir o nível de gastos com alimentação reduzido em comparação com aqueles que não participam do programa. Esse resultado é similar ao verificado para o período 2002/2003 e também foi estatisticamente significativo. Além disso, foi possível observar que o teste apontou que a diferença média de gastos com alimentação entre não beneficiários e beneficiários do Programa Bolsa Família aumentou em termos percentuais entre os dois períodos.

Após a execução dos respectivos testes t para os grupos amostrais tratados e não tratados, referentes aos períodos de 2002/2003 e 2017/2018, que atestou a qualidade do pareamento realizado, estima-se a avaliação de impacto por meio do estimador de diferenças em diferenças, apresentado na Tabela 5, Dessa forma, verificou-se que o Programa Bolsa Família gerou um impacto de -0,481% no nível de gastos com alimentação dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres, sendo essa constatação confirmada pelo nível de significância apresentado. Reitera-se que esse valor de -0,481%, sinaliza que em comparação com os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, que não recebem o PBF, aqueles que recebem ainda apresentam uma redução, ou uma diferença de -0,481%, ou seja, ainda se encontram com o nível de gastos com alimentação reduzidos, em comparação ao referido grupo. Logo, este resultado sinaliza que para o referido período de tempo analisado, ainda há um distanciamento dos beneficiários e não beneficiários em relação ao nível de gastos com alimentação.

Ao analisar a influência do Bolsa Família na alocação de recursos foi possível apurar que há um comportamento distinto entre beneficiários e não beneficiários ao longo do tempo, paralelo às distintas faixas de rendimento, sendo este perceptível inclusive sobre o segmento alimentar (Rocha *et al.*, 2018). Nesse sentido, os resultados das estatísticas descritiva podem contribuir para embasar o resultado obtido mediante a estimação do modelo de Diferenças em diferenças. Observou-se elevada disparidade do nível médio de gastos entre os beneficiários e não beneficiários do programa; e ainda que pareados entre si, os não beneficiários tendem a gastar mais com alimentação do que os beneficiários (Santos *et al.*, 2014; Oliveira, 2023).

Tabela 5 - Estimativas do modelo de diferenças em diferenças

Resultados var.	ln_al-l	 t
Antes		
Controle	5.812	
Tratado	5.854	
Diferença (T-C)	0.041	0.52 NS (0,8)
Depois		
Controle	2.429	
Tratado	1.989	
Diferença (T-C)	0.440	2.05*

		(0,215)
	-0.481	2.14**
Diferenças em Diferenças		(0,225)

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Nota¹ Teste de igualdade de média das variáveis no período base, sob a hipótese nula de médias iguais entre os grupos de tratado e controle. *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%; NS não significativo. Erros padrão em parênteses.

Outrossim, foi possível identificar a insuficiência dos rendimentos recebidos via transferência de renda para custeio das despesas com alimentação, visto que o nível médio dos gastos com alimentação entre os beneficiários do programa (R\$ 241,61), é superior ao nível médio do valor recebido via transferência monetária (R\$196,86). Em síntese, observa-se que em termos percentuais o comprometimento orçamentário dos gastos com alimentação dos domicílios beneficiados tende a ser mais elevado do que o valor percentual que a transferência de renda representa no orçamento das famílias, constatação que pode ser comprovada na análise descritiva, em paralelo ao resultado estimado pelo método de diferenças em diferenças.

No que tange a literatura, importante apontar que os resultados encontrados podem se diferenciar daqueles verificados em outros trabalhos de acordo com a metodologia utilizada e amostra, além do tipo de variável analisada, como por exemplo gastos com alimentos, nível de consumo, avaliação nutricional, ou medidas antropométricas. Os resultados encontrados no presente estudo vão ao encontro das pesquisas realizadas por Silva (2007), Traldi e Almeida (2012), Santos *et al.* (2014), Neder e Souza (2015), Weissheimer (2018), Muñoz e Fernandez (2019), Souza (2020) e Paiva *et al.* (2020). Segundo os autores, existe um compilado de fatores que podem transfigurar a insuficiência das transferências de renda via Programa Bolsa Família no aumento nível de consumo das famílias.

Nessa perspectiva, destacam-se a restritiva focalização do Programa Bolsa Família, os condicionantes para participação do programa, além dos valores destinados às famílias, que ainda são reduzidos diante do intenso grau de precariedade existente entre os domicílios beneficiados e das discrepâncias socioeconômicas dos grupos tratado e não tratado, como evidenciado por Faria *et al.* (2020).

No que tange as condicionalidades, de acordo com Resende e Oliveira (2008), Simonino *et al.* (2019) e Oliveira e Casonato (2021), a possível redução no nível de gastos com alimentação entre os beneficiários do programa pode estar relacionada com as condicionalidades exigidas, como a frequência escolar, que por sua vez influem positivamente na alfabetização das crianças, todavia diminui o trabalho infantil, expressamente proibido no país. Conforme os autores, esse pode ser um dos fatores que tendem a promover reduções na renda total das famílias e conseqüentemente no consumo diante da inexistência de uma renda outrora complementar nos domicílios, fator que traz à tona a necessidade de um maior incremento monetário por parte do programa.

À vista disso, de acordo com Miotto *et al.* (2018), o Programa Bolsa Família considerado um amplo programa de transferência de renda, trouxe incrementos monetários em domicílios que viviam em condições de extrema pobreza, entretanto diante dos critérios de elegibilidade em conjunto com os termos de condicionalidades a serem cumpridos, existe tendência de redução do alcance da política, uma vez que tais critérios desconsideram outros contextos de domicílios que estão em situação de precariedade, porém não tão drásticos como os que já são contemplados.

Em consonância, Sena e Araújo (2021) e Bernardi (2023) ressaltam que o critério extremamente restrito da elegibilidade pode ainda excluir famílias que mesmo não pertencentes às linhas de pobreza e extrema pobreza possuem indicadores sociais fragilizados. Ademais, em conformidade com as pesquisas realizadas por Pereira *et al.* (2018) e Gondim (2022), salienta-se que determinadas condicionalidades podem gerar sobrecargas ao considerar os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, diante das múltiplas funções em que mulher enquanto referência única do domicílio assume.

Paiva *et al.* (2020) salientam ainda que o critério da elegibilidade tende a englobar domicílios que vivem principalmente em situações de pobreza e extrema pobreza, fator que ilustra a discrepância socioeconômica entre os contemplados pelo programa e os que não recebem os recursos da transferência de renda. Nesse contexto, Melo *et al.* (2022) e Santos (2022) inferem que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres tendem a estarem inseridos entre aqueles com menores níveis de renda, consumo, escolaridade e capacitação, fatores que elevam ainda mais a disparidade entre os beneficiários e não beneficiários do programa.

Ainda nessa linha, Siqueira *et al.* (2018) destacam que ao analisar o perfil das mulheres beneficiárias nota-se que a renda dessas famílias se encontra em níveis ainda reduzidos em relação aos recursos necessários para obtenção de um nível médio de consumo digno. A autora ainda destaca que os resultados que sinalizam a existência de redução do nível de gastos em comparação aos não beneficiários não indica a ineficácia do programa. Todavia, ilustram que provavelmente o consumo era mais precário no período anterior a política, de modo que no período posterior pode ter ocorrido melhoria substancial com a implementação do programa, ainda que não plenamente suficiente para maior igualdade entre beneficiários e não beneficiários.

Adicionalmente, diante das elevadas disparidades entre beneficiários e não beneficiários, Carvalho *et al.* (2020) destacam que para além do nível de gastos com alimentos, entre aqueles que são beneficiários do Programa Bolsa verifica-se menor quantidade e qualidade no tipo de alimento consumido, diante da escolha por produtos de baixo custo e de menor capacidade nutricional, o que por sua vez gera impacto no nível de bem-estar das famílias.

Tais observações, contudo, não invalidam ou transpõem demérito à política pública, diante de sua magnitude e proposta de erradicação da pobreza. Desse modo, Rodrigues e Teles (2019) elucidam que o direcionamento de transferência de renda para domicílios extremamente fragilizados tende a proporcionar ganhos materiais e imateriais para as famílias, destacando-se a execução mínima da compra de itens básicos, além de promoção das decisões de escolhas em relação ao consumo, que ainda não sendo suficientes para a superação da pobreza, promovem o exercício do consumo.

Sobre esse aspecto, Siqueira *et al.* (2018) destacam que mesmo com a possível nos gastos, tratando-se das mulheres beneficiárias, o recebimento do recurso financeiro, ainda que parco, tende a proporcionar a autonomia do manejo dos recursos, promovendo participação no processo de tomada de decisão dos próprios recursos. Desse modo observa-se que um arranjo domiciliar monoparental referenciado por mulheres que antes da implementação do Bolsa Família não recebiam nenhum auxílio ou somente um recurso referente a algum segmento de programa social, após a implementação do PBF, passa a ter suas perspectivas de vida ampliadas, com incremento da qualidade de vida.

3.5 Considerações Finais

O objetivo do presente estudo foi analisar o impacto do Programa Bolsa Família sobre o nível de gastos alimentares dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres por mulheres considerando-se os períodos 2002/2003 e 2017/2018. Foi possível constatar, por meio do método de diferenças em diferenças, que os domicílios não beneficiários possuem média de gastos mais elevada em relação aos beneficiários.

Os resultados encontrados se relacionam com a possível má focalização do programa, no sentido da ausência de uma possível focalização nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, uma vez que estes tendem a apresentar maior tendência em estarem inseridos em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, o que por sua vez impacta o nível de gastos com alimentação, possivelmente mais precários de acordo com determinadas faixas de rendimentos. Ademais, a partir desses resultados pode-se elucidar sobre as condicionalidades do programa, no sentido de que tratando-se dos domicílios monoparentais femininos, dada a dinâmica da monoparentalidade feminina, pode haver maior oneração para as mães enquanto únicas pessoas de referência do domicílio. Por conseguinte, através do método econométrico implementado, observa-se elevada discrepância socioeconômica entre não beneficiários e beneficiários. Nesse sentido, constatou-se que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres possuem um nível de gastos alimentares superior ao valor médio da transferência de renda, além do expressivo percentual do comprometimento orçamentário em relação aos referidos gastos, fator que sinaliza aspectos de extrema vulnerabilidade socioeconômica e a necessidade de um possível acréscimo de valores monetários no benefício, ao analisar os domicílios monoparentais brasileiros referenciados por mulheres.

No entanto, tal constatação não extingue o entendimento sobre a importância dessa política social, uma vez que o Programa Bolsa Família promove incrementos no nível de renda das famílias que vivem situações precárias, além da promoção de maior autonomia e dignidade, inclusive em relação as mulheres no tocante ao manejo dos próprios recursos.

A partir dos resultados encontrados, sugere-se a elaboração de futuros trabalhos que analisem outros segmentos de gastos, no intuito de averiguar se esse comportamento se transpõe a outros dispêndios. Em paralelo, à medida em que sejam disponibilizadas novas bases de dados, recomenda-se a realização de análises de outros períodos mais atuais, uma vez que se supõe que com o passar dos anos o valor concedido pela transferência de renda tenha aumentado. A respeito do programa social

em si, seria importante sua extensão a outras famílias a partir de critérios adicionais de elegibilidade, que englobem domicílios que se encontrem em situação de precariedade, ainda que não seja de extrema pobreza.

Por fim, ressalta-se a importância da implementação de políticas públicas que tenham como diretriz as tipologias domiciliares e familiares, partindo do entendimento que existem configurações domiciliares, como é o caso os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, que possuem maior tendência à condição de vulnerabilidade socioeconômica e conseqüentemente possíveis situações de risco social, inclusive associado aos gastos com alimentação, proporcionando assim a expansão da qualidade de vida e bem-estar social da população.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. B; LIRA, J. A. O contexto brasileiro dos programas de transferência de renda condicionada: uma revisão do panorama e do Programa Bolsa Família. In: **Instituciones, empresa y desarrollo humano. Dykinson**, v.24, n.1, p. 1-34, 2020.

AGUIAR, J. R.; NEY, M. G. Bolsa Família, educação e as recentes mudanças na desigualdade de renda no Brasil. **Conflict**, v. 12, n.1, 2020.

ARAÚJO, C. L. D.; CASACA, S. F. A vulnerabilidade à pobreza das mulheres responsáveis por famílias monoparentais no Brasil e o papel das políticas públicas. **Repositório Universidade de Lisboa**, 2021.

ARRAIS, T. A. Desigualdade de renda, emprego público e transferências de renda no Brasil contemporâneo. **Mercator**, 2019.

AZEVEDO M. A.; C. BRAGA, C. S.; AMARO, M. I. Políticas sociais direcionadas às famílias com chefia feminina. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 19, n. 1, p. e36997-e36997, 2020.

ALVES FILHO, A. *et al.* Efectos de la gestión de lo " Bolsa Família" en la vida cotidiana de mujeres quilombolas rurales. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 3, p. 1132-1140, 2020.

AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P. Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Revista Dados**, v. 56, p. 531-570, 2013.

BAPTISTELLA, J. C. F. Avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do Programa Bolsa Família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 3, p. 26-53, 2020.

BARBOSA, Matheus *et al.* Ciclo de vida familiar e transformação da habitação: Apo na cohab. Lindóia. **Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 7, n. 2, p. 116-132, 2022.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 55, n.1, p. 1-33, 2019.

BRASIL. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: **IBGE**, 2019.

BECKER, S. O.; ICHINO, A. Estimativa dos efeitos médios do tratamento com base nos escores de propensão. **The stata Journal**, v. 2, n. 4, p. 358-377, 2002.

BERNAL, R. T. I. *et al.* Indicadores de doenças crônicas não transmissíveis em mulheres com idade reprodutiva, beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v12. n.4, p. 11-34, 2019.

BERNARDI, J. V. B. As condicionalidades do Programa Bolsa Família na construção da cidadania do brasileiro mais pobre. Editora Dialética, 2023.

CABRAL, M. V. F. Avaliação do impacto do Infocrim sobre as taxas de homicídios dos municípios paulistas: uma aplicação do método de diferenças em diferenças espacial. **Repositório LAReferência**, 2016.

CAMARGO, C. F. *et al.* Perfil socioeconômico dos beneficiários do programa Bolsa Família. IPEA. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: **Repositório IPEA**, 2013.

CARVALHO, T. F. B. *et al.* Estado nutricional e segurança alimentar de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família: revisão integrativa. **Rev. Pesquisa.** (Univ. Fed. Estado do Rio de Janeiro. v. 10, n.3. p. 593-602, 2020.

CASSANI, G. P.; *et al.* Programa Bolsa Família: uma análise de sua capacidade de diminuir a concentração de renda brasileira entre 2004 a 2018. **Repositório Anima Educação**, 2022.

CAVALER, C. *et al.* Representações sociais de " pobreza" e" bolsa família" para mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda. **Barbarói**, v.18, n.1, p. 119-140, 2020.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. Rio de Janeiro: **ENS-CPES**, v. 120, n.1, p. 1-44, 2018. Disponível em: <https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1_2.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020

CATTELAN, R.; BEZERRA, F. M.; MELLO, G. R. Avaliação da Eficiência do Programa Bolsa Família nos Municípios do Paraná. **Administração Pública e Gestão Social**, v.12, n.13 1-20, 2020.

COSTA, D. M.; MAGALHÃES, R. Realismo crítico e desigualdades sociais: considerações a partir de uma pesquisa avaliativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n.5, p. 1779-1788. 2020.

COSTA-FERNANDEZ, E.; MUNOZ, C. A. B. Subjetividades de beneficiárias do Programa Bolsa Família em contexto rural. Fractal: **Revista de Psicologia**, v.31, n.1, p. 35-42, 2019.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. 54-60, 2013.

COUTO, M. C. A.; SAIANI, C. C. S. Dimensões do empoderamento feminino no Brasil: índices e caracterização por atributos locais e individuais e participação no

Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, n.1, 2021.

DELGADO, M. J. G.; PORTO, L.V. Introdução ao Estado de Bem-Estar: construção, pilares estruturais e sentido civilizatório. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v.22, n.2, p. 34-56, 2019.

ESPERÂNDIO, N. *et al.* Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n.1, p. 1771-1780, 2017.

FARIA L. D. H. F.; LOPES F. A. C.; TRISTÃO R. C. avaliação de impacto do programa bolsa família sobre o consumo das famílias beneficiárias: uma análise através da pof 2008-2009. **RDE-revista de desenvolvimento econômico**, v. 3, n. 44, p. 1-28, 2020.

FAVARO V. E. Do orçamento público para a satisfação de necessidades: uma comparação das políticas sociais brasileiras desenhadas de cima para baixo. **Boletim Goiano de Geografia**, v.42, n.1, p. 78-94, 2022.

FAVARO, C. S. Assumindo as responsabilidades: experiências e estratégias familiares de um grupo de mulheres chefes de domicílios monoparentais. **Anais Abep**, p. 1-19, 2016. Disponível em: <<https://abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/2391/2343>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

GABARDO, E. Estado social e estado subsidiário: dois modelos distintos de desenvolvimento. Gabardo, Emerson. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura**, v. 11, n.13, p. 283-299, 2019.

GERTLER, Paul J. *et al.* Avaliação do Impacto na Prática, segunda edição. **Publicações do Banco Mundial**, 2018.

GOMES, D. L. *et al.* Percepções das famílias sobre o programa bolsa família: o uso dos recursos e os impactos na vida de comunidades rurais. **Repositório Embrapa** 2021.

GONDIM, Y. M. **Pobreza e gênero: programa bolsa família e privações de liberdade das mulheres no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) Univerisidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2022.

GROSS, R. S. *et al.* Food insecurity during pregnancy and breastfeeding by low-income Hispanic mothers. **Pediatrics**, v. 143, n. 6, p. 23-46, 2019.

JAKUBOWSKI, M. Variáveis latentes e correspondência por escore de propensão: um estudo de simulação com aplicação a dados do Programa de Avaliação de Alunos Internacionais da Polônia. **Economia Empírica**, v. 48, p. 1287-1325, 2015.

LAUREANO, R. Testes de Hipóteses e Regressão –O meu manual de consulta rápida. Lisboa: Edições Silabo, 2020.

LAURENZI, C.; FIELD, S.; HONIKMAN, S. Food insecurity, maternal mental health, and domestic violence: a call for a syndemic approach to research and interventions. **Maternal and child health journal**, v. 24, n.1, p. 401-404, 2020.

LEVIN, M. E. *et al.* Environmental factors associated with allergy in urban and rural children from the South African Food Allergy (SAFFA) cohort. **Journal of Allergy and Clinical Immunology**, v. 145, n. 1, p. 415-426, 2020.

LIMA, T. M. G. *et al.* **Determinantes da duração da pobreza feminina no Brasil entre 2012 E 2019**. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão) Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022.

LOPES, D. O. **Matricialidade sociofamiliar: a família como eixo central da política de assistência social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

MARTINO J., P., MARTIGNONI, E. M., SOUTO, B. F. Programa Bolsa Família e sua contribuição para redução da pobreza no Brasil. **Revista Brasileira de Avaliação**, v.19, n.4, p. 40-61, 2020.

MCCARTHY, J. F. The paradox of progressing sideways: food poverty and livelihood change in the rice lands of outer island Indonesia. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 5, p. 1077-1097, 2020.

MCKENZIE, H.; MCKAY, F. H. Thinking outside the box: Strategies used by low-income single mothers to make ends meet. **Australian Journal Of Social Issues**, v. 53, n. 3, p.304 - 319, 19 ago. 2018. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/ajs4.48>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MEIRA, L. A. *et al.* Programas de transferência de renda condicionada: uma revisão utilizando métodos bibliométricos. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v.12, n.3, 623-652, 2022.

MELO, E. C. F. *et al.* **Inclusão social e escolar a partir da condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família**. Tese UFTM. Uberaba. 2022.

MIRANDA, S. A. B. *et al.* Programa Bolsa Família: um olhar para as famílias monoparentais masculinas. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 2, n. Esp., p. 72-87, 2018.

MOILANEN, S. *et al.* Nonstandard Work Hours and Single Versus Coupled Mothers' Work-to-Family Conflict. **Family Relations**, v.68, n.2, p. 213-231, 2019.

MOURA, T. **Gênero e cidadania no programa Bolsa Família: impactos locais**. 2015.

MUÑOZ, C. B.; FERNANDEZ, E. M. C. Modos de subjetivação de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) do contexto rural da Zona da Mata Pernambucana. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 24, n. 1, p. 32-41, 2019.

MUSTAFÁ, M. A. D. S. M. Neoliberalismo, crise do Welfare e Serviço Social na Itália: uma análise do Projeto M'Imprendo. **Serviço Social & Sociedade**, v.32, n.1, p. 12-32, 2022.

NATALINO, M. A. C. Pobreza, redistribuição e o Programa Bolsa família na Percepção dos Brasileiros. **Repositório IPEA**, 2020.

NERI, M. Uma próxima geração de programas de transferência de renda condicionada. **Revista de Administração Pública**, v.51 n.1, 168-181, 2017.

NEDER, H.; ALVES FILHO, N.; SOUZA, S. Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 53, 51-70, 2015.

NWAKA, I. D. *et al.* Gender of the family head and food insecurity in urban and rural Nigeria. **African Journal of Economic and Management Studies**, v. 11, n. 3, p. 381-402, 2020.

OLIVEIRA, F. M. Desigualdade social: Uma trajetória de insistência no Brasil. **Revista Contribuciones a las ciencias sociales**, v. 33, n.3, p. 1-29, 2023.

OLIVEIRA, G. M.; FERRARINI, A. V. Reflexões sobre as políticas de economia solidária e inclusão social e produtiva para mulheres do Programa Bolsa Família. **Otra Economía**, v. 13, n. 23, p. 228-245, 2020.

OLIVEIRA, M. R.; CASONATO, L. Relações entre o Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa Bolsa Família. **Informe Econômico (UFPI)**, v. 42, n. 1, 2021.

RESENDE, A. C. C.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de. Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias brasileiras. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 235-265, 2008.

PAIVA, L. H *et al.* A focalização do Programa Bolsa Família (PBF) no período 2012-2018, a partir dos dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD Contínua). **Texto para Discussão**, 2020.

PIMENTEL-GOMES, F. Curso de estatística experimental. São Paulo, Digitaliza Conteúdo, 2023.

PIRES, I. B. S. A. O perfil dos beneficiários do programa bolsa família nos estados de São Paulo e Maranhão em 2019. Repositório UFU, 2021.

ROCHA, M *et al.* J. E. Efeito do Programa Bolsa Família sobre o consumo dos domicílios rurais e urbanos no Brasil. **Revista econômica do Nordeste**, v. 47, n. 32, p. 9-25, 2016.

ROCHA, M. A.; MATTOS, L. B.; COELHO, A. B. Influência do Programa Bolsa Família na alocação de recursos: uma análise considerando a presença de mulheres no domicílio. **Economia e Sociedade**, v. 27, p. 997-1028, 2018.

SABOIA, João, et al. Mercado de trabalho, salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente. **Revista de Economia Contemporânea**, 2021, v. 25 n.2, p. 1-30.

SACCHET, T. *et al.* BOLSA FAMÍLIA. Women, Gender and Conditional Cash Transfers: **Interdisciplinary Perspectives from Studies of Bolsa Família**, v.36, n.1, p. 10, 2020.

SANTOS, J. S. Substituição do Programa Bolsa Família: análise sobre as famílias chefiadas por mulheres negras em situação de monoparentalidade. Trabalho de

Conclusão de Residência Multiprofissional em saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SANTOS, M. C. M. D. *et al.* A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, 2014.

SANTOS, N. M. L. D. Programa bolsa família: uma análise integrativa de seus impactos. **Repositório UFC**, 2020.

SANTOS, V. C. B. **Mulheres beneficiárias do programa bolsa família: consciência política e a questão de gênero e da pobreza**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SARAIVA, S. *et al.* contribuição do programa bolsa família para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 20, n. 2, p. 137-156, 2020.

SENA, V. M. P.; ARAUJO, C. P. Transferência de renda e mudança social no Brasil: um olhar sobre o Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p. 33-58, 2021.

SCHIOZER, R. F.; MOURAD, F. A.; MARTINS, T. C. Um tutorial sobre o uso de diferenças em diferenças em gestão, finanças e contabilidade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 25, n.1, 2020.

SHASHKOVA, N. *et al.* Behavioral segmentation of baby food consumers: Risk areas, possible solutions. The case of Ukraine. **European Journal of Sustainable Development**, v. 10, n. 1, p. 349-349, 2021.

SILVA, G. 15 anos de Bolsa Família: a pobreza e a distribuição de renda no Brasil. **Repositório Anima Educação**, 2022.

SILVA, H. F. Segurança alimentar do programa bolsa família no município de Campo Grande-RN. **Repositório UFERSA** 2019.

SILVA JÚNIOR, A. E. *et al.* Tendência do estado nutricional de gestantes adolescentes beneficiárias do programa de transferência condicionada de renda brasileiro Bolsa Família no período 2008-2018. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2613-2624, 2021.

SILVA, M. O. D. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.12, n.1, p. 1429-1439, 2007.

Silva, K. M. As vozes das mulheres do bolsa família em Caarapó: Análise da Reserva Indígena Tey'i kue. **Formação**, v.30 n.57, p.57-86, 2023.

SILVEIRA, Luiz Felipe de Vasconcellos. **A avaliação do impacto de um treinamento utilizando Propensity Score Matching: uma abordagem não-paramétrica e semiparamétrica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SIMONINO, C. T. *et al.* Impacto do Programa Bolsa Família sobre a incidência de trabalho infantil: uma análise para as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, v. 3, n. 1, p. 28-40, 2019.

SIMPSON, J. *et al.* Effects of social security policy reforms on mental health and inequalities: a systematic review of observational studies in high-income countries. **Social Science & Medicine**, v. 272, n.1, p. 113717, 2021.

SIQUEIRA, A. G. Impacto do Programa Bolsa Família na composição da renda das mulheres beneficiárias do Município de Prata/PB. **Repositório UFCG**, 2018.

SPERANDIO, N. *et al.* Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. n.1, p. 1771-1780, 2017.

SOUTHIER, N.; TRICHES, R. M. Programa Bolsa Família: impacto na alimentação e papel da aquisição não monetária no meio urbano e rural. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, n.1, p. 871-884, 2020.

SOUZA, T. A. A., COUTO, A. C. L. Programa Bolsa Família: características e perfil da pobreza entre os beneficiários nos estados do Paraná e Bahia. **Informe Gepec**, v.19, n.2, p. 41-56, 2015.

SOUZA, V. Famílias Monoparentais e Desigualdade de Gênero. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 89811-89827, 2020.

TRALDI, D. R. C.; ALMEIDA, L. M. D. M. C. Políticas públicas de transferência de renda e a questão da segurança alimentar dos beneficiários: efetividades e entraves do Programa Bolsa Família. **Política & Sociedade**, v.21, n.11, p. 137, 2012.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. A pandemia da Covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 4, 2020.

VALENTE, M. G.; NERIS, N.; FRAGOSO, N. PRESA NA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: Privacidade, gênero e justiça de dados no Programa Bolsa Família. **Novos estudos CEBRAP**, v. 40, n.1 p. 11-31, 2021.

VILAR, Daiene Luiza Farias; MOREIRA, Alexandre Pedro. O papel do Programa Bolsa Família na desigualdade de renda na região Nordeste do Brasil. **Informe Econômico (UFPI)**, v. 44, n. 1, p. 93–110. 2022.

UHR, D. A. P. *et al.* O efeito do tabagismo sobre a produtividade no trabalho dos brasileiros. **Revista brasileira de economia de empresas**. v. 21, n. 1, 2021.

VASCONCELOS, C. R. D.; CERQUEIRA A.; J. A. Q.; OLIVEIRA, C. P.. Direitos humanos, educação e desigualdade social no Brasil. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 19, p. 90-102, 2020.

VAZ, A. C. N. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a extrema pobreza: análise e evidências a partir do Censo Demográfico 2010. **Revista Brasileira de Avaliação**, v.29, n. 3, p. 76-95, 2020.

WEISSHEIMER, M. A. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. **Repositório Fundação Perseu Abramo**, 2018.

WOOLDRIDGE, J. M. Introductory econometrics: a modern approach. Ciudad de México, México: Cengage Learning Editores, 2015.

APÊNDICE

Tabela 6 - Teste t para todos os domicílios referente ao período 2002/2003

Grupo	Observações	Média
		6.43762***
0	31131	(1,096)
		6.027865***
1	5285	(0,921)
		6.379742***
Combinações	37416	(1,082)
		.4097548***
Diferença		(0,0159)

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Nota¹ Teste de igualdade de média das variáveis no período base, sob a hipótese nula de médias iguais entre os grupos de tratado e controle. *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%; NS não significativo. Erros padrão em parênteses.

Tabela 7 - Teste t para todos os domicílios referente ao período 2017/2018

Grupo	Observações	Média
		3,174***
0	40570	(0,005)
		2,608***
1	8821	(0,011)
		3,073***
Combinações	49391	(0,005)
		.0,566***
Diferença		(0,0136)

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Nota¹ Teste de igualdade de média das variáveis no período base, sob a hipótese nula de médias iguais entre os grupos de tratado e controle. *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%; NS não significativo. Erros padrão em parênteses.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS PORTUGUESES REFERENCIADOS POR MULHERES: ANÁLISE DOS ASPECTOS DE VULNERABILIDADE FRENTE AOS GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Resumo: Este estudo tem o objetivo realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em Portugal, com foco nos gastos relacionados à alimentação, saúde e educação, visando identificar possíveis indicadores de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, busca-se compreender os mecanismos subjacentes que contribuem para situações de vulnerabilidade nesses domicílios. Por meio da análise de microdados do Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE, 2015/2016), constatou-se que essas famílias, oriundas de trajetórias diversas, apresentam vulnerabilidades socioeconômicas significativas, evidenciadas tanto nas variáveis socioeconômicas quanto na proporção dos gastos destinados aos itens essenciais. Os resultados indicam a necessidade de políticas públicas específicas, como subsídios financeiros, incentivos fiscais e programas de capacitação, com o objetivo de mitigar tais vulnerabilidades.

Palavras-Chave: Monoparentalidade; Vulnerabilidade; Portugal; Gastos.

Abstract: This study aims to characterize the socioeconomic conditions of Portuguese female single-parent households by analyzing expenditures on food, health, and

education, in order to identify possible signs of socioeconomic vulnerability. This approach allows for an understanding of the mechanisms that lead to potential vulnerability when observing female single-parent households. Based on the analysis of microdata from the National Institute of Statistics of Portugal (INE) for 2015/2016, the study reveals that these households, which are formed through various trajectories, exhibit significant socioeconomic vulnerabilities. This is evident from the socioeconomic variables as well as from the proportion of expenditures allocated to essential items. Furthermore, potential social and economic contexts that may contribute to situations of vulnerability are noted. Lastly, the analysis suggests the implementation of targeted public policies, such as financial subsidies, tax benefits, and training programs, to mitigate these vulnerabilities.

Keywords: Single Parenthood; Vulnerability; Portugal; Expenditures; Socioeconomics.

4.1. Introdução

Os domicílios monoparentais referenciados por mulheres caracterizam-se por ser uma configuração familiar e domiciliar na qual a responsabilidade primária pela criação e sustento dos filhos recai exclusivamente sobre a mãe (Alarcão, 2002; Machado e voos, 2022). Os domicílios monoparentais referenciados por mulheres se formam em uma variedade de diferentes trajetórias, configurações, reconfigurações, rupturas e escolhas individuais, dentre outros contextos.

Em Portugal, de acordo com informações do Instituto Nacional de Estatística INE (2013) e PORDATA (2023), verifica-se um constante crescimento dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres nas últimas décadas, de modo que ocorreu um aumento de aproximadamente 11,8%. Dentre os domicílios monoparentais, 85% são referenciados exclusivamente por mulheres. De acordo com os referidos órgãos, estima-se que nas próximas décadas, o percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres tende a aumentar.

À luz destes dados, pode-se aferir que a sociedade portuguesa passou por uma transformação social que se intensificou, de forma mais latente, a partir de 1980, quando a conjugalidade passou a distanciar-se cada vez mais da parentalidade (Wall e Lobo, 1999; Robalo, 2018). Dentre as transformações sociais que ocorreram e ainda ocorrem

em Portugal, pode-se inferir que o aumento do número de divórcios, por exemplo, tem potenciado a formação de outras configurações familiares, dentre elas a monoparentalidade feminina.

Em outras palavras, ainda que de modo geral as dissoluções conjugais sejam um dos catalizadores que fomentam a formação de domicílios monoparentais referenciados por mulheres, em Portugal observa-se uma associação mais nítida. Assim, na sociedade portuguesa, observa-se o crescimento do número de divórcios em paralelo ao crescimento do quantitativo de domicílios monoparentais referenciados por mulheres, ou seja, à medida em que o divórcio se tornou mais difundido e socialmente aceito, o número de mulheres divorciadas aumentou e conseqüentemente intensificou-se a presença de domicílios configurados pela presença da mãe e dos seus respectivos filhos. (Marinho, 2014; Ribeiro 2023).

Sobre o contexto da monoparentalidade feminina, de acordo com o Relatório da Comissão Europeia (2019) e OCDE (2022), aproximadamente 32,5% dos domicílios com mãe ou pai solo e com pelo menos uma criança vivem em situação de pobreza, enquanto nos demais domicílios esse percentual corresponde a 9,8%. Estes dados reforçam a tendência de vulnerabilidade associada a indicadores socioeconômicos das famílias monoparentais, tais como nível de renda, condições de saúde, educação, alimentação, dentre outros.

Considerando os fatores discutidos anteriormente sobre a monoparentalidade feminina, evidencia-se que essa estrutura familiar tende a se deparar com uma série de desafios os quais se iniciam inclusive na persistente disparidade de gênero que ainda permeia a atual sociedade. Sobre essa dinâmica, observa-se que dentro do contexto da monoparentalidade feminina, as mães são frequentemente compelidas a assumir simultaneamente os papéis de provedoras e cuidadoras, de modo em que se torna necessária a busca de concílio entre atividades laborais remuneradas com as demandas do lar e dos seus progenitores (Torres *et al.* 2018; Casaleiro, 2021).

Essa realidade impulsiona uma parcela significativa das mães a optarem por atividades profissionais mais flexíveis, muitas vezes sazonais e conseqüentemente de remuneração inferior. Dessa forma, em paralelo à desigualdade de gênero, diante de disparidade salariais, tende a ocorrer restrição nos rendimentos, potencializando

tendências de vulnerabilidade socioeconômica inerentes à monoparentalidade feminina e ao seu âmbito familiar (Ramos et al. 2019; César *et al.* 2020).

Uma vez que as famílias possuem limitações nos rendimentos disponíveis para consumo, compreende-se que a alocação dos recursos tende a ser direcionada para os bens de primeira necessidade, em uma maior proporção do que em comparação com as famílias provenientes de níveis econômicos mais elevados. Os bens de primeira necessidade são produtos e serviços indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar básico, caracterizados por uma demanda inelástica, abrangendo itens como alimentação, saúde e educação (Svitych *et al.*, 2024) Sobre esses itens, destaca-se os gastos com alimentação, essenciais para a manutenção energética; os gastos com saúde, por questões também de sobrevivência; e os gastos com educação, uma vez que esse respectivo segmento possibilita romper com ciclos intergeracionais de pobreza, ao proporcionar no longo prazo a obtenção de empregos com maior remuneração a partir de maior especialização (Almeida *et al.* 2018).

Perante estas circunstâncias de precariedade, existe uma tendência de que as famílias monoparentais femininas apresentem um maior efeito na disponibilidade orçamental em relação a esses bens. Então, diante de um determinado nível de rendimento disponível, por sua vez escasso, as famílias em situação de precariedade tendem utilizar a maior parte dos recursos financeiros para os gastos associados aos bens de primeira necessidade (Todaro e Smith, 2020). Essa dinâmica é um dos sinalizadores dos preceitos de vulnerabilidade social e econômica, sendo uma das vertentes que possibilita a identificação de contextos de vulnerabilidade social e econômica nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres (Campos *et al.* 2020; Santos *et al.* 2021).

Existem em Portugal várias pesquisas que se concentrado na análise das famílias monoparentais femininas, destacando-se aquelas que observaram as múltiplas trajetórias que levaram ao crescimento da monoparentalidade feminina no país (Visandule e Guadalupe, 2021); outras que associaram com expressões de pobreza e situações de risco na infância (Diogo, 2021); trabalhos que ressaltaram a relação de emprego e renda (Sagnier e Morell, 2019); estudos que buscaram investigar o censo demográfico português de 2011 (Marinho, 2014); trabalhos que salientaram a necessidade de

políticas públicas ao analisar o impacto das desigualdades e dos contextos sociais nas trajetórias familiares (Ramos, 2015).

Assim, no intuito de realizar uma abordagem mais aprofundada sobre essa específica tipologia familiar, o presente trabalho objetifica realizar uma caracterização socioeconômica sobre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, considerando os gastos com alimentação, saúde e educação. Assim busca-se assinalar os possíveis contornos de vulnerabilidade socioeconômica em Portugal, ou seja, associado aos referidos domicílios monoparentais portugueses referenciados por mulheres, mediante uma análise quantitativa, a partir da base de microdados concedida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), referente ao ano de 2015/2016¹⁵.

Este estudo se diferencia por apresentar uma caracterização socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados exclusivamente pela mulher em Portugal, o que não foi encontrado na literatura. Para além, o presente trabalho possibilita amplificar a discussão dos aspectos de vulnerabilidade socioeconômica sobre o escopo dos gastos com alimentação, saúde e educação, o que especificamente transpõe um novo delinear sobre o assunto no país.

Embora haja estudos significativos sobre famílias monoparentais em Portugal, este estudo se distingue por avançar além da análise tradicional das trajetórias que levam à monoparentalidade feminina e da caracterização demográfica desses domicílios. Através de uma abordagem quantitativa e uma caracterização socioeconômica minuciosa, busca-se proporcionar uma visão aprofundada das condições de vida das famílias monoparentais femininas em Portugal. Essa análise detalhada possibilita a identificação e a compreensão dos mecanismos que intensificam a vulnerabilidade socioeconômica desses domicílios dentro do contexto social português.

A análise realizada através das variáveis e dados quantitativos disponíveis, permite um diagnóstico sobre a realidade da monoparentalidade feminina na população portuguesa, o que por sua vez possibilita sinalizar a implementação de políticas públicas mais focalizadas para esta específica tipologia familiar e domiciliar. Para sua consecução, além dessa seção introdutória, esta pesquisa está dividida em mais quatro

¹⁵ Base de dados mais atual até o momento da presente pesquisa.

seções. A próxima seção refere-se à apresentação do referencial teórico relacionado ao tema, seguido dos procedimentos metodológicos, resultados e discussão; e conclusões.

4.2. Evidências teóricas e empíricas

A configuração familiar tem sido objeto de transformações significativas impulsionadas por fatores sociais, econômicos e tecnológicos. Dessa forma, a família está sujeita às transformações da sociedade, enquanto que de forma mútua, as consecutivas transformações na instituição familiar tendem a gerar modificações na estrutura social (Sarti, 1992; Biroli, 2014; Mathew, 2023). Essas transformações contínuas resultam em implicações organizacionais para a estrutura dos domicílios. Compreende-se os domicílios como unidade investigativa relacionado ao espaço, ambiente físico onde ocorrem as relações familiares e suas diversificadas formas de interações (Gonçalves, 2012; Azevedo, 2020).

No intuito de transpor uma delimitação conceitual a respeito das famílias monoparentais, considera-se a tipologia familiar e domiciliar Família monoparental como uma estrutura familiar composta por apenas um dos pais e seus filhos. Em suma, considera-se uma família monoparental feminina, uma estrutura familiar composta por uma mulher e seu(s) filho(s), na qual a mãe assume sozinha todas as responsabilidades parentais e de gestão do lar, de modo em que se pode atribuir a condição de referência única feminina. (Baliana, 2013; Carvalho, 2023)

Sobre o trajeto sócio-histórico da monoparentalidade feminina, observa-se que essa configuração se transfigura diante do surgimento dos primeiros povoados e agrupamentos sociais, sendo que grande parte dos indivíduos se organizaram sob um delinear organizacional, matrilinear. Assim, somente era possível reconhecer a descendência a partir da concepção materna, ou seja, quem era a genitora daquele indivíduo, surgindo assim uma estrutura social matrilinear em diferentes pontos do planeta. (Eisler, 1989; Brandão, 2013; Spiess, 2016; Souza, 2020).

Portanto, os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, na sua gênese, têm ligações com o processo civilizacional, algo comprovado em estudos antropológicos sobre agrupamentos do Sudeste Asiático, África, povos da Bacia Amazônica, e os povos que habitaram a antiga Europa. (Carvalho, 2017; Braço, 2022; Barreto e Pena, 2023). Ao longo dos séculos, consolidou-se um modelo patriarcal e

patrilinial de família, ainda prevalente globalmente, apesar das mudanças sociais e culturais. No entanto, a monoparentalidade feminina não surge como uma nova configuração familiar, mas sim como uma estrutura sociofamiliar que remonta historicamente à matrilinearidade.

Em paralelo, as sucessivas modificações dos padrões tradicionais de organização familiar têm dinamizado formatos familiares, outrora parcos, mas atualmente cada vez mais predominantes e, por consequência, mais sujeitos à análise científica, como é o caso das situações de monoparentalidade feminina, cada vez mais prevalente na sociedade portuguesa (Baliana, 2013).

Essa configuração pode surgir devido a diversos fatores, como divórcio, separação, viuvez, gravidez precoce, ou por decisão pessoal de ter filhos sem a presença de um parceiro, dentre outras trajetórias. Todavia, tratando-se dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres nota-se um conjunto de nuances históricas, políticas, sociais, culturais e demográficas (Wall e Lobo, 1999, Marinho 2011). Em Portugal, desde os primórdios da formação da sociedade, houve uma vinculação da conjugalidade, concepção e descendência, diante de um escopo matrimonial, que ainda se perpetuou mesmo após a queda da monarquia e instauração da primeira fase republicana (Torres, 2006).

Durkheim (1975) argumenta que a família desempenha um papel crucial na transmissão de valores morais, sendo a primeira instituição social a influenciar os indivíduos nesse sentido. Ele destaca que os preceitos familiares moldam a moralidade dos indivíduos, afetando a coesão e ordem sociais. Assim, no passado, a questão do divórcio em Portugal estava fortemente associada aos preceitos de moralidade, amplamente difundidos na época, e permeada por um viés de moralidade religiosa. Embora em outras partes da Europa já existisse amparo jurídico para o divórcio, esse estigma permaneceu proeminente em algumas sociedades, que só foram se modificando ao longo das décadas (Torres, 2010).

Ademais, Portugal abrange um caso de excepcionalidade diante de um regime associado com conflitos coloniais que findou com a Revolução de 25 de Abril de 1974, a qual abriu portas para o surgimento do respaldo legal jurídico para a Lei do Divórcio de 1975 (Machado, 2022). A partir desse ponto cronológico e através de subsequentes estudos demográficos, dá-se um substancial aumento do número de divórcios e,

concomitantemente, observa-se um significativo aumento do número de domicílios monoparentais referenciados por mulheres, sendo possível estabelecer uma correlação positiva entre o número de divórcios com o crescimento dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, o que aponta para um distanciamento entre a parentalidade e a conjugalidade. (Wall, Cunha e Ramos, 2014).

Deste modo, é possível observar que em Portugal a partir dos anos 80 deram-se mudanças significativas no que tange aos valores comportamentais, tendo como base as formas de relacionamento, inclusive íntimo. Diante dessas transformações comportamentais, a crença no matrimônio como a única forma de relacionamento começou a ser amplamente questionada. Assim, para além da mudança de perspectiva sobre a questão do divórcio, nota-se que houve mudança em relação à liberdade sexual e outras formas de relacionamento que se distanciam do matrimônio, da conjugalidade. (Policarpo, 2016).

Em síntese, a sociedade atualmente se depara com uma tendência de aumento no número de divórcios, acompanhada pelo crescimento dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, que se reflete em uma representatividade estatística cada vez mais expressiva desses lares (Carvalho, 2022).

Uma vez compreendido o processo de formação dos preceitos que moldaram a monoparentalidade feminina em Portugal, é importante investigar as diversas dimensões, incluindo as sociais e econômicas, que influenciam os lares monoparentais femininos. (Câmara e Almeida, 2021). Dessa forma, pode-se inferir que o primeiro requisito que incide sobre as famílias monoparentais femininas são os aspectos de assimetria de gênero que ainda hoje permeiam as relações familiares.

Essa análise remete para uma miríade de situações de desigualdade de gênero, desde as desigualdades salariais, as múltiplas discriminações e estereotipizações baseadas em concepções conservadoras dos papéis sociais de gênero, a divisão das tarefas domésticas, a esfera do cuidar do seio da família, e outros aspectos que geram sobrecargas para as mulheres e que perpetuam assimetrias, presentes não somente na sociedade portuguesa, mas também em outras localidades (Silva e Blanchette, 2017; Beauvoir, 2019; Lauretis, 2019). Em paralelo, a condição feminina perpassa pela permanência de estruturas invisíveis, que só podem ser reveladas por uma abordagem relacional. Essa abordagem deve conectar a economia doméstica, incluindo a divisão do

trabalho e do poder, aos diferentes setores do mercado de trabalho onde homens e mulheres estão envolvidos (Bourdieu, 1998).

Dessa forma, a mulher torna-se um centro de múltiplas atribuições sociais tanto na reprodução, diante da gestação, do ato de conceber e da magnitude que esses eventos geram na trajetória e nas escolhas, quanto nos meios produtivos, o qual oscila entre o que é considerado laboral (inserção no mercado de trabalho) e as atividades domésticas e de cuidado, afazeres estes por sua vez invisibilizados. Esse ciclo, por vezes aprisionante, tende a impactar profundamente a vida das mulheres de forma geral, diante de aspectos sociais e econômicos (Bóris, 2014; Oliveira e Costa, 2022).

Todavia, esse impacto tende a variar a partir do momento em que se considera distintas categorias e aspectos, dentre eles os sentidos de classes sociais diante de outros fatores socioeconômicos. Em outras palavras, os lares estão inseridos em realidades e contextos variados, com situações econômicas e sociais diferentes, que podem tanto aliviar alguns problemas quanto agravar outros. Tal fato denota a importância de analisar as diferentes realidades sociais presentes em cada lar (Bertaux, 1978).

Dessa forma, observar as variadas atribuições associadas às mulheres mães, ou como Hochschild (1989) denomina de *second shift*¹⁶, possibilitando o estabelecimento de uma concisa relação entre os sentidos da dupla jornada e da sobrecarga das mães e seu impacto sobre as condições de vida das famílias, inclusive ao analisar os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, que tendem a sofrer impactos sociais e econômicos diante dessa dinâmica apresentada. (Kobelinski, 2018).

Sobre os impactos sociais e econômicos que podem ser observados, infere-se que a monoparentalidade feminina que decorre de situações de divórcio poderá acarretar para as mulheres uma maior sobrecarga após a divisão e partilha de bens, antes unificados, bem como a regulação do poder parental (Aboim, Wall e Cunha, 2010). Essa responsabilização tende a recair sobre a mãe, mesmo que garantidos direitos legais (como a pensão). Logo, pode haver uma redução na qualidade de vida dessas famílias, principalmente tratando-se de rendimentos, que provavelmente tendem a diminuir em comparação com o período em que havia situação de conjugalidade. Em síntese, mesmo estando resguardados os direitos de pensão, as receitas das famílias monoparentais

¹⁶ Desigualdades de gênero associadas ao trabalho doméstico e os desafios de conciliar as múltiplas funções (Hochschild e Machung, 2012).

femininas tendem a diminuir em relação ao período em que havia, por exemplo, duas fontes de renda (Torres, 2010).

Assim, nota-se que essa conjuntura tende a se aglutinar a partir do momento em que se atenta aos domicílios que detém as menores faixas de rendimentos disponíveis, sobretudo em estratos sociais mais baixos, que por sua vez poderão encontrar-se em maior situação de vulnerabilidade social. Em paralelo, existe o entendimento que após determinadas rupturas e composição de quadros de monoparentalidade feminina, ocorre maior tendência à pobreza infantil (Palos, *et al.* 2021). O fator em questão não se restringe apenas à forma de ruptura, à guarda dos filhos ou ao valor da pensão. Ele abrange também a maneira como o lar era administrado, considerando a cooperação entre os ex-cônjuges na gestão das responsabilidades familiares. (Kimmel,2000).

Ressalta-se que tanto em contextos de conjugalidade (famílias biparentais) quanto em contextos de monoparentalidade, a maior parte das responsabilidades recai sobre a mãe. Esse fator afeta significativamente seu processo decisório, especialmente no que tange à remuneração. A necessidade de equilibrar múltiplas responsabilidades frequentemente direciona essas mulheres a ocupações com características de flexibilidade ou sazonalidade, que por sua vez apresentam menores níveis de remuneração e exigem menor qualificação (Mckenzie e Mckay, 2017; Araújo, 2019; Fernandes, 2022).

Para além destas vulnerabilidades, outros contextos e circunstâncias podem associar-se e inclusive se sobrepor. Partindo dessa prerrogativa, surge a possibilidade de trazer luz à uma outra dimensão conceitual e empírica, sendo esses os aspectos de interseccionalidade. Considera-se essa uma outra dimensão conceitual que se associa à variável gênero, a qual uma vez discutida e apresentada, pode assinalar ainda maiores limitações/dificuldades à manutenção dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, inclusive na sociedade portuguesa (Borges, Passos e Brito, 2021).

Considera-se a interseccionalidade uma concepção teórica sobre as diferentes camadas que tendem a amplificar possíveis situações de risco ou reforçar disparidade, por sua vez já vigente entre determinados contextos sociais, como uma espécie de lentes sobrepostas, destacando-se por exemplo as dimensões de gênero, raça, tipologia familiar, classe social, escolaridade, região, dentre outros (Crenshaw, 1989) Kyrillos, 2020).

Desse modo, compreende-se que a interseccionalidade é uma concepção teórica que observa de forma detalhada os diferentes aspectos sociais e outros contextos, que uma vez sobrepostos, podem aglutinar determinadas desvantagens ou disparidades, por sua vez acarretando a possíveis situações de risco social e vulnerabilidade (Kyrillos, 2020).

Tratando-se desse escopo, a primeira camada ou aspecto identificado permeia a desigualdade de gênero entre homens e mulheres, uma vez que percebe-se a já ressaltada assimetria de gênero, havendo uma desvantagem social em relação ao feminino, diante do que foi discutido anteriormente, que envolve desde questões reprodutivas, produtivas e dos “papéis sociais” até a sobreposição de tarefas e demais sobrecargas (Crenshaw, 1989; Collins, 2022). A partir desse ponto, o referido termo perpassa por outras questões de assimetria social, como por exemplo questões de oferta de emprego, trabalho, remuneração, raça/cor, classe social, escolaridade, região e migração (Collins, 2022).

Em suma, à medida em que se observa as mulheres mães, já provenientes do estado social de desigualdade, associado à questão de outras vulnerabilidades que acompanham determinados contextos sociais, como ausência de escolaridade, a desigualdade racial, a disparidade regional, a maior presença de famílias monoparentais em estado de precariedade, percebe-se que determinados grupos, no caso famílias, podem estar em maior situação de risco do que outros (Babiuk, 2017; Iagnecz, 2021; Finamori e Da Mata, 2023)

Assim, sob essa perspectiva, os domicílios monoparentais referenciados por mulheres tendem a ser impactados diretamente, mediante a disposição dessas camadas de desvantagem, o que reforça compreensão de que alguns domicílios monoparentais referenciados por mulheres, diante de determinados contextos socioeconômicos, podem apresentar maior tendência de vulnerabilidade socioeconômica do que outros (Almeida e Dalsenter, 2021; Emidio, 2023).

Ainda sobre esses afunilamentos que tendem a transpor vulnerabilidade social e econômica, nota-se que parte desse compilado de questões incide e se amplifica ao se analisar de forma mais profunda o nível de rendimentos das famílias. Assim, os aspectos sociológicos se unem aos econômicos, de modo que se torna possível elucidar a correlação da vulnerabilidade, através da renda e seu impacto no consumo propriamente

dito, no impacto no nível de gastos das famílias, inclusive nos gastos de primeira necessidade, de modo que esse pode ser um outro prisma que ilustra possíveis contextos de vulnerabilidade social e econômica, associados aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres (Barros *et al.*, 2019; Pereira, 2023).

Dessa forma, compreende-se que para além da tendência de baixo nível de rendimentos, a precariedade se perpetua por meio da restrição do nível de gastos e no comprometimento orçamentário em relação ao consumo de itens básicos. Essa dinâmica tende a transpor mais uma camada de limitações e desafios a essas famílias (Souza, 2016; Bastos, *et al.* 2018).

Salienta-se que essa questão do comprometimento dos rendimentos em relação aos referidos gastos não se restringe a uma localidade específica, entretanto pode ser observada em países europeus, inclusive em Portugal. Logo, tratando-se da relação rendimentos versus gastos, observa-se que a crise econômica recente na Europa afetou drasticamente a disponibilidade de empregos e incidiu diretamente sobre o nível de rendimento das famílias, o que por sua vez restringiu o nível de gastos (Barigozzi *et al.* 2012). Dentre essas famílias, destaca-se as famílias com os níveis de renda mais baixos, pois de acordo com a Lei de Engel, quanto menor o nível de renda, maior a proporção de gastos direcionados aos bens de primeira necessidade, destacando-se alimentação, saúde e educação (Perthel, 1975; Rask, 2011).

Por conseguinte, em países do Sul da Europa, como Grécia, Espanha e Itália, esse efeito foi observado inclusive entre as famílias com os menores níveis de rendimento. Para as famílias de renda média ou elevada, foi necessário realocar recursos em relação ao consumo de bens. No entanto, para aquelas inseridas nos níveis de rendimentos mais precários, além de destinar a maior parte dos parcos rendimentos aos bens de consumo essenciais, houve baixo nível de consumo de determinados itens, incluindo alguns do grupo de itens básicos. Isso reflete algumas famílias a situações de fragilidade econômica e possível vulnerabilidade social (Plihon, 2013; Serapioni, 2017; Sarti e Esteves, 2020).

Em Portugal, esse efeito foi observado, pois ainda que houvesse o Programa de Ajustamento Econômico em 2013 e 2014, a população mais carente enfrentou uma redução de 25% nos seus rendimentos, assim como a taxa de risco de pobreza apresentou maior tendência entre os domicílios monoparentais referenciados por

mulheres e aqueles que eram compostos por mais de três crianças (Rodrigues, Figueiras e Junqueira, 2016; INE/PORDATA, 2015; Turninger *et al.* 2019).

Tratando-se dos gastos das famílias menos abastadas, observou-se que houve um impacto significativo nos gastos com alimentação, um dos principais bens de consumo. Observou-se que houve um aumento na proporção dos gastos com itens de primeira necessidade, diminuição de outros itens, em paralelo com a redução no nível médio de gastos das famílias, o que corrobora com os sentidos de vulnerabilidade socioeconômica ao se analisar a dinâmica dos gastos em detrimento dos rendimentos (Alves, 2015; Coelho *et al.* 2015; Pereirinha e Pereira, 2019; Marques, 2016; Cunha, 2023).

4.3. Procedimentos metodológicos

Diante do objetivo de realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, com ênfase nos gastos com alimentação, saúde e educação, vislumbrando possíveis aspectos de vulnerabilidade socioeconômica, realizou-se uma análise quantitativa utilizando microdados provenientes do Inquérito aos Orçamentos das famílias (IOF) de 2015/2016¹⁷, concedidos mediante vias protocolares pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE)¹⁸.

O Inquérito aos Orçamentos das famílias (IOF) é um conjunto de dados que reúne informações desde as condições de vida das famílias e dos respectivos domicílios (agregados familiares e alojamentos), até questões associadas aos indivíduos, no caso moradores, considerando questões de despesas, rendimentos, gastos e consumo. Essa base de dados é um importante instrumento de análise para a caracterização socioeconômica sobre um específico segmento populacional.

O IOF dispõe de categorias distintas de informações, no caso segmentos de dados os quais cada um estão associados a um conjunto de variáveis. Para a construção da base dos domicílios monoparentais referenciados exclusivamente pelas mulheres, foram utilizados três distintos blocos de variáveis, que possuem a sigla *IDEF*, Inquérito às Despesas Familiares. No intuito de analisar informações gerais sobre a situação do

¹⁷ Microdados mais atuais disponibilizados pelo INE.

¹⁸ Posteriormente, esses microdados foram tratados por meio do *software* Statistical Package for Social Sciences (SPSS).

domicílio, utilizou-se o *IDEF* dos Agregados Domésticos Privados¹⁹ (*IDEF ADP*). De modo subsequente, visando detalhar características socioeconômicas específicas dos moradores dos domicílios, ou seja, referente a mãe e seus respectivos filhos, utilizou-se o *IDEF* em relação ao indivíduo (*IDEF IND*), referente ao ficheiro com informações de indivíduos.

Por fim, para o detalhamento dos gastos com alimentação, saúde e educação dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres foi utilizado *IDEF* em relação às Despesas (*IDEF*), ficheiro com informação sobre as despesas anualizadas por agregado doméstico privado (*adp*). Ressalta-se que cada um desses conjuntos de dados proporciona um conjunto de informações específicas, que posteriormente foram unificadas num único conjunto de dados a ser detalhado de forma subsequente.

Sobre a população e amostra, a princípio foram considerados 11398 domicílios, todavia para obtenção somente dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em que a mulher (mãe) era a única pessoa de referência, foi necessária a realização de sucessivas filtragens de grupo, inicialmente para identificação da pessoa de referência no domicílio, variável já presente na base de dados concedidas. Assim, filtrando por sexo e por pessoa de referência, foram obtidos 2718 domicílios, mas foi necessário realizar novas filtragens, uma vez que dentro desse quantitativo, poderiam estar incluídos outras composições familiares, dentre eles arranjos unipessoais, irmãs convivendo com irmãos, dentre outras configurações.

Desse modo, após um amplo detalhamento, chegou-se a 768 domicílios monoparentais referenciados por mulheres, em que a mãe era considerada a única pessoa de referência. Logo, nota-se que uma consecutiva realização de filtragens, que permite especificar grupos e promover a obtenção do segmento populacional esperado. O procedimento, por sua vez, tende a restringir o quantitativo amostral. Salienta-se que no intuito de implementar uma caracterização socioeconômica dos domicílios, realizou-se uma estatística descritiva a respeito da amostra de domicílios obtida.

De forma subsequente, foram obtidas quatro bases de dados, sendo a base Mães, a base Filhos, a base mãe e filhos e a base domicílios. Para a construção da base mães, no primeiro momento foi criada uma base temporária²⁰, considerando somente pessoas

¹⁹ Em Portugal, o termo “agregados domésticos privados” refere-se ao que no Brasil compreende-se como “domicílios”.

²⁰ A base temporária refere-se a uma base de dados inicial criada com a finalidade de iniciar as primeiras filtragens, onde são feitos os primeiros procedimentos para que a posteriori seja obtida a amostra

de referência e filhos, por situação conjugal e civil. Assim utilizou-se as variáveis *Est_civil=2* (no caso solteiro) *Sit_conjug=2* (no caso sem situação conjugal), *Rela_IR = 1* ou *3* (pessoa de referência ou filho respectivamente).

Em paralelo, foram criadas duas variáveis, a *MReff* a qual considerava a pessoa de referência e o *sexo=2* (mulher) e a variável *HReff*, que considerava pessoa de referência e *sexo=1*(homem). Após esse feito, realizou-se uma exclusão dos casos onde *Hreff* era = 1, ou seja, onde haviam domicílios com homens em condição de referência domiciliar.

Salienta-se que ainda assim poderiam ter permanecido na base mulheres de referência sem filhos, domicílios unipessoais femininos e também os filhos provenientes domicílios monoparentais masculinos. Então, após agrupar cada morador no seu respectivo domicílio, uma vez que cada um possui um código numérico compatível, foi necessário verificar se naquele domicílio havia *Mreff=1* (mãe enquanto pessoa de referência) e *Filho=1*(se aquele morador era filho da pessoa de referência). Dessa forma, foi possível garantir que a base de dados não incluísse domicílios ou indivíduos que não fazem parte do escopo do estudo, além de eliminar possíveis casos duplicados

Ressalta-se que Portugal é dividido por sete regiões administrativas denominadas NUTS II, que se refere a Nomenclatura das Unidade Territoriais para Fins Estatísticos. Essas regiões são: Norte, Centro Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores, Região Autónoma da Madeira.

Destarte, a informação NUTS II não estava apresentada na categoria de indivíduos, somente na base dos agregados domésticos privados e em despesas. Diante dessa observação, foi necessário fazer um novo procedimento para vislumbrar de quais regiões eram provenientes tais domicílios. Uma vez que havia conhecimento do código de cada domicílio monoparental, optou-se por unificar a base já construída com a base referente aos ADPS, atribuindo-se o valor de NUTS II, somente para identificar o número referente àquela respectiva região e depois desmembrar a base novamente.

Em suma, após esses sucessivos procedimentos foi possível obter a base de informações dos indivíduos sobre mães e filhos em situação de monoparentalidade feminina e a base sobre os agregados privados domésticos (suas condições), considerando somente os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, por

esperada, alinhada com o objeto de estudo.

NUTS II. Uma vez que para este estudo também pretende-se analisar o nível de gastos com alimentação, saúde e educação das famílias, realizou-se a mesma sequência de filtragem de casos e agrupamentos para a base *ADP Despesas* e, assim, foi possível obter informações contundentes sobre os rendimentos e nível de gastos dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres.

Após junção das bases de dados, foram consideradas as seguintes variáveis socioeconômicas: idade, nacionalidade, naturalidade, escolaridade, condições perante o trabalho, rendimentos, pensões sociais e benefícios, gastos com alimentação, saúde, educação, despesas totais, rendimento líquido total e presença de crianças dependentes por agregado.

Para obtenção dos resultados, foram elaboradas tabelas cruzadas em cada variável por região, uma vez que a análise foi feita mediante um conjunto de variáveis e categorizadas por região. Para os benefícios sociais, estes foram unificados em uma única tabela, observando os domicílios que recebiam algum daqueles tipos de benefícios, no intuito de identificar a presença de políticas sociais para aquelas famílias em termos percentuais

Em relação ao nível de despesas e rendimentos, especificamente sobre os gastos com alimentação, saúde e educação, salienta-se que essas variáveis foram expressas em termos monetários em euros (€) para cada domicílio, mostrando uma ampla variação. Para aprimorar a análise, os valores foram agrupados em categorias, ou faixas de valores, permitindo identificar o percentual de domicílios em diferentes faixas de renda e observar seu agrupamento em classes de rendimento. Esse procedimento possibilitou também a realização da mensuração do percentual representativo de cada gasto, em relação ao rendimento total líquido para cada escalão de rendimento.

No intuito de trazer maior detalhamento a respeito dos rendimentos dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, os referidos valores foram categorizados de duas formas. A primeira forma seguiu os parâmetros das classes de rendimentos ou classes sociais, definidos de acordo com a terminologia da Eurostat e OCDE em conjunto com o INE. Para tal, calcula-se a mediana dos rendimentos de toda a população, e em seguida categoriza-se em três grupos que correspondem em classe baixa, média e alta.

A classe baixa inclui aqueles que recebem entre 50% e 75% da mediana dos rendimentos da população em geral. A classe média abrange os que recebem entre 75% e 200% dessa mediana, enquanto a classe alta corresponde àqueles que recebem mais de 200% da mediana dos rendimentos da população. Destarte, segundo a Eurostat, OCDE e INE, valores de rendimentos que estão abaixo de 60% da mediana dos rendimentos gerais da população podem sinalizar situação de pobreza, sendo este denominado limiar da pobreza (Diogo, 2018; OCDE,2019).

Em paralelo, a outra forma de categorização dos rendimentos foi mediante a obtenção de sete faixas de rendimentos, através do cálculo: $V_{\text{Máximo}} - V_{\text{Mínimo}} / 7$ (nº de faixas). Ao analisar os resultados, verificou-se que as faixas iniciais eram as mais expressivas. Para uma análise mais detalhada, essas faixas foram subdivididas em intervalos menores, permitindo uma melhor observação da distribuição dos domicílios. Utilizando a opção de transformação de variáveis, foram criadas novas variáveis: RT_faixas, Dest_tot_faixas, Desp_alim_faixas, Desp_saude_faixas e Desp_ed_faixas, que em conjunto com as demais variáveis socioeconômicas obtidas, permitiram uma caracterização socioeconômica detalhada dos domicílios monoparentais femininos em Portugal.

4.4 Resultados e Discussão

Diante do objetivo de realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, levando em consideração os gastos com alimentação, saúde e educação, vislumbrando possíveis aspectos de vulnerabilidade socioeconômica, a seguir serão apresentados os resultados referentes à pesquisa.

A partir da tabela 1, percebe-se que de modo geral em relação ao total de domicílios em Portugal aproximadamente 9,7% são monoparentais femininos, sendo estes referenciados exclusivamente pelas mulheres. Essa projeção vai ao encontro do que foi observado por Salles Ferreira e Marques (2021) e Diogo, Sarmiento e Trevisan (2021) em que os autores denotam que existe certa expressividade dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, de modo que essa é uma

configuração familiar com projeção de crescimento para os próximos anos, uma vez que percebe-se o contínuo aumento da taxa de divórcio, da taxa de viuvez, bem como da reprodução independente.

Em consonância, Pereira (2021) destaca que existe uma parcela significativa de domicílios portugueses monoparentais de modo que majoritariamente as mulheres se apresentam como as responsáveis pelos domicílios. Segundo o autor, dentre os países da União Europeia, Portugal lidera essa estatística entre aqueles que obtiveram aumento substancial do quantitativo de domicílios monoparentais referenciados por mulheres nos últimos anos. Esses dados se alinham com o PORDATA (2021), que retrata uma expressividade de domicílios monoparentais femininos portugueses, com destaque para os referenciados exclusivamente por mulheres, havendo possibilidade de crescimento para os próximos anos, assim como tem ocorrido nas últimas décadas.

Sobre essa constatação, de acordo com Delgado e Wall (2014), Marinho (2014) e Pereira (2021), o crescimento dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em Portugal pode ser atribuído a um rápido processo de modernização das estruturas familiares. Esse processo foi caracterizado pela crescente informalização e diversificação das relações conjugais, pelo aumento dos divórcios e pela proliferação de outras formas de recomposição familiar. Dessa forma, observa-se uma orientação cada vez mais direcionada para os preceitos de autonomia, tanto dos indivíduos quanto das formas de relacionamento e das interações familiares.

Para os autores, historicamente, a aceitação das dissoluções matrimoniais e a legitimação de formatos familiares não tradicionais ocorreram de maneira mais lenta. Contudo, uma vez que esses tabus foram superados, desencadeou-se um movimento acelerado de mudanças. Em Portugal, esse processo foi mais abrupto em comparação com outros países europeus, onde tais transformações já estavam em curso há mais tempo. Devido a esse fato, o aumento dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres tem sido mais acentuado em Portugal, enquanto em outras localidades esse crescimento ocorre mais gradual.

Ao se analisar as distintas regiões do país, a respeito das NUTS II, nota-se que existe uma variação na distribuição percentual dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, assim a Área Metropolitana de Lisboa se destaca como aquela que apresenta o maior percentual, enquanto o Alentejo detém o menor

quantitativo de domicílios monoparentais referenciados por mulheres. A segunda região que apresenta o maior numerário percentual é a região Norte. Essas variações demonstram uma disparidade na distribuição de domicílios monoparentais referenciados por mulheres entre as regiões portuguesas, o que por sua vez pode implicar em maior tendência de vulnerabilidade social e econômica, ao se analisar demais indicadores socioeconômicos associados com as questões de localidade.

Tabela 1 – Distribuição dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2015/2016

Região	(%) Distribuição Domicílios
Norte	18,2%
Centro	10,7%
Área Metropolitana de Lisboa	23,4%
Alentejo	8,7%
Algarve	10,9%
Região Autónoma dos Açores	13,4%
Região Autónoma da Madeira	14,6%
Portugal	9,7%

Fonte: Elaboração própria - IOF2015/2016 - INE

Em acordo com os dados, Gregório (2015) elucida que ao observar os possíveis aspectos de desigualdade social entre a população portuguesa, nota-se que algumas regiões do país detêm um compilado maior de questões aglutinantes de possíveis situações de vulnerabilidade.

Dentre essas questões de disparidade regional, destaca-se a diferença no percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Assim, a Área Metropolitana de Lisboa é a que apresenta o maior percentual, sendo precedida das regiões Norte e Algarve, regiões que concentram o segundo e o terceiro maior percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres, respectivamente. O fato de os domicílios monoparentais referenciados por mulheres estarem dispostos como o maior percentual na Área Metropolitana de Lisboa pode estar associado à concepção de que nos grandes centros existe um maior êxodo de pessoas, inclusive de mães solo em buscas de oportunidades. Ademais, existe uma maior tendência de maior taxa de divórcio nas áreas urbanas e nos grandes centros, em paralelo com uma maior aceitação

social em relação a referida tipologia familiar e domiciliar (Woortman, 2004; Marinho, 2014; Becceneri, 2021).

Ainda assim, Gregório (2015) e Rosier (2012) destacam a importância de considerar outras questões econômicas e sociais ao analisar as regiões onde os domicílios monoparentais referenciados por mulheres estão presentes, mesmo que em menor percentual. Em certas localidades, podem existir situações de risco social mais acentuadas, o que exige uma análise mais detalhada de diversos fatores, como migração, taxa de desemprego e outras variáveis. Esses aspectos serão analisados em relação aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, levando em conta as diferentes regiões de Portugal.

A seguir, a partir da tabela 2, é possível identificar sucintas informações a respeito da faixa etária das mães provenientes dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, considerando as regiões. De modo geral, em Portugal, os maiores percentuais estão localizados nas faixas etárias entre 40 e 49 anos, sendo precedida das faixas 50 a 59 anos e 30 a 39 anos, respectivamente. De forma concomitante, esse fenômeno pode ser observado em todas as regiões analisadas.

Essas constatações estão alinhadas com a expansão do número de domicílios monoparentais referenciados por mulheres, paralelamente ao crescimento dos divórcios, especialmente após 1975 (Aboim, Wall e Cunha, 2010), um processo que se intensificou nas décadas subsequentes. Assim, era esperado um aumento significativo de mães nessas faixas etárias. Além disso, observa-se também a presença de mães mais jovens, na faixa de 20 a 29 anos, e de mães com mais de 65 anos.

Tabela 2 – Faixa etária das mães e distribuição entre as regiões – Portugal 2015/2016

Região	Idade							Total
	20_29	30_39	40_49	50_59	60_69	70_79	80+	
Norte	0,5%	3,0%	5,5%	3,9%	2,2%	1,4%	1,7%	18,2%
Centro	0,3%	2,0%	3,0%	1,8%	1,3%	1,3%	1,0%	10,7%
Área Metropolitana de Lisboa	0,9%	4,2%	7,9%	6,1%	3,1%	0,5%	0,7%	23,4%
Alentejo	0,5%	1,4%	3,3%	1,0%	1,3%	0,7%	0,5%	8,7%
Algarve	0,1%	2,7%	4,6%	1,7%	0,5%	0,8%	0,5%	10,9%
Região Autónoma dos Açores	0,7%	1,0%	4,2%	2,2%	2,0%	2,1%	1,3%	13,4%
Região Autónoma da Madeira	0,0%	2,1%	4,2%	3,3%	2,1%	1,8%	1,2%	14,6%

Portugal	3,0%	16,4%	32,6%	20,1%	12,5%	8,6%	6,9%	100%
-----------------	------	-------	-------	-------	-------	------	------	------

Fonte: Elaboração própria - IOF2015/2016 - INE

Para Oliveira (2016), a questão etária das mães perpassa sobre um fenômeno sociodemográfico. Segundo o autor, essa tendência está vinculada ao aumento da idade reprodutiva das mulheres, evidenciando uma expansão na faixa etária em que ocorre a maternidade. Esse fenômeno resulta de decisões influenciadas por variados fatores como a busca por estabilidade financeira, o uso de métodos contraceptivos e outras dinâmicas socioeconômicas que impactam o planejamento familiar.

Considera-se esse um fenômeno geral entre as mulheres portuguesas, que inclusive pode incidir sobre as mães provenientes dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Assim, Gomes Donelli e Piccinini e Lopes, (2008) inferem sobre aumento do número de gestantes a partir de 35 anos nos países desenvolvidos, não sendo exceção para Portugal, onde segundo o Pordata (2015), a população tem concebido filhos cada vez mais tarde e em menor quantitativo.

A presença de mães em idades mais avançadas está relacionada às observações de Lopes (2021) e Soeiro (2024), que destacam o aumento do número de divórcios já no início dos anos 1980, apesar dos dogmas sociais vigentes na época. Além disso, as taxas de viuvez, em que as mulheres têm uma expectativa de vida maior que a dos homens, podem contribuir para o surgimento de situações em que mulheres em idades mais longevas sejam mães em contextos de monoparentalidade. Desse modo, a combinação desses fatores pode explicar a presença de mães em idades mais avançadas dentro do cenário monoparental feminino português.

Assim, infere-se que cada faixa pode estar relacionada a uma trajetória diferente, pois enquanto as faixas de 30 a 59 anos podem estar associadas aos casos de dissolução matrimonial mediante divórcio, aquelas que se encontram em idade acima de 65 anos podem estar mais próximas de casos de viuvez. Logo, importa também analisar o recebimento de benefícios sociais e pensões, associados às mães em idades mais avançadas.

A seguir, a partir da tabela 3, podem ser observadas informações referentes ao nível de escolaridade das mães provenientes dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres. As informações disponíveis sobre nível escolaridade, referem-se ao grau de ensino concluído, o que em Portugal é denominado como ciclo de

ensino, de acordo com as fases educacionais que existem no sistema de educação do país.

A primeira situação que pode ser observada é relativa ao percentual de mães que possuem nenhum nível de escolaridade, atingindo o percentual de 13,5%. Entretanto, esses dados necessitam ser analisados com cautela, pois refere-se ao ciclo de ensino concluído. Então, significa que esse grupo não concluiu nenhum ciclo de ensino, mas pode ter frequentado algum, como por exemplo o ciclo básico. Salienta-se que em Portugal o termo ciclo de ensino é equivalente aos níveis de escolaridade, de modo que o ciclo básico é equivalente ao ciclo fundamental 1. Assim, pode-se inferir que 13,5% das mães não concluíram nenhum nível de ensino, nem a escola básica, o que por sua vez não significa que não tenham frequentado alguma unidade escolar.

Tabela 3 – Nível de Escolaridade das mães provenientes dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2015/2016.

Região	Nível de escolaridade completado						Total
	Nenhum	Básico 1º ciclo (4º ano)	2º ciclo (6º ano)	3º ciclo (9º ano)	Secundário	Superior	
Norte	2,5%	3,9%	2,3%	3,3%	3,1%	3,1%	18%
Centro	2,3%	1,8%	0,8%	1,6%	2,1%	2,1%	10%
Área Metropolitana de Lisboa	1,3%	2,0%	2,3%	5,2%	4,9%	7,7%	23%
Alentejo	1,3%	1,4%	0,8%	1,7%	2,1%	1,4%	8,7%
Algarve	1,0%	1,2%	1,4%	2,7%	1,8%	2,7%	11,0%
Região Autónoma dos Açores	2,1%	4,6%	1,4%	2,0%	1,6%	1,8%	13%
Região Autónoma da Madeira	3,0%	3,6%	1,8%	1,4%	2,3%	2,3%	14%
Portugal	13,5%	18,5%	10,9%	17,8%	18,0%	21,2%	100%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

Diante desse cenário, seria recomendado utilizar a variável "ciclo de ensino frequentado" para verificar se as mães, ainda que não tenham concluído uma fase de

ensino, ao menos tenham participado de algum tipo de escolarização, ou seja frequentado a escola, ou outras instituições de ensino em algum momento. No entanto, essa variável apresentava uma quantidade significativa de dados ausentes na base de dados, o que torna a análise estatisticamente inviável. Dessa forma, foi adotada a variável "ano de conclusão do maior grau de ensino concluído" para comparar se o percentual obtido era similar ao da variável "nível de ensino concluído". Por sua vez, esse quantitativo foi o mesmo, o que denota que de fato existe esse percentual de mães que não concluíram nenhum ciclo de ensino.

Portugal é um país que possui um elevado nível de desenvolvimento, a partir dos parâmetros do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de modo que apresenta índices educacionais de qualidade (Caldeira *et al.*, 2022; Macini, 2022; Iuras 2023). De acordo com Abrantes (2022), entre 2002 e 2018, o país apresentou diminuição significativa do segmento sem escolaridade básica completa de 49% para 21%, enquanto para o mesmo período houve aumento de 13% para 28% de adultos com formação no ensino superior.

Contudo, o resultado apresentado não questiona o êxito do sistema educacional em Portugal, mas enfatiza que a monoparentalidade feminina está de fato também associada a níveis mais baixos de escolaridade (ausência de conclusão do ciclo de ensino básico, ausência de escolarização). Essa associação pode redirecionar algumas famílias para contextos de vulnerabilidade social e econômica, uma vez que limita as oportunidades de acesso a empregos mais bem remunerados e, conseqüentemente, reduz a disponibilidade de recursos para consumo. Esse fenômeno é algo que ocorre também em outras localidades do planeta, inclusive diante de estudos realizados por Albertini e Dronkers (2009) Augustine (2014) Cunha, Marinho e Atalaia (2021) e Almeida (2022) no Brasil, Estados Unidos, Portugal, França e Espanha.

Em consonância com os dados apresentados, Pérez-Corral e Moreno (2022) analisaram os domicílios monoparentais na Espanha e na Itália. Os autores observaram que no caso dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, há indicadores de fragilidade relacionados aos níveis de escolaridade das mães. Especificamente, verificou-se um percentual reduzido de mães com ensino superior, com a maior parte concentrada nos estágios iniciais de ensino. Para os autores, foi possível verificar um baixo nível de escolaridade prevalente entre esses domicílios, que por sua vez tende a

incidir sobre as atividades laborais e levar aos contextos de vulnerabilidade e precariedade financeira.

Destarte, Pérez-Corral e Moreno (2022) destacam que a composição do agregado familiar não é diretamente responsável pela pobreza e privação, mas sim pelos indicadores fragilizados associados a ele, especialmente os níveis de educação. Em domicílios monoparentais referenciados por mulheres, quando a responsável pelo lar possui um nível de ensino mais elevado e uma melhor capacitação, é mais provável que a mãe tenha acesso a empregos melhor remunerados. Isso por sua vez tende a reduzir significativamente a probabilidade de que o domicílio enfrente privação econômica.

Ademais, Pérez-Coral e Moreno (2022), ao analisarem o nível de escolaridade entre mães de diferentes tipos de família em paralelo ao nível de renda das famílias, acrescentam que ao analisar a Espanha e Itália, constatou-se expressiva diferenciação entre os níveis escolares dos pais provenientes dos domicílios biparentais e daqueles provenientes dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Foi possível observar que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres apresentam um distanciamento educacional expressivo em comparação com as famílias nucleares biparentais. Ainda sobre as questões de escolaridade, observa-se que a maioria das mães está bem distribuída entre o ensino básico e secundário. No entanto, é notável que apesar de algumas não terem completado um ciclo de ensino, 21% delas possuem graduação ou pós-graduação, o que tende a se relacionar com os níveis de renda das famílias monoparentais femininas em Portugal, como será apresentado adiante.

Por fim, observa-se que a Região Metropolitana de Lisboa tem o maior percentual de mães com ensino superior, enquanto a Região Autónoma da Ilha da Madeira destaca-se pelo maior percentual de mães sem escolaridade concluída. Essa discrepância reflete disparidades regionais nos indicadores educacionais, como acesso a instituições de ensino superior, taxa de alfabetização e conclusão de cursos. Esses resultados foram identificados por Mata (2016), Cardoso (2020) e Cerdeira (2021) através de estudos comparativos entre as regiões de Portugal, analisando-se o percentual de adultos que completaram cada nível de ensino. Segundo esses autores, os elevados índices educacionais estão concentrados nos grandes centros, como Lisboa, enquanto regiões como as ilhas enfrentam maiores desafios educacionais. Esses padrões de disparidade educacional entre as regiões portuguesas também foram confirmados por Esteves *et al.* (2021).

A seguir, a partir da tabela 4 pode-se observar informações referentes à naturalidade das mães provenientes dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres. Verifica-se que de fato há um maior percentual de mães que possuem a naturalidade portuguesa, estando de acordo com análises de censos anteriores (Pordata, 2015). A partir dos resultados apresentados a seguir, percebe-se que 89,1% das mães são portuguesas e 10,9% são de outra naturalidade. Dentre esse percentual de mães que são migrantes, 7,2% são provenientes dos países de língua portuguesa.

Essa situação está em consonância com o processo de migração o qual Portugal tem passado evidenciado por estudos de Góis (2021) e Visandule e Guadalupe (2021), pois dentre as populações que mais migram para o país existe um percentual significativo de indivíduos provenientes dos países de língua lusófona, destacando-se o Brasil e países do continente africano. Além disso, é possível destacar a perspectiva da interseccionalidade na análise dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Esse conceito revela como diferentes fatores econômicos e sociais como por exemplo a migração, podem intensificar os desafios enfrentados por essas famílias, resultando em dificuldades na obtenção de empregos, rendimentos mais baixos e outras questões socioeconômicas.

Tabela 4 – Naturalidade das mães provenientes dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2015/2016.

Região	Países da UE	Outros	Países de língua portuguesa	Portugal	Total
Norte	0,3%	0,0%	0,5%	17,4%	18,2%
Centro	0,5%	0,1%	0,7%	9,4%	10,7%
Área Metropolitana de Lisboa	0,3%	0,3%	3,6%	19,3%	23,4%
Alentejo	0,3%	0,1%	0,4%	7,9%	8,7%
Algarve	0,9%	0,5%	1,4%	8,1%	10,9%
Região Autónoma dos Açores	0,0%	0,1%	0,4%	12,9%	13,4%
Região Autónoma da Madeira	0,0%	0,4%	0,1%	14,1%	14,6%
Portugal	2,2%	1,6%	7,2%	89,1%	100,0%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

A partir da tabela 5, torna-se possível realizar inferências a respeito do percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres que possuem pelo menos uma criança dependente. Pode-se elucidar que existe um expressivo percentual de domicílios que possuem crianças dependentes. A elevada proporção de domicílios monoparentais referenciados por mulheres com crianças dependentes em Portugal, cerca de 63%, tende a gerar múltiplos impactos. Nessa dinâmica, as mulheres assumem diversas funções, como cuidar dos filhos e prover o sustento, o que afeta diretamente o nível de renda familiar. Essa situação aumenta a tendência à vulnerabilidade social e econômica, que se intensifica com o crescimento do número de crianças dependentes, amplificando uma vulnerabilidade socioeconômica já existente, diante da tripla jornada de trabalho realizada pelas mães (Afonso, 2018).

Um outro questionamento é o fato dos preceitos de ciclo de vida, de modo que quanto menor a idade dos filhos e quanto mais dependente de sua genitora, maiores limitações surgem nesse vórtice de tentativa de conciliar as atividades laborais com o cuidado com os filhos, retroalimentando possíveis situações de pobreza e precariedade, em um momento em que a família precisa de maior amparo financeiro (Diogo, 2018). Para além, de acordo com o Relatório da Comissão Europeia (2019) e OCDE (2022), há uma maior tendência de pobreza infantil entre aqueles provenientes dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres.

Destarte, observa-se que a Região Metropolitana de Lisboa é aquela que detém o maior percentual de domicílios com crianças dependentes. Essa dinâmica pode estar associada à maior atratividade econômica e às oportunidades de emprego na região, bem como nos grandes centros urbanos de forma geral, o que leva famílias com crianças a optarem por viver na área para melhorar seus rendimentos, fator que ocorre tanto entre o fluxo de êxodo entre as regiões de Portugal quanto também no fluxo migratório. Além disso, as regiões mais urbanizadas tendem a oferecer uma infraestrutura avançada, incluindo instituições públicas e privadas, serviços escolares e de saúde, entre outros, o que também pode ser um fator de atração (Costa, 2013; Cardoso, 2019).

Logo, pode-se inferir que essa é provavelmente uma região que necessita de maior amparo em relação a construção de creches e outras instituições que concedam esse amparo em relação às crianças provenientes de lares monoparentais femininos, inclusive pelo fato de ser uma região que tem um fluxo intenso relacionada às demandas de emprego, o que vai ao encontro do que foi assinalado por Tavares e Carmo (2023).

Tabela 5 – Percentual de domicílios monoparentais femininos com ou sem crianças dependentes – Portugal 2015/2016

Região	Domicílios sem crianças dependentes	Domicílios com crianças dependentes	Total
Norte	7%	11%	18%
Centro	4%	7%	11%
Área Metropolitana de Lisboa	7%	17%	23%
Alentejo	3%	6%	9%
Algarve	3%	8%	11%
Região Autónoma dos Açores	7%	7%	13%
Região Autónoma da Madeira	6%	8%	15%
Portugal	37%	63%	100%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

A partir da tabela 6, são analisadas informações referentes à situação de trabalho e emprego das mães. Pode-se inferir que em Portugal, para o período analisado, 60,5% das mães exerciam algum emprego ou trabalho remunerado, o que denota que parcela significativa dessas mantenedoras desses domicílios tem a necessidade de conciliar as atividades, conforme já mencionado. Entretanto, é importante destacar que se constatou um contingente expressivo de domicílios com crianças dependentes. Assim, infere-se novamente que no país há uma maior tendência de vulnerabilidade e da necessidade de flexibilização das atividades empregatícias com as funções de cuidado do lar e dos filhos, o que por sua vez impacta nos rendimentos, sinalizando novamente questões referentes aos contextos de vulnerabilidade social e econômica (Matias, Andrade e Fontaine, 2014; Carreira, 2023).

Tabela 6 – Condição perante o trabalho das mães provenientes dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2015/2016

Região	Empregado	Desempregado	Estudante	Reformado	Tarefas do lar	Incapacitado	Total
Norte	10,3%	2,2%	0,0%	4,3%	1,0%	0,4%	18,2%
Centro	5,9%	1,6%	0,0%	2,0%	0,9%	0,4%	10,7%
Área Metropolitana de Lisboa	16,5%	2,5%	0,1%	3,4%	0,8%	0,1%	23,4%
Alentejo	5,5%	1,2%	0,0%	1,8%	0,0%	0,3%	8,7%
Algarve	7,9%	1,0%	0,0%	1,3%	0,3%	0,4%	10,9%
Região Autónoma dos Açores	6,6%	0,7%	0,1%	2,6%	2,1%	1,3%	13,4%
Região Autónoma da Madeira	7,8%	2,0%	0,0%	3,0%	0,4%	1,4%	14,6%
Portugal	60,5%	11,1%	0,3%	18,4%	5,5%	4,3%	100%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

Por conseguinte, nota-se que há um valor de 18,4% de mães que estão reformadas²¹, ou com alguma reforma antecipada. Esse dado deve ser considerado em conjunto com a faixa etária das mães, de modo que se nota um percentual semelhante entre aquelas com mais de 65 anos. Isso está alinhado com o envelhecimento populacional em Portugal e o aumento no número de pensionistas nas últimas décadas, conforme apontado por Estrelinha (2020) e Valduga (2022). Logo, pode-se inferir que parte das mães provenientes dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres estão passando por um processo de envelhecimento, como, de modo geral, a população portuguesa tem passado.

Um fator adicional a considerar é o fenômeno social em que além das crianças dependentes, filhos jovens e adultos continuam a residir com os pais, particularmente com as mães em contextos de monoparentalidade. Nesse cenário, mesmo quando a mãe é pensionista, sua pensão frequentemente se torna a principal fonte de renda do

²¹ O termo reformada refere-se a aposentada.

agregado familiar, reforçando sua posição central como figura de referência no domicílio (Albuquerque, 2010; Oliveira, 2016).

Tratando-se ainda das mães que estão em situação inativa de trabalho, uma vez já apresentada aquelas que estão em situação de reforma ou aposentadoria, uma outra dinâmica pode ser analisada em relação a situação de trabalho, no caso o percentual de mães em situação de desemprego. Em relação ao desemprego, percebe-se que há uma taxa acima de 11,1%. De acordo com o Relatório do Inquérito ao Emprego do INE (2016), para o mesmo período identificou-se um percentual de 10,4% de desempregados. Essa constatação ilustra possíveis situações de pobreza e risco social para aqueles desempregados e que não recebe nenhum auxílio desemprego, o que pode ser averiguado nas informações relativas aos subsídios sociais, a serem apresentadas nos resultados a posteriori, situação que vai ao encontro de Lima (2016).

Um outro fator a ser considerado é que dentre as atividades laborais, o menor percentual está entre aquelas que se encontravam naquele momento exercendo alguma atividade educacional, o que inclui cursos de capacitação, especialização, graduação ou estágio não remunerado, o que por sua vez evidencia as restrições associadas às oportunidades de capacitação quando se é mãe solo (Oliveira, 2017). Ademais, a região que apresentou o maior percentual de mulheres empregadas foi a região metropolitana de Lisboa, enquanto a área com menor percentual de mães empregadas foi o Alentejo.

A Área Metropolitana de Lisboa se destaca como principal centro econômico de Portugal. Dessa forma, tende a ser a região que possui a maior taxa de emprego entre mães solo devido à ampla demanda por trabalho em diversos setores (Seixas, 2021; Henriques, 2022). Essas constatações evidenciam uma disparidade regional na demanda por emprego e no mercado de trabalho, corroborando a análise de Moraes (2021). O autor destaca que há um distanciamento econômico entre as regiões do país, com o Algarve e o Alentejo apresentando um menor número de vagas de emprego, instituições financeiras e educacionais, em contraste com os grandes centros econômicos, como Lisboa e Porto, localizados nas regiões Metropolitana e Norte, respectivamente.

A seguir, a partir da tabela 7 podem ser observadas informações referentes ao nível de rendimentos dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. A priori, nota-se que há uma discrepância entre os níveis médios de renda das regiões do país. A Área metropolitana de Lisboa se destaca como aquela que detém o maior nível

médio de renda, sendo precedida pela região Norte, enquanto o Alentejo apresentou o menor nível de renda sendo precedido pela Região Autónoma dos Açores.

Tabela 7 – Nível médio de renda anual dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2015/2016

Regiões	Média de rendimento total líquido anual do adp em 2014	
Norte	€	17.679,15
Centro	€	16.009,87
Área Metropolitana de Lisboa	€	20.458,50
Alentejo	€	14.885,14
Algarve	€	17.515,68
Região Autónoma dos Açores	€	15.490,31
Região autónoma da Madeira	€	17.595,26

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

A partir dessas constatações pode-se inferir que há indícios de desigualdade de renda entre as regiões do país, o que vai ao encontro com as inferências realizadas por Mauritti, Nunes, Alves e Diogo (2019). Segundo os autores, é possível atestar que existe uma concentração de riqueza na Região Metropolitana de Lisboa, enquanto as demais regiões possuem menores faixas de rendimentos.

Uma outra questão é a respeito do Alentejo, pois é a mesma região que apresentou o menor percentual de mães em empregadas, o que pode sinalizar uma maior tendência de precariedade nos rendimentos entre alguns domicílios localizados na referida região, o que está em consonância com Candeias (2022). Para o autor, nessa região existe uma tendência de precariedade, associada ao desemprego e menor nível de renda, inclusive em áreas ruralizadas. De acordo com o Relatório do Inquérito aos Agregados Privados domésticos INE (2016), para o referido período de análise, aproximadamente 34% dos domicílios estavam situadas em áreas predominante rurais.

A partir da tabela 8, pode-se observar o percentual de domicílios localizados entre as diferentes classes sociais. De acordo com a terminologia da Eurostat e OCDE em conjunto com o INE, considera-se a classe baixa como aqueles que recebem entre 50% a 75% da mediana dos rendimentos da população de forma geral; classe média aqueles que recebem entre 75% a 200% da mediana dos rendimentos da população; classe alta aqueles que recebem 200% acima da mediana dos rendimentos da população. A partir dos 60% da mediana dos rendimentos da população, já há indícios que as famílias estejam em condições de precariedade e pobreza. Esse percentual também pode ser denominado de limiar da pobreza (Brito 2019).

Sobre a distribuição dos domicílios entre as classes de rendimentos, percebe-se que a classe que mais se destaca em termos percentuais é classe média correspondendo a 59%. Esse percentual está de acordo com estudos realizados por Abrantes (2022) e Pereira (2023) em que se constatou que a população portuguesa está majoritariamente inserida na classe média. Em outras palavras, a distribuição de rendimentos entre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em Portugal é semelhante à da população em geral. Assim como a maioria da população portuguesa está na classe média, os domicílios monoparentais referenciados por mulheres também se encontram predominantemente nessa faixa de rendimento. Entretanto, nota-se que é importante se ater sobre um maior detalhamento ao analisar as demais classes, pois a classe alta e média tendem a agrupar um compilado de subcategorias a partir do momento em que se analisa os rendimentos entre distintos intervalos, cabendo assim uma outra forma de análise.

Tabela 8- Classes de rendimentos dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2015-2016

Região	Classes de rendimento			Total
	Classe baixa	Classe média	Classe alta	
Norte	4%	10%	4%	18%
Centro	1%	7%	2%	11%
Área				
Metropolitana de Lisboa	5%	11%	8%	23%
Alentejo	2%	6%	1%	9%

Algarve	2%	7%	2%	11%
Região				
Autónoma dos Açores	4%	8%	2%	13%
Região				
Autónoma da Madeira	2%	10%	3%	15%
Portugal	19%	59%	22%	100%

Fonte: Elaboração própria - IOF2015/2016 - INE

Assim, uma vez observadas as distintas classes de rendimentos, torna-se possível detalhar por outras categorias e intervalos distintos, vide Tabela 9, que considera sete categorias de rendimentos. Sobre a definição das categorias, uma vez definido que seriam sete classes de rendimentos, buscou-se dividir a diferença do valor máximo observado com o menor valor obtido, sendo o resultado dividido por sete. Uma vez que as faixas iniciais foram as mais expressivas, buscou-se diminuir os intervalos no intuito de identificar de forma mais detalhada a distribuição dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres entre as faixas iniciais de rendimentos.

Desse modo, foram obtidas as seguintes faixas de rendimentos: Grupo 1 referente a € 33,33- € 808,33 mensais, Grupo 2 € 809,00 - € 1250,00, Grupo 3 € 1251,00 - € 1666,00, Grupo 4 € 1667 - €2000,00, Grupo 5 € 2001,00 - €25000,00, Grupo 6 € 2501,00 - €3083,00 e Grupo 7 acima de € 3084,00. Ao se observar as respectivas faixas, percebe-se que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres estão distribuídos de forma mais expressiva entre as faixas 1, 2 e 3, respectivamente, o que denota que em Portugal os domicílios monoparentais referenciados por mulheres ainda estão inseridos nas menores faixas de rendimentos.

Tabela 9- Faixas de rendimentos dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2015-2016

Região	Renda total/faixas							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Norte	4,7%	5,2%	2,5%	2,1%	1,8%	1,2%	0,4%	18,2%
Centro	2,6%	3,8%	2,0%	0,5%	1,0%	0,5%	0,2%	10,7%

Área Metropolitana de Lisboa	4,4%	4,7%	4,2%	2,9%	2,9%	2,2%	2,0%	23,4%
Alentejo	2,3%	2,7%	2,0%	0,9%	0,4%	0,3%	0,1%	8,7%
Algarve	2,3%	2,9%	2,1%	1,6%	0,9%	0,7%	0,5%	10,9%
Região Autónoma dos Açores	4,0%	3,8%	2,7%	0,9%	0,9%	0,4%	0,7%	13,4%
Região Autónoma da Madeira	2,3%	5,1%	3,0%	1,2%	1,4%	0,9%	0,6%	14,6%
Portugal	22,8%	28,1%	18,4%	10,0%	9,4%	6,1%	5,2%	100,0%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

Salienta-se que a partir do momento em que várias categorias são agrupadas em um único grupo, subcategorias distintas são combinadas, o que pode levar a uma amplificação dos valores. Esse fenômeno ocorreu na análise das classes sociais, embora o agrupamento seja uma ferramenta útil para observar as diferentes classes sociais da população. Esse resultado está de acordo com Palos *et al.* (2021) e Salles Ferreira e Marques (2021) em que para os autores os domicílios monoparentais referenciados por mulheres tendem a estar inseridos entre os menores níveis de rendimentos, tanto ao observar as diferentes regiões do país, como de maneira geral.

Mediante a tabela 10, pode-se averiguar o comprometimento dos gastos de primeira necessidade em relação ao no nível médio de rendimentos, em termos percentuais. Considerando o país como um todo, nota-se que dentre os gastos com bens de primeira necessidade, os gastos com alimentação obtiveram maior destaque, fator que reforça a concepção de que as famílias ainda tendem a direcionar maior parcela dos recursos disponíveis a esse específico segmento de gastos o que pode sinalizar os sentidos de vulnerabilidade socioeconômica.

Em síntese, a análise dos gastos dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em Portugal revela aspectos significativos de vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que se observa 16% dos rendimentos destinados à alimentação, 6% à saúde e

apenas 2% à educação. Identifica-se, assim, uma elevada alocação para necessidades básicas e uma restrição significativa para áreas também essenciais como saúde e educação (Rocha, 2023). Essa dinâmica indica que essas famílias podem enfrentar desafios financeiros consideráveis, havendo possíveis dificuldades em investir adequadamente em cuidados de saúde e no desenvolvimento educacional dos filhos e também para a própria capacitação e especialização (Turninger *et al.* 2019).

Segundo Jesus Antunes (2015), a população portuguesa ainda que seja abarcada por um amplo sistema de saúde pública, pode ainda necessitar de realizar determinados gastos privados com saúde. Dessa forma, segundo o autor, diante de crises econômicas, parte da população que apresentava baixos níveis de rendimentos, apresentou uma redução no nível de gastos com saúde, em detrimento de outros, como os gastos com alimentação ainda que os gastos com saúde também sejam necessários.

Sobre os gastos com educação, Cabrito, Cerdeira e Patrocínio (2012) destacam que, em Portugal, famílias com menor disponibilidade de recursos podem enfrentar dificuldades significativas para financiar por exemplo a educação superior dos filhos, ainda que haja programas de bolsas e outras formas de financiamento estudantil. Isso ocorre porque essas famílias frequentemente priorizam outros gastos essenciais, o que pode limitar ou até inviabilizar o acesso ao ensino superior. Esses padrões de gastos sugerem uma possível tendência de vulnerabilidade social e econômica que pode perpetuar ciclos de pobreza.

Ao analisar especificamente sete regiões do país, foi possível constatar que da mesma forma do que foi observado para o país de modo geral as regiões analisadas os gastos com alimentação apresentaram maior expressividade, sendo precedido pelos gastos com saúde e depois os gastos com educação atingindo assim o menor percentual respectivamente. Assim, pode-se elucidar que as famílias monoparentais femininas em Portugal exemplificam a Lei de Engel, que conforme citada anteriormente, postula que uma maior proporção da renda destinada a bens de primeira necessidade, como alimentação e saúde, indicando uma tendência à pobreza e vulnerabilidade socioeconômica (Holanda, 2023).

Dessa forma, com a maior parte do orçamento consumido por essas necessidades, tende a restar menos recursos para investimento em educação, limitando as oportunidades futuras e perpetuando o ciclo de pobreza (Silveira, Vargues e Saboia,

2022). Essa elevada proporção de gastos com itens essenciais reduz a flexibilidade financeira, aumenta a exposição a riscos econômicos e restringe o acesso a recursos que poderiam melhorar a situação econômica dessas famílias (Alcântara, Daier e Silva, 2024). Assim, esse é mais um fator que reforça os aspectos de vulnerabilidade social e econômica que podem estar presentes entre os domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres. Sobre essa vulnerabilidade Silva (2021), destaca-se a maior tendência à vulnerabilidade social e econômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres inclusive tratando-se daqueles em que a mulher assume a figura de referência no domicílio.

Tabela 10- Representação percentual dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação ao nível médio de renda – Portugal 2015-2016.

NUTS II 2013	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	Saúde	Ensino
Norte	16%	6%	2%
Centro	15%	6%	2%
Área Metropolitana de Lisboa	12%	5%	4%
Alentejo	20%	6%	2%
Algarve	15%	5%	3%
Região Autónoma dos Açores	12%	6%	1%
Região autónoma da Madeira	14%	7%	2%
Portugal	15%	6%	2%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

Diante da tendência de vulnerabilidade social e econômica em relação aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, nota-se que esses preceitos se manifestam também ao analisar aspectos socioeconômicas, tais como nos aspectos de nível de escolaridade, questões etárias, trabalho e renda, bem como na relação do na proporção dos rendimentos destinados com os gastos de primeira necessidade. Assim, percebe-se que essas famílias necessitam de um maior amparo social em relação aos contextos sociais e econômicos (Guadalupe, Tavares e Monteiro, 2015).

Tratando-se dos preceitos de vulnerabilidade socioeconômica que podem estar presentes nos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, inclusive ao analisar a relação dos gastos com itens de primeira necessidade com os rendimentos das famílias, percebe-se que alguns domicílios podem necessitar de um maior amparo social. Assim, a Tabela 11 apresenta os diversos subsídios vigentes na esfera pública, detalhando o percentual de domicílios que recebem cada tipo de auxílio. O intuito é identificar a presença expressiva dessas famílias nos programas de assistência social.

Após analisar essa variável, nota-se que o subsídio mais expressivo é o relacionado ao abono família em que 32% dos domicílios recebem. Essa constatação sinaliza duas questões. A primeira é que de fato as famílias monoparentais diante de sua dinâmica e preceitos de desigualdade social necessitam desses subsídios (Marques, 2018) e o outro fator é a ideia de que pode haver famílias que necessitam receber esse auxílio, entretanto que não são contempladas, o que pode redirecioná-las a possíveis situações de risco (Casaleiro e Santos, 2018).

Tabela 11- Representação percentual dos subsídios sociais recebidos pelos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2015-2016.

Região	Portugal	
	Sim	1,0%
	Não	99,0%
Complemento Dependência	Sim	74%
	Não	26%
Pensão Sobrevivência/Viuvez	Sim	0,8%
	Não	99,2%
Pensão Social Velhice		

	Sim	19%
Pensão Velhice	Não	81%
	Sim	1%
Benefício Educação	Não	99,2%
	Sim	1,8%
Benefício Doença	Não	98,2%
	Sim	5,7%
Benefício Desemprego	Não	94,27%
	Sim	100%
Benefício Alojamento	Não	0%
	Sim	4%
Rendimentos Sociais de Inserção	Não	96%
	sim	0%
Complemento Para idosos	não	100%
	Sim	98%
Benefício Família	Não	2%
	Sim	32%
Transferência de Abono Família	Não	68%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

Outro fator relativo ao auxílio desemprego é que 5,7% das mães recebem esse subsídio social, entretanto ao analisar as atividades de trabalho das mães, 11,1% estavam desempregadas. Esses dados corroboram com as inferências de Santos (2021), que denota que existe um percentual de mães desempregadas sem auxílio que podem estar inseridas em contextos de maior situação de risco de pobreza.

Sobre a pensão velhice²², viuvez²³, ou sobrevivência²⁴, verifica-se que os valores percentuais se assemelham com aqueles apresentados nas faixas etárias acima de 65 anos, e nas informações de trabalho exercidas, que fazem um prelúdio ao processo de

²² A pensão de velhice é uma prestação mensal destinada a garantir um rendimento aos cidadãos que atingiram a idade legal de reforma e que cessaram a sua atividade profissional na Segurança Social de Portugal (2024).

²³ A pensão de viuvez é uma prestação destinada ao cônjuge sobrevivente ou a pessoa que vivia em união de fato com o falecido, desde que cumpram certos requisitos na Segurança Social de Portugal (2024).

²⁴ A pensão de sobrevivência é destinada aos familiares sobreviventes de um beneficiário falecido, como cônjuge, ex-cônjuge, filhos, e em alguns casos, pais e avós, se estes dependiam economicamente do falecido na Segurança Social de Portugal (2024).

envelhecimento populacional recorrente entre as famílias portuguesas, que por sua vez acompanham os estudos realizados por Nunes (2017) e Saramago (2023).

4.5 Conclusão

Diante do objetivo de realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, com ênfase nos gastos com alimentação, saúde e educação, vislumbrando possíveis aspectos de vulnerabilidade socioeconômica, foi possível caracterizar os domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres e mensurar os aspectos de vulnerabilidade social e econômica presente nos respectivos domicílios.

A partir da literatura apresentada em paralelo com os resultados apresentados, observou-se que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em Portugal podem se formar a partir de diversas trajetórias, incluindo situações de ruptura, como o divórcio, que têm raízes no contexto histórico e social do país. Essa realidade sugere uma tendência contínua de crescimento desses domicílios nos próximos anos. Além disso, esses domicílios não são homogêneos; apresentando uma variedade de características que incluem idade, rendimentos, localização, escolaridade e situação de trabalho, o que influencia a dinâmica de cada agregado familiar.

Ao realizar a caracterização socioeconômica, mediante microdados concedidos pelo INE para o período de 2015/2016 e analisar a relação dos gastos de primeira necessidade com o comprometimento orçamentário dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, aspectos de vulnerabilidade socioeconômica foram identificados. Dessa forma, pode-se inferir que a monoparentalidade feminina em Portugal acompanha outras sociedades em relação aos desafios associados à gestão solo do lar, diante da sobrecarga de responsabilizações, geradas pelas funções de manter economicamente a famílias, cuidar dos afazeres domésticos além da criação dos filhos, para além das assimetrias de gênero ainda presente na sociedade portuguesa, mesmo que diante de avanços implementados no decorrer das últimas décadas.

Salienta-se que Portugal se destaca como um país relativamente desenvolvido, entretanto assim como as demais nações, apresenta índices socioeconômicos fragilizados quando analisados os lares monoparentais femininos. Essa constatação não associa diretamente a monoparentalidade feminina à pobreza, mas sim à combinação de

fatores sociais e econômicos, como baixos rendimentos, limitação de recursos, e níveis educacionais reduzidos. Esses fatores, ao incidir sobre essas famílias, contribuem para que elas sejam mais propensas a enfrentar contextos de vulnerabilidade social e econômica. Portanto, não é a monoparentalidade feminina em si que leva à vulnerabilidade, mas as condições socioeconômicas que frequentemente a acompanham. Os domicílios monoparentais referenciados por mulheres tendem a estar dispostos num compilado de contextos aglutinadores de vulnerabilidades, que acompanham a perspectiva da interseccionalidade. Embora esses domicílios apresentem heterogeneidade quanto às suas trajetórias, características etárias, localização, se os filhos são dependentes ou adultos, e formas de ocupação, observa-se que parcela significativa dessas famílias enfrenta desafios socioeconômicos acentuados. Entre esses desafios, destacam-se os baixos níveis de escolaridade, a concentração nas faixas de renda mais baixas, uma taxa de desemprego superior à média nacional, e uma maior dependência de subsídios governamentais.

Além disso, essas famílias tendem a destinar uma parcela considerável de seus rendimentos para gastos com alimentação e posteriormente para os gastos com saúde e educação, o que acentua os aspectos de vulnerabilidade social e econômica em que estão inseridas. Portanto, determinados domicílios monoparentais referenciados por mulheres podem estar expostos a maiores riscos, conforme evidenciado pelas características identificadas. Ademais, existe uma variação regional de alguns indicadores, que podem ilustrar que para além de uma disparidade regional, podem existir domicílios que em algumas localidades podem estar inseridos em maior situação de risco social do que outros.

Por fim, nota-se que existem políticas públicas em que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres são contemplados, como o abono família e as pensões de sobrevivência, velhice ou viuvez, ainda que não haja um programa específico de política pública direcionado para o agregado monoparental feminino. Contudo, ainda podem se fazer presentes domicílios que não são contemplados com nenhum auxílio ou apoio governamental que podem estar inseridos em possíveis situações de risco.

Desse modo, para promover o desenvolvimento das famílias monoparentais femininas em Portugal e atenuar a vulnerabilidade socioeconômica, sugestiona-se a implementação de políticas públicas focalizadas. Dentre essas políticas sugere-se

aumentar os subsídios financeiros e benefícios fiscais exclusivamente para os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, expandir o acesso a creches e serviços de saúde, e oferecer programas de capacitação profissional e apoio à educação, com maior direcionamento às mães-solo, havendo flexibilidade para a participação no curso.

Além disso, recomenda-se a criação de serviços de orientação e colocação profissional, a promoção da flexibilidade no trabalho, além do asseguramento de habitação acessível. Em paralelo, pode-se elucidar que apoios psicológicos e sociais também são relevantes, assim como uma abordagem integrada e coordenada entre diferentes órgãos governamentais, com monitoramento e avaliação contínuos das políticas implementadas, ou seja um conjunto de ações que possibilitem elevar a qualidade de vida, bem como o bem-estar da população de forma geral.

Dentre as limitações da pesquisa, nota-se o período que foi analisado, diante dos microdados que estavam disponíveis até o presente momento de elaboração do trabalho, sendo estes poucos atualizados. Dessa forma, sugere-se a realização de estudos subsequentes a partir da disponibilização de novos dados que possam acompanhar o desenvolvimento desse específico segmento familiar e analisar as lacunas sociais ainda existentes e as ações mais precisas que visem contribuir para com essas famílias.

REFERÊNCIAS

ABOIM, S., WALL, K., CUNHA, V. A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades. *Género, família e mudança em Portugal*. Lisboa: **Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)**, v.26, n.1, p. 39-66, (2010).

ABRANTES, P. Educação e classes sociais em Portugal: Continuidades e mutações no século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*, v.99, n.1, p. 9-27, 2022.

ALARCÃO, M. Desenvolvimento familiar. In Alarcão, (Des)equilíbrios familiares (pp. 107-219). Portugal: Quarteto Editora, (2002).

ALBERTINI, M; DRONKERS, J. Efeitos do divórcio no nível de escolaridade dos filhos numa sociedade mediterrânica e católica: Evidências da Itália. **Sociedades Europeias**, v.11 n. 1, p.137–159, DOI: <https://doi.org/10.1080/14616690802248042>, 2009.

AFONSO, M. T. A. **Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal em trabalhadores/as da administração pública após o aumento do horário de trabalho:**

estudo de famílias monoparentais. Orientador: Ana Maria Barroso. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) ICSTE-Lisboa (Portugal), 2018.

ALCÂNTARA, A. N. D. S. D.; DAIER, V. B.; SILVA, M. D. A. X. D. Poder de compra do Salário Mínimo em Relação à Cesta Básica Alimentar na Cidade do Rio de Janeiro nos anos de 2010-2019, **Relatório Anpec**. 2024.

ALMEIDA, A. C. D.; LIMA, J. E. D.; COSTA, L. V. (2018). A Participação da Mãe no Mercado de Trabalho e o Diferencial de Anos de Estudo por Gênero entre Adolescentes. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v.48, n.1, p. 597-622, 2018.

ALMEIDA, V.; DALSENTER, T. Famílias monoparentais, vulnerabilidade social e cuidado. **Revista Brasileira de Direito Civil**, v.28, n.2, p.77-77, 2021.

ARAÚJO, C. L. **Feminização da pobreza no Brasil e o papel das políticas públicas: o caso de mulheres responsáveis por famílias monoparentais.** Orientador: Sara Falcão Casaca. Tese (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Universidade de Lisboa (Portugal), 2019.

AZEVEDO, A. B. como vivem os portugueses. População e Famílias, Alojamentos e Habitação. Lisbon: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020.

AUGUSTINE, J.M. Educação materna e o significado desigual da estrutura familiar para o desempenho inicial das crianças. **Social Forces**, v. 93 n.2, p. 687–718. <https://doi.org/10.1093/sf/sou072>, 2014.

BABIUK, G. Famílias monoparentais femininas, raça e o programa bolsa família no Distrito Federal. In Congresso internacional de política social e serviço social v.2 n.1., 2017.

BALIANA, L. K. **Monoparentalidade feminina e seus desafios: um estudo exploratório.** Orientador: Maria José Nuncio. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Lisboa (Portugal), 2013.

BARIGOZZI, M.; ALESSI, L.; CAPASSO, M.; FAGIOLO, G. A distribuição das quotas de orçamento de consumo-despesa das famílias. **Mudança Estrutural e Dinâmica Econômica** v. 23 n.1, p. 69-91, 2012.

BARRETO, S. S.; PENNA, R. L. A tríade lunar entre mulheres Tukano Orientais. **Revista Estudos Feministas**, v.31 n.1, 45-68, 2023.

BARROS, A. H. S.; PEREIRA, S. J. N.; CORDEIRO, R. P. Mulheres no Comando! Um Estudo Sobre o Consumo Material e Identidade da Família Monoparental Feminina Brasileira. **Revista Adm. Made**, v.23, n.3, p. 90-109, 2019.

BASTOS, P. D. M. A.; MATTOS, L. B.; SANTOS, G. C. Determinantes da pobreza no meio rural brasileiro. **Revista de estudos sociais**, v.20 n.41, p. 4-30, 2018.

BECCENERI, L. B.; BRUSSE, G. P. D. L.; APARICIO, C. A. P. Uma análise espacial dos arranjos domiciliares da Região Metropolitana de São Paulo (1991-2010). **Revista brasileira de estudos de população**, v.38, n.1, p.49-72, 2021.

BERTAUX, D. Destinos pessoais e estruturas de classe, Lisboa, Moraes Editores, 1978.

Biroli, F. Família: novos conceitos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BEAUVOIR, S. .A mulher desiludida. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 23 agosto 2019. 176p. ISBN: 978-8520944325.

BORGES, J. M.; PASSOS, D. O. R.; BRITO, J. E. Raça, classe e gênero: educação e interseccionalidade pela perspectiva de artigos da ANPED. **Educação em Perspectiva**, v.12 n.1, p. 24-47, 2021.

BÓRIS, E. Produção e reprodução, casa e trabalho **Tempo social.**, v.26 n.1, p. 101-121., 2014.

BOURDIEU, P. La domination masculine, Paris, Éditions du Seuil, 1998.

BRAÇO, A. D. Narrativas Culturais e as Identidades de Gênero em Moçambique. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, v. 6, n.1, p. 259-274, 2022.

BRANDÃO, R. P. A abordagem interdisciplinar no estudo do Homo brasilis: a genética em acordo e desacordo com a história. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 26, n.1, p. 391-408, 2013.

BRITO, R. D. B. D. **Equidade no financiamento dos cuidados de saúde em Portugal no período pós-crise: uma análise baseada no Inquérito às Despesas das famílias 2015/2016**. Orientador: Carlota Maria Miranda Quintal. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019.

Cabrito, B.; Cerdeira, L.; Patrocínio, T. Os estudantes de ensino superior, em Portugal: uma análise no período 1994-2011. Quem são? Quanto gastam? Como gastam? Que

enquadramento no contexto europeu?. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.28 n. 3, p. 14-35, 2012.

CALDEIRA, S.; PINGRET-KIPMAN, D.; FERRADOR, F.; COUTO, S. A.; ORTIZ, J. A.; FURTADO, C. Avaliação de Tecnologias de Saúde em Portugal: políticas de saúde, metodologias e desafios emergentes. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, v. 13 n. 3, 861-861, 2022.

CÂMARA, M. S.; ALMEIDA, M. C. De single mother para mãe a solo ou mãe solo na perspetiva da semântica de frames. **Études romanes de Brno**, v.42, n.1, p. 233-254, 2021.

CAMPOS, J. M.; AKUTSU, R. D. C. C. D. A.; SILVA, I. C. R.; OLIVEIRA, K. S.; MONTEIRO, R. (2020). Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, n.1, 1529-1538.

Cantante, F. O mercado de trabalho em Portugal e nos países europeus: Estatísticas 2018, 2018.

CARDOSO, A. Desenvolvimento e desigualdades: Barcelos em contexto regional. Configurações. **Revista Ciências Sociais**, v. 25, n.1, p. 128-153, 2020.

CARREIRA, V. C. D. S. Pais sós, filhos sós? **Um olhar sociológico sobre as perspectivas de jovens adultos socializados em contextos de monoparentalidade**. Orientador: Rosalina Pisco Costa. Dissertação (Mestrado em Recursos Humanos), Universidade de Évora, Évora, 2023.

CERDEIRA, L.; CABRITO, B. G.; MUCHARREIRA, P. R. (2021). Expansão e regionalização do ensino superior em Portugal nas últimas décadas: um percurso contraditório. **Eccos Revista Científica**, v.58, n.1, p. 77-89, 2021.

CARVALHO, M. M. D. **Famílias monoparentais femininas em Portugal: uma abordagem pelo Design Visual**. Maria Cardoso, Tese (Doutorado em Design). Universidade de Lisboa, 2023.

CARVALHO, V. Ana Mendieta e Aby Warburg: Percorso para uma poética da memória. **Cadernos Virtuais De Pesquisa Em Artes Cênicas**, v.1, n.2, p. 65–7, 2017.

CASALEIRO, P.; SANTOS, A. Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais. **Sociologia: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v.35, n.1, p. 43-62, 2018.

CASALEIRO, P. “Meu filho, meu tesouro”: motivações subjacentes aos processos de regulação das responsabilidades parentais. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 96, n.1, p. 117-138, 2021.

CÉSAR, F.; OLIVEIRA, A.; FONTAINE, A. M. Mães cuidadoras, pais imperfeitos: Diferenças de género numa revista portuguesa para mães e pais. **Repositório Aberto**, v.23, n.4, p. 123-145, 2020.

COELHO, L.; RIBEIRO, R.; FRADE, C.; FERREIRA-VALENTE, A. Crise económica em Portugal: Alterações nas práticas quotidianas e nas relações familiares. In SILVA, I.C P., VIEGAS, S. M. (Eds.). **Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**, 2015 (pp. 5155-5171). Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015.

COLLINS, P. H. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo Editorial, 2022.

CORREIA, B. S.; ALVES, P. K. L.; VIANA, M. S. A tendencial mercantilização da saúde em Portugal, **Repositório Universidade Federal do Maranhão**, 2020.

Costa, A. C. J. S. D. **Famílias que integram pessoas dependentes no autocuidado: Estudo exploratório de base populacional no concelho de Lisboa**. Orientador: Abel Paiva e Silva. Tese (Doutorado em Enfermagem) Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2013.

CRENSHAW, K. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. **The University of Chicago Legal Forum**, v. 140, n.1, p. 139-167, 1989.

CUNHA, R. B. P. **Padrões de consumo dos portugueses em ambiente de guerra no espaço europeu**. Orientador: Carla Sofia Carvalho Martins. Tese (Doutorado em Gestão), Universidade Católica de Portugal, Porto, 2023.

CUNHA, V.; MARINHO, S.; ATALAIA, S. Intenções de fecundidade nos núcleos parentais jovens: uma análise comparativa dos núcleos monoparentais, de casais “simples” e recompostos. **Inquérito à Fecundidade: 2019**, p. 31-57, 2021.

DELGADO, ANABELA; WALL, KARIN – Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança [Em linha]. 1ª ed. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

DIOGO, F.; CASTRO, A.; PERISTA, P.; SILVA, M. C. Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Contextos, Transformações e Estudos, Ribeirão, Edições Húmus, 2015.

DIOGO, F. A pobreza infantil e o rendimento social de inserção em Portugal: o mesmo problema, tendências distintas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v.87, n.1, 71-86, 2018.

DIOGO, F.; PALOS, A. C.; FARINHA RODRIGUES; C., PEREIRA, E.; BESSA RIBEIRO; F., BRANCO; F., TREVISAN, G., INÊS, A. Faces da pobreza em Portugal, **Fundação Francisco Manoel dos Santos**, 2021.

DIOGO, Fernando Jorge Afonso; SARMENTO, Manuel Jacinto; TREVISAN, Gabriela. Transformações e persistências da pobreza infantil em Portugal. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela (orgs.). *Sociologia da infância em Portugal: memórias, encontros e percursos*. Lisboa: APS – **Associação Portuguesa de Sociologia**, 2021. p. 26–49.

DURKHEIM, E. *Textes, Fonctions sociales et institutions*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1975.

EISLER, R. (1989). *O cálice e a espada. Nossa história, nosso futuro*. Trad. Terezinha Santos. Rio de Janeiro:

EMIDIO, I. B. **Monoparentalidade feminina e COVID-19: um estudo sobre trajetórias e impactos da pandemia na vida de chefes de família monoparental**. Orientador: Yumi Garcia dos Santos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Belo Horizonte, 2023.

Estrelinha, M. H. M. **Reformas Da Proteção à Velhice no Período 2000-2020: Avaliação à Luz do Princípio da Adequação**. Orientador: Maria Manuela De Brito Arcanjo. Dissertação (Mestrado em Economia e Políticas Públicas) Universidade de Lisboa, Lisboa 2020.

FERNANDES, P. S. **Família Monoparental Feminina: Desafio de Ser Mãe Solo**. Orientador: Lourdes Conde Feitosa. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Araraquara. 2022.

FINAMORI, S; MATA, G. C. Maternidades e academia: experiências analíticas e políticas. Perspectivas em Diálogo: **Revista de Educação e Sociedade**, v. 10, n. 24, p. 6-21, 2023.

GÓIS, P. Nós e os outros: as migrações no Portugal contemporâneo. Língua-lugar: Literatura, História, **Estudos Culturais**, v.2, p. 24-41, 2021.

GOMES, A. G.; DONELLI, T. M.; PICCININI, C. A.; LOPES, R. D. Maternidade em idade avançada: Aspectos teóricos e empíricos. **Interação em Psicologia**, v. 12 n. 1, p. 99- 106, 2008.

GONÇALVES, R. A dinâmica recente de famílias e domicílios. **Conjuntura da Construção**, v. 10 n. 4, p. 14-16, 2012.

GUADALUPE, S.; TAVARES, S.; MONTEIRO, R. Redes de suporte social e (in) acesso a direitos em famílias monoparentais femininas. **Serviço Social em Revista**, v.17, n.2, p. 41-63, 2015.

GUERREIRO D., M. Família e Sociedade: Valores e Práticas. **Cidade Solitária**, v. 32 n.1 p. 1-8, 2014.

GREGÓRIO, M. J. **Desigualdades Sociais no Acesso a Uma Alimentação Saudável: Um Estudo na População Portuguesa**. Orientador: Pedro Graça. Tese (Doutorado em Ciências do Consumo Alimentar) Universidade do Porto: Porto, Portugal, 2014.

Henriques, P. A. F. (2022). **Dinâmicas do emprego na Região de Lisboa e Vale do Tejo: uma análise da última década**. Orientador: Eduardo Marques da Costa. Dissertação (Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo), Universidade de Lisboa, Lisboa.

HOCHSHILD, A.; MACHUNG, A. (1989). *The second shift: Working parents and the revolution at home*. New York: Viking.

HOLANDA B., A. L. N.; MACHADO, D. C.; Passos, L.; Santos, L. A. O consumo das famílias brasileiras: um olhar de gênero e raça. **Sociedade Brasileira de Economia Política**. v. 15 n. 5, 2023.

IAGNECZ, R. D. S. F. (2021). **Ser mulher, mãe e trabalhadora: a interseccionalidade na vivência da maternidade**. Orientador: Josiane Carine Wedig. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Tecnológica Federal do Paraná).

Instituto Nacional de Estatística - INE 2015b. «Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – 2014 (Dados Provisórios)». **Instituto Nacional de Estatística**. 2015.

Instituto Nacional de Estatística - INE -Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016 Continuação de: **Inquérito aos orçamentos familiares**, 2017.

Instituto Nacional de Estatística de Portugal. Relatório de Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego – janeiro de 2017. Lisboa: **INE**, 2017.

IURAS, L. M. B. **A influência do sistema fiscal na evolução do PIB per capita: caso de Portugal e Roménia**. Orientador: José Maria Pires. Tese (Doutorado em Economia e Gestão), 2023.

JESUS ANTUNES, J. A. P. Crise económica, saúde e doença. **Psicologia, saúde e doenças**, v. 16 n.2, p. 274-284, 2015.

JORGENSEN, N. V. **Migração internacional e famílias domiciliares: arranjos, estratégias e conflitos em Governador Valadares, Minas Gerais**. Orientador: Alisson Flávio Barbier. Dissertação (Mestrado em Demografia) Universidade Federal de Minas gerais, Belo Horizonte, 2017.

KIMMEL, M. *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

KOBELINSKI, Milena. **Feminização da pobreza e famílias monoparentais: reflexões sobre os impactos dessa relação na vida das mulheres-mães**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

KYRILLOS, G. M. (2020). Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28 n.1, p.56-78, 2020.

LIMA, A. P. D. O cuidado como elemento de sustentabilidade em situações de crise. Portugal entre o Estado providência e as relações interpessoais. **Cadernos Pagu**, v.12 n.3 p. 79-105, 2016.

LAURETIS, T. Tecnologia de Gênero In: HOLLANDA, Heloísa B. de. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 126-156.

MACHADO, M.; VOOS, C. H. A família monoparental feminina e a necessidade de políticas públicas específicas. **Monumenta-Revista de Estudos Interdisciplinares**, v.3 n.6, p. 126-151, 2022.

MANCINI, R. M. D. O. M. **Conselhos nacionais da água de Portugal e do Brasil: história, procedimentos democráticos, inércias e dinâmicas**. Tese (Doutorado em Energia e Ambiente) Universidade de São Paulo, 2022.

MARINHO, S. *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança* Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2014.

MARINHO, S. Famílias Monoparentais em Portugal: linhas de continuidade e de transformação nas duas últimas décadas. In APS (Ed.), **Actas do VII Congresso Português de Sociologia: 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas**. Évora: APS, 2014.

MARQUES, B.; PALHA, F.; MOREIRA, E.; VALENTE, S.; ABRANTES, M.; SALDANHA, J. Ser mãe depois dos 35 anos: será diferente? **Acta Médica Portuguesa**, v. 30 9, 615-622, 2017.

MARQUES, M. M. B. (2018). **Uma política familiar: o caso do abono de família**. Orientador: Pedro Aldão e Silva. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Lisboa 2018.

MARQUES, T. S.; MATOS, F. L. D. Crise e vulnerabilidade social: uma leitura territorial. Geografia, paisagem e riscos: livro de homenagem ao Prof. Doutor António Pedrosa, Repositório Aberto Universidade do Porto, 2016.

MATHEW, G. P. *A Teia: religião, família e sociedade—negociações e interações*. Editora Dialética, 2023.

MATA, J. J. T. D. (2016). **A Igualdade e a Desigualdade na Educação em Portugal**. Orientador: Maria de Lourdes Reis. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto Superior Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

MATIAS, M.; ANDRADE, C.; FONTAINE, A. M. Diferenças de género no conflito trabalho-família: Um estudo com famílias portuguesas de duplo-emprego com filhos em idade pré-escolar. **Psicologia**, v. 25 n. 1, p. 9-32.

MAURITTI, R.; NUNES, N.; ALVES, J. E.; DIOGO, F. Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal: um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade. **Sociologia Online**, v. 19, n.1, p. 102-126.

MCKENZIE, H. J.; MCKAY, F. H. A alimentação como item discricionário: O impacto das mudanças no pagamento da previdência social nas escolhas e estratégias alimentares de mães solteiras de baixa renda. **Jornal de Pobreza e Justiça Social**, v. 25 n. 1, p. 35-48, 2017.

MONTEIRO, R.; AGOSTINHO, L.; DANIEL, F. Um diagnóstico da desigualdade de género num município em Portugal: estruturas e representações. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 423-446, 2015.

MORAIS, L. B. C. **Disparidades Regionais de Beneficiários Com Prestações de Desemprego em Portugal: Aplicação de uma Metodologia Multivariada**. Orientador: Paula Odete Fernandes. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública). Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2021.

NUNES, A. M. Envelhecimento ativo em Portugal: desafios e oportunidades na saúde. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 20 n. 4, p. 49-71, 2017.

OCDE (2019), Sob pressão: a classe média espremida , OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/689afed1-en> .

OLIVEIRA, S. **Gravidez tardia e envelhecimento**. Orientador: Lia Maria. Tese (Doutorado em Gerontologia Social) Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto 2016.

OLIVEIRA, A. R. B.; CARVALHO, L. F. M. Família monoparental feminina e pobreza: uma abordagem histórica e social. **Revista Praia Vermelha**, v. 28 n. 1, p. 23-44, 2018.

OLIVEIRA, S, M. N.; COSTA, A. B. O papel da mulher na produção e reprodução do trabalho no capitalismo à luz de alguns conceitos. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 26, n.1 p. 180-195, 2022.

ONU Mulheres (2018). Cabo Verde: Perfil de Género do país. Governo de Cabo Verde, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a ONU Mulheres, n.d., 1-40. Disponível em: <https://www.afdb.org/fr/documents/cabo-verde-perfil-de-genero-do-pais-janeiro-> Acesso em 27 de agosto de 2024. 2018.

PEREIRA, G. M. (2021). **Políticas Públicas de Conciliação Trabalho-Família para a Igualdade de Género em Portugal e no Brasil**. Orientador: Luís Grosso Correia. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Cooperação) Universidade do Porto, Porto, 2021.

PEREIRA, V. B. “Que força é essa?” Dualismo, dominação, desigualdade e recomposições sociais aceleradas na compreensão sociológica da estrutura social portuguesa contemporânea. **Análise Social**, v. 58 n. 4, p. 738-765, 2023.

PEREIRA, V. M. Monoparentalidade feminina: perfil socioeconómico das mulheres amazonenses **Repositório UEA**, 2023.

PEREIRINHA, J. A.; PEREIRA, E. Défice Social e Pobreza Relativa: uma análise da adequação do bem-estar e da segurança económica em Portugal. **ISEG**, n. 65, 2019.

PÉREZ-CORRAL, AL; MORENO MÍNGUEZ, A. Famílias monoparentais, gradiente educacional e privação infantil: os casos da Itália e da Espanha. **Pesquisa de Indicadores Infantis**, v.15 n.5, p. 1821-1846, 2022.

PERTHEL, D. Engel’s Law Revisited. *International Statistical Review*, p. 211–218, 1975.

PLIHON, D.; REY, N. Espanha, doze anos de miopia. **Boletim de Economia e Política Internacional**, v. 13, n.1, p. 105- 123, 2013.

POLICARPO, V. M. N. D. M. Para lá da heteronorma: Subjetivação e construção da identidade sexual. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n.1 p. 541-562, 2016.

PORDATA (2015i). Esperança de vida à nascença: total e por sexo (base: triénio a partir de 2001) - Portugal. Obtido de: [http://www.pordata.pt/Portugal/Espanha/Esperanca-de-vida-a-nascenca-total-e-por-sexo-\(base-trienio-a-partir-de-2001\)-418](http://www.pordata.pt/Portugal/Espanha/Esperanca-de-vida-a-nascenca-total-e-por-sexo-(base-trienio-a-partir-de-2001)-418). Acesso em: 20 de julho de 2024.

PORDATA- Estatísticas sobre Portugal e Europa (2021). Famílias clássicas monoparentais do sexo feminino. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Fam>

%C3%ADlias+cl%C3%A1ssicas+monoparentais+do+sexo+feminino+(percentagem)-532. Acesso em: 15 de junho de 2024.

Portugal, E. A. P. N. Poverty Watch. **Relatório Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza**. Portugal, 2020.

RASK, K.; RASK, N. Economic development and food production–consumption balance: A growing global challenge. *Food Policy*, v. 36, 2011, p. 186-196.

RIBEIRO, C. A. B. **Atitudes face ao Divórcio numa amostra da população portuguesa**. Orientador: Maria Madalena Santos Torres Veiga. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) Universidade de Lisboa, Lisboa 2023.

ROBALO, M. Divórcio e Parentalidade. *Diferentes Olhares: Do Direito à Psicologia*, 1ª ed. Sílabo, Lisboa, 2018.

RAMOS, V. (2015). **Percursos de vida em Portugal: o impacto das desigualdades e dos contextos sociais nas trajetórias profissionais e familiares**. Orientadora outora Karin Elizabeth Wall Gago. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2015.

RAMOS, V.; RODRIGUES, L. B.; CORREIA, R. B. Atitudes face à divisão do trabalho familiar em Portugal em 2002 e 2014: mudanças e continuidades. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 90, n. 1, p. 95-112, 2019.

ROCHA, P. H. S. Educação financeira no orçamento doméstico: uma revisão bibliográfica sobre os principais aspectos que impactam as famílias brasileiras a partir da produção acadêmica na Região do Triângulo Mineiro, **Repositório UFU**, 2023.

SAGNIER, L.; MORELL, A. As mulheres em Portugal, hoje. Lisboa: **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, 2019.

SALLES OLIVEIRA, C.; FERREIRA, S.; MARQUES, M. Experiências de performance artística e partilha em torno da monoparentalidade. In **Atas do XI Congresso Português de Sociologia**. Associação Portuguesa de Sociologia, 2021.

SARAMAGO, S. S. S. Envelhecimento e assimetrias territoriais em Portugal. **Intervenção Social**, v. 32, n.13, p. 19-35, 2023.

SANTOS, B. A. **Refugiadas e Mães: Experiência e Integração de Mães Solteiras na Condição de Refugiadas em Portugal**. Orientador: Dulce Pimentel. Dissertação (Mestrado em Migrações, Inter-eticidade e Transnacionalismo), NOVAFCSH, Lisboa, 2021.

SANTOS, J. R. L.; SEVERIANO, G. M. D. L. Consumo alimentar e estado nutricional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, **Repositório UFAL**, 2021.

SANTOS, K. S.; MATHEUS, C. P. R. Família monoparental feminina: a concepção dos filhos de mães solteiras na contemporaneidade, **Repositório FAEMA**, 2018.

SANTOS MACHADO, C. J.; LACET, J. A. L. Feminismo e republicanismo na imprensa de Portugal: incursão investigativa no Jornal A Capital (1910). **Aequo**, v.26, n.1, p. 155-162, 2022.

SÃO JOSÉ, J.; WALL, K. Trabalhar e cuidar de um idoso dependente: problemas e soluções. **In Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia** (pp. 65-72). Associação Portuguesa de Sociologia, 2004.

SARTI, C. A. Contribuições da antropologia para o estudo da família. **Psicologia USP**, v. 3 n. 1 p. 69-76, 1992.

SARTI, F.; ESTEVES, J. T. Dinâmica econômica, gasto social e mercado de trabalho na França (2000-2018). **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, 2, v.23, n.1, p. 44-89, 2020.

SEGURANÇA SOCIAL DE PORTUGAL. Segurança Social de Portugal. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SEIXAS, J. Lisboa em metamorfose. **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, 2021.

SERAPIONI, M. Crise econômica e desigualdades nos sistemas de saúde dos países do Sul da Europa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n.1, p. 97-123, 2017.

SILVA, A. P. D.; BLANCHETTE, T. G. Por amor, por dinheiro? Trabalho (re) produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. **Cadernos Pagu**, v.23, n.1, p. 58-77, 2017.

SILVA, M. F. P. D. Análise da produção de artigos sobre família monoparental feminina. **Relatório Escola de Serviço Social -UFRJ**, 2021.

SILVEIRA, K. G. C.; VARGES, M. K.; SABOIA, J. Endividamento e comprometimento de renda: um recorte entre administradores e contadores no estado do rio grande do sul. *Gestão contemporânea: Revista de Negócios do Cesuca*, v. 6 n. 7, 64-81, 2022.

SOEIRO, J. Vieillissement et crise du care au Portugal: Familialismes, défamiliarisation et le nouveau statut des aidants non rémunérés. *Retraite et société*, v.2, n.1, p. 99-121, 2024.

SOUZA, A. S. P. D. E não viveram felizes para sempre: A vulnerabilidade emergente do divórcio e seus efeitos sobre o comportamento de consumo para a criança em famílias monoparentais femininas, **Repositório UFPB**, 2016.

SOUZA, L. S. Experiências inter-subjectivas na comunidade Malema/Murralelo–Moçambique. *Revista Eletrônica Discente História*. V. 7 n. 14, p. 106-113, 2020.

SPIESS, M. A; COSTA M. M. V. (2016). Repensando a Antropologia: E. Leach e as Teorias de Parentesco. *Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, v. 26 n. 2, p. 303-314, 2016.

SVITYCH, O. Amartya Sen, Karl Polanyi e renda básica universal. *Revista de Desenvolvimento Humano e Capacidades*, v.25 n.1, p. 42-60, 2024.

TAVARES, I.; CARMO, R. M. D. Análise da pobreza, privação e desigualdades em Portugal: Tendências recentes num país persistentemente desigual. *Observatório das Desigualdades*, 2023.

TODARO, M. P.; SMITH, S.C. Desenvolvimento econômico. Pearson UK, 2020.

TORRES, A. C., Trajectórias, **Dinâmicas e Formas de Conjugalidade, Assimetrias Sociais e de Género no Casamento**. Tese (Doutoramento em Sociologia) Lisboa, ISCTE, 2000.

TORRES, Anália; BRITES, Rita. Atitudes e valores dos europeus: a perspectiva do género numa análise transversal. In: VALA, Jorge; TORRES, Anália (orgs.). Contextos e atitudes sociais na Europa. Lisboa: **Imprensa de Ciências Sociais / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, 2006.

TORRES, Anália; CAMPOS PINTO, Paulo; COSTA, Daniela; COELHO, Beatriz; MACIEL, Diogo; REIGADINHA, Tiago; THEODORO, Elsa. Igualdade de género ao

longo da vida: Portugal no contexto europeu. **Imprensa de Ciências Sociais / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa** 2018.

TRUNINGER, M.; HORTA, A.; CARDOSO, S.; AUGUSTO, F. R.; TEIXEIRA, J.; FONTES, A. Alimentação em tempos de crise. ICS. **Imprensa de Ciências Sociais**, 2019.

VALDUGA, T. As políticas de proteção social à pessoa idosa e a orientação para o serviço social em Portugal. **Aprender**, v.12, n. 1, p. 37-49, 2022.

VISANDULE, E. M. F. P.; GUADALUPE, S. O. Desafios de Famílias Transnacionais e Imigrantes Lusófonas com Vivência Monoparental, **Repositório ISMT**, 2021.

WALL, K.; LOBO, C. “Famílias Monoparentais Em Portugal.” **Análise Social** v. 34, n. 150, p.123–45, (1999)

WALL, KARIN, CUNHA V., RAMOS V. “A evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011”, em Anabela Delgado e Karin Wall (coords.) **Famílias nos Censos 2011. Diversidade e Mudança**. Lisboa. v. 44, n. 2, p. 43-63, 2014.

WALL, K. A intervenção do Estado: políticas públicas de família. História da vida privada em Portugal: os nossos dias, **Repositório ICS**, 2011.

WALL, K.; ALMEIDA, A. N.; VIEIRA, M. M.; CUNHA, V.; ATALAIA, S.; RODRIGUES, L. B.; COELHO, F. As crianças e a crise em Portugal: Vozes de crianças, políticas públicas e indicadores sociais, **Repositório ICS**, 2013.

WOORTMANN, K. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias (No. 357). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2004.

5. DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS PORTUGUESES E BRASILEIROS REFERENCIADOS POR MULHERES: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA COMPARATIVA COM ÊNFASE NOS GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO

Resumo

O presente estudo busca realizar uma análise socioeconômica comparativa entre domicílios portugueses e brasileiros monoparentais referenciados por mulheres, com

ênfase nos gastos com alimentação, saúde e educação. Foi realizada uma análise quantitativa e descritiva. Para analisar os domicílios monoparentais brasileiros referenciados por mulheres foram utilizando microdados provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017/2018 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a análise dos domicílios monoparentais portugueses referenciados por mulheres, foram utilizados dados provenientes do Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), referente ao Inquérito de Orçamento das Famílias. Os resultados revelam elevada vulnerabilidade socioeconômica, mais acentuada no Brasil, e indicam a necessidade de políticas públicas para reduzir desigualdades e ampliar a qualidade de vida das famílias.

Palavras-chave: Monoparentalidade feminina; Gastos essenciais; Vulnerabilidade socioeconômica; Brasil; Portugal.

5.2. Introdução

Os arranjos monoparentais femininos, ainda que fruto de transformações sociais e culturais, vêm em grande parte acompanhados por um processo de feminização da pobreza²⁵. Geralmente, essa condição está associada a menor participação no mercado de trabalho, menores níveis salariais, além da tripla jornada de trabalho, que inclui a oferta de trabalho assalariado, trabalho doméstico e cuidados com os filhos (Lavinás e Nicoll, Cavenaghi e Alves 2018; Oliveira 2018).

A vulnerabilidade socioeconômica, típica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres localizados nos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, pode comprometer significativamente o orçamento familiar, resultando em privações, como a dificuldade em garantir uma alimentação adequada, restrição no acesso a cuidados de saúde essenciais e a limitação no acesso à educação de qualidade (Sette e Coelho, 2020; Vaz e Hoffmann 2021; Moraes *et al.*; 2022, Graham, 2023; Gandra, 2023).

Essa situação também ocorre em países desenvolvidos, como nos Estados Unidos e na Europa, embora em menor escala. Entre os países europeus, em Portugal, aproximadamente 9,7% dos domicílios eram compostos por arranjos monoparentais femininos (PORDATA-CENSO 2021). Por sua vez, no Brasil, vide dados provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017/2018 (POF-2017/2018), observa-se a presença de condição de monoparentalidade feminina e referência exclusiva da mulher em aproximadamente 9,2% dos domicílios.

²⁵ Considera-se feminização da pobreza um conjunto de mecanismos econômicos, sociais e culturais embutidos na desigualdade de gênero, que tendem a direcionar as mulheres e suas respectivas famílias em situações de pobreza, as quais tendem a se intensificar a partir do momento em que a mulher é a única pessoa de referência no domicílio (Novellino; 2016, Souza, 2020).

Estas informações apontam que ainda que sejam países com dimensões populacionais e territoriais distintas, ambos apresentam certa expressividade de domicílios em contextos monoparentais, com certas discrepâncias. Em Portugal, pode-se inferir, que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, apresentam aspectos de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive ao analisar o nível de comprometimento orçamentário, com os gastos com alimentação, saúde e educação dentre os que apresentam as menores faixas de rendimentos. Contudo, a maior formalização do mercado de trabalho e um sistema de proteção social mais robusto tendem a oferecer maior suporte às famílias monoparentais, com políticas públicas mais estruturadas e incentivo educacional, inclusive em algumas instituições de ensino que amparam mães-solo (França et al. 2021; Abrantes, 2022).

Por sua vez, no Brasil, as disparidades regionais, a elevada taxa de informalidade no mercado de trabalho e a escassez de políticas de apoio tendem a dificultar o acesso a direitos básicos, como saúde e educação (Franco *et al.* 2022). Além disso, as desigualdades de gênero tendem a ser mais acentuadas, impactando a precarização do trabalho feminino e o sistema educacional (Souza, 2020).

Dessa forma, mediante essas dissonâncias e ao se observar as diferenças socioeconômicas e demográficas entre os referidos países, é importante analisar e comparar os mecanismos que contribuem para o maior nível de vulnerabilidade socioeconômica vivenciado pelos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. A partir dessa concepção, o presente estudo tem como objetivo realizar uma análise socioeconômica comparativa entre os domicílios portugueses e brasileiros monoparentais referenciados por mulheres, considerando os gastos com alimentação, saúde e educação, no intuito de vislumbrar os mecanismos que envolvem os aspectos de vulnerabilidade socioeconômica dessas famílias.

Na literatura relativa ao tema, alguns estudos abordaram a monoparentalidade feminina e a vulnerabilidade socioeconômica isoladamente em cada país (Visandule, 2021; Araújo, 2019; Minamiguchi, 2019). Ademais, foram encontrados trabalhos que tangem a trajetória das famílias monoparentais femininas (Marinho, 2014), além de pesquisas sobre os desafios associados à monoparentalidade feminina (Wall, Aboim e Leitão, 2011; Leão *et al.* 2017). Contudo, não foi encontrada nenhuma investigação que visasse a realização de uma análise socioeconômica comparativa entre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres do Brasil e Portugal, utilizando dados quantitativos, considerando-se os gastos essenciais e aspectos de vulnerabilidade.

Desse modo, o presente estudo pode propiciar mais evidências a respeito da vulnerabilidade socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em distintas sociedades, destacando fatores que tendem a ser mais decisivos. Destarte, a compreensão dessas evidências pode favorecer o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas adequadas para a realidade de cada país. Para sua consecução, além dessa seção introdutória, o trabalho está dividido em mais quatro seções. A próxima seção refere-se à apresentação das evidências teóricas e empíricas relacionadas ao tema, seguida dos procedimentos metodológicos, resultados e discussão e considerações finais.

5.3. Evidências Teóricas e Empíricas

As famílias monoparentais femininas representam arranjos familiares nos quais a mulher, sem a presença de um parceiro ou cônjuge, assume integralmente a responsabilidade pelo sustento e cuidado dos filhos (Finamori e Batista, 2022; Faria *et al.*, 2023). Essa configuração tem sido recorrente em contextos marcados por desigualdades de gênero e precarização das condições socioeconômicas, exigindo uma análise que contemple os múltiplos fatores que afetam essas famílias.

Gallante (2022) destaca que a sobrecarga de trabalho enfrentada por mães solo — que envolve o emprego formal, o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos — gera um acúmulo de responsabilidades que afeta diretamente a renda e a disponibilidade de tempo. Esse cenário, conforme apontado por Muduli e Pandya (2019), expõe essas famílias a maiores riscos sociais diante de flutuações econômicas, tornando-as mais vulneráveis em contextos de instabilidade.

A interseccionalidade emerge como ferramenta teórica central para compreender essas dinâmicas. Segundo Collins (2020), trata-se da interação entre diferentes eixos de desigualdade, como gênero, classe, raça e escolaridade, que moldam as experiências sociais. Rickli e Klanovicz (2021) ressaltam que essa abordagem permite entender como múltiplas desvantagens se sobrepõem nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Nesse sentido, Zhang (2023) observa que tais arranjos familiares são caracterizados por baixos níveis de renda, empregos precários e limitada mobilidade econômica.

Essas restrições impactam diretamente os padrões de consumo. Nor (2022) aponta que mães solo enfrentam maior dificuldade para atender necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação. A insuficiência de recursos para tais bens

essenciais reflete o grau de vulnerabilidade desses domicílios. Lechene *et al.* (2022) reforçam que o comprometimento orçamentário com itens de primeira necessidade é indicativo de privações estruturais que afetam a qualidade de vida e o bem-estar.

No caso brasileiro, a consolidação da monoparentalidade feminina está associada a transformações históricas e sociais, como fluxos migratórios, divórcios, abandono e maternidade precoce (Woortman, 2004; Santana, 2014). Tais trajetórias contribuíram para o perfil atual dessas famílias: menor nível médio de rendimento e maior presença entre os beneficiários de programas sociais (Silva *et al.* 2022). Estudos como os de Galvão (2018) e Santos (2020) revelam que, nesses domicílios, aumentos do nível de renda são prioritariamente direcionados a despesas básicas. Efreim Filho e Mello (2021), e Macêdo-Paixão e Araújo (2022) confirmam que a escassez de recursos compromete o acesso pleno a bens essenciais.

Em Portugal, a expansão das famílias monoparentais femininas ocorreu sobretudo após a promulgação da lei do divórcio, em meados da década de 1970, o que contribuiu para o distanciamento entre maternidade e conjugalidade (Wall, Cunha e Ramos, 2014). Pereirinha e Pereira (2019) observam que, mesmo em uma economia europeia, essas famílias enfrentam riscos ampliados de pobreza, sobretudo na presença de crianças. A conciliação entre trabalho remunerado e cuidado dos filhos ainda depende fortemente de redes informais de apoio (Wall e Lobo, 1999), e limitações de tempo e capacitação profissional reforçam sua condição de vulnerabilidade (Reis, 2019; Neves, 2021; Maia, 2022).

Estudos internacionais também corroboram esse diagnóstico. Em Portugal, Kravchenko *et al.* (2020), Penne *et al.* (2020), Samzelius e Cohen (2020), Sánchez *et al.* (2020), Blavier (2022) e Callebaut (2022) evidenciam que famílias monoparentais femininas apresentam menor capacidade de consumo de bens essenciais, sobretudo alimentação, saúde e educação. Esse padrão indica limitações persistentes mesmo em contextos com maior oferta de políticas públicas.

Dessa forma, os achados empíricos convergem para a existência de uma sobreposição de vulnerabilidades nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, tanto no Brasil quanto em Portugal. Essa tipologia familiar, atravessada por múltiplos marcadores de desigualdade, é caracterizada por menor renda, maior dependência de políticas assistenciais e elevado comprometimento com bens de primeira necessidade. Como sintetizado por Grafova *et al.* (2022), essas evidências confirmam a relevância da abordagem interseccional para a compreensão das

desigualdades enfrentadas por essas famílias — constituindo, assim, o foco analítico do presente estudo.

5.4. Procedimentos metodológicos

Diante do objetivo de realizar uma análise socioeconômica comparativa entre os domicílios portugueses e brasileiros monoparentais referenciados por mulheres a partir dos gastos com alimentação saúde e educação, realizou-se uma análise quantitativa e descritiva por meio de microdados.

Uma vez que se busca analisar Brasil e Portugal, foram utilizadas bases de dados distintas. No caso dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, foram utilizados microdados provenientes do Inquérito aos Orçamentos das famílias (IOF) de 2015/2016, concedidos mediante vias protocolares pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE). Em paralelo, para a análise dos domicílios brasileiros monoparentais referenciados por mulheres, utilizou-se microdados provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017/2018.

A respeito do período, salienta-se que até o momento de realização da pesquisa essas foram as bases de dados mais atualizadas disponibilizadas pelos órgãos estatísticos de cada país. Ainda que sejam bases de dados distintas, há uma proximidade temporal, o que possibilita uma análise comparativa mais concisa.

Tratando-se dos microdados portugueses, o IOF categoriza suas informações em distintos segmentos de dados, cada um vinculado a um conjunto específico de variáveis. Por conseguinte, para a construção da base de dados relativa aos agregados monoparentais referenciados exclusivamente por mulheres, foram utilizados três blocos distintos de variáveis provenientes do Inquérito às Despesas Familiares (IDEF). Ressalta-se que em Portugal, o termo agregados é equivalente ao termo domicílios, dessa forma ao referir-se aos agregados monoparentais referenciados por mulheres, equivale-se referir-se aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres.

Inicialmente, foram utilizadas as variáveis do IDEF dos Agregados Domésticos Privados (IDEF ADP), com o intuito de se obter informações gerais sobre a situação dos agregados. Para uma análise mais detalhada das características socioeconômicas dos moradores, recorreu-se ao IDEF relativo ao indivíduo (IDEF IND). Por último, o IDEF das Despesas foi utilizado para detalhar os gastos em alimentação, saúde e educação.

Da amostra inicial, composta por 11.398 agregados, foram selecionados²⁶ apenas os agregados monoparentais femininos. Após a identificação da pessoa de referência e a manutenção somente das mulheres na base de dados, o número de agregados foi reduzido para 2.718. Contudo, uma nova etapa de refinamento se fez necessária, visto que a seleção ainda incluía outras configurações familiares, como agregados unipessoais. Após esse processo, obteve-se uma base de dados composta por 768 agregados monoparentais femininos.

Por sua vez, para a caracterização dos domicílios brasileiros monoparentais referenciados por mulheres, conforme mencionado, foram utilizados microdados da POF 2017-2018, que avalia o consumo, gastos, receitas e variação patrimonial das famílias brasileiras, delineando o perfil das condições de vida no país. Diante de uma amostra de 57.920 domicílios, foram considerados apenas os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, resultando em uma amostra de cerca de 4.605 unidades.

A POF²⁷ é estruturada em sete questionários distintos, onde cada um deles aborda informações específicas, que foram selecionadas conforme as necessidades do estudo. No caso dessa pesquisa foi utilizada a POF-1, que avalia as condições de vida dos indivíduos em cada domicílio, as quais variam desde o nível de escolaridade até idade e sexo. Salienta-se que o processo de identificação dos domicílios brasileiros monoparentais referenciados por mulheres, que consiste em criar uma variável que identifica se o domicílio é monoparental ou proveniente de outra tipologia, foi realizado a partir de estratégias metodológicas anteriormente realizadas por Fontes (2014) e Fontes *et al.* (2016). Para a observação das despesas, foram utilizadas a POF-3 e POF-4, que avaliam as despesas coletivas do domicílio, bem como as despesas individuais, respectivamente.

Com o objetivo de viabilizar a análise comparativa entre as referidas bases de dados, somente foram mantidas nas bases de dados as variáveis existentes nas duas pesquisas. Assim, foram obtidas informações a respeito da distribuição percentual dos domicílios, faixa etária das mães, escolaridade das mães, percentual de domicílios com filhos dependentes, condição de trabalho das mães, se elas executam alguma atividade remunerada, nível de renda e proporção dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação ao nível de renda domiciliar. Ademais, considerou-se a moeda local de cada

²⁶ Foi utilizado o software estatístico SPSS.

²⁷ Para o manejo da base de dados, foi utilizado o software STATA.

país e as faixas de renda foram categorizadas a partir da quantidade de salários-mínimos dos referidos anos para fins de comparabilidade.

Ressalta-se que se considerou todas as variáveis de forma agregada para cada país e de acordo com suas macrorregiões. Tanto no Brasil como em Portugal, foram utilizados os critérios dos institutos de estatísticas, que definem as macrorregiões de cada localidade. Desse modo, no Brasil, foram analisadas as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, enquanto em Portugal foram consideradas as regiões do Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Ilha da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

No que tange o nível de rendimentos, para os dados do Brasil, foi utilizado o salário-mínimo para o ano de 2017, sendo este de R\$ 937,00 (IBGE, 2017). Assim, as faixas de rendimentos foram categorizadas de acordo com a quantidade de salários-mínimos. As Faixas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 consideraram, respectivamente, rendimentos de até um salário-mínimo, acima de um salário-mínimo até dois salários-mínimos, dois salários-mínimos até quatro salários-mínimos, acima de quatro salários-mínimos até seis salários, acima de seis até oito salários-mínimos, acima de oito até dez salários-mínimos e acima de dez salários-mínimos.

Já para os dados de Portugal, foi utilizado o salário-mínimo para o ano de 2015, sendo este de € 530,00 (INE, 2015). A categorização das faixas de rendimentos consideradas foi similar à do Brasil, vide quantidade de salários-mínimos. Essa abordagem comparativa também foi realizada por Athayde e Freitas (2022), Jacobs (2022) e Maghous (2022), ao analisarem as desigualdades entre distintos países, considerando-se o salário-mínimo.

5.5. Resultados e discussão

A seguir, são apresentados os resultados da análise comparativa entre os domicílios portugueses e brasileiros monoparentais referenciados por mulheres. Os dados são dispostos de forma conjunta e sequencial para suscitar a discussão. A partir das Tabelas 1 e 2, verifica-se que Brasil e Portugal apresentam um percentual similar de domicílios monoparentais referenciados por mulheres correspondente a 9,3% e 9,7%, respectivamente.

Tabela 1 - Distribuição de domicílios monoparentais referenciados por mulheres por situação do domicílio e região - Brasil 2017/2018

Região	Percentual de domicílios
--------	--------------------------

Norte	11,75%
Nordeste	40,98%
Sudeste	25,19%
Centro-Oeste	10,47%
Sul	10,88%
Brasil	9,30%

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

A análise das macrorregiões de Brasil e Portugal revela uma expressiva variação na distribuição dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, indicando que fatores territoriais e socioeconômicos desempenham papel fundamental na configuração desse arranjo familiar. No caso brasileiro, observa-se que a Região Nordeste concentra o maior percentual de domicílios com essa tipologia, seguida pela Região Sudeste, que, apesar de apresentar maior nível de desenvolvimento econômico, também exibe proporção significativa.

A maior incidência de famílias monoparentais femininas no Nordeste pode ser compreendida à luz dos processos históricos de migração e da estruturação desigual do território nacional. Woortman (2004) destaca que o fluxo migratório Nordeste–Sudeste, intensificado a partir da segunda metade do século XX, teve papel central nesse processo. A migração predominantemente masculina em busca de oportunidades de trabalho no Sudeste frequentemente resultou em separações prolongadas ou definitivas, levando as mulheres a assumirem sozinhas a responsabilidade pela manutenção dos lares e pela criação dos filhos. Esse fenômeno, associado à fragilidade das redes de proteção social e à desigualdade estrutural de gênero, contribui para a prevalência da monoparentalidade feminina na região, como também evidenciado por Aparício *et al.* (2023).

Em Portugal, observa-se padrão distinto, ainda que igualmente marcado por fatores estruturais. A Área Metropolitana de Lisboa apresenta o maior percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres, seguida pela região Norte. De acordo com Dias (2024), essa concentração nos grandes centros urbanos se explica, em grande medida, pela maior oferta de empregos, de equipamentos públicos e de infraestrutura, que tende a atrair mulheres em busca de autonomia financeira ou que enfrentam rupturas conjugais. A urbanização, nesse sentido, opera como um fator que favorece a reconfiguração dos arranjos familiares, ao mesmo tempo em que impõe novos desafios em termos de custo de vida e acesso a serviços.

Tabela 2 - Distribuição de domicílios monoparentais referenciados por mulheres por situação do domicílio e região - Portugal 2015/2016

Região	(%) Distribuição Domicílios
Norte	18,20%
Centro	10,70%
Área Metropolitana de Lisboa	23,40%
Alentejo	8,70%
Algarve	10,90%
Região Autónoma dos Açores	13,40%
Região Autónoma da Madeira	14,60%
Portugal	9,70%

Fonte: Elaboração própria - IOF2015/2016 - INE

A seguir, as Tabelas 3 e 4 apresentam o nível de renda dos domicílios portugueses e brasileiros monoparentais referenciados por mulheres, considerando-se faixas de rendimentos. É possível constatar que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em ambos os países se concentram majoritariamente nas três primeiras faixas de rendimentos, que são as menores. Mediante esse resultado, Martin-West, (2019) e Francis *et al.* (2020) ressaltam que as múltiplas atividades realizadas pelas mães, que incluem oferta de trabalho remunerado, trabalho doméstico e cuidados com as pessoas, explicam a tendência de que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres se concentrem nos menores intervalos de rendimentos.

Tabela 3 - Faixas de rendimentos dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Brasil 2017/2018 (em valores percentuais)

Região	Faixas de renda						
	1	2	3	4	5	6	7
Norte	31%	33%	22%	6%	4%	4%	1%
Nordeste	32%	32%	23%	5%	3%	4%	1%
Sudeste	29%	19%	27%	11%	6%	7%	1%
Centro-Oeste	27%	19%	23%	11%	5%	14%	0%
Sul	25%	18%	24%	14%	10%	9%	0%
Brasil	30%	26%	24%	8%	5%	6%	1%

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Tabela 4 - Faixas de rendimentos dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2015-2016 (em valores percentuais)

Região	Renda total/faixas							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Norte	4,70%	5,20%	2,50%	2,10%	1,80	1,20%	0,40%	18,20%

						%			
Centro	2,60%	3,80%	2,00%	0,50%	1,00%	0,50%	0,20%	10,70%	
Área Metropolitana de Lisboa	4,40%	4,70%	4,20%	2,90%	2,90%	2,20%	2,00%	23,40%	
Alentejo	2,30%	2,70%	2,00%	0,90%	0,40%	0,30%	0,10%	8,70%	
Algarve	2,30%	2,90%	2,10%	1,60%	0,90%	0,70%	0,50%	10,90%	
Região Autónoma dos Açores	4,00%	3,80%	2,70%	0,90%	0,90%	0,40%	0,70%	13,40%	
Região Autónoma da Madeira	2,30%	5,10%	3,00%	1,20%	1,40%	0,90%	0,60%	14,60%	
Portugal	22,80%	28,10%	18,40%	10,00%	9,40%	6,10%	5,20%	100,00%	

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

No caso português, as regiões Norte, Área Metropolitana de Lisboa e Região Autónoma dos Açores apresentam os percentuais mais expressivos de domicílios inseridos na primeira faixa de rendimentos. De acordo com Caleiro (2024), esse resultado reflete as desigualdades regionais existentes no território português. À luz dessas evidências, Diogo (2019) destaca que a Região Autónoma dos Açores apresenta elevada dependência de setores econômicos de baixa produtividade, como a agricultura, a pesca e o turismo. Essa estrutura produtiva, associada ao elevado custo de vida típico de regiões insulares, impõe importantes limitações ao nível de rendimentos das famílias, especialmente aquelas em condição de monoparentalidade feminina.

Na Região Norte, conforme apontado por Passos (2021), sobressaem-se as desigualdades entre áreas urbanas e rurais, com predominância de empregos informais e de baixa remuneração nas zonas menos urbanizadas. Tal contexto fragiliza a segurança econômica dos domicílios monoparentais e contribui para sua maior exposição à vulnerabilidade social.

Já na Área Metropolitana de Lisboa, Tavares e Carmo (2023) ressaltam que o elevado custo de vida, somado às profundas desigualdades econômicas intraurbanas, exerce forte pressão sobre os orçamentos das famílias monoparentais femininas. Ainda que a região concentre maior oferta de empregos e serviços, a elevação dos preços, especialmente em moradia e transportes, tende a comprometer a capacidade de

cobertura das despesas essenciais, acentuando as condições de fragilidade socioeconômica.

Similarmente a Portugal, no Brasil é perceptível um elevado distanciamento socioeconômico entre as regiões ao se analisar as faixas de rendimentos. É possível inferir que as regiões Norte e Nordeste concentram os domicílios monoparentais referenciados por mulheres nas menores faixas de renda. Grin *et al.* (2021) destacam que o Brasil é marcado historicamente por “ilhas de desenvolvimento”, o que retrata a elevada desigualdade socioeconômica entre suas regiões, sendo a precariedade mais evidente no eixo Norte-Nordeste (Cardoso, 2023).

A seguir, por meio das Tabelas 5 e 6, é apresentada a proporção dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação ao nível médio de rendimentos nos domicílios brasileiros e portugueses, que é o principal objetivo do estudo. Essa é uma medida importante, pois sinaliza aspectos de vulnerabilidade socioeconômica (Galvão, 2020). No geral, os gastos com alimentação foram os mais expressivos em relação ao nível médio de rendimentos, sendo sucedidos pelos gastos com saúde e gastos com educação, o que também pode ser constatado em todas as macrorregiões dos dois países.

Jovanovski e Cook (2020) destacam que, por estarem majoritariamente inseridos nas faixas mais baixas de renda, os domicílios monoparentais referenciados por mulheres enfrentam severas limitações orçamentárias, o que os obriga a priorizar gastos com bens de consumo imediatos e essenciais, como a alimentação — item fundamental à subsistência. Essa priorização, embora necessária, acaba por restringir a alocação de recursos em outras esferas igualmente importantes para o bem-estar e a mobilidade social, como saúde e educação.

Tabela 5 - Proporção dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação ao nível médio de rendimentos – Brasil 2017-2018.

Região	Alimentação	Saúde	Educação	Total
Norte	9%	3%	0%	13%
Nordeste	8%	5%	1%	14%
Sudeste	10%	9%	1%	20%
Centro-Oeste	10%	8%	1%	19%

Sul	12%	7%	1%	20%
Brasil	10%	6%	1%	17%

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Paralelamente, observa-se que uma parcela significativa da renda também é direcionada para despesas com saúde. Cunha (2019) argumenta que, ainda que os sistemas públicos de saúde estejam disponíveis, muitas famílias se veem obrigadas a recorrer a gastos privados, seja pela indisponibilidade de serviços, pela baixa qualidade percebida ou pela urgência de determinadas demandas. Nesse cenário, Ridley *et al.* (2020) enfatizam que as restrições orçamentárias podem levar ao adiamento ou à não realização de cuidados essenciais, comprometendo as condições de saúde física e mental dos membros do domicílio e, conseqüentemente, agravando sua vulnerabilidade social.

No que se refere aos gastos com educação, observa-se que a proporção reduzida dos rendimentos destinada a essa categoria pode comprometer significativamente o nível de formação educacional dos membros dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Essa limitação reflete não apenas uma escassez de recursos financeiros, mas também uma lógica de sobrevivência orçamentária, na qual prioridades imediatas, como alimentação e saúde, ocupam o centro das decisões de consumo.

Tal cenário implica que tanto as mães quanto seus filhos frequentemente apresentam níveis mais baixos de escolaridade e qualificação profissional, o que tende a dificultar sua inserção em ocupações mais bem remuneradas e com maior estabilidade. Como enfatizam Gautham *et al.* (2022), essa restrição educacional contribui para a reprodução do ciclo intergeracional da pobreza, na medida em que reduz o acesso a oportunidades de ascensão social e perpetua condições de vulnerabilidade estrutural.

Tabela 6 - Proporção dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação ao nível médio de rendimentos – Portugal 2015-2016.

Região	Alimentação	Saúde	Ensino	Total
Norte	16%	6%	2%	24%
Centro	15%	6%	2%	23%

Área Metropolitana de Lisboa	12%	5%	4%	21%
Alentejo	20%	6%	2%	28%
Algarve	15%	5%	3%	23%
Região Autónoma dos Açores	12%	6%	1%	19%
Região autónoma da Madeira	14%	7%	2%	23%
Portugal	15%	6%	2%	23%

Fonte: Elaboração própria - IOF2015/2016 - INE

Quando se observam as diferenças regionais, é possível identificar dinâmicas específicas que acentuam ou moderam essas vulnerabilidades. No Brasil, a Região Sudeste apresenta o maior percentual de comprometimento da renda com bens essenciais. Embora seja a região com maior nível de desenvolvimento econômico, esse resultado revela um paradoxo: o custo elevado de vida, particularmente nos grandes centros urbanos, impõe severas restrições às famílias de baixa renda. Azzoni e Almeida (2021) apontam que essa pressão se manifesta nos preços de habitação, alimentação e transporte, entre outros bens e serviços básicos. Nesse contexto, Alcântara *et al.* (2024) destacam que a elevada densidade populacional, somada à competitividade no mercado de trabalho, dificulta a inserção laboral estável e acentua as desigualdades, sobretudo entre os grupos mais vulneráveis, como as mulheres chefes de família com baixa escolarização.

Já em Portugal, destacam-se as regiões do Alentejo e do Algarve, onde os domicílios monoparentais referenciados por mulheres também apresentam elevado comprometimento orçamentário com bens essenciais. Essa condição está fortemente associada à baixa diversificação da estrutura econômica regional, com predominância de setores sazonais e pouco qualificados, como o turismo e a agricultura, que oferecem rendimentos instáveis e inferiores à média nacional (Candeias, 2022).

Além disso, a limitada presença do Estado em termos de serviços públicos nas zonas menos urbanizadas impõe custos adicionais às famílias, que frequentemente

precisam recorrer a soluções privadas, mesmo em contextos de renda escassa. Tavares e Carmo (2023) observam que essa combinação de baixos níveis salariais, instabilidade laboral e escassez de infraestrutura pública reforça a fragilidade socioeconômica das famílias monoparentais nessas regiões.

Destarte, a Lei de Engel estabelece que quanto menor o nível de renda, maior a parcela orçamentária destinada a gastos essenciais (Passos *et al.*, 2024). Desse modo, para que seja investigada de forma pormenorizada a vulnerabilidade socioeconômica das famílias monoparentais femininas, as Tabelas 7 e 8 apresentam a proporção dos gastos essenciais em relação ao nível de rendimentos dos domicílios portugueses e brasileiros monoparentais referenciados por mulheres que possuem rendimentos de até um salário-mínimo.

Tabela 7 - Proporção dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação aos domicílios com rendimentos de até um salário-mínimo – Portugal 2015-2016.

Região	Alimentação	Saúde	Educação	Total
Brasil	36%	11%	2%	49%
Norte	38%	5%	2%	45%
Nordeste	41%	13%	2%	56%
Sudeste	36%	12%	1%	49%
Centro-Oeste	36%	8%	1%	46%
Sul	33%	14%	1%	49%

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Tabela 8 - Proporção dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação aos domicílios com rendimentos de até um salário-mínimo – Portugal 2015-2016.

NUTS II 2013	Alimentação	Saúde	Ensino	Total
Norte	35%	10%	1%	46%
Centro	32%	12%	1%	45%
Área Metropolitana de Lisboa	35%	9%	2%	46%
Alentejo	42%	9%	4%	55%
Algarve	59%	14%	2%	75%
Região Autónoma dos Açores	29%	13%	2%	43%
Região autónoma da Madeira	29%	25%	2%	57%
Portugal	35%	11%	2%	48%

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Dessa forma, constatou-se que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres mais vulneráveis apresentam elevado comprometimento orçamentário com despesas essenciais — alimentação, saúde e educação —, resultado que converge com os achados de Camayd e Guli (2022) e Klein (2023). Essa realidade reflete a sobreposição de restrições econômicas e sociais que caracterizam esse arranjo familiar, especialmente quando associado a contextos de baixo nível de renda e acesso limitado a políticas públicas efetivas.

Ao se comparar o percentual de gastos com bens essenciais entre as macrorregiões dos domicílios portugueses e brasileiros, observa-se que Portugal apresenta maior variação regional. Essa disparidade é interpretada como reflexo de processos históricos e econômicos desiguais no território português (Caleiro, 2024). No contexto lusitano, destacam-se as regiões do Algarve e do Alentejo como aquelas com os maiores percentuais de comprometimento orçamentário, indicando vulnerabilidades mais intensas nessas áreas. Essa maior fragilidade decorre da combinação de fatores como a baixa diversificação econômica, a dependência de setores sazonais (como o turismo e a agricultura), os baixos rendimentos médios e a limitada oferta de serviços públicos.

No caso brasileiro, o cenário apresenta nuances distintas. A Região Nordeste se sobressai como a que mais compromete sua renda com bens essenciais, diferentemente da Região Sudeste, que liderava quanto ao valor absoluto da renda. Conforme Souza (2021), o Nordeste concentra a maior proporção de trabalhadores com baixo nível de remuneração e elevados índices de informalidade, o que resulta em instabilidade na geração de renda. Ainda que o custo de vida nessa região seja, em média, inferior ao do Sudeste, os rendimentos também são substancialmente menores, o que estreita a margem orçamentária e intensifica a vulnerabilidade econômica da população.

Ao se desagregar os dados por tipo de gasto, verifica-se que a alimentação representa, de forma consistente, o maior percentual de despesa entre as famílias monoparentais femininas mais vulneráveis, sobretudo no Brasil, em consonância com os achados de Bertonecelo (2022).

Comparativamente, os dados revelam que Portugal apresenta maior variação entre as macrorregiões nesse tipo de despesa. Segundo Alves *et al.* (2022), o maior comprometimento com alimentação no Brasil pode ser atribuído à acentuada desigualdade de renda, ao elevado custo dos alimentos e à limitação das políticas públicas de segurança alimentar. Tais fatores forçam as famílias a dependerem

majoritariamente de seus próprios recursos para suprir necessidades básicas (Narazani *et al.*, 2022). Em contrapartida, Portugal conta com uma rede de proteção social mais consolidada, o que mitiga parcialmente as carências associadas à alimentação.

Na sequência, os dados mostram que a saúde representa a segunda maior categoria de comprometimento orçamentário. Embora ambos os países possuam sistemas públicos de saúde, os domicílios ainda enfrentam custos significativos com medicamentos, exames e atendimentos privados complementares (Costa *et al.*, 2022; Pitombeira e Oliveira, 2020; Sousa *et al.*, 2020).

No Brasil, destaca-se a Região Sul com os maiores percentuais de gastos com saúde entre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres. De acordo com Santos *et al.* (2021), esse fenômeno se explica pela presença de uma rede de serviços médicos mais desenvolvida inclusive privados que, embora favoreça o acesso, implica em maiores custos para as famílias que necessitam recorrer a tais serviços, muitas vezes por ausência de alternativas públicas eficientes.

Por sua vez, em Portugal, a Região Autónoma da Madeira é a que apresenta o maior comprometimento com saúde entre os domicílios monoparentais femininos. Macedo *et al.* (2023) apontam que a condição insular impõe barreiras logísticas ao acesso a cuidados especializados, exigindo deslocamentos ao continente e gerando custos adicionais. Além disso, a elevada proporção de idosos na região contribui para a intensificação da demanda por cuidados médicos, o que pressiona ainda mais o orçamento das famílias com rendimentos mais baixos.

Quanto aos gastos com educação, embora estes sejam fundamentais para o desenvolvimento humano e a interrupção do ciclo intergeracional da pobreza, eles representam a menor parcela do orçamento destinado a bens essenciais, tanto no Brasil quanto em Portugal. A análise regional aponta variações pouco expressivas entre as macrorregiões de ambos os países. No entanto, quando os gastos são analisados em relação ao nível médio de renda, observa-se que Portugal apresenta percentual proporcionalmente superior ao Brasil. Tal resultado sugere que, nos domicílios com menor renda, a educação tende a ser preterida em função de necessidades mais imediatas, como alimentação e saúde (Bertoncelo, 2022; Santos *et al.*, 2023).

Em síntese, os resultados apontam que o Brasil apresenta, de forma geral, maior comprometimento orçamentário com despesas essenciais do que Portugal. Essa diferença reflete profundas disparidades estruturais, que envolvem desigualdade de renda, pobreza, exclusão social e fragilidade das políticas públicas, elementos que

dificultam a mobilidade social entre os grupos mais vulneráveis (Soares e Pereira, 2022; Martins e Assis, 2022).

Uma vez mencionada a necessidade da implementação de intervenções públicas direcionadas aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, a partir das Tabelas 9 e 10 é apresentado o percentual dos domicílios portugueses e brasileiros monoparentais referenciados por mulheres que recebem algum subsídio social. Salienta-se que em relação aos domicílios monoparentais brasileiros foi considerado o Programa Bolsa Família²⁸. Por sua vez, no caso dos domicílios monoparentais portugueses referenciados por mulheres, foram considerados todos os benefícios sociais vigentes.

Em suma, observa-se que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres no Brasil concentram uma proporção significativa de beneficiárias do Programa Bolsa Família, evidenciando a relevância dessa política de transferência de renda para a mitigação das vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas por essas famílias. Esse achado está em consonância com Warner e Erdélyi (2022), que destacam que as famílias chefiadas por mulheres tendem, proporcionalmente, a ser mais contempladas por programas sociais, dada sua inserção recorrente nos estratos de menor renda e maior fragilidade econômica.

Tabela 9 - Percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres beneficiados pelo Programa Bolsa Família – Brasil 2017-2018.

Grupos	Beneficiários
Nº Observações	1255
Percentual de domicílios	31%

Fonte: Elaboração própria - POF2017/2018 - IBGE

Contudo, apesar de o programa priorizar a autonomia feminina ao direcionar o benefício às mães, essa estratégia também impõe desafios. Como observa Silva (2023), as condicionalidades associadas ao recebimento do benefício — como a exigência de acompanhamento escolar e de saúde dos filhos — podem representar uma sobrecarga adicional para mulheres que já acumulam múltiplas responsabilidades no cotidiano doméstico e profissional.

Soma-se a isso o fato de que há famílias em situação de monoparentalidade e vulnerabilidade que, por diversos motivos, não são alcançadas pelo programa, como

²⁸ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda destinado a famílias em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de reduzir a pobreza e desigualdade social. Os benefícios são condicionados ao cumprimento de requisitos como a frequência escolar e o acompanhamento das condições de saúde (Villar e Moreira, 2022).

alertam Rissato (2022) e Southier e Triches (2020). Mesmo entre as beneficiárias, o valor repassado muitas vezes é insuficiente para cobrir os gastos com bens essenciais, especialmente considerando o elevado comprometimento orçamentário com alimentação, saúde e educação evidenciado neste estudo.

Em Portugal, por outro lado, observa-se um padrão distinto de dependência da assistência social. Destaca-se a presença de mães que recebem subsídios de aposentadoria, muitas das quais convivem com filhos jovens ou adultos que permanecem nos domicílios maternos, em parte devido à dificuldade de inserção plena no mercado de trabalho. Essa configuração reflete tanto o processo de envelhecimento populacional quanto a persistência de arranjos familiares nos quais a figura materna continua a desempenhar o papel central de provimento e gestão doméstica (Matos, 2020; Mota, 2021).

Tabela 10 - Percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres beneficiados por subsídios sociais – Portugal 2015-2016.

Pensão Sobrevivência/Viuvez²⁹	Sim	26%
	Não	74%
Pensão Velhice³⁰	Sim	19%
	Não	81%
Benefício Educação³¹	Sim	1%
	Não	99 %
Benefício Doença³²	Sim	1,8%
	Não	98%
Benefício Desemprego³³	Sim	5,7%
	Não	94%
Rendimentos Sociais de Inserção³⁴	Sim	4%
	Não	96%
Benefício Família³⁵	Sim	98%

²⁹ Prestação social destinada a assegurar um rendimento aos cônjuges ou dependentes após o falecimento do titular da pensão, com o intuito de garantir subsistência financeira às famílias (Portugal, 2025).

³⁰ Benefício concedido aos cidadãos após atingirem a idade estabelecida, como forma de prover uma fonte de rendimento na aposentadoria, com base nas contribuições ao sistema de seguridade social (Portugal, 2025).

³¹ Subsídio destinado a apoiar financeiramente as famílias com filhos em idade escolar, com o objetivo de promover o acesso e a permanência na escola (Portugal, 2025).

³² Prestação destinada a apoiar financeiramente as famílias com filhos menores ou dependentes, de forma a garantir um mínimo de bem-estar e condições de desenvolvimento para as crianças (Portugal, 2025).

³³ Subsídio pago a indivíduos que se encontram em situação de desemprego involuntário, visando assegurar uma compensação financeira enquanto buscam reinserção no mercado de trabalho (Portugal, 2025).

³⁴ Apoio financeiro destinado a indivíduos e famílias em situação de extrema pobreza, com o objetivo de promover a inclusão social e incentivar a integração no mercado de trabalho (Portugal, 2025).

³⁵ Subsídio concedido a famílias com filhos ou dependentes, com o intuito de aliviar os encargos financeiros relacionados à criação e educação dos mesmos (Portugal, 2025).

	Não	2%
	Sim	32%
Transferência de Abono Família ³⁶	Não	68%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

Nota: Sim: beneficiados pelo referido subsídio social; Não: não beneficiados pelo referido subsídio social.

Ao se comparar os dois países, constata-se a existência de lacunas significativas nas políticas públicas voltadas especificamente às famílias monoparentais femininas. Apesar da existência de programas sociais relevantes, tanto no Brasil quanto em Portugal, a ausência de abordagens verdadeiramente focalizadas — que considerem as especificidades desse arranjo familiar — contribui para a reprodução das desigualdades e limitações no acesso à cidadania plena. Como apontam Souza (2020), Lima (2021) e Cardoso *et al.* (2023), a falta de integração entre as políticas sociais e a carência de mecanismos de proteção estrutural aprofundam a vulnerabilidade socioeconômica dessas famílias, exigindo intervenções mais abrangentes e sensíveis às suas realidades.

5.6. Considerações finais

Diante do objetivo de realizar uma análise socioeconômica comparativa entre os domicílios portugueses e brasileiros monoparentais referenciados por mulheres, por meio de uma análise quantitativa e descritiva e considerando-se os gastos com alimentação, saúde e educação, foram evidenciadas importantes diferenças e similaridades concernentes à vulnerabilidade dessas famílias.

Com relação ao nível de renda, observa-se que, embora em ambos os países os domicílios monoparentais referenciados por mulheres estejam predominantemente concentrados nas faixas inferiores de rendimento, no Brasil essa concentração é ainda mais acentuada, revelando uma tendência mais profunda de vulnerabilidade socioeconômica entre essas famílias.

Essa fragilidade é ampliada por outro marcador estrutural: o nível de escolaridade. Em Portugal e no Brasil, verifica-se o predomínio de mães com nenhum grau de instrução formal ou com apenas os anos iniciais do ensino fundamental concluídos, o que compromete a inserção dessas mulheres em ocupações mais qualificadas e, por conseguinte, a geração de renda estável.

³⁶ Prestação destinada a apoiar financeiramente as famílias com filhos menores ou dependentes, de forma a garantir um mínimo de bem-estar e condições de desenvolvimento para as crianças (Portugal, 2025).

No que se refere ao perfil etário das mães solo, constata-se uma maior concentração na faixa entre 35 e 50 anos em ambos os países. Entretanto, Portugal apresenta uma proporção significativa de mulheres acima dos 65 anos sendo referências em seus domicílios, muitas das quais possivelmente amparadas por algum tipo de aposentadoria, o que está em consonância com o perfil demográfico de envelhecimento da população portuguesa.

Em contraste, no Brasil há uma presença mais expressiva de mães jovens, com menos de 30 anos, revelando uma maior incidência de maternidade precoce condição que, quando combinada a baixos níveis de renda e escolaridade, tende a restringir fortemente o acesso ao mercado de trabalho formal, intensificando os níveis de exclusão e dependência econômica.

Essas vulnerabilidades se refletem diretamente no comprometimento do orçamento com gastos essenciais alimentação, saúde e educação, indicadores centrais do presente estudo. Entre os domicílios com rendimento abaixo de um salário-mínimo, observou-se que os gastos com alimentação representam a maior parcela do orçamento familiar em ambos os países, sendo essa proporção ainda mais elevada no Brasil. Esse resultado pode ser atribuído à maior desigualdade de renda, ao elevado custo dos alimentos e à limitação das políticas públicas voltadas à segurança alimentar, o que obriga essas famílias a recorrerem prioritariamente aos seus próprios recursos para suprir suas necessidades básicas.

Quanto ao suporte proporcionado por políticas públicas, destaca-se que Portugal possui uma estrutura mais diversificada de subsídios sociais e abonos familiares, que, ainda que não totalmente abrangentes, oferecem um apoio mais articulado aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Já no Brasil, o Programa Bolsa Família assume papel central como mecanismo de mitigação da pobreza. No entanto, conforme apontado neste estudo, o valor transferido, aliado às condicionalidades e à cobertura limitada, mostra-se frequentemente insuficiente para responder às múltiplas dimensões da vulnerabilidade enfrentada por essas famílias, especialmente nas camadas socialmente mais desfavorecidas.

Diante dessas constatações, torna-se evidente a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas focalizadas e eficazes, tanto no Brasil quanto em Portugal, que levem em consideração as especificidades socioeconômicas, territoriais e demográficas dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. O objetivo central deve ser a promoção de condições que favoreçam a autonomia econômica, a

mobilidade social e a superação das desigualdades estruturais que impactam esse grupo familiar.

No caso brasileiro, recomenda-se o fortalecimento do Programa Bolsa Família com reajustes compatíveis ao custo de vida e ampliação da cobertura, bem como a implementação de iniciativas complementares, como programas de capacitação profissional e inclusão digital, centros de apoio multissetoriais com atendimento psicológico e jurídico, linhas de microcrédito voltadas ao empreendedorismo feminino, políticas habitacionais específicas e expansão de ações voltadas à saúde preventiva.

Para o contexto português, sugere-se o aprimoramento do Rendimento Social de Inserção, com adaptações para melhor atender às mães solo, o desenvolvimento de programas de qualificação profissional e reinserção no mercado de trabalho, a ampliação do acesso a serviços especializados de saúde, o incentivo ao empreendedorismo feminino e à educação superior, bem como a expansão da rede pública de cuidados infantis, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade.

Tais medidas seriam fundamentais não apenas para mitigar as desigualdades econômicas e territoriais observadas, mas também para fomentar a autossuficiência, a equidade e a qualidade de vida das famílias monoparentais femininas em ambos os países. Por fim, reforça-se a importância da realização de estudos adicionais que explorem com maior profundidade as especificidades dessas famílias em diferentes contextos territoriais, uma vez que determinadas regiões ou perfis demográficos podem apresentar riscos sociais mais acentuados do que outros, exigindo respostas políticas ainda mais direcionadas e sensíveis às suas realidades.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, A. N. S.; Daier, V. B.; SILVA, M. A. X. Poder de compra do Salário-Mínimo em Relação à Cesta Básica Alimentar na Cidade do Rio de Janeiro nos anos de 2010-2019. **Anpec**, v.5 n.2, p. 1-13, 2024.

ALVES M., D.; TROIAN, A.; VASCONCELOS O. S. Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Espacio Abierto**, v. 31 p.3, 23-41, 2022.

APARÍCIO, C. A. P.; ANDRADE, Í. L.; OLIVEIRA, R. F. V.; FERREIRA, F. C. Arranjos domiciliares no censo demográfico: elementos para o debate da geografia das famílias. **Residencial na metrópole**, v.12, n.2, p. 114- 133, 2023.

ATHAYDE, A. L. M.; Freitas Rocha, G. A. Finanças pessoais: uma comparação transcultural entre o Brasil e os Estados Unidos. **Revista Reuna**, v.27, n.3, p. 01-24, 2022.

AZZONI, C. R.; ALMEIDA, A. N. Mudanças nas estruturas de consumo e custo de vida comparativo nas Regiões Metropolitanas: 1996-2020. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 51, n.3, p.529-563, 2021.

BLAVIER, P. The yellow vests roundabout revolt, seen through the lens of household budgets. **Socio-Economic Review**, v.20 n.3, p. 1449-1471, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. População brasileira envelhece em ritmo acelerado. 2019.

BULLOCK, H. E.; REPPOND, H. A.; TRUONG, S. V.; SINGH, M. R. An intersectional analysis of the feminization of homelessness and mothers' housing precarity. **Journal of Social Issues**, v.76, n. 4, p. 835-858, 2020.

CALEIRO, A. B. Evolução da desigualdade territorial do poder de compra em Portugal. In: *The Sustainable Development Goals: Problems and Challenges for a multidisciplinary agenda*, 23(4), 177-182, 2024.

CALLEBAUT, M. I. V. **The dynamics of poverty in Portugal: a multinomial logistic regression analysis**. Tese de Doutorado, (Doutorado em Economia). Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2022.

CAMAYD, Y. R.; GULI, E. N. Pobreza em famílias monoparentais chefiadas por mulheres. **Sociedad & Tecnología**, v. 5 n. 1, 138-152, 2022.

CARDOSO, L. G. L.; ABREU, T. G. Dal Bosco, M. G. Reflexos da ausência de regulamentação jurídica das famílias monoparentais na renda e segurança alimentar. **Revista Foco**, v.16 n. 7, p. 72-87, 2023.

CAVENAGHI, S. A.; Alves, J. E. D. (2006). Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. **DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.

- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Intersectionality**. Filadélfia, John Wiley & Sons, 2020.
- COSTA, A. C. A. C.; FRANCISCO, A. L. Gravidez em idade tardia, avançada e muito avançada. **Revista Contemporânea**, v.4 n.1, p. 4670-4681, 2024.
- CUNHA, C. L. F.; MOREIRA, J. P. D. L.; OLIVEIRA, B. L. C. A. D.; BAHIA, L.; LUIZ, R. R. Planos privados de saúde e a saúde dos trabalhadores do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24(1),1959-1970, 2019.
- DIAS, D. M. D. S. **Estrutura familiar e cuidados com a saúde da criança**. Dissertação de (Mestrado, Mestrado em Economia), Gestão e Saúde. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.
- DIOGO, F. Algumas peculiaridades da pobreza nos Açores. **Sociologia Online**, v.19, n. 1, p. 81-101, 2019.
- EFREM FILHO, R.; MELLO, B. M. A renúncia da mãe: sobre gênero, violência e práticas de Estado. **Horizontes Antropológicos**, v.27 n. 1, p. 323-349, 2021.
- FARIA BARBOSA, C.; PIRES, E. O.; DI GREGÓRIO, M. D. F. A. Mães Solo. **Odeere**, v.8 n. 2, p. 19-40, 2023.
- FINAMORI, S.; BATISTA, M. A. M. Categorias empíricas e analíticas: mães-solo e monoparentalidade feminina. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v.14 n.2, 1-19, 2022.
- FONTES, M. B. **Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil**. Tese de Doutorado, (Doutorado em Demografia), UFMG, Belo Horizonte.
- FONTES, M. B.; WAJNMAN, S.; GUEDES, G. R. Arranjos mono (bi) parentais e sua estrutura orçamentária. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. v. 27, n.1, p. 1-25, 2016.
- FRANÇA, T.; GODINHO, F.; PADILLA, B.; VICENTE, M., AMÂNCIO, L.; FERNANDES, A. Articulações entre vida pessoal, familiar e profissional no contexto das instituições de ensino superior e científicas. **Fórum Sociológico**, v. 39 n.1, p. 43-52, 2021.
- FRANCO, J. G.; SOUZA, S. D. C. I.; GOMES, M. R. Determinantes de participação materna no mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Estudos Sociais**, v.24 n. 49, p. 4-19, 2022.
- GALVÃO, M. C.; ALMEIDA, A. N. O padrão de consumo e comportamento familiar por gênero no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v.50 n. 1, 1-22, 2018.
- GANDRA, J. M. D. F. V. **Mudanças nos padrões de formação das famílias domiciliares brasileiras**. Tese de Doutorado, (Doutorado em Demografia), UFMG, Belo Horizonte, 2023.

GAUTHAM, L.; FOLBRE, N. Parental Expenditures of Time and Money on Children in the US. IARIW Meetings, **Luxemburgo**, v. 19, n. 2, p. 58-77, 2022.

GRAHAM, H. Being poor: perceptions and coping strategies of lone mothers. In Give and Take in Families. **Routledge**, v. 15, n.2, p. 56-74.

GRAFOVA, I. B.; MONHEIT, A. C.; KUMAR, R. Income Shocks and Out-of-Pocket Health Care Spending. **Journal of Family and Economic Issues**, v.14, n.1, p. 1-12, 2022.

GRIN, E., BURGOS, F.; FERNANDES, G. A. A. L.; BRESCIANI, L. O mapa regional das múltiplas desigualdades e do desenvolvimento humano no Brasil. **Direitos humanos e desigualdade no Brasil**, v.23, n.1, p. 99-122, 2021.

JOVANOVSKI, N.; COOK, K. How Australian welfare reforms shape low-income single mothers' food provisioning. **Critical Public Health**, v.30 n. 3, p. 340-351, 2020.

KRAVCHENKO, O.; VOITOVSKA, A.; KOLIADA, N. Social and Economic Principles of Single Mothers' Support in Ukraine. In: AHFE 2019 **Proceedings**, **Springer**, v.19 n. 3, p. 25-37, 2020.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. (2006). Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? DADOS – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.49 n. 1, 67-97, 2006.

LEÃO, F. E.; PORTA, D. D.; PAULI, C. G.; ANTONIAZZI, M. P., & SIQUEIRA, A. C. Reflexões teóricas sobre maternidade e adoção no contexto da monoparentalidade feminina. **Pensando famílias**, v.21 n. 2, p. 45-59, 2017.

LECHENE, V.; PENDAKUR, K.; WOLF, A. (2022). Ordinary least squares estimation of the intrahousehold distribution of expenditure. **Journal of Political Economy**, v.130 n.3, p. 681-731.

LIMA, V. D. S. **Família monoparental, transferência de renda e a necropolítica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), UFRJ, Rio de Janeiro, 2021.

MACÊDO-PAIXÃO, K.; ARAÚJO, F. R. A Dimensão Feminina da Pobreza. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito**, v. 32 n. 1, 72-86, 2022.

MAIA, B. R. **Integração socioprofissional da população refugiada em Portugal**. Dissertação de Mestrado, Uniminho, Minho, Portugal, 2022.

MARINHO, S. Famílias monoparentais: linhas de continuidade e de mudança. In: Famílias nos censos 2011, Lisboa: **INE**. Lisboa, Portugal, 2014.

MINAMIGUCHI, M. M.; WAJNMAN, S.; RIOS-NETO, E. Dinâmica da monoparentalidade feminina no Brasil. **Anais ABEP**, v. 11, n. 2, n.1, p. 22-46, 2019.

MORAES, R. M. D.; SANTOS, M. A. B. D.; WERNECK, H. F.; PAULA, M. N. D.; ALMEIDA, R. T. D. Gastos das famílias com planos de saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38 n. 1, p. 44-61, 2022.

MOTA, G. M. P. **Arranjos familiares, apoio social e fragilidade em idosos da comunidade**. Dissertação de Mestrado, (Mestrado em Serviço Social) UFSCar, São Carlos, São Paulo, 2021.

MUDULI, A.; PANDYA, G. Psychological Empowerment and Workforce Agility. **Psychological Studies**, v.63 n. 3, p. 276-285, 2018.

NARAZANI, E.; Riscado, S.; WEMANS, L. O papel das prestações familiares na redução da pobreza infantil em Portugal. **Revista de Estudos Económicos**, v.8 n. 4, 2022, p. 63-88.

NEVES, J. G. **Tornar-se mãe em Portugal**. Dissertação de Mestrado, (Mestrado em Psicologia das Relações Interculturais). ISCTE, Lisboa, 2021.

PASSOS, J. M. D. M. Desenvolvimento de índices de caracterização do território para o estudo da pobreza rural. **APDR**, v.44 n. 2, p. 39-64, 2021.

PASSOS, L.; BARBOSA, A. L. N. D. H.; MACHADO, D. C.; SANTOS, L. A. D. O consumo das famílias brasileiras: um olhar de gênero e raça. **Economia e Sociedade**, v. 33 n. 2, p. 34-57, 2024.

PENNE, T.; HUFKENS, T.; GOEDEMÉ, T.; STORMS, B. To what extent do welfare states compensate for the cost of children? **Journal of European Social Policy**, v. 30 n. 1, p. 79-94, 2020.

PEREIRINHA, J. A.; PEREIRA, E. Déficit Social e Pobreza Relativa. **ISEG – Working Paper**, v. 65 n. 1, p. 1-78, 2019.

RICKLI, J. L.; KLANOVICZ, L. R. F. Maternidade, Assistência e Violência. **Anais Academia.edu**, v.21 n. 3, p. 8-25, 2021.

RISSATO, D. **O Programa Bolsa Família e a Questão Social**. Editora Appris, Curitiba, Paraná, 2022.

SANCHEZ, C. S. G. ; FERNANDEZ, A. S. ; PEIRO, M. N. (2020). Feminisation of energy poverty in Madrid. **Energy and Buildings**, v. 22 n. 3, p.110-157, 2020.

SANTANA, E. L. F. F. Família monoparental feminina. **Polêm!Ca**, v. 13 n. 2, p. 1225-1236, 2014.

SILVA, K. M. As vozes das mulheres do bolsa família em Caarapó. **Formação**, v. 30 n. 57, p. 67-86, 2023.

SILVA N., A. M. V.; MARTINS, D. M. B.; BONFIM, C. B.; BERNARDO, K. J. C. *et al.* Maternidade solo e interseccionalidades: práticas de cuidado no contexto da atenção básica. **Journals Bahianas**, v.8 n. 1, p. 44-63, 2022.

SOUZA, V. Famílias Monoparentais e Desigualdade de Gênero. **Brazilian Journal of Development**, v. 6 n. 11, 11-27, 2020.

SOUTHIER, N.; TRICHES, R. M. Programa Bolsa Família: impacto na alimentação. **Interações (Campo Grande)**, v. 21 n. 4, p. 871-884, 2020.

TAVARES, I.; Carmo, R. M. D. (2023). Análise da pobreza, privação e desigualdades em Portugal. **Observatório das Desigualdades**, v.14, n. 2, p. 1-54.

VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras. **Economia e Sociedade**, v. 30, n.1, p. 163-186, 2021.

VISANDULE, E. M. F. P.; GUADALUPE, S. Desafios de Famílias Transnacionais e Imigrantes Lusófonas. Dissertação de Mestrado, (Mestrado em Psicologia Clínica). ISMT, Lisboa, Portugal, 2021.

WALL, K.; LOBO, C. Famílias monoparentais em Portugal. **Análise Social**, v. 23 n. 1, p. 14-33, 1999.

WALL, K.; ABOIM, S.; LEITÃO, M. **Observatório das Famílias e das Políticas de Família** – Relatório 2010, Lisboa, 2011.

WALL, K.; CUNHA, V.; RAMOS, V. Evolução das estruturas demográficas em Portugal, 1960-2011. In: **Famílias nos censos 2011**, Relatório INE, Lisboa, 2014.

WOORTMANN, K. Monoparentalidade e chefia feminina. *Série de Antropologia*, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, v. 35 n. 1, p. 44-67, 2004.

ZHANG, H. Re-defining stigmatization: intersectional stigma of single mothers in Thailand. **Journal of Family Studies**, v. 29 n. 3, p. 1222-124, 2023.

6. PANDEMIA DA COVID-19 E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS DOMICÍLIOS PORTUGUESES MONOPARENTAIS REFERENCIADOS POR MULHERES COM ÊNFASE NOS GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres em Portugal, com ênfase nos gastos com alimentação, saúde e educação, a partir da pandemia de COVID-19. Por conseguinte, foi realizada uma análise descritiva e quantitativa com base nos microdados do Inquérito aos Orçamentos das Famílias (IOF), disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), comparando os períodos de 2015/2016 e 2021/2022. Os resultados evidenciam a permanência da vulnerabilidade socioeconômica desses domicílios no contexto pós-pandêmico, sobretudo em relação à estagnação dos rendimentos e ao elevado comprometimento com despesas essenciais. Foi possível identificar que embora tenham sido implementadas medidas de apoio e subsídios sociais, estes se mostraram pouco eficazes para suprir plenamente as vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas por essas famílias, reforçando a necessidade de políticas públicas mais integradas, sensíveis às desigualdades territoriais e direcionadas às especificidades dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres.

Palavras-chave: Vulnerabilidade socioeconômica, COVID-19, Monoparentalidade Feminina, Domicílios Portugueses.

6.2. Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em janeiro de 2020, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em razão do surto de doença respiratória aguda provocada pelo vírus SARS-COV-2. Em março do mesmo ano, a pandemia global do novo Coronavírus foi oficialmente reconhecida (Sakellarides e Araújo, 2020).

De forma geral, a pandemia ocasionou severos impactos sobre a economia mundial, sendo estes diretamente relacionados às medidas sanitárias implementadas para conter a disseminação do vírus. A adoção de políticas de distanciamento social e

lockdown, embora necessárias para a preservação da saúde pública, provocou uma desaceleração significativa da atividade econômica. Tais medidas impuseram restrições ao funcionamento de diversos setores produtivos, afetando diretamente o comércio, os serviços, a indústria e a mobilidade urbana (Gomes *et al.* 2022; Severo *et al.* 2023). Como consequência, registrou-se uma queda abrupta na produção e no consumo, além da interrupção de cadeias de suprimentos e do aumento expressivo do desemprego. De modo subsequente inúmeros trabalhadores foram afetados pela suspensão de atividades laborais, especialmente aqueles em situação de informalidade ou com vínculos precários, cuja subsistência depende da renda obtida por meio do trabalho diário (Ribeiro e Donato, 2023; Silva *et al.* 2024).

Como consequência, a pandemia afetou diretamente a disponibilidade de recursos para gastos essenciais, como alimentação, saúde e educação (Oliveira, 2022; Schappo, 2021). Esses efeitos variaram conforme fatores sociais, geográficos e econômicos. Nesse contexto, grupos mais vulneráveis enfrentaram adversidades acentuadas, como dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e remuneração condizente com suas atividades (Chahad, 2021; Chaves, 2024). Dentre esses grupos, destacam-se os domicílios monoparentais referenciados por mulheres (Amaral e Fritch, 2023). Os domicílios monoparentais referenciados por mulheres referem-se ao agregado familiar composto exclusivamente pela mãe e seus filhos, na ausência de cônjuge ou parceiro, onde a mãe assume integralmente as responsabilidades de provisão e cuidado no núcleo domiciliar (Finamori e Batista, 2022; Faria *et al.* 2023).

Os domicílios monoparentais referenciados por mulheres são formados através de uma conjuntura que parte do princípio da centralidade feminina. Logo, podem ser compreendimentos como domicílios onde se fazem presentes a mãe e seus respectivos filhos (Machado e Voos, 2022). De acordo com o relatório da ONU Mulheres (2021), a pandemia de COVID-19 teve um impacto desproporcional sobre as mulheres, especialmente dentre as que são provenientes de domicílios monoparentais referenciados por mulheres. As mães, no contexto da monoparentalidade, são frequentemente as únicas responsáveis pelo sustento e cuidado dos filhos e, por sua vez, tendem a enfrentar desafios adicionais, como o aumento da carga de trabalho doméstico e dificuldades financeiras intensificadas (Carvalho *et al.* 2024).

Esse fenômeno pode ser observado em diversas regiões do mundo, incluindo Portugal. Segundo Guadalupe *et al.* (2021), a pandemia da COVID-19 intensificou problemas estruturais já existentes, evidenciando desigualdades sociais, injustiças e diversas formas de exclusão em Portugal. Desse modo, a possível permanência na condição de pobreza, a instabilidade no mercado de trabalho e a fragilidade dos mecanismos de proteção social constituíam obstáculos previamente identificados antes da crise sanitária, a qual possivelmente contribuiu para seu agravamento (Alves *et al.*, 2015; Costa *et al.*, 2008; Diogo *et al.*, 2021).

Nesse cenário, pode-se inferir que os desafios e precariedades associadas às atividades laborais, no sentido de trabalho e emprego, podem ter se intensificado, uma vez que essas mães, enquanto únicas responsáveis pelo sustento do lar, acumulam múltiplas funções, o que as direciona para ocupações informais e flexíveis, caracterizadas por menor remuneração. Além disso, a baixa capacitação profissional de muitas delas tende a limitar seu acesso a empregos mais bem remunerados, pois a necessidade de conciliar trabalho e cuidados domésticos pode restringir a possibilidade de realização de cursos de qualificação (Benatti *et al.*, 2021; Baptista e Alves, 2022).

Essa sobreposição de fatores, baixa qualificação e inserção em trabalhos precários, tende a comprometer diretamente o nível de renda familiar, reduzindo os recursos disponíveis para gastos essenciais, como alimentação, saúde e educação. O direcionamento prioritário da renda para essas necessidades básicas é um dos principais indicadores da vulnerabilidade socioeconômica dessas famílias, situação que pode ter se agravado com a pandemia (Kolling *et al.*, 2022; Andreatta *et al.*, 2023; Antigo *et al.*, 2023; Sperancini, 2023).

A partir desse contexto, o presente estudo tem como objetivo realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, com ênfase nos gastos com alimentação, saúde e educação a partir da pandemia, mediante uma comparação entre os períodos de 2015/2016 e 2021/2022, dada a possível elevação da vulnerabilidade dos referidos domicílios a partir do advento da pandemia da COVID-19.

Na produção científica recente sobre os impactos da pandemia em relação à população portuguesa, Magalhães *et al.* (2020) e Tavares (2023) identificaram que os efeitos da COVID-19 foram mais intensos entre indivíduos em situação de

vulnerabilidade econômica, associados a níveis mais baixos de confiança nas autoridades e maior fragilidade emocional. Fernandes e Serrano (2021) e Fernandes (2023) observaram que mesmo com políticas de conciliação trabalho-família, trabalhadores-estudantes enfrentaram dificuldades ampliadas pela pandemia, especialmente na gestão dos papéis familiares e profissionais. Gonçalves et al. (2024) constataram o agravamento das condições econômicas, precarização laboral e restrições no acesso a apoio social entre mulheres imigrantes extracomunitárias. Por fim, Guadalupe (2021) constatou o aumento da vulnerabilidade social no período pós-pandemia, marcado pelo desemprego, privação material e escasso suporte informal.

O estudo proposto distingue-se dos demais analisar especificamente os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em Portugal, uma temática ainda não explorada em estudos anteriores. Embora os dados de 2021/2022 não sejam os mais recentes, eles representam o conjunto mais atual disponível e são os mais apropriados para a análise dos efeitos da pandemia, permitindo uma avaliação detalhada das mudanças ocorridas entre os períodos pré e pós-pandemia.

Ademais, a pesquisa também contribui ao adotar uma abordagem interseccional, centrada na relação entre gênero e vulnerabilidade socioeconômica, o que permite evidenciar desigualdades estruturais que afetam de maneira mais intensa os domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Desse modo, essa perspectiva possibilita aprofundar a compreensão sobre como crises de grande escala, como a pandemia, podem acentuar desigualdades já existentes, colocando determinadas populações em situação de maior risco social e econômico.

Por conseguinte, os resultados esperados indicam uma intensificação das situações de vulnerabilidade entre as famílias monoparentais femininas, o que reforça a importância de considerar esses efeitos na formulação de políticas públicas. Logo, o presente estudo pode contribuir para o planejamento de políticas públicas mais sensíveis às especificidades dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, com foco na mitigação das desigualdades sociais ampliadas pela crise e no fortalecimento das respostas institucionais direcionadas a essas famílias.

Para sua consecução, além dessa seção introdutória, este trabalho está dividido em mais três seções. A próxima seção refere-se à apresentação das evidências teóricas e

empíricas, seguida dos procedimentos metodológicos, resultados e discussão e considerações finais.

6.3. Evidências Teóricas e Empíricas

Nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, a centralidade feminina resulta na sobreposição de múltiplas funções sobre a mãe, figura central no lar, englobando cuidados domésticos, criação dos filhos e manutenção financeira, entre outras atividades (Lobo e Venancio, 2024). Essa dinâmica contribui para a inserção de um número expressivo de mães em empregos sazonais e flexíveis, frequentemente associados a baixos salários.

Esse cenário tende a ser agravado por limitações na qualificação profissional, uma vez que a sobrecarga decorrente das múltiplas atividades restringe o acesso à educação formal e à continuidade dos estudos, restringindo a mobilidade ocupacional (Guadalupe, 2021; Lima, 2021; Silva et al., 2024). De modo subsequente, a baixa remuneração tende a impactar diretamente o nível de rendimentos das famílias, reduzindo os recursos disponíveis para despesas essenciais, como alimentação, saúde e educação, que comprometem significativamente o orçamento dessas famílias (Araújo e Casaca, 2021; Camayd, 2022; Fernandes, 2022; Cunha, 2023).

Esses múltiplos contextos podem ser analisados à luz da interseccionalidade, entendida como a sobreposição de fatores e marcadores sociais e econômicos que, ao se acumularem, tendem a intensificar situações de vulnerabilidade (Collins, 2022). No caso da monoparentalidade feminina, destaca-se inicialmente a assimetria de gênero, ainda presente nas estruturas sociais, que afeta diretamente os rendimentos e acentua desigualdades. Dessa forma, torna-se essencial compreender como diferentes dimensões como raça, classe, escolaridade, território e composição familiar interagem e potencializam ou não a vulnerabilidade desses domicílios (Pordeus e Abreu Viana, 2021; Finamori e Batista, 2022; Santos e Kanfure, 2022).

Segundo Craig e Churchill (2021), MacDonald e Hill (2021) e Greene et al. (2022) durante a pandemia da COVID-19, domicílios monoparentais referenciados por mulheres foram desproporcionalmente impactados pelas crises, evidenciando e agravando vulnerabilidades estruturais mesmo em países com sistemas de proteção social consolidados, podendo ser observado em diversas localidades como por exemplo na Alemanha, Irlanda, Itália, Noruega, Reino Unido, Canadá e Austrália.

Em consonância, Pino *et al.* (2023) inferem que já antes da pandemia, as mães solteiras exerciam, de forma simultânea e contínua, funções múltiplas como únicas provedoras, cuidadoras principais e responsáveis pela organização da vida familiar. Logo, com o advento da crise sanitária, essa sobreposição de funções foi significativamente intensificada, especialmente em virtude da suspensão das atividades escolares presenciais e da permanência prolongada das crianças em casa, o que ampliou substancialmente as exigências de tempo, atenção e trabalho não remunerado, além de gerar implicações financeiras, tanto no nível de rendimentos das famílias, como no orçamento doméstico (Radey *et al.* 2021; Shipe *et al.* 2022).

Além disso, segundo Parolin *et al.* (2022) e Zorbas *et al.* (2023), os gastos com alimentação tendem a ter sido impactados de forma significativa, devido à transferência dos custos alimentares das instituições (escolas, creches, empresas, locais de trabalho) para as famílias, para além do aumento do preço dos alimentos no cenário global. Em consonância Garrison *et al.* (2022) e Haakenstad *et al.* (2023) também evidenciam a ampliação dos custos com saúde, relacionados à COVID-19, enquanto Chen *et al.* (2022) e Hastings *et al.* (2024) ressaltam as novas exigências financeiras vinculadas ao ensino remoto, ocasionados diante do cenário pandêmico.

Em Portugal, a trajetória da monoparentalidade feminina vem acompanhada de um processo de transformação no âmbito político, social, demográfico e cultural, pois após a Revolução dos Cravos de 1974, em 1975 foi declarada e publicada a lei do divórcio, que concedeu garantias legais para a realização da separação entre os casais (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007).

De acordo com Aboim, Wall e Cunha (2010) e Atalaia *et al.* (2013) observa-se que após esse feito surge um aumento expressivo no quantitativo de domicílios monoparentais referenciados por mulheres, ou seja, em paralelo com o crescimento do número de divórcios observa-se o crescimento de lares monoparentais femininos, o que ocorre ainda em tempos atuais à medida em que a parentalidade se distancia cada vez mais da conjugalidade. Contudo, ainda que fosse observado essa transformação na dinâmica familiar, os referidos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, tem apresentado maior vulnerabilidade social e econômica do que as outras composições familiares (Sales *et al.*, 2021).

Segundo Cruz et al. (2022) e Castro (2024), a pandemia e o confinamento provocaram uma recessão econômica em Portugal, com forte queda do PIB no segundo trimestre de 2020. Embora tenha havido alguma recuperação nos meses seguintes, o país manteve uma posição menos favorável em relação à média da União Europeia (Correia, 2023). Por conseguinte, pode-se inferir que essa trajetória menos robusta está relacionada a fragilidades estruturais, como a elevada dependência do setor do turismo, a instabilidade contratual no mercado de trabalho, a baixa digitalização das micro e pequenas empresas e as limitações na execução das políticas públicas de apoio (Ferrão et al., 2023; Lopes et al., 2022; Sousa e Joukes, 2022; Caleira et al., 2022; Nogueira, 2021; Fortes et al., 2022; Batista et al., 2022; Lito, 2022). Logo, pode-se elucidar que esse conjunto de fatores tende a ter contribuído para o agravamento da vulnerabilidade social e econômica, com impactos significativos em grupos mais expostos à instabilidade, como os domicílios monoparentais referenciados por mulheres.

Diante desse contexto, observa-se que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em Portugal foram particularmente impactados pelos efeitos socioeconômicos da pandemia, aprofundando desigualdades estruturais pré-existentes (Emídio, 2023). Por conseguinte, o aumento do desemprego e a precarização do trabalho afetaram principalmente mulheres que atuam como referências únicas do domicílio, geralmente inseridas em setores vulneráveis e com vínculos contratuais instáveis, resultando em maior insegurança laboral e queda de rendimentos (Tavares, 2023; Oliveira et al., 2023; Pinto et al., 2023). Logo, apesar das medidas de apoio implementadas pelo Estado, como o regime de lay-off simplificado e o Rendimento Social de Inserção, dificuldades no acesso a esses benefícios, devido a burocracias e critérios restritivos, limitaram seu alcance e eficácia para essa população (Santos, 2022; Lima, 2023; Coura et al., 2024; Narazani et al., 2022; Marques *et al.*, 2023).

Em paralelo, a conciliação entre trabalho e cuidados parentais tornou-se ainda mais desafiadora durante o fechamento das escolas e creches, fazendo com que uma parcela significativa de mães se deparasse com uma maior necessidade de conciliar seu tempo entre emprego e cuidado dos filhos, o que por sua vez pode ter dificultado sua permanência no mercado de trabalho, levando algumas mães ao fato de terem de reduzir horas de trabalho ou abandonar suas funções (Albuquerque e Neves, 2023; Leão et al., 2024). Ademais, a pandemia agravou o estado de saúde mental dessas mulheres, intensificando ansiedade e depressão em decorrência da insegurança econômica,

sobrecarga de responsabilidades e isolamento social, com escassez de suporte adequado e consequências prolongadas para o bem-estar familiar (Gonçalves, 2021; Manuel et al., 2022; Casalinho et al., 2024).

Em síntese, as vulnerabilidades já existentes nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres podem ser mais agravadas pela pandemia, especialmente em Portugal, onde essas condições podem ser mais intensas em comparação com outros países da União Europeia. Embora outros países do mundo possam ter enfrentado impactos similares ou até mais severos, ainda sim destaca-se a necessidade de investigar os aspectos de vulnerabilidade socioeconômica entre os domicílios monoparentais femininos portugueses.

6.4. Metodologia

Diante do objetivo de realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, com ênfase nos gastos com alimentação, saúde e educação a partir da pandemia, mediante uma comparação entre os períodos de 2015/2016 e 2021/2022, considerando os aspectos de vulnerabilidade socioeconômica, foi realizada uma análise descritiva de natureza quantitativa, a partir de microdados do Inquérito de Orçamentos das Famílias (IOF), disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE). A escolha dos períodos analisados justifica-se pela possibilidade de estabelecer uma comparação entre o contexto anterior e posterior à pandemia de COVID-19, permitindo identificar mudanças nos padrões de despesa e nos níveis de vulnerabilidade desses domicílios, decorrentes das transformações econômicas e sociais provocadas pelo evento pandêmico.

O Inquérito ao Orçamento das Famílias (IOF) é composto por diversas categorias de dados organizadas em segmentos, cada um associado a um conjunto específico de variáveis. Para a construção da base de dados dos agregados monoparentais femininos, foram utilizados três blocos distintos de variáveis provenientes do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF). Dado que a presente pesquisa visa analisar diferentes períodos de tempo, foram utilizados os dados do IOF de 2015/2016 e, de forma concomitante, para o período de 2021/2022, foram utilizados os mesmos blocos de dados.

O IOF e o IDEF são pesquisas estatísticas realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal, com o objetivo de analisar o consumo e as condições de vida das famílias portuguesas. O IOF abrange dados sobre rendimentos, despesas e condições socioeconômicas, enquanto o IDEF se concentra especificamente nos gastos com bens e serviços.

Para analisar somente os domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres referenciados por mulheres foi necessário realizar uma sequência de filtragens considerando os três distintos blocos de dados presentes no IDEF sendo estes o IDEF ADP que remete a informações gerais sobre a situação dos agregados privados, IDEF IND que dispõe de dados sobre as características socioeconômicas específicas dos moradores dos agregados e o IDEF que refere-se propriamente sobre em relação as despesas, no intuito detalhar os gastos com alimentação. Salienta-se que esses blocos de dados possuem as mesmas denominações tanto para a base de dados de 2015/2016 e para a de 2021/2022. Para a realização dessas filtragens em ambos os intervalos de tempo foi utilizado o software SPSS.

Para os períodos de 2015/2016 e 2021/2022, as amostras iniciais do Inquérito de Orçamentos das Famílias foram submetidas a filtragens considerando critérios relativos à pessoa de referência no domicílio, sexo, situação conjugal, estado civil e tipo de parentesco entre os membros do agregado familiar. Esse processo permitiu identificar domicílios monoparentais femininos compostos por mulheres como referências únicas e seus filhos, garantindo a adequação da amostra ao recorte definido. Após essas etapas, as amostras finais utilizadas na análise foram compostas por 768 domicílios para 2015/2016 e 821 para 2021/2022.

Por conseguinte, após obtenção da base de dados referentes aos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, para o período de 2015/2016 e 2021/2022, um conjunto de variáveis foi selecionado por sua relevância na caracterização socioeconômica, permitindo identificar possíveis indicadores de vulnerabilidade social e econômica, desse modo foram analisadas as seguintes variáveis: distribuição percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres, nível de rendimentos (faixas), proporção dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação ao nível de rendimentos das famílias e subsídios sociais.

Salienta-se que variável nível de rendimentos foi categorizada em sete faixas distintas, com base no valor do salário mínimo. A faixa 1 abrange rendimentos até 2 salários mínimos; a faixa 2 inclui rendimentos superiores a 1 salário mínimo e até 2 salários mínimos; a faixa 3 corresponde a rendimentos superiores a 2 salários mínimos e até 4 salários mínimos; a faixa 4 engloba rendimentos superiores a 4 salários mínimos e até 6 salários mínimos; a faixa 5 compreende rendimentos superiores a 6 salários mínimos e até 8 salários mínimos; a faixa 6 considera rendimentos superiores a 8 salários mínimos e até 10 salários mínimos; e, por fim, a faixa 7 corresponde a rendimentos superiores a 10 salários mínimos. Esta categorização, que segmenta os rendimentos em faixas com base na quantidade de salários mínimos, foi realizada de maneira similar à adotada por Guedes (2021), Nascimento (2021), Pereira (2022) e Silva *et al.* (2023).

Em relação à variável que se refere à proporção dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação ao nível de rendimento, ressalta-se que a análise do percentual de gastos em relação ao nível de renda foi realizada com base no rendimento médio das famílias monoparentais para cada período analisado. Em paralelo, foi realizada uma análise sobre o comprometimento dos gastos essenciais em relação ao nível médio de rendimentos das famílias que recebiam rendimentos inferiores a um salário mínimo, considerando o salário mínimo vigente em cada período de tempo. Ademais, todas as variáveis foram analisadas levando em consideração Portugal e suas diferentes macrorregiões, denominadas NUTS II, sendo estas: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, Alentejo, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

6.5. Resultados e discussão

A seguir, apresentam-se os resultados referentes a caracterização socioeconômica domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres considerando os gastos com alimentação saúde e educação entre os períodos de 2015/2016 e 2021/2022. Por conseguinte, a partir das Tabelas 1 e 2 observa-se a distribuição percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres em Portugal, entre os mencionados períodos. A distribuição dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres entre as diferentes regiões de Portugal revela um aumento de aproximadamente 1% no período entre 2015/2016 e 2021/2022. Pode-se inferir que

esse crescimento tende a estar associado ao cenário da pandemia de COVID-19, que marcou profundamente o período de 2021/2022.

Tabela 1- Distribuição de domicílios monoparentais referenciados por situação do domicílio e região - Portugal 2015/2016

Região	(%) Distribuição domicílios
Alentejo	8,70%
Algarve	10,90%
Área Metropolitana de Lisboa	23,40%
Centro	10,70%
Norte	18,20%
Região Autónoma da Madeira	14,60%
Região Autónoma dos Açores	13,40%
Portugal	9,70%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

Tabela 2- Distribuição de domicílios monoparentais referenciados por situação do domicílio e região - Portugal 2021/2022

Região	(%) Distribuição domicílios
Alentejo	10,7%
Algarve	8,9%
Área Metropolitana de Lisboa	27,9%
Centro	8,3%
Norte	16,3%
Região Autónoma da Madeira	12,2%
Região Autónoma dos Açores	15,7%
Portugal	10,5%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2021/2022 - INE

Observa-se que a monoparentalidade feminina, diante de sua própria dinamização, está sujeita a constantes processos de configuração e reconfiguração, frequentemente influenciados por eventos pessoais e coletivos González *et al.* (2025). Logo, a crise sanitária nesse sentido pode ter intensificado processos de separação conjugal, divórcio ou viuvez, contribuindo para a formação de novos domicílios monoparentais referenciados por mulheres (Finamori *et al.* 2022; Marinho, 2024) Essa inferência vai ao encontro das análises de Birta *et al.* (2021) e Yoganandham (2022), que identificam a pandemia como um fator propulsor de mudanças significativas nas estruturas familiares, promovendo rupturas e transformações nos arranjos domésticos e sociais. De modo concomitante, para Boryor (2023) a pandemia gerou impacto nas relações interpessoais, nas relações afetivas e conjugais que inclusive incidiram sobre as

famílias portuguesas, de modo que se percebe um nítido aumento do número de divórcios entre os domicílios portugueses, durante e após o período da pandemia.

Destarte, embora os dados revelem um crescimento no percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres entre 2015/2016 e 2021/2022, observa-se que esse aumento esteve relacionado ao agravamento das condições habitacionais durante o período pandêmico. Salienta-se que ainda que a pandemia tenha contribuído para a reconfiguração de arranjos familiares, por meio de separações, divórcios e viuvez, esse processo ocorreu paralelamente ao aumento expressivo dos preços dos aluguéis, à escassez de oferta habitacional acessível e à crescente pressão sobre o mercado imobiliário (Cassamá, 2022; Matos e Sequeira, 2022; Grave et al., 2024). Esses fatores podem ter comprometido a autonomia residencial de muitas mulheres em situação de monoparentalidade, levando-as a coabitar com ex-parceiros ou familiares, mesmo sem vínculo conjugal, como estratégia para lidar com as restrições econômicas.

Ao analisar a distribuição percentual dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres entre as regiões do país, pode-se inferir que as variações regionais do percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres em Portugal entre 2015/2016 e 2021/2022 revelam dinâmicas específicas marcadas por fatores econômicos, culturais e estruturais. Desse modo, observa-se que enquanto a Área Metropolitana de Lisboa e os Açores apresentaram um aumento no percentual desses domicílios, regiões como o Algarve, o Centro, o Norte e a Madeira registaram uma redução.

Sobre essa constatação, pode-se elucidar que no Algarve a elevada dependência do turismo e os efeitos da pandemia sobre este setor podem ter agravado a instabilidade econômica, podendo ter levado mulheres em situação de monoparentalidade a regressar a domicílios familiares ou a coabitar com ex-companheiros, dificultando a constituição de novos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, além da possibilidade de migração para outras regiões do país (Ferrão *et al.* 2023; Macedo *et al.* 2024).

No tocante à região Norte, a redução pode estar associada a movimentos de emigração ou mobilidade interna em direção a regiões com melhores oportunidades, como Lisboa, especialmente considerando as limitações de acesso a serviços e emprego fora da área metropolitana do Porto (Rosa, 2022). Tratando-se Região Autónoma da Madeira salienta-se que a insularidade e a limitação do mercado habitacional e laboral

podem ter restringido a autonomia residencial de mulheres em situação de monoparentalidade (Pereira, 2023; Ferreira *et al.* 2024).

Em contrapartida, o acréscimo observado na proporção de domicílios monoparentais na Região Autónoma dos Açores pode estar correlacionado com dinâmicas demográficas específicas, nomeadamente o envelhecimento progressivo da população residente, que potencializa a ocorrência de situações de viuvez, bem como com processos de reconfiguração familiar associados à emigração de elementos do agregado e à dissolução de unidades domésticas biparentais, frequentemente acompanhadas por movimentos migratórios internos para outras regiões do território nacional. (Santos, 2022; Mauritti *et al.* 2024).

Por conseguinte, na Área Metropolitana de Lisboa, o aumento do percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres pode estar relacionado com uma maior oferta de emprego, infraestrutura social mais desenvolvida (como creches, escolas e transportes públicos) e redes institucionais de apoio, que não apenas favorecem a autonomia e a manutenção de núcleos familiares independentes, mas também tornam a região um polo de atração e fixação para mulheres em situação de monoparentalidade (Neves, 2021; Veloso *et al.* 2022).

A partir das Tabelas 3 e 4, são apresentadas informações referentes ao nível de rendimentos dos domicílios monoparentais femininos portugueses, entre os períodos de 2015/2016 e 2021/2022. Ao analisar a distribuição dos rendimentos dos domicílios monoparentais femininos com base em faixas salariais (ajustadas conforme o valor do salário mínimo em cada período), algumas tendências relevantes podem ser observadas entre os períodos de 2015/2016 e 2021/2022.

Em primeiro momento, destaca-se a diminuição do percentual de domicílios localizados na faixa mais baixa de rendimento (até um salário mínimo), o que a princípio contraria as expectativas associadas ao contexto da pandemia de COVID-19, período no qual se previa um agravamento das condições econômicas e consequentemente, um aumento da vulnerabilidade financeira dessas famílias, conforme apontado por Raeiro (2022) e Tarello (2024), ao analisarem o nível de rendimento das famílias. Para Carvalho (2023) essa aparente contradição pode estar relacionada à adoção de medidas emergenciais por parte do governo português, que implementou subsídios temporários, reforçou o acesso a prestações sociais como o Rendimento Social

de Inserção e promoveu políticas de proteção ao emprego, com o objetivo de mitigar os efeitos da crise sanitária sobre os grupos mais vulneráveis. Embora tenham amenizado temporariamente as perdas de rendimento, esses apoios de natureza transitória não refletiram necessariamente uma melhoria consistente nas condições socioeconômicas das mães solo.

Tabela 3- Faixas de rendimentos dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2015/2016 em valores percentuais

Região	Renda total/faixas							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Alentejo	0,91%	4,04%	2,73%	0,91%	0,13%	0,00%	0,00%	8,72%
Algarve	1,43%	3,65%	3,13%	2,21%	0,39%	0,13%	0,00%	10,94%
Área Metropolitana de Lisboa	3,39%	5,60%	6,25%	5,99%	1,69%	0,26%	0,26%	23,44%
Centro	0,91%	5,47%	2,21%	1,82%	0,26%	0,00%	0,00%	10,68%
Norte	2,60%	7,16%	4,04%	3,65%	0,39%	0,00%	0,39%	18,23%
Região Autónoma da Madeira	1,30%	5,86%	4,17%	2,60%	0,39%	0,26%	0,00%	14,58%
Região Autónoma dos Açores	2,86%	4,82%	3,13%	1,95%	0,39%	0,26%	0,00%	13,41%
Portugal	13,41%	36,59%	25,65%	19,14%	3,65%	0,91%	0,65%	100,00%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

Tabela 4- Faixas de rendimentos dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2021/2022 em valores percentuais

Região	Renda total/faixas							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Alentejo	1,95%	4,38%	2,80%	1,22%	0,24%	0,12%	0,00%	10,72%
Algarve	2,80%	3,41%	1,83%	0,61%	0,12%	0,12%	0,00%	8,89%

Área Metropolitana de Lisboa	4,26%	9,99%	7,06%	4,99%	1,22%	0,12%	0,24%	27,89%
Centro	1,34%	3,17%	2,56%	1,22%	0,00%	0,00%	0,00%	8,28%
Norte	2,56%	7,19%	3,90%	1,71%	0,97%	0,00%	0,00%	16,32%
Região Autónoma da Madeira	1,95%	4,99%	2,56%	2,19%	0,24%	0,12%	0,12%	12,18%
Região Autónoma dos Açores	2,31%	6,33%	4,38%	1,83%	0,49%	0,24%	0,12%	15,71%
Portugal	17,17%	39,46%	25,09%	13,76%	3,29%	0,73%	0,49%	100,00%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2021/2022 - INE

Em contrapartida uma análise mais detalhada sobre os dados apresentados, revela que entre os períodos de 2021/2016 e 2021/2022 houve uma redução expressiva no percentual de domicílios situados nas faixas superiores de rendimento (acima de cinco salários mínimos). A partir dessa observação pode-se inferir que impacto da pandemia pode ter afetado não apenas as famílias de baixa renda, mas também aquelas anteriormente inseridas em estratos socioeconômicos mais elevados.

Em consonância, Silva (2022) e Miranda (2023), ao analisarem o nível de rendimentos das famílias portuguesas, destacam que a pandemia não apenas impactou as famílias menos abastadas, mas também provocou uma redução significativa no percentual de domicílios nas faixas de rendimentos mais elevadas. Desse modo, mesmo com a observação de uma leve redução no percentual de domicílios na faixa mais baixa (até um salário mínimo), o efeito geral foi o de um “achatamento” da distribuição de rendimentos, com maior concentração nas faixas intermediárias e baixa mobilidade para as superiores. Esse fenômeno pode refletir tanto a perda de rendimentos provocada pela crise sanitária quanto a fragilidade das atividades laborais femininas, frequentemente inseridas em setores vulneráveis e pouco protegidos, como comércio, cuidados e serviços pessoais (Pacheco, 2023; Peixoto, 2023; Estanque, 2024).

Ao considerar as distintas regiões do país análise regional evidencia ainda mais as desigualdades internas do país. A Área Metropolitana de Lisboa destaca-se tanto pelo

maior percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres nas faixas mais altas de rendimento quanto, paradoxalmente, pelo maior percentual na faixa mais baixa. Essa dualidade revela uma acentuada desigualdade social na capital, onde coexistem oportunidades econômicas significativas e bolsões de pobreza persistente (Alves *et al.* 2023; Soromenho, 2024). Em contrapartida, na região do Algarve a presença de um elevado percentual de mães solo na faixa de rendimento mais baixa pode ser atribuída à forte dependência do setor turístico, fortemente afetado pelas restrições impostas pela pandemia, bem como à sazonalidade do emprego, à precariedade dos vínculos laborais e à escassez de alternativas econômicas estáveis na região (Alho, 2023; Branco, 2025).

A seguir a partir das tabelas 5 e 6, são apresentados os resultados referentes ao percentual do nível médio rendimentos direcionados aos gastos com bens essenciais (alimentação, saúde e educação), dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres. Ao analisar o nível de comprometimento orçamentário dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação ao rendimento médio dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres entre os períodos de 2015/2016 e 2021/2022, observa-se que esse comprometimento permaneceu praticamente estável ao longo do período. Contudo, a proporção de gastos com alimentação se destaca como aquela que apresenta maior percentual em ambos os períodos e em todas as regiões Calvário e Castro (2022), ao destacarem em estudos realizados sobre a alimentação em Portugal o expressivo percentual que esse segmento de gasto representa em relação ao orçamento das famílias.

Tabela 5 - Representação percentual dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação ao nível médio de renda – Portugal 2015/2016.

NUTS II 2013	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas			Total
		Saúde	Ensino	
Alentejo	20%	6%	2%	28%
Algarve	15%	5%	3%	23%

Área Metropolitana de Lisboa	12%	5%	4%	21%
Centro	15%	6%	2%	23%
Norte	16%	6%	2%	24%
Região autónoma da Madeira	14%	7%	2%	23%
Região Autónoma dos Açores	12%	6%	1%	19%
Portugal	15%	6%	2%	23%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

Tabela 6 - Representação percentual dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação ao nível médio de renda – Portugal 2021/2022.

Região	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	Saúde	Serviços de educação	Total
Alentejo	18%	5%	1%	24%
Algarve	22%	10%	2%	33%
Área Metropolitana de Lisboa	14%	4%	3%	22%
Centro	15%	4%	2%	21%
Norte	15%	5%	2%	22%
Região autónoma da Madeira	14%	5%	2%	21%

Região Autônoma dos Açores	12%	4%	1%	17%
Portugal	15%	5%	2%	22%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2021/2022 - INE

Por conseguinte, tratando-se da pouca variação percentual ao considerar os distintos períodos, pode-se inferir que estabilidade tende a refletir a persistência das dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias monoparentais femininas, mesmo diante de uma crise global como a pandemia de COVID-19. De acordo com Pereira et al. (2023) e Durão (2024), em Portugal, após o advento da pandemia, dada as limitações financeiras, houve uma busca por adquirir dentro do próprio segmento alimentício aquilo que fosse extremamente necessário, entretanto em paralelo houve um aumento inflacionário do preço dos alimentos, o que faz com que mantenha-se certa expressividade sobre o orçamento das famílias. Desse modo esse duplo movimento em diferentes direções pode ser um dos fatores que denotam a pouca variação percentual do nível de comprometimento com os referidos gastos, ao observar os distintos períodos de tempo

Ademais, pode-se elucidar que para além deste fato, é possível que tratando-se dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, outrora a situação já era suficientemente crítica para que não se esperasse uma mudança abrupta nesse cenário, apesar da crise. Em outras palavras, a estabilidade no comprometimento orçamentário pode ser observada como uma continuidade das limitações sociais e econômicas preexistentes entre os domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres (Emidio, 2023; Santos, 2023).

No âmbito regional no período de 2015/2016, o Algarve apresentava o maior nível de comprometimento orçamentário das famílias monoparentais femininas, mas em 2021/2022 essa posição foi ocupada pelo Alentejo. Essa mudança pode ser atribuída a fatores específicos da dinâmica econômica de ambas as regiões, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19. Segundo Bender *et al.* (2023) e Ferrão *et al.* (2023) a região do Algarve, com sua forte dependência do setor turístico, foi fortemente impactado pela crise sanitária, com a paralisação do turismo e a redução significativa de empregos temporários e sazonais, no entanto, apesar da queda abrupta de rendimentos

durante a pandemia, a região teve uma recuperação mais rápida, com a reabertura das atividades turísticas após o ápice da crise.

Por outro lado, segundo Khai (2022) e Lança (2024) a região do Alentejo, região com um mercado de trabalho mais limitado e menor diversidade de setores econômicos, pode ter sido impactada por um efeito mais prolongado da crise. Segundo os autores, a escassez de oportunidades de emprego estável e a dependência de setores como a agricultura, que enfrentaram dificuldades tanto pela pandemia quanto pelas condições climáticas, podem ter sido um dos fatores que levaram a um quadro comprometimento orçamentário mais acentuado e duradouro, em relação aos gastos essenciais. Assim, a região do Alentejo, que anteriormente possuía uma base econômica mais vulnerável antes da pandemia, possivelmente se deparou um agravamento das dificuldades financeiras das famílias, inclusive tratando-se das famílias monoparentais femininas, superando o Algarve em termos de comprometimento com os gastos essenciais em 2021/2022 (Candeias et al, 2022; Rocha, 2022; Teixeira, 2023).

A partir das tabelas 7 e 8 são apresentados os resultados referentes ao nível de comprometimento orçamentário dos gastos com alimentação, saúde e educação, em relação ao nível de rendimentos, considerando os domicílios que recebem até 1 salário mínimo, para o período de 2015/2016 e 2021/2022. Ao analisar os domicílios monoparentais referenciados por mulheres que recebem até 1 salário mínimo, percebe-se que tanto em 2015/2016 quanto em 2021/2022, os percentuais de comprometimento orçamentário com os gastos essenciais alimentação, saúde e educação são significativamente mais elevados em comparação ao nível médio de rendimentos dessas famílias.

Tabela 7 - Representação percentual dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação aos rendimentos – Portugal 2015-2016

NUTS II 2013	Alimentação	Saúde	Ensino	Total
Alentejo	42%	9%	4%	55%
Algarve	59%	14%	2%	75%
Área Metropolitana de Lisboa	35%	9%	2%	46%
Centro	32%	12%	1%	45%

Norte	35%	10%	1%	46%
Região autônoma da Madeira	29%	25%	2%	57%
Região Autônoma dos Açores	29%	13%	2%	43%
Portugal	35%	11%	2%	48%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

Tabela 8- Representação percentual dos gastos com alimentação, saúde e educação em relação aos rendimentos – Portugal 2021-2022

Região	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	Saúde	Serviços de educação	Total
Alentejo	28%	10%	2%	40%
Algarve	43%	14%	3%	61%
Área Metropolitana de Lisboa	40%	10%	3%	52%
Centro	20%	7%	6%	33%
Norte	36%	8%	1%	45%
Região autónoma da Madeira	43%	16%	4%	63%
Região Autónoma dos Açores	22%	7%	2%	31%
Portugal	35%	10%	3%	48%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2021/2022 - INE

O comprometimento orçamentário mais acentuado entre os domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres que recebem até 1 salário mínimo reflete a Lei de Engel, a qual enfatiza que quanto menor o nível de rendimentos,

maior é a proporção dos gastos com bens essenciais (Mascarenhas, 2024). Pode-se elucidar que entre os gastos essenciais, a alimentação se destaca, como observado na análise. Destarte, embora a variação percentual entre os períodos tenha sido pouco expressiva, esse fato por si só, não indica uma melhoria substancial, mas sim que a vulnerabilidade das famílias monoparentais femininas se manteve e que conforme esperado se amplifica ainda mais ao considerar aqueles que estão inseridos entre as menores faixas de rendimentos, onde os gastos com bens essenciais apresentam maior percentual (Barcelos, 2022; Carneiro, 2022).

Ressalta-se que a ausência de um aumento significativo no comprometimento orçamentário, especialmente no que se refere às despesas com alimentação, não deve ser interpretado como um indicativo de melhoria nas condições socioeconômicas das famílias. Essa estabilidade por sua vez, pode sinalizar a persistência de um quadro de vulnerabilidade estrutural, caracterizado por níveis de precariedade anteriormente já presentes e enraizados. Além disso, de acordo com estudos realizados por Amaral *et al.* (2022) e Costa (2024) sobre pobreza, endividamento e decisões de consumo, a perpetuação de um comprometimento elevado da renda com alimentação tende a evidenciar a centralidade dos gastos essenciais, com redução ou postergação substancialmente limitadas em razão do caráter imprescindível desses dispêndios para a manutenção das condições mínimas de vida.

Ao examinar as diferenças regionais, observa-se que em 2015/2016, o Algarve apresentava o maior percentual de comprometimento orçamentário entre as famílias monoparentais femininas, no entanto em 2021/2022, esse destaque passou a ser identificado na Região Autónoma da Madeira, embora o percentual não tenha alcançado o mesmo nível observado na região do Algarve para o período anterior. Essa mudança pode ser atribuída a um conjunto de fatores econômicos locais.

De acordo com Macedo (2023) e Panzo (2023) o Algarve, com sua acentuada dependência do setor de turismo, experimentou um grande impacto durante a pandemia, entretanto foi uma das regiões que começou a se recuperar mais rapidamente. Logo, esse substancial recuperação pode ter gerado efeitos no nível de rendimentos das famílias e conseqüentemente no seu comprometimento orçamentário. Em contraste, para Macedo (2023) a Região da Madeira, que também depende em grande parte do turismo, pode ter se deparado com um impacto mais prolongado devido à natureza insular e à dependência de fluxos turísticos que se estabeleceram de forma mais lenta e

gradual. Por sua vez, essa dinâmica pode ter contribuído para o aumento do comprometimento orçamentário nessa região, assim como maior tendência de determinados domicílios monoparentais referenciados por mulheres estarem inseridos em contextos de vulnerabilidade, no referido período.

Em paralelo, quando se observa exclusivamente os gastos com alimentação, tanto o Algarve quanto a Madeira apresentam percentuais semelhantes para 2021/2022, o que indica que apesar das diferenças regionais no comprometimento orçamentário geral, as famílias monoparentais femininas nessas duas regiões enfrentam desafios semelhantes em relação ao acesso aos bens de primeira necessidade. Sousa e Gonçalves (2022) ao analisarem os hábitos alimentares da população da Região Autónoma da Madeira em momentos de epidemias e instabilidades, inferem que historicamente a referida região foi impactada com grande profundidade diante de acontecimentos anteriores (Gripe Espanhola, Tuberculose, Gripes Aviárias dentre outras), de modo que a COVID-19 tenha também gerado profundo impacto, onde aproximadamente 1/3 das famílias apresentaram mudanças nos hábitos alimentares, reduções no consumo de determinados produtos, além do maior direcionamento dos recursos aos alimentos essenciais.

Em consonância, Nunes e Ramalho (2023) inferem que a Região do Algarve, ainda que com forte desenvolvimento do setor de turismo, de forma contínua, tende a apresentar aspectos de precariedade no nível de rendimentos, que por sua vez pode ter impacto no nível de gastos com gastos essenciais, destacando-se os gastos com alimentação, diante de um contexto que já se fazia presente no período anterior da pandemia. Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de que, independentemente das condições econômicas específicas de cada região, o gasto com alimentação continua sendo uma prioridade absoluta em famílias com níveis de rendimentos restritos, o que leva a uma convergência dos percentuais de comprometimento orçamentário nesse item específico (Pires, 2022; Brissos, 2022).

Destarte, pode-se inferir que as políticas públicas implementadas em Portugal durante a pandemia, como os apoios financeiros e subsídios estatais direcionados às famílias vulneráveis, entre eles o complemento de rendimentos para Idosos, o Rendimento Social de Inserção e o apoio extraordinário para trabalhadores informais, provavelmente podem ter contribuído para a não atenuação do comprometimento orçamentário dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, especialmente

em relação aos gastos essenciais com alimentação (Monteiro, 2022; Rocha, 2023; Ferreira, 2024). Em consonância, Pederzini e Teixeira (2024) ao analisarem a pobreza extrema no período inicial da COVID no Brasil, observaram que auxílios emergenciais promovidos no curto prazo foram capazes de mitigar os impactos econômicos adversos da crise sanitária, reduzindo os níveis de pobreza e estabilizando a renda das famílias, inclusive entre trabalhadores informais. Contudo, segundo Cerqueira (2022) e Prado (2024) apesar desses esforços e da implementação de diversas políticas sociais em Portugal, ainda persistem vulnerabilidades estruturais e desigualdades que demandam abordagens públicas específicas para garantir a proteção e inclusão efetiva dessas famílias.

A seguir são a partir das tabelas 9 e 10, são apresentadas informações referentes ao percentual de domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres que receberam algum tipo de subsídio social entre os períodos de 2015/2016 e 2021/2022. Ao analisar os subsídios sociais entre 2015/2016 e 2021/2022, observa-se um aumento no percentual de mães monoparentais que recebem pensões de aposentadoria ou de viuvez. Ao encontro desses resultados, Lima *et al.* (2025) ao analisarem o aumento do número de domicílios com pensionistas em Portugal, infere que esse movimento está diretamente relacionado ao processo de envelhecimento populacional que o país tem se deparado inclusive na última década. Em paralelo Moita (2022) e Oliveira (2023) elucidam que esse movimento também tende a refletir o impacto da pandemia de COVID-19, sobre o possível aumento de rupturas ocasionadas por viuvez.

Tabela 9 - Representação por percentagem dos subsídios sociais recebidos pelos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2015/2016.

Pensão Sobrevivência/Viuvez	Sim	26%
	Não	74%
Pensão Velhice	Sim	19%
	Não	81%
Benefício Educação	Sim	1%
	Não	99,2%
Benefício Doença	Sim	1,8%
	Não	98,2%
Benefício Desemprego	Sim	5,7%
	Não	94,27%
Rendimentos Sociais de Inserção	Sim	4%
	Não	96%

Benefício Família	Sim	98%
	Não	2%
Transferência de Abono Família	Sim	32%
	Não	68%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2015/2016 - INE

Tabela 10 - Representação por percentagem dos subsídios sociais recebidos pelos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Portugal 2021/2022.

Pensão Sobrevivência/Viuvez	Sim	28,6%
	Não	71,4%
Pensão Velhice	Sim	26,7%
	Não	73,3%
Benefício Educação	Sim	1,9%
	Não	98,1%
Benefício Doença	Sim	3,4%
	Não	96,6%
Benefício Desemprego	Sim	4,3%
	Não	95,7%
Benefício Família	Sim	29,6%
	Não	70,4%
Subsídio Social	Sim	72,0%
	Não	28,0%
Pensão Invalidez	Sim	8,5%
	Não	91,5%
Privado	Sim	0,5%
	Não	99,5%
Benefício habitação	Sim	1,2%
	Não	98,8%
Outras transferências	Sim	20,8%
	Não	79,2%
Sociais de inserção	Sim	2,8%
	Não	97,2%
Outros recursos estatais	Sim	0,4%
	Não	99,6%

Fonte: Elaboração própria - IOF 2021/2022 - INE

Ademais, de acordo com Tavares e Carmo (2025) ao analisarem as tendências de privação econômica entre as mulheres idosas portuguesas, durante a crise sanitária parcela significativa das mães pode ter se deparado com maiores desafios frente a sua situação econômica em conjunto com a dependência dos filhos desempregados para complementar a renda das mães, por meio dessas pensões, também se tornou mais pronunciada. Essa dinâmica aponta para uma situação em que a dependência dos

subsídios sociais possa ter se tornado mais acentuada, especialmente no caso de famílias que, com reduzidos níveis de rendimentos e falta de alternativas, que por sua vez acabam recorrerem aos subsídios sociais para suprir suas necessidades básicas (Almeida, 2023).

Por conseguinte, ao analisar, os dados de 2021/2022, percebe-se um aumento significativo no número de famílias que recebem o Benefício Família e o Subsídio Social, o que pode ser atribuído, entre outros fatores, à intensificação das desigualdades econômicas durante a pandemia e à tentativa do Estado de mitigar os efeitos da crise econômica gerada por essa situação (Correia, 2023). Ao encontro desses resultados, Martins (2024) ao analisar o estado de proteção social à população portuguesa, infere que o crescimento desses subsídios pode estar associado uma tentativa de amparo às famílias mais vulneráveis, entretanto também evidencia uma dependência crescente desses benefícios por parte das famílias, inclusive entre os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, muitas das quais enfrentam dificuldades econômicas prolongadas.

Em suma, ao analisar os referidos dados que apresentam os subsídios sociais direcionados aos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, destaca-se a ausência de políticas públicas específicas e direcionadas para os domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Apesar do aumento da variedade de subsídios sociais, não se observa a implementação de políticas públicas que atendam de forma mais focalizada às necessidades específicas dessas famílias, como apoio à inserção no mercado de trabalho, acesso a cuidados infantis ou políticas de conciliação entre trabalho e família. Logo pode-se elucidar que as mães monoparentais continuam a apresentar maior tendência em estarem inseridos em contextos de vulnerabilidade social e econômica, que podem se amplificar ao observar as outras variáveis socioeconômicas analisadas, estando essas sem o devido reconhecimento e apoio de políticas públicas adequadas às suas necessidades (Miranda, 2022; Padilla *et al.* 2022; Silva, 2024).

6.6. Considerações finais

Diante do objetivo de realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, com ênfase nos gastos com alimentação, saúde e educação a partir da pandemia, mediante uma

comparação entre os períodos de 2015/2016 e 2021/2022, a partir do presente estudo, evidencia-se a persistência e prevalência de contextos de vulnerabilidade estrutural que afetam de forma desproporcional esse grupo.

Apesar da estabilidade aparente no comprometimento orçamentário com gastos essenciais ao longo do tempo, especialmente entre as famílias com rendimentos inferiores a um salário-mínimo, tal estabilidade não deve ser interpretada como um sinal de melhora nas condições socioeconômicas dessas mães solo. Em primeiro momento, essa situação pode ter sido abrandada pela implementação de subsídios e outras medidas financeiras adotadas pelo governo durante a pandemia, inclusive ao considerar aqueles que possuem rendimentos de até 1 salário-mínimo. No entanto, essa percepção temporária não invalida a percepção a respeito da continuidade de limitações financeiras crônicas, nas quais grande parte da renda é direcionada para despesas indispensáveis, em consonância com a Lei de Engel, que destaca a maior proporção de gastos essenciais entre os domicílios de menor rendimento.

Em paralelo, considerando o nível de rendimentos dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres, a evolução da distribuição dos rendimentos revela um processo de “achatamento” social diante da diminuição tanto da proporção de famílias com rendimentos muito baixos quanto daquelas com rendimentos mais elevados, com uma crescente concentração nas faixas intermediárias e maior expressividade entre as três primeiras faixas de rendimentos. Esse cenário pode ser interpretado não como indicativo de mobilidade ascendente, mas de estagnação e retração econômica, agravada pela crise sanitária e pela fragilidade das condições laborais das mães provenientes desses domicílios.

Ademais, o comprometimento orçamentário com despesas essenciais, como alimentação, saúde e educação, manteve-se elevado e relativamente estável ao longo do tempo, especialmente entre os domicílios com rendimentos abaixo de 1 salário mínimo, evidenciando a persistência de uma situação crítica e crônica em que grande parte dos rendimentos do domicílio é direcionada para gastos indispensáveis e inadiáveis. Ao analisar as regiões do país, as disparidades regionais também permanecem marcantes. Regiões como o Algarve e a Madeira, dependentes de setores sazonais e vulneráveis como o turismo, apresentaram altos níveis de comprometimento orçamentário e maiores dificuldades de recuperação econômica no pós-pandemia. Em contrapartida, a Área Metropolitana de Lisboa, embora ofereça mais oportunidades de emprego e serviços de

apoio, apresenta uma dualidade marcante, pois é simultaneamente o território com maior percentual de mães solo nas faixas mais altas e mais baixas de rendimento, refletindo aspectos de vulnerabilidade e desigualdade social.

Em suma, ao considerar os subsídios sociais, observou-se um aumento no número de famílias beneficiadas por pensões, subsídios e apoios estatais, impulsionado tanto pelo envelhecimento populacional quanto pela tentativa do Estado de responder aos efeitos da pandemia. No entanto, esse crescimento quantitativo não foi acompanhado por um redirecionamento focalizado, considerando as especificidades dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, frente aos aspectos de vulnerabilidade social e econômica e as dimensões de intencionalidade.

Dessa forma, os resultados reforçam a necessidade da implementação de políticas públicas específicas, integradas e territorialmente sensíveis, voltadas à promoção da equidade para as mães solo em Portugal. Sugere-se ações que articulem apoio à inserção no mercado de trabalho formal com medidas de conciliação entre trabalho e vida familiar, como a expansão da oferta de creches públicas acessíveis e em horários compatíveis com diferentes regimes de trabalho, o fortalecimento das redes de proteção social de caráter permanente e o investimento em programas de formação profissional adaptados às realidades regionais e setoriais. Além disso, considera-se essencial que essas políticas sejam orientadas por uma abordagem interseccional que reconheça as múltiplas dimensões da vulnerabilidade enfrentada por essas mães, considerando as questões de gênero, classe, território e idade, ciclo de vida dos filhos, dentre outros, de forma a promover uma inclusão social mais justa, eficaz e sustentável, no intuito de proporcionar melhorias efetivas ao bem-estar e qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ABOIM, S.; WALL, K.; CUNHA, V. A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades. Género, família e mudança em Portugal. Lisboa: **Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego** (CITE), 2010.

ALBUQUERQUE, M. S. L.; NEVES, A. V. Política social e desigualdade na pandemia: um debate entre Brasil e Portugal. **O Social em Questão**, v. 2, n.1, p. 24-43, 2023.

ALHO, L. A. **Sazonalidade e desenvolvimento turístico sustentável: da avaliação dos impactos à proposta para a sua mitigação-O caso de Porto Covo**. 2023. Master's Thesis. Universidade de Évora, Évora.

ALMEIDA, B., et al. Mães no período de situação pandémica por COVID-19: Das vivências às narrativas. **Journal of Nursing Referência**, v.32, n.2, p. 1-16, 2024

ALMEIDA, M. S.. Rendimento Básico Incondicional: **Uma Medida Eficaz e Sustentável**. Master's Thesis. Mestrado em Economia, Universidade do Porto (Portugal), 2023.

- ALVES, I. B. et al. Desigualdades no acesso ao teste de diagnóstico à COVID-19-Um estudo de coorte para as crianças da Amadora, Área Metropolitana de Lisboa, Portugal. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**, v. 22 n. 2, p. 11-21, 2023.
- AMARAL, A. I. D. et al. Relações Parentais de Famílias Brasileiras Socialmente Vulneráveis em Tempos de Pandemia. **Revista de Psicologia da IMED**, v.15, n.1, 2023.
- AMARAL, I. F. P.; SILVA, P. N.. Decisões sob pobreza. **Revista Pet Economia UFES**, v. 3. n1, p. 76-80, 2022.
- ANDREATTA, A. G., et al. Inflação dos alimentos na pandemia. **Anais da Feira de Iniciação Científica e Extensão (FICE) Campus Camboriú**, v.9, n. 1, p. 73-89, 2023.
- ANTIGO, M., et al. Vulnerabilidade do responsável pelo domicílio no mercado de trabalho: uma análise por sexo e por cor para o Brasil entre 2016 e 2023. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, v.9, n.1, 2023.
- ARAÚJO, C. L.; CASACA, S. F. A vulnerabilidade à pobreza das mulheres responsáveis por famílias monoparentalismo Brasil e o papel das políticas públicas, **Working Paper CEsA/CSG**, 2021.
- ATALAIA, S., et al. Como evoluíram as famílias em Portugal. Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança Como evoluíram as famílias em Portugal? **Publicações, INE**,2013.
- BAPTISTA, V; ALVES, P. A pobreza e a exclusão no feminino-o caso das trabalhadoras domésticas em Portugal. **Reflexiones colectivas desde alas**. v.23, n. 4, p. 82-103, 2022.
- BARCELOS, N. S., et al. **Mobilidade intergeracional considerando a estrutura familiar: como o status social da mãe modera o efeito da ausência paterna**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- BENATTI, A. P. et al. Famílias monoparentais: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, n.1, p. 20-44, 2021.
- BENDER, A., et al. Módulos Experienciais, Memória e Intenções Comportamentais: a perspectiva dos turistas no Algarve, Portugal. **Revista Turismo em Análise**, 2022, v.33 n.3, p. 73-93, 2022
- BIRTA, A. R. et al.; Divorce and Divorciality in Romania. A Socio-Demographic Analysis. **Romanian Statistical Review**, v. 22, n.2, p. 44-56, 2024.
- BORYOR, C. **O Impacto da Pandemia COVID-19 nos Relacionamentos Íntimos e Satisfação com a Vida: Em Adultos Portugueses: Um Estudo Quantitativo**. Master's Thesis. Universidade do Algarve, Portugal, 2023.
- BRANCO, J. F. M. **Desenvolvimento Local e promoção do turismo no interior do Algarve central**. Dissertação (Mestrado em Turismo e Comunicação), Universidade de Lisboa 2025/
- CALEIRAS, J. et al. Nas margens do emprego, no centro da pandemia: experiências de desproteção e vulnerabilidade social no Grande Confinamento. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.128, n.1, p. 159-182, 2022.
- CALVÁRIO, R.; CASTRO, I. A questão alimentar em Portugal. **Análise Social**, v. 57 n.3, p. 570-593, 2022.

CANDEIAS, M. et al. Pobreza rural e desafios emergentes das opções limitadas dos territórios na ótica do serviço social rural. **Egitania Scientia**, v.32, n.1, p. 129-142, 2022.

CARNEIRO, R. C. **Trabalho e política de assistência social no capitalismo dependente: as mulheres atendidas no Programa Renda Mínima e inclusão produtiva em Mariana**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2024.

CARREIRA, V. C. **País sós, filhos sós? Um olhar sociológico sobre as perspectivas de jovens adultos socializados em contextos de monoparentalidade**. Orientadora: Rosalina Pisco Costa. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Recursos Humanos da Universidade de Évora, Évora, 2023.

CARVALHO, K. M. D. et al. Bem-estar em famílias monoparentais: uma exploração dos desafios e recursos. **Revista Tópicos**, v. 2, n. 9, p. 18-31, 2024.

Carvalho, M. P. (2023). **O papel do Estado e das transferências sociais no combate à pobreza infantil: O caso da “garantia para a infância”** Dissertação (Mestrado em Economia e Políticas Públicas). Universidade de Lisboa, Portugal, 2023.

CASALINHO, C., et al. “Navegar é preciso, viver é preciso!” -a mãe sozinha em tempos de pandemia. **Sinergias**, v.12, n.1, 2024.

CASSAMÁ, S. D. **O Impacto da Pandemia “COVID-19” na Transição para a Parentalidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde). Universidade Católica Portuguesa, Portugal, 2022.

CASTRO, V. F. L. **Os impactos da Covid-19 na economia portuguesa: uma análise macroeconómica**. Dissertação (Mestrado Economia Internacional e Estudos Europeus). Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2024.

CERQUEIRA, C. M. P. A imigração em Portugal em perspetiva comparada: a evolução das Políticas Públicas (2003-2020). Dissertação (Mestrado em Administração Pública) 2022. Universidade do Minho, Portugal.

CHAVES N. S., **Impactos da pandemia da Covid-19 na disparidade de renda entre os anos de 2020-2023**. Trabalho de Conclusão de Curso, (Graduação em Economia), PUC Goiás, Goiânia 2024.

COLLINS, P. H.. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo Editorial, São Paulo, 2022.

CORREIA A. C. T. S. **O rendimento básico incondicional como medida de proteção social em Portugal. 2023**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidades Lusíada Portugal, Lisboa, 2023.

COSTA, P. R.. **Pobres por dívida: o endividamento familiar e as estatísticas de pobreza entre 2008 e 2018—uma análise a partir da pesquisa de orçamentos familiares**. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

COURA, A. C. et al. A crise do Estado Social e a Pandemia do Coronavírus: uma análise comparativa entre as medidas trabalhistas adotadas durante a pandemia no Brasil, Portugal e Espanha. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 25, n.1 2024.

CRUZ, R. C. A. et al. Impactos da pandemia de COVID-19 no setor hoteleiro: os casos de Lisboa, Maputo e São Paulo. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia*, v. 56, n.1, 2022.

DURÃO, Ana Isabel Pelaez Garcia Galego. **Alterações do padrão de consumo alimentar em virtude da pandemia de Covid-19**. 2024. Dissertação (Mestrado Segurança Alimentar) Universidade de Lisboa, Portugal, 2024.

EMIDIO, I. B. **Monoparentalidade feminina e COVID-19: um estudo sobre trajetórias e impactos da pandemia na vida de chefes de família monoparental**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

ESTANQUE, E. et al. Precariedade, gênero e racialidade: experiências de trabalho no Brasil e em Portugal. *Caderno CRH*, 2024, v.37 n.1, p. 39-53, 2024.

FARIA B. et al. Mães Solo: disputas e embates da monoparentalidade feminina na contemporaneidade. *Odeere*, v. 8 n. 2, p. 19-40, 2023.

FERNANDES, J. P. L. S. **Desafios na conciliação trabalho-família: perspectivas de pais e mães trabalhadores/as**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos). Instituto Politecnico do Porto, Porto, 2023.

FERNANDES, M. F.; SERRANO, M. M. Configurações e (In) conciliações trabalho-família em contexto de pandemia Covid-19. *Atas do III Seminário Internacional Vulnerabilidades Sociais e Saúde–Epidemias: uma análise interdisciplinar*, v.3, n.1, p. 19-31, 2021.

Fernandes, P. D. S. **Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo**. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2022.

FERREIRA, M., et al. A institucionalização de um sistema separado no atendimento à infância em Portugal (1974-2023): o lugar da creche. *Revista Portuguesa de Educação*, v.18, n.1, p.1-23, 2024.

FERRÃO, J. et al. Vulnerabilidades territoriais, pandemia e emprego: Uma análise exploratória de perfis socioeconómicos municipais e impactos da COVID-19 em Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, v.63, n. 1, p. 161-182, 2023.

FINAMORI, S.; BATISTA, M A. M. Categorias empíricas e analíticas: mães-solo e monoparentalidade feminina. *Mediações*, v. 27, n.1, p. 1-19, 2022.

GONÇALVES, M. et al. Efeitos da pandemia Covid-19 em mulheres e raparigas imigrantes extracomunitárias em Portugal: uma abordagem interseccional. *Observatório das Migrações*, v.12, n.1, p. 22-43, 2024.

GONÇALVES, V, L. P. **Determinantes da saúde mental nas famílias do interior de Portugal durante a pandemia COVID 19**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Comunitária). Instituto Politecnico de Viseu Viseu, 2021.

GRAVE, Rita, et al. Livro branco: recomendações para a promoção da igualdade de género na conciliação de teletrabalho e coabitação em Portugal. Edições Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, 2024.

GUADALUPE, Sónia, et al. A vulnerabilidade social associada à Pandemia COVID-19: um estudo com cidadãos que recorreram a um serviço de emergência social em Portugal. **Emancipação**, v. 21, n.1, 2021.

GUEDES F. C. N. A. **A pandemia da covid-19 e seu impacto nos rendimentos das famílias brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso, (Graduação em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

GUERREIRO, et al. Cristina. Famílias em mudança: configurações, valores e processos de recomposição. **Quotidiano e Qualidade de Vida**, 2007, 1ª: 7-37.

KHAI, H. M. Perceção dos Residentes Sobre o Turismo Durante a Pandemia Covid 19- o Caso de Évora. 2022. Master's Thesis. Universidade de Evora (Portugal).

KÖLLING, G. J. et al. Desigualdade estrutural e divisão sexual do trabalho: período transpandémico e o incremento da insegurança alimentar. **Direito Público**, v. 19, n. 104, 2022.

LANÇA, J. C. M. B. Custódio da. **Comparação de resultados financeiros das unidades hoteleiras em espaço rural no Alentejo: Antes e durante a pandemia covid-19**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças), Instituto Politécnico de Beja, 2024.

LIMA, C. M. L. **A formulação da política de lay off simplificado no seio da crise pandémica: a relevância dos stakeholders no contexto português à luz do modelo das arenas sociais**. Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Públicas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2024.

LIMA, J. C. et al. A problemática do envelhecimento populacional e da crise do sistema previdenciário e a asseguaração do direito fundamental à previdência social na sociedade brasileira. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v.11 n.2, p. 1670-1687, 2025.

LOBO, A.; VENANCIO, V. " A pobreza em Cabo Verde é feminina"(?): gênero, raça e políticas familiares em contextos matricentrados. **Afro-Ásia**, v. 69, n.1, p. 78-91, 2024.

LOPES, S. A. **Avaliação das boas práticas implementadas em creches e jardins de infância durante a pandemia COVID-19 e sua aplicação na prevenção de vírus de origem alimentar**. 2022. Dissertação (Mestrado em Segurança Alimentar). Universidade de Lisboa, Portugal, 2022.

LEÃO T, et al. Ter filhos afeta de forma diferente a vida pessoal e profissional de pais e mães? Livro Branco do Projeto MERIT – MothERhood Income inequality. Porto: ISPUP, 2024.

MACEDO, I. S. **Comportamentos pró-turismo dos residentes e perfis de embaixadores da marca do destino: o caso do Algarve**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Marketing), Universidade do Algarve, Faro, 2023.

MACHADO, M.; VOOS, C. H.. A família monoparental feminina e a necessidade de políticas públicas específicas. **Monumenta-Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 3, n.6, 2022.

MAGALHÃES, P. C., et al. O impacto social da pandemia. Estudo ICS/ISCTE Covid-19. **Relatório ICS/ISCTE**, 2020.

MANUEL, C. et al. Impacto da Pandemia COVID-19 na Saúde Mental de Crianças e Adolescentes com Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção: Um Estudo Transversal. **Revista Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental**, v. 8, n. 2, 2022.

MARINHO, E. M. (2024). Família monoparental chefiada por mulheres: desafios e perspectivas.

MARQUES, A. P. Contexto de pandemia e (dis)posições dos trabalhadores no “regresso” ao trabalho em Portugal. In Ricardo Festi (org.). *A tragédia de Sísifo: Trabalho, capital e suas crises no século XX*, Brasília: Paco Editorial, 2023.

MARTINS, M O. Pobreza: conceito, mitos e remédios. *Católica talks: conceitos indeterminados e cláusulas gerais*, UCP Editora, Lisboa 2024, 139-173.

MASCARENHAS, A. O et al. Diferenças regionais das despesas com alimentação fora do domicílio no Brasil: um modelo de análise empírica. **Revista foco**, v. 17 n.1, p. 38-56, 2024.

MATOS, C. V. **Perceção do funcionamento familiar em indivíduos pertencentes a casais com e sem filhos na pandemia Covid-19**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2022.

MAURITTI, R. et al. Desigualdades, configurações territoriais e coesão social: o caso dos Açores. In: SERPA, Sandro Nuno Ferreira; DIOGO, Fernando Jorge Afonso; DIOGO, Ana Isabel dos Santos Mathias (Orgs.). *Coesão social, cidadania e sustentabilidade*. 1. ed. Ribeirão (V. N. Famalicão): Húmus, Açores, Portugal, 2024

MIRANDA, I. C. F. **O impacto da pandemia COVID-19 na economia e nas empresas Estudo no âmbito do tecido empresarial Português**. 2023 Dissertação (Mestrado em Fiscalidade) Instituto Politecnico do Cavado e do Ave, Portugal, 2023.

MIRANDA, M. H. **O processo de formulação de políticas sociais: o caso da autodeterminação de género em Portugal**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

MOITA, S. C. F. S. **Projetos de vida e envelhecimento bem-sucedido em idosos institucionalizados em contexto de pandemia Covid-19**. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social e Comunitária). Instituto Politécnico de Beja, Beja, 2022.

MONTEIRO, D. F. A. **Precariedade laboral e as políticas de apoio ao rendimento em contexto da pandemia da Covid-19**. Dissertação (Mestrado em Economia e Políticas Públicas) — ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2022.

NARAZANI, E.; RISCADO, S.; WEMANS, L. O papel das prestações familiares na redução da pobreza infantil em Portugal. **Revista de Estudos Económicos**, v. 8, n. 4, 2022.

NASCIMENTO, N. O imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil: propostas e simulações. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 1, 2021.

NEVES, Júlia Guimarães. **Tornar-se mãe em Portugal: Narrativas de mulheres cabo-verdianas sobre gravidezes não planeadas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia das Relações Interculturais). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2021.

NUNES, M.C; RAMALHO, N.. O impacto da pandemia covid-19 nas organizações do terceiro setor da região algarvia (Portugal). **Temporalis**, v.23. n.4, p. 310-324., 2024.

OLIVEIRA, A. M. A. **A influência da pandemia da Covid-19 nas relações sociais e familiares dos idosos institucionalizados**. Dissertação (Mestrado em Gerontologia, especialização em Gerontologia Social). Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Coimbra, 2023.

DE OLIVEIRA, C. C. D. F. **Consequências ginecológicas da gravidez em idade tardia**. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022.

OLIVEIRA, H. G. et al. Pandemia da covid-19 e igualdade de gênero em Lisboa: qual o impacto para as mulheres no mundo laboral? **Emblemas**, v. 20, n. 1, 2023.

ONU MULHERES. Mulheres no centro da luta contra a crise Covid-19. **Organização das Nações Unidas**, 2021b.

PACHECO, Ana Filipa Gonçalves Gago; REIS, Marisa Isabel Martins. (In) sustentabilidade dos mais novos: O preço para as gerações idosas. In: **Forum Sociológico**. Série II. CESNOVA, 2022. v.2, n.1, p. 49-58, 2022

PADILLA, B; FRANÇA, T.; VIEIRA, A. Trajetórias de refúgio: análise de gênero, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal. **Observatório das Migrações**, ACM, IP, 2022.

PANZO, M. D. **Análise de assimetrias na região do alentejo e do algarve**. 2023. Dissertação (Mestrado em Estatística e Gestão da Informação). Universidade NOVA de Lisboa, 2023

PEDERZINI, F. N; TEIXEIRA, E. C Período inicial da COVID-19 e incidência de pobreza e extrema pobreza no Brasil. **Revista População Latino-Americana** , v.18, n.1, p. 1-29, 2024.

PEIXOTO, I. B. S. L. **(Des) Igualdade de Género: Os efeitos das políticas utilizadas no combate às crises económicas, em particular a atual crise provocada pela pandemia Covid-19**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022.

PACHECO, R. T. **Efeitos do salário mínimo nos componentes do PIB: o caso de Portugal**. 2023. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2023.

PEREIRA, L. G. J. **Processos imigratórios na Região Autónoma da Madeira: desafios para a intervenção social culturalmente competente do serviço social**. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2023.

PEREIRA, P. A. M. **O endividamento das famílias brasileiras frente à pandemia da Covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Económicas). Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

PEREIRA, R. et al. **Padrões de consumo dos portugueses em ambiente de guerra no espaço europeu**. Trabalho Final na modalidade de Dissertação (Mestrado em Gestão). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2023.

PINTO, J. F. R. et al. Desigualdade de gênero no trabalho: um olhar sobre os direitos trabalhistas das mulheres. **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 11, 2023.

PIRES, L. A.. Alimentação e abastecimento. Pobreza e fome, uma história contemporânea. **Temas, metodologias e estudos de caso**, v.26, n4, p. 41-50.

PORDEUS, M. P.; DE ABREU VIANA, Rosemary. Feminismo, Desigualdade de Gênero e LGBTfobia: a interseccionalidade das minorias no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 11, n. 26, 2021.

PRADO, F. A. S. Auditoria interna e eficiência das políticas públicas de saúde: estudo de caso da aplicação da gestão do desempenho em órgãos subnacionais Brasil e Portugal. 2024. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

RAEIRO, M. G. C. P. Os efeitos da pandemia de Covid-19 e a precariedade na grande distribuição. 2022. Trabalho Final na modalidade de Dissertação (Mestrado em Gestão) — Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2022.

REIS, J. A economia política da Área Metropolitana de Lisboa: uma metropolização num país fragilizado. In: SEIXAS, João; LOURENÇO, Eduardo (org.). *A segunda crise de Lisboa – uma metrópole fragilizada*. Lisboa: Documenta, p. 27–56, Lisboa.

ROCHA, L. Alentejo e megalitismo... Percursos de uma investigação já centenária. *Jornadas de Arqueologia do norte alentejano Vol.1*, Évora, 2023.

ROCHA, M.. A valorização social do cuidado: breves reflexões a partir da evolução dos regimes das licenças parentais e dos subsídios de parentalidade nos últimos 30 anos em Portugal. In: SILVA, Elisabete Vieira da; FERREIRA, Patrícia Jerónimo (org.). *Trabalho, família e proteção social: estudos interdisciplinares*. Braga: Centro de Investigação em Justiça e Governação, 2023. p. 211–224.

ROSA, S. I. B. V.. **As políticas municipais de emprego e empreendedorismo jovem e o desenvolvimento local em Portugal**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Desenvolvimento). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2022.

SAKELLARIDES, C.; ARAÚJO, F. Estratégia de Saúde Pública para a pandemia COVID-19 em Portugal: contribuições da experiência internacional. **Acta Médica Portuguesa**, v. 33, n. 7, 2020.

SALES OLIVEIRA, C.; FERREIRA, Sílvia; MARQUES, Marisa. Experiências de performance artística e partilha em torno da monoparentalidade. In: **Atas do XI Congresso Português de Sociologia**. Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 2021.

SANTOS CARREIRA, C. C. **Pais sós, Filhos sós? Um Olhar Sociológico Sobre as Perspetivas de Jovens Adultos Socializados em Contextos de Monoparentalidade**. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Recursos Humanos). Universidade de Évora, 2023, Évora, 2023

SANTOS, A. C. L. **O impacto da Covid-19 nas agências de viagens: um estudo na Região Centro de Portugal**. Dissertação (Mestrado em Turismo) Instituto Politécnico de Viseu, Viseu, 2022.

SANTOS, A. P. B. **Covid-19: uma crise pandémica e social**. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária) ISCTE, Lisboa, 2022.

SANTOS, D. R.; KANUFRE, R. A. M.. Administração pública deliberativa, CRAS e discricionariedade profissional: contribuições do serviço social para o desenvolvimento da autonomia das mulheres. **Humanidades em Perspectivas**, v. 4, n.9, 2022.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **SER social**, v. 48, n. 28, 2021.

SILVA, A. M. M.. **Rendimento social de inserção e mercado de trabalho: uma análise da perceção dos beneficiários e dos não beneficiários**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Económicas e Empresariais) Universidade dos Açores, 2022.

SILVA, D. F. A. et al. Impactos da redução salarial no consumo das famílias diante da crise do coronavírus no Brasil: uma análise usando o modelo insumo-produto. **Observatório de la economía latinoamericana**, v. 21, n. 10, 2023.

SILVA, K.; SILVA, D.; MALHEIROS, J. Revisitar o dualismo sociodemográfico e económico português: Significado, tendências e estratégias face às desigualdades entre territórios de alta e baixa densidade. XVII Coloquio Ibérico de Geografía: Nuevas Fronteras y Nuevos Horizontes en la Geografía Ibérica: Políticas y Transformaciones Territoriales. **Libro de Actas**, v. 17, n.1, p. 588-597.

SILVAR, A. et al. Monoparentalidade Feminina: Um Estudo Online sobre Autoestima e Estilos Parentais de Mães Solo Brasileiras. ID on line. **Revista de psicologia**, v.18, n.72, 2024.

SOROMENHO, M. S. **"Desafios capitais": Novas vulnerabilidades resultantes da Pandemia Covid-19, na Área Metropolitana de Lisboa**. Dissertação de Mestrado em Mestrado em Serviço Social. ICSTE, Lisboa, 2024.

SPERANCINI, J. Impactos económicos da saúde para populações vulneráveis: uma visão panorâmica. Boas práticas e desafios na atenção à saúde com grupos vivendo em situação de vulnerabilidade, **Publicações Aben Nacional**, v. 13, n.1, p. 51-69, 2023.

TAVARES, David. O vírus não escolhe grupos sociais? –Impactos da COVID-19 nas desigualdades sociais. **e-Cadernos CES**, v. 39, n. 1, p. 34-56, 2023.

TAVARES, I. As consequências imediatas e a longo prazo da pandemia Covid-19 na educação em Portugal: Uma exploração empírica. **Cidades. Comunidades e Territórios**, v. 14, n. 3, p.22-41, 2023.

TAVARES, I.; MIGUEL DO CARMO, R. Tendências recentes da pobreza e da privação em Portugal: o agravamento na população idosa e nas mulheres. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte, Lisboa, 2025.

TEIXEIRA, A. Religião, território e identidade. Lisboa: Leya, 2023.

VALE, A. M. F. F.. **Alterações demográficas: implicações-chave no caso português**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresas). ISCTE,- Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2024.

VELOSO, A. P.; COSTA, E. M.; ABRANTES, P. Teletrabalho em tempo de pandemia: das vantagens às incertezas nos quotidianos das famílias residentes na Área

Metropolitana de Lisboa Norte, Portugal. **Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia**, 2022, 121: 125-150.

YOGANANDHAM, G. A Theory-based Evaluation of the Causes and Consequences of Women-Headed Households in Vellore Town. **International Journal of Economics, Business and Management Research**, v.6 n.2, p. 44-54, 2022.

7. CONCLUSÃO GERAL

A presente pesquisa teve como objetivo central analisar os aspectos socioeconômicos associados à vulnerabilidade dos domicílios monoparentais femininos no Brasil e em Portugal, a partir de uma caracterização socioeconômica, considerando os gastos com alimentação, saúde e educação. De acordo com o referido objetivo central, constatou-se que ao analisar os domicílios monoparentais referenciados por mulheres, existem múltiplos aspectos que podem sinalizar que tais domicílios apresentem maior tendência a estarem inseridos em contextos de vulnerabilidade socioeconômicas. Por conseguinte, de acordo com os objetivos específicos estabelecidos, mediante a construção dos cinco artigos, foi possível constatar que os

aspectos aglutinadores da vulnerabilidade socioeconômica, tendem a variar de acordo com a localidade dos domicílios, evidenciando também diferentes camadas de vulnerabilidade social e econômica.

No primeiro artigo, mediante a POF 2017/2018, foi possível identificar que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres em áreas rurais brasileiras enfrentam condições socioeconômicas significativamente mais precárias que em zonas urbanas, evidenciadas por menores rendas médias, baixos níveis de escolaridade e maior comprometimento orçamentário com alimentação, saúde e educação. Essa realidade aponta para uma sobreposição de iniquidades, socioeconômicas, regionais e raciais, com destaque para as regiões Norte e Nordeste do Brasil.

No segundo artigo, ao avaliar o impacto do Programa Bolsa Família nos gastos alimentares das famílias monoparentais femininas, constatou-se que os domicílios beneficiários apresentaram gastos médios inferiores aos domicílios não beneficiários, ou seja, os beneficiários ainda apresentam níveis de gastos com alimentação reduzidos em comparação aos não beneficiários. Esse resultado sugere que os valores transferidos podem não ser suficientes para suprir plenamente as necessidades financeiras dessas famílias no que tange à alimentação. Ademais, evidencia-se a existência de um distanciamento socioeconômico entre os beneficiários e os não beneficiários. Contudo, o Bolsa Família configura-se como um mecanismo essencial para a promoção da autonomia e segurança de renda dessas mulheres, especialmente nos domicílios em que os rendimentos advêm majoritariamente do programa, reafirmando sua importância no enfrentamento da pobreza e extrema pobreza.

Adicionalmente, o terceiro artigo buscou realizar uma caracterização socioeconômica dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres. Foi possível observar uma heterogeneidade dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, cuja constituição reflete trajetórias diversas como divórcios ou separações e enfrentamento a quadros de limitações financeiras. Em Portugal, verificou-se que a composição familiar, região, idade da responsável, nível educacional, nível de rendimentos e a inserção laboral são fatores que implicam na vulnerabilidade social. Ainda que não se observe pobreza generalizada, o comprometimento orçamentário com despesas básicas tende a sinalizar limitações à autonomia financeira dessas famílias, além de reforçar os sentidos de vulnerabilidade socioeconômica.

De modo subsequente, no quarto artigo, ao realizar uma análise comparativa entre os domicílios portugueses e brasileiros monoparentais referenciados por mulheres, notou-se que, embora a monoparentalidade feminina apresente-se de forma expressiva em ambos os países, suas expressões demográficas e socioeconômicas diferem. Em Portugal, destaca-se o envelhecimento da população feminina responsável pelos lares, enquanto no Brasil, prevalece a presença de mães mais jovens, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade. Em ambos os países, a baixa escolarização está fortemente correlacionada a menores rendimentos e a presença de crianças dependentes amplia a pressão orçamentária em conjunto com maiores desafios, na inserção no mercado de trabalho. Em paralelo, em ambos os países, identificou-se uma maior presença de domicílios monoparentais referenciados por mulheres entre as menores faixas de rendimento, de modo que os domicílios que recebem até 1 salário-mínimo apresentaram um significativo comprometimento orçamentário em relação aos gastos com alimentação, saúde e educação, sinalizando uma maior presença de vulnerabilidade socioeconômica entre os referidos domicílios.

Por sua vez, o quinto artigo teve como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, com ênfase no comprometimento orçamentário com gastos essenciais dos domicílios portugueses monoparentais referenciados por mulheres em distintos intervalos de tempo, no caso os períodos anterior e relativo à pandemia da COVID-19. Foi possível identificar que persiste a elevada vulnerabilidade socioeconômica dos referidos domicílios, especialmente entre famílias inseridas entre as menores faixas de rendimento. Embora tenha havido aumento no acesso a subsídios sociais, observa-se que tal incremento não foi acompanhado por políticas focalizadas que considerem as especificidades desse grupo, refletindo uma estagnação socioeconômica e disparidades regionais significativas.

A partir da presente pesquisa, recomenda-se a formulação de políticas públicas focalizadas e intersetoriais que ampliem os subsídios financeiros, que ofereçam benefícios fiscais e garantam o acesso universal a creches, escolas de tempo integral, serviços de saúde e programas de qualificação profissional. Em paralelo, recomenda-se implementar mecanismos que promovam a inserção e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, com atenção à flexibilização das jornadas e ao suporte psicossocial. Por fim, sugere-se uma atuação coordenada entre diferentes esferas do poder público, sustentada por dados atualizados e pelo monitoramento contínuo de

indicadores sociais. Em síntese recomenda-se a implementação de políticas públicas que sejam focalizadas nos domicílios monoparentais femininos, no intuito de elevar a qualidade de vida e o bem-estar da população de forma geral. Dessa forma torna-se possível sugerir a realização de pesquisas futuras que levem em consideração os domicílios monoparentais referenciados por mulheres e os distintos aspectos de vulnerabilidade socioeconômica.